



PSICOLOGIA SOCIAL E
POLÍTICAS DE EXISTÊNCIA:
fronteiras e conflitos

ABRAPSO | 2009

Sobre a ABRAPSO | www.abrapso.org.br

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e de pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de estudiosos da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.

Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO

www.abrapso.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Adélia Augusta Souto de Oliveira (UFAL)
Angela Maria Pires Caniato (Univ. Estadual de Maringá)
Benedito Medrado (UFPE)
Cecília Pescatore Alves (Univ. de Taubaté)
Cláudia Mayorga (UFMG)
Eduardo Augusto Tomanik (Univ. Estadual de Maringá)
Emerson Fernando Rasera (UFU)
Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA)
Francisco Portugal (UFRJ)
Henrique Caetano Nardi (UFRGS)
Irme Bonamigo (Univ. Comunitária Regional de Chapecó)
Jefferson Bernardes (UFAL)
Kátia Maheirie (UFSC)
Lídio de Souza (UFES)
Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (UFAL)
Neuza Maria de Fátima Guareschi (PUC/RS)
Ricardo Pimentel Mélllo (UFC)
Rosineide Cordeiro (UFPE)
Sueli Terezinha F. Martins (Univ. Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho)
Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento (UNICAPITAL/SP)
Vera Sonia Mincoff Menegon (PUC/SP)
Zeidi Trindade (UFES)

Jefferson Bernardes e Benedito Medrado
Organizadores

PSICOLOGIA SOCIAL
E POLÍTICAS DE EXISTÊNCIA:
fronteiras e conflitos

1ª edição

Maceió/AL

ABRAPSO

2009

© ABRAPSO

Direitos autorais reservados

Projeto gráfico: Turla Aquete | www.qaqmultimedia.com

P974 Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos/ organizado por Jefferson Bernardes e Benedito Medrado. – Maceió: Abrapso, 2009. 216p.; 16 X 23 cm

ISBN: 978-85-86472-13-8

Conferências proferidas no XV Encontro Nacional da ABRAPSO.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Psicologia Social. 3. Educação. 4. Saúde. 5. Trabalho. 6. Política – Democracia – Movimentos sociais. 7. Mídia – Comunicação – Linguagem – Objetivações artísticas. 8. Processos Organizativos – Comunidades. 9. Ética – Violência – Direitos Humanos. 10. História – Metodologia – Teoria. 11. Gênero – Sexualidade – Raça – Idade. 12. Ruralidades – Cidade – Territórios de existência. I. BERNARDES, Jefferson. II. MEDRADO, Benedito. III. Título.

CDU 150.981

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

Bibliotecário responsável: Thiago Rocha (Instituto PAPAI) CRB 4-1493

APRESENTAÇÃO

*Somos o que fazemos,
Principalmente, o que fazemos
para mudar o que somos.*
(Eduardo Galeano)

Caros leitores e leitoras, este livro reúne um conjunto de textos produzidos por pesquisadores/as e profissionais que foram convidados/as a participar dos Simpósios do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, realizado em Maceió, entre 31 de outubro e 02 de novembro de 2009.

Inspirados no tema do encontro – *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos* –, os/as autores/as apresentam debates teórico-conceituais, narrativas e exemplos de experiências de atuação profissional que expressam a diversidade de modos de estudar e atuar em psicologia social, focalizando objetos e perguntas distintas, na interface entre a pesquisa, a formação e a atuação profissional e política.

Ao idealizarmos esta coletânea, nossa intenção não foi, certamente, a de definir os limites da produção em psicologia social, mas de explorar suas possibilidades, dando visibilidade a diversas formas de fazer em psicologia social, parafraseando Mary Jane Spink (1994), “não na busca do consenso acalentador, mas na busca constante da contradição criativa” (p. 142)¹.

Organizamos os textos de acordo com a distribuição dos simpósios, iniciando pelos textos, inscritos no eixo temático **saúde**, de Mary Jane Spink (PUC/SP) que apresenta discussões sobre estilos de vida saudável, a partir de uma leitura sobre os paradoxos da biopolítica contemporânea e Pedro Nascimento (UFAL) que desenvolve uma leitura crítica sobre os discursos de popularização do acesso a tecnologias no campo da reprodução assistida. Nascimento problematiza o

¹ SPINK, Mary Jane P. - Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: S. Jovchelovith e P. Guareschi (orgs.) Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1994, p.117-145.

movimento de reforço à medicalização da reprodução e a via de normatização da procriação.

Os dois capítulos seguintes se referem ao eixo temático da **educação**, focalizando o ensino em psicologia social. Pedrinho Guareschi (UFRGS) defende e desenvolve argumentos em torno das diferenças entre o ensino da Psicologia (Social) e a do ensino de qualquer outra disciplina. Odair Furtado (PUC/SP), por sua vez, discute a avaliação de ensino universitário no Brasil, a partir de uma leitura histórica e contextual, que nos permite refletir sobre limites, possibilidades e necessidades de renovações do campo da psicologia.

No quinto capítulo, Peter Spink (EAESP; FGV) analisa, sob o eixo temático **trabalho**, as múltiplas formas, possibilidades e restrições atuais de inserção em relações econômicas, sugerindo que a hegemonia discursiva sobre “trabalho” tem se tornado um instrumento divisor e excludente, mais do que de emancipação.

Marco Aurélio Maximo Prado e Frederico Alves Costa (UFMG) desenvolvem reflexões sobre o eixo temático **Política, democracia e movimentos sociais**, evidenciando o lugar paradoxal dos movimentos sociais na instalação da raridade da política e na democratização das sociedades atuais, a partir de 3 eixos argumentativos: 1) as emergências dos sujeitos e a permanência das identidades nos Movimentos Sociais; 2) o político e a democracia no jogo entre a hegemonia e a precariedade e 3) os Movimentos Sociais como um lugar do possível paradoxo.

O eixo temático **Mídia, comunicação, linguagem e objetivações artísticas** engloba dois capítulos: um produzido por Maria de Fátima Severiano (UFC), que, desenvolve uma leitura crítica sobre a relevância da linguagem midiática na comunicação contemporânea e suas implicações psicossociais na constituição das subjetividades e na formação de vínculos sociais significativos, a partir do referencial teórico da Escola de Frankfurt. Andrea Vieira Zanella (UFSC), por sua vez, adota como cenário a cidade contemporânea e suas múltiplas vozes para compartilhar algumas perguntas: que sujeitos são constituídos sob a égide da profusão de imagens características do contemporâneo? Que relações instituem entre si, com outros, com o mundo? Que práticas políticas empreendem? E que práticas pode empreender a psicologia social para esses diversificados sujeitos? Que desafios apresentam à pesquisa em psicologia social? Zanella não se propõe a responder tais questões, mas nos apresenta provocadoras imagens e novas/outras questões que demandam um esforço coletivo para o delineamento de caminhos e o esboço de respostas.

Para pensar o eixo temático **Ética, violência e direitos humanos**, Maria Cristina Gonçalves Vicentin (PUC/SP) sugere uma pauta ético-política para uma Psicologia que se quer comprometida com os Direitos Humanos, explorando o lugar fronteiriço dos jovens em conflito com as leis, ou, como diz, *sua posição analisadora do contemporâneo*. Tomando por base leituras de Foucault e Agamben, Vicentin discute algumas intercessões da Psicologia com o campo dos Direitos Humanos. Esther Maria de Magalhães Arantes (UERJ e PUCRJ) também contribui para este debate,

apresentando, em seu texto, reflexões oriundas de estudos e pesquisas envolvendo crianças e adolescentes.

Ana Maria Jacó-Vilela focaliza em seu texto o eixo temático ***Histórias, metodologias e teorias***, destacando que o estudo da história da psicologia no Brasil é múltiplo e atualmente desperta grande interesse, mas que é preciso reconhecer que, se encontramos em um primeiro momento uma historiografia totalizante que (se) sustenta (n)a superioridade da produção dos países centrais, tal perspectiva aos poucos se torna questionável e a historiografia absorve temas específicos, abrindo caminhos para a produção de novas historiografias.

No que se refere ao eixo temático ***Gênero, sexualidade, raça e idade***, Jorge Lyra e Benedito Medrado, com vistas a contribuir para o debate sobre gênero em psicologia social, apresentam reflexões sobre suas experiências de pesquisa e de ação política em defesa de direitos, atuando junto a homens e/ou sobre masculinidades, nas fronteiras entre a perspectiva feminista e de gênero. Gênero é adotado por esses autores como categoria de análise fundamental para não apenas descrever, mas questionar relações de poder, inclusive na prática científica.

O eixo temático ***Ruralidades, cidades e produção de territórios de existência*** inclui dois capítulos. O primeiro deles, de autoria do cientista social Parry Scott (UFPE), incita um embaralhamento da dicotomia campo-cidade, examinando a articulação entre ambos do ponto de vista de três gerações diferentes para provocar reflexões sobre a complexidade da relação, e a delimitação de territórios diferenciados marcados por idade e por gênero. Zulmira Áurea Cruz Bomfim (UFC), por sua vez, focaliza a compreensão da relação subjetividade e objetividade na cidade, na busca de teorias e métodos que tragam alternativas de emancipação para o urbano, colocando em relevo o macro e o microssocial como cenário psicossocial. Bomfim propõe a afetividade como categoria ético-política orientadora para pensarmos o encontro do indivíduo com a cidade.

Os dois últimos capítulos são ***homenagens a Ignacio Martín-Baró***, jesuíta espanhol e psicólogo social, nascido em 1942 e brutalmente assassinado pelo esquadrão da morte da repressão salvadorenha em 1989, há 20 anos. Martín-Baró vinculou-se, desde 1967, à Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, dedicando sua vida à luta pela libertação em El Salvador e produzindo valiosas contribuições para a produção teórico-política em psicologia social. Em seu texto, Ignacio Dobles Oropeza (da Universidad de Costa Rica) destaca a importância de Martín-Baró para a construção de uma Psicologia da Libertação, explorando sua teoria geral sobre a violência, seu conceito de “trauma psicossocial” e sua teoria dos grupos, oferecendo algumas idéias para o desenvolvimento, na atualidade desse modo de fazer psicologia. Sol Yanéz (da Universidad Centroamericana José Simeón Cañas) apresenta idéias e argumentos sobre saúde mental e direitos humanos, inspiradas nas contribuições de Martín-Baró.

Como se percebe, os autores convidados, em suas idéias aqui expostas, não têm a pretensão de *representar* a produção contemporânea em psicologia social, mas a de

contribuir, com suas questões e provocações, para navegarmos entre as *fronteiras* e *conflitos* de teorias, acontecimentos e experiências que têm caracterizado a psicologia social, em suas políticas de existência.

As *fronteiras* são aqui entendidas muito além da sua acepção etimológica bélica – “vanguarda das tropas militares”² –, antes de tudo como pontos de encontro e de dispersão, que definem políticas de existência, simultânea e indissociadamente, na interface entre o eu e o outro.

Os *limites*, muitas vezes tomados como sinônimos de fronteira, carregam, desde suas origens etimológicas, uma caleidoscópica rede de significados que inclui divisão, fronteira, raia, trincheira, muralha, mas também atalho, caminho, estrada, rego, sulco e rastro. Esperamos que estes textos produzam nas pessoas que fazem psicologias sociais uma conversação produtiva, no sentido muito bem descrito por Richard Rorty:

(...) uma conversação que não pressupõe nenhuma matriz disciplinar que una os interlocutores, mas onde a esperança de concordância nunca é perdida enquanto dure a conversação. Esta esperança não é a esperança da descoberta de terreno comum anteriormente existente, mas *simplesmente* a esperança de concordância, ou ao menos, discordância interessante e frutífera (Rorty, 1979, p. 314).³

Jefferson Bernardes & Benedito Medrado

Presidente e Primeiro Secretário da Abrapso - Gestão 2008/09

² Cf. HOUAISS A, VILLAR MS, FRANCO FMM. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

³ RORTY, Richard - *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1985. Publicação original: 1979.

PREFÁCIO

Enfim chegamos a mais um encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social (o décimo quinto), marcado pela diversidade de nossas práticas com o tema “Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos”.

Este livro retrata o fluxo que permite, em cada texto aqui escrito, transformar as fronteiras da psicologia social: de acidentes a acontecimentos. Esta diversidade existe não porque seja fruto de uma ciência imatura, mas porque sabemos que a maturidade não é sinônima de aspereza e de certezas acabadas. Deixamos a produção científica que se atém mais ao deslumbramento das taxonomias sem fluxos, ao encanto pelas regras de controle e predição, do que às forças que teimam em burlar as linhas de fronteira, que inquietam e contestam.

É um livro que nasce de muitas gestações ou de várias maneiras de fazer a psicologia social brotar. Os textos traçam linhas de fronteira que demarcam maneiras de atuar e que se fazem no traçado. Linhas que ora se aproximam e ora se afastam, mas em algum lugar se cruzam e esse lugar é a ABRAPSO, produzida exatamente nessa reivindicação de que a Psicologia Social no Brasil pudesse ser diversa do que na época (década de 1980) era considerado como importação de uma maneira de se fazer psicologia sem crítica.

A afirmação de Clarice Lispector se adequa a vida da ABRAPSO: “vivo de linhas que incidem uma na outra e se cruzam e no cruzamento formam um leve e instantâneo ponto”.⁴ São os pontos de nossos encontros, rodas de conversa e publicações (como esta e como as da nossa revista *Psicologia & Sociedade*).

O que faz a psicologia social? Essa questão torna-se assunto de muitas conversas nos corredores e auditórios de universidades, de organizações e de comunidades. Trata-se de um pergunta capciosa que pode nos levar a uma armadilha: a de separar a psicologia do “social”, na medida em que podemos achar que há algum psicólogo que possa se *escusar* (apresentar desculpas) por não melar suas mãos no que chamamos de “social” (e este termo também tem muitas variações que levam a diferentes posturas profissionais).

⁴ LISPECTOR, Clarice. O milagre das folhas. IN: SANTOS, Joaquim Ferreira dos. (Org.). *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 186-187.

O nosso desafio com mais este livro é somar esforços junto aqueles que teimam em evitar que o ser humano sucumba a modelos únicos de modos de viver e de existir. É sempre apostar que quaisquer que sejam as categorias utilizadas para *analisar o ser humano*, para *analisar suas relações sociais*, seus *processos de subjetivação*, tenhamos como fio condutor a preocupação de evitar dualidades seculares, tão arraigadas que, não poucas vezes, são consideradas fronteiras naturais, tais como a separação entre o ser humano e a sociedade; interior e exterior; senso comum e ciência; discurso e ação; objetividade e subjetividade; razão e emoção; ou mesmo, a separação entre a pesquisa e os *modos de viver humanos*.

Romper com essas (e outras) dualidades é criticar políticas de existência, o que deveria ser o pressuposto das nossas práticas. Isto tem como consequências: permite condições de atuação esteticamente especiais, rompendo com fronteiras arcaicas que construímos para a Psicologia, que transformam os acidentes em natureza. Essa postura dá a ABRAPSO importância sempre crescente no cenário da Psicologia.

Finalizando, é desejo de todos que aqui produzem formas de fazer a psicologia social por meio de seus textos, pesquisar os caminhos que as linhas do viver humano percorrem para formar determinados pontos (que acabam sendo temas de pesquisas). São as linhas, como dizia Gil, que cada um e cada uma de nós traçamos, sendo que quem dá a régua e o compasso são todas as vozes que murmuram em nossas pesquisas, em nossos encontros científicos, em nossos escritos, enfim, em nossas vidas.

Ora, o que fazemos? Traçamos traços? Certamente traços que constituem fronteiras tênues de maneiras de viver. Alguns poderão achar então que somos tecelões. Mas se nos dobramos dia após dia com os fluxos da vida cotidiana, se somos, somos *tece linbas*.

Este livro, certamente, é fonte de conversas sobre as práticas da Psicologia Social. Que cada leitor e leitora também se divirtam nesse tear.

Ricardo Pimentel Mélo

Professor da Universidade Federal do Ceará

Vice-presidente Regional Norte-Nordeste da Abrapso - Gestão 2008/09

SUMÁRIO

Estilos de vida saudável e práticas de existência: fronteiras e conflitos Mary Jane P. Spink.....	15
Políticas de saúde e normalidade procriativa: a ausência de filhos é um “problema de saúde”? Pedro Nascimento.....	27
O ensino da psicologia social Pedrinho A. Guareschi.....	41
O ENADE e a Política de Avaliação do Ensino Superior no Brasil Odair Furtado.....	47
Trabalho: um discurso em fragmentação Peter Spink.....	59
A Raridade da Política e a Democracia: os movimentos sociais entre sujeitos e identidades Marco Aurélio Maximo Prado e Frederico Alves Costa.....	71
Reflexões sobre a linguagem midiática e os processos subjetivos contemporâneos: entre os meandros do mercado, do desejo e da razão crítica. Maria de Fátima Severiano.....	83
Cidades, imagens e existências entretecidas: reflexões com a refração do encontro entre psicologia social, comunicação e arte Andrea Vieira Zanella.....	95
Intercessões Psicologia e Justiça no âmbito da infância e da juventude: entre biopolítica e direitos humanos Maria Cristina Gonçalves Vicentin.....	107
Ética, Violência e Direitos Humanos Esther Maria de Magalhães Arantes.....	121
Historiografia da psicologia no Brasil Ana Maria Jacó-Vilela.....	125

Gênero, homens e masculinidades: percursos pelos campos da pesquisa e da ação em defesa de direitos.	
Jorge Lyra e Benedito Medrado	139
De quem é o campo e de quem é a cidade? Territórios negociados e poderes entre gerações	
Parry Scott	155
Cidade e afetividade como categorias de mediação na psicologia social e na psicologia ambiental	
Zulmira Áurea Cruz Bomfim	163
Psicología de la liberación: el aporte de Martín Baró y algunos retos actuales	
Ignacio Dobles Oropeza	175
Las huellas de Martín Baró en El Salvador: salud mental y derechos humanos	
Sol Yanéz	197

Estilos de vida saudável e práticas de existência: fronteiras e conflitos⁵

Mary Jane P. Spink

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A proposta deste texto é discutir, com base na psicologia social, os paradoxos da biopolítica contemporânea decorrentes das estratégias voltadas à “saúde promocional” (CASTIEL; DIAZ, 2007), com ênfase nos estilos de vida saudável. De modo a situar a problemática, partiremos de um exemplo recente de medidas de gestão da saúde: a lei antifumo sancionada pelo governador Serra e suas repercussões na mídia. Abordaremos, a seguir, as transformações contemporâneas nas estratégias de biopoder no contexto da saúde que levam, em um primeiro momento, do poder soberano de “fazer morrer” à ênfase, nos estados modernos, em “fazer viver”, ressignificada na tardo-modernidade pela progressiva medicalização do futuro por meio de estratégias de identificação precoce de possíveis agravos à saúde e de aplicação do princípio precautório na vertente dos estilos de vida saudável. Trabalharemos *fronteiras* mediante a contraposição entre a tarefa pastoral de proteção do rebanho pelo Estado e a tendência autoritária desses esforços para impor a normalização dos estilos de vida. Abordaremos os *conflitos*, por meio da contraposição entre o direito à saúde e o dever de ser saudável.

A lei antifumo aprovada em São Paulo

A segunda metade do século XX foi marcada pelo aumento de pesquisas e divulgação das evidências dos efeitos deletérios do tabaco à saúde e pela aprovação de medidas para o controle do tabagismo. Os estudos científicos pontuando a relação causal (mesmo que multicausal) do uso de tabaco com problemas respiratórios e circulatórios repercutiram nas pautas das Assembleias Mundiais de Saúde desde a 23ª edição, em 1970, e resultaram em um tratado internacional – a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco – aprovada em 2003 e assinada por representantes de 198 países.

⁵ Reflexões derivadas de pesquisas realizadas com o apoio do CNPq (Bolsa Produtividade 300985/2005-3).

A Convenção Quadro estipula uma série de medidas voltadas à informação (por meio de campanhas, mensagens textuais e imagéticas sobre os males causados pelo cigarro), controle de propagandas e vendas, proibição de fumo em determinados lugares e taxaço do produto. Essas medidas foram amplamente debatidas na mídia e em artigos científicos (por exemplo, BOEIRA, 2006; SPINK; LISBOA; GUEDES, 2009).

Em São Paulo, porém, o governo estadual foi além. Em 7 de abril de 2009, a Assembléia Legislativa aprovou a Lei Estadual 14.805/08 que bane o cigarro de todos os ambientes coletivos fechados, sejam eles públicos (como bares e restaurantes) ou privados (espaços coletivos de condomínios, por exemplo). A decisão legislativa foi matéria de capa da Folha de S. Paulo do dia 8 de agosto, acompanhada de duas fotos de manifestantes portando cartazes a favor da lei (“ambientes livre de fumo: direito de todos”; “88% dos paulistanos apoiam ambientes fechados livres de fumo”) ou contra (“Direitos individuais! Liberdade de escolha”). Neste grupo, os cartazes provinham de setores que se consideravam prejudicados com a medida, entre eles os comerciantes, os trabalhadores do setor de bares e restaurantes e o sindicato de padeiros.

O projeto foi aprovado com três emendas: fixando prazo de 90 dias para entrar em vigor, com previsão de campanha informativa e obrigação do Estado de garantir tratamento para quem quisesse parar de fumar. Nesse ínterim, muita discussão rolou por baixo dessa ponte sobre a constitucionalidade, sobre os direitos de não fumantes (os fumantes passivos) e de fumantes, especialmente no caso dos locais nos quais tradicionalmente o cigarro se faz presente – bares e discotecas, por exemplo. A lei prevê multas (de R\$ 212,00 a 3 milhões de reais) e, para sua implementação, foram constituídas equipes de fiscais com a atribuição exclusiva de atuar na aplicação da lei.

Noventa dias após a aprovação da lei, em 7 de agosto de 2009, iniciou-se sua aplicação. Médicos, governantes e público, a julgar pelas manifestações na mídia impressa, radiofônica e televisiva, fizeram declarações contundentes a favor da lei. Mas também houve manifestações contrárias.

O jornal A Folha de S. Paulo, no caderno “Cotidiano”, no dia em que a lei entrou em vigor, publicou análises feitas por dois articulistas, um a favor, outro, contra.

A análise a favor é de autoria de Vera Luiza da Costa e Silva, médica, doutora em saúde pública, ex-coordenadora do Programa de Prevenção do Câncer, INCA e diretora da Iniciativa por um Mundo sem Tabaco. Discorrendo sob a perspectiva da saúde pública, conclui: “Que os fumantes que assim o quiserem continuem fumando – é direito de cada um. Que fumem como quiserem e quando quiserem. Mas não onde quiserem – esse é o direito coletivo que deve prevalecer sobre o individual”.

O artigo contrário à lei é de autoria de Luiz Felipe Pondé, filósofo e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e tem por título: “As freiras feias sem Deus”. Para Pondé, “A associação do discurso científico ao constrangimento do comportamento moral, via máquina repressiva do Estado é típica do fascismo”. E

“O que essas freiras feias sem Deus não entendem é que o que humaniza o ser humano é um equilíbrio sutil entre vícios e virtudes”. Claro, após receber um sem-número de e-mails, na segunda feira, dia 24 de agosto, o articulista teve de se explicar e informar que os três termos empregados – “freiras”, “feias” e “sem Deus” – eram metáforas. Para ele, “Uma freira feia sem Deus é terrível porque a única coisa que ela deseja é a violência legal como controle do pecador, sem amor algum pelo infeliz”.

Esse é, pois, o contexto da reflexão que ora fazemos. Por que a ênfase governamental na “saúde promocional” (CASTIEL; DIAZ, 2007)? Que tipos de controles são desta forma ativados e que fronteiras e conflitos são assim gerados?

Sobre a saúde promocional e os estilos de vida saudável

Na aula de 17 de março do curso intitulado “Em defesa da sociedade”, ministrado em 1976 no Collège de France, Michel Foucault teve como foco a passagem do poder soberano para o poder sobre a vida que caracteriza a forma de gestão por ele denominada de biopolítica. Um dos principais atributos do soberano era o direito de vida e de morte. Mais precisamente, o soberano poderia fazer morrer e deixar viver. “O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (FOUCAULT, 2005, p.286).

Uma das transformações que ocorreu no direito político do século XIX concernia à inversão desse antigo direito – poder fazer “viver” e “deixar” morrer –, processo que teve início no século XVII, com a introdução das tecnologias disciplinares, essencialmente centradas nos corpos individuais. A partir da metade do século XVII, essa forma de lidar com a vida passou a ser complementada (porque jamais há uma total substituição nesses processos históricos) por uma nova tecnologia:

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. (FOUCAULT, 2005, p.289)

Não suprimiu a outra porque era de um outro nível, ou seja, dirigia-se ao corpo-espécie, ao conjunto da população que era afetada pelos fenômenos da vida. Tratava-se, portanto, de uma biopolítica da vida. Seu foco eram os fenômenos que diziam respeito à natalidade e à morbidade sempre presente na forma de endemias (e não apenas as epidemias) e que possibilitavam a formatação de uma medicina que teria por função a higiene pública, a saúde pública. Portanto, dependeria de análises de séries que possibilitariam cálculos, previsões e estimativas e, conseqüentemente, políticas direcionadas ao conjunto da população, embora necessariamente articuladas com as formas disciplinares. E o elemento que faria essa articulação seria a norma. Nessa sociedade de normalização se “cruzam, conforme uma articulação

ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Autores contemporâneos, como Nikolas Rose, comentam as mudanças ocorridas no âmbito dos biopoderes, com ênfase na saúde promocional, a partir da segunda metade do século XX. Em primeiro lugar, desfizeram-se os elos que conectavam a saúde individual relacionada à reprodução e à qualidade da raça ou nação – base de um tipo de biopolítica associada à eugenia. Em segundo lugar, a saúde pública passou a ter por foco a longevidade (e não mais a morbidade) proporcionada pelos avanços tecnológicos na medicina e a melhoria nas condições de vida (pelo menos, nos países mais desenvolvidos). Nas palavras de Rose:

É claro, os promotores da medicina preventiva, promoção da saúde e educação em saúde ainda tomam como objeto “a saúde da nação”. Hoje, entretanto, a racionalidade para o interesse público na saúde da população não é mais formulado em termos de consequências da incapacidade (*unfitness*) da população como um todo orgânico tendo em vista o conflito entre nações. Ao invés disso (esse interesse) é expresso em termos econômicos, de custos da falta de saúde (*ill health*), de dias de trabalho perdidos ou do custo das contribuições previdenciárias, ou em termos morais, o imperativo de reduzir desigualdades na saúde (ROSE, 2007, p. 63, tradução nossa).

Trata-se, ainda, do governo da vida e, certamente, no enquadre da saúde promocional, a morte se tornou problemática, uma vez que foi banida para os recônditos das UTIs, prolongando-se a vida por meio de tecnologias de suporte e de medidas que alguns bioeticistas denominam de “fúteis” (OSELKA, 2001; SPINK 2007). Porém, pergunta-se: que veio a ser esse governo da vida? Certamente, com raras exceções, não se trata mais do controle externo de indesejáveis na perspectiva da vitalidade da população ou raça. São muitas as vezes que afirmam que as formas contemporâneas de gestão se dão por meio da administração dos riscos individuais e coletivos (CASTEL, 1987; ROSE, 2007; SPINK, 2001).

O risco, aqui, denota um conjunto de maneiras de pensar e agir que envolve cálculos no presente sobre futuros prováveis seguidos de intervenções no presente de modo a controlar aquele futuro potencial (ROSE, 2007, p. 70, tradução nossa).

Ainda se trata de um princípio securitário, mas não se restringe apenas a aplicar a fórmula dos seguros de distribuição dos custos relacionados a ocorrências adversas, como acidentes, mortes e doenças. O que muda, na perspectiva da saúde promocional, é a expectativa de eliminação de riscos por meio de medidas que os antecipam, a exemplo de exames clínicos cada vez mais sofisticados e a adoção de estilos de vida que promovem a saúde.

Essa mudança concerne à exacerbação dos processos de individualização que já se faziam presentes no tipo de poder herdado do cristianismo pelos estados-nação

ocidentais ao qual Foucault denominou “poder pastoral”. A metáfora pastoral é útil, pois permite situar a forma de poder que articula as normas da disciplina e da regulação pelos biopoderes e que é igualmente coletivista, pois cuida do rebanho como um todo, e individualizadora, porquanto se volta a cada ovelha do rebanho. Um poder que, na contemporaneidade, deixou de ser administrado pelo Estado – entendido aqui como a rede complexa de leis, agências governamentais, instituições de pesquisa e comitês reguladores.

Ocorre em um campo plural e contestado atravessado por códigos formulados por comitês de ética e associações profissionais, pelos achados empíricos gerados por pesquisadores, pelas atitudes de empregadores e seguradoras, por testes desenvolvidos e promovidos por psicólogos e companhias de biotecnologia, pelos conselhos oferecidos por organizações de autoajuda, e até mesmo, poderíamos acrescentar, pelas perspectivas críticas de organizações religiosas e críticos sociológicos (ROSE, 2007, p. 73, tradução nossa).

Na saúde promocional, o poder pastoral torna-se relacional, visto que tem por base a relação afetiva e ética entre os especialistas do soma e os clientes/pacientes/usuários de serviços, às vezes direta, como no caso da consulta médica ou psicológica, outras vezes mediada por estratégias de informação mais ou menos oficiais. Além disso, apoia-se na autoanálise de riscos potenciais, em exames sofisticados que visam detectar problemas antes que eles eclodam em sua terrível visibilidade e, sobretudo, na prevenção dos mesmos por meio de medicamentos, intervenções cirúrgicas e, o que mais nos interessa nesta reflexão, da adoção de estilos de vida saudáveis.

A categoria “estilos de vida” não é circunscrita à área da saúde. Ao contrário, é uma noção proveniente da sociologia que, segundo Luiz Castiel e Carlos Diaz (2007), pode ser traçada a Max Weber e, mais recentemente, remete às teorizações de Pierre Bourdieu sobre o *habitus*. Nesses enquadres, são modos de vida de um determinado segmento da população. Categorias coletivas que, na exacerbação da modernidade, seguindo aqui as reflexões de Anthony Giddens (1991), passam a se aplicar a indivíduos desterritorializados pelos efeitos dos processos de globalização. Giddens define estilo de vida

[c]omo um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não apenas porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque elas dão forma material para uma narrativa identitária específica (GIDDENS, 1991, p. 81, tradução nossa).

Obviamente, na ótica individualista, estilos de vida remetem a escolhas – quando escolher é uma possibilidade.

Mas ainda existem casos em que, por motivos de privação econômica e exclusão social, não há possibilidade de escolha.

Nessas situações não faz sentido considerar as pessoas responsáveis por seus estilos de vida. Mesmo assim, há perceptíveis conotações moralistas neste enfoque. Se não há carências em termos extremos de autonomia, pairam juízos de valor em que o padrão mais aceitável é o do agente racional que avalia, pesa e decide suas ações em termos teoricamente objetiváveis sob a égide de cálculos de custo-benefício. (CASTIEL; DIAZ, 2007, p. 85).

É nesse enquadre individualista que a noção de estilo de vida parece ter sido importada para a área da saúde a qual passa a ser entendida como a possibilidade que cada um de nós tem de tomar decisões racionais sobre o que comemos, bebemos, sobre o exercício que fazemos e as substâncias tóxicas que ingerimos. Porém, seria uma injustiça para com os colegas que advogam a favor da saúde promocional se afirmássemos simplesmente que esta se resume aos estilos de vida individuais. Essa injustiça potencial será abordada ao tratarmos dos *conflitos* que foram gerados quando práticas de existência passaram a ser normatizadas na perspectiva individualizadora dos estilos de vida saudáveis.

Sobre fronteiras: proteção ou imposição

Há duas dimensões que gostaríamos de abordar de modo a endereçar a questão das “fronteiras” que, no enquadre da promoção de estilos de vida saudável, remetem ao paradoxo da proteção que pode ser ressignificada como imposição.

A primeira dimensão contrapõe formas de lidar com *susceptibilidades* e a procura de *aprimoramento* (*enhancement*). A susceptibilidade concerne aos esforços de identificação e tratamento, no aqui e agora, de problemas que provavelmente se manifestarão no futuro. Trata-se, segundo Rose (2007), de extensões contemporâneas de duas modalidades de pensamento biomédico que têm longa trajetória: da predisposição – traços herdados que poderiam se manifestar como patologia – e do risco – que tem sua expressão clássica máxima na epidemiologia. Ambas são reconfiguradas no enquadre da genética contemporânea:

(...) o sonho do diagnóstico contemporâneo de susceptibilidade é a precisão molecular, baseada na identificação das variações genômicas precisas cujos produtos – baixa atividade das enzimas, um transportador defeituoso – integram o percurso da doença propriamente dita (ROSE, 2007, p. 19, tradução nossa).

O aprimoramento também é orientado para o futuro. Nas palavras de Rose, “Quase todas as capacidades do corpo humano ou da alma – força, resistência, atenção, inteligência e o próprio ciclo de vida – parecem ser potencialmente abertos à melhoria por meio de intervenção tecnológica” (p. 20). O desejo de aprimoramento pode ser antigo e, desde tempos imemoriais, foram adotadas práticas diversas para aperfeiçoamento de nossos atributos corporais e espirituais. O que vários autores

apontam é uma mudança da normatização coletiva para a consumerização, ou seja, para a adequação às especificidades de cada consumidor. Diz Rose, “Agora quem recebe essas intervenções são consumidores que fazem escolhas de acesso baseadas em desejos que podem parecer triviais, narcisistas ou irracionais, não mais formatados por necessidades médicas mas pela cultura de mercado e consumo” (ROSE, 2007, p. 20).

Ivan Illich, em textos recentes, faz considerações semelhantes, que complementam sua famosa obra “A expropriação da saúde; nêmesis da medicina”, publicada nos anos de 1970. Segundo Roberto Passos Nogueira (2003), Illich confessa que a busca patogênica de saúde é um aspecto importante da iatrogenia cultural o qual lhe havia escapado por completo quando publicou a Nêmesis da Medicina. Essa preocupação intensa com a própria saúde passou a fazer parte do estilo de vida contemporâneo e

[t]al estilo de vida, que se funda na idolatria do corpo e da saúde do corpo, não é criado por uma simples expropriação profissional: é alimentado pela mídia, pelas academias de cultura física, pela indústria da “dieta” e pela indústria em geral, e, enfim, pelos que estão sempre interessados em vender este novo produto – o auto-cuidado (NOGUEIRA, 2003, p. 187).

A segunda dimensão dessas fronteiras problemáticas se refere à contraposição entre regimes de verdade e de esperança e tem estreita relação com a primeira, por ser igualmente orientada ao futuro. As fronteiras, no caso, tratam de duas lógicas organizacionais distintas, envolvendo atores também diversos e com efeitos de personalidade específicos, pois geram práticas de existência diferentes.

Na discussão feita por Tiago Moreira e Paolo Palladino (2005), os regimes de esperança têm como característica a perspectiva de que novos tratamentos estarão disponíveis. “Mais especificamente, pesquisa e desenvolvimento são justificados pela promessa de encontrar curas milagrosas para doenças debilitantes” (p. 67). No caso específico da doença de Parkinson, foco do estudo desses dois autores,

[o] “regime de esperança” junta novas companhias biotecnológicas como a ReNeuron PLC, e aqueles que investem nessas companhias, todos eles dependentes da promessa da abordagem neurológica para um retorno de seu investimento de capital financeiro; há também os neurobiologistas, que constroem os modelos de doenças degenerativas, e os neurologistas e neurocirurgiões, que dedicaram grande parte de suas carreiras e de seu capital intelectual ao desenvolvimento de neurotransplantes. Finalmente, há as caridades, como a Sociedade de Doença de Parkinson, que tem por objetivo manter abertas *todas* as possibilidades de tratamento (MORERA E PALLADINO, 2005, p. 68, tradução nossa, ênfase dos autores).

Nos regimes de esperança, os pacientes são posicionados como pessoas que têm por objetivo ficarem menos presas (*entrapped*) por sua condição física. Mas, ao assim posicioná-los, instituem uma mudança sutil em nossa relação com o futuro. Os regimes de esperança, segundo Nik Brown (2005), alimentam também produtos biotecnológicos que não estão diretamente vinculados às doenças existentes, como é o caso dos bancos de cordões umbilicais. E tornam-se ainda ingredientes importantes de terapias convencionais que situam a esperança (ou a postura positiva) como elemento essencial do tratamento de doenças como o câncer. Tem por efeito, portanto, instituir práticas de existência essencialmente voltadas ao futuro e, por isso mesmo, tais regimes de esperança pertencem ao que aqui denominamos de saúde promocional.

Mas esses regimes são fronteiros aos regimes de verdade que, na direção oposta, investem naquilo que de fato é conhecido e agregam um conjunto bastante diferente de atores.

Aqui encontramos os “reformadores terapêuticos” do NIH⁶ que definem e avaliam a qualidade metodológica dos ensaios. Há também os compradores e seguradores de serviços de saúde, como a Blue Cross/Blue Shield, que não estão convencidos de que os custos consideráveis da abordagem neurocirúrgica são justificáveis, estão cientes de que há uma diferença fundamental entre medidas “testadas e aprovadas” e desenvolvimentos em “contextos de investigação”. De maneira importante, há também companhias farmacêuticas preocupadas com a competição por parte das abordagens moleculares ao tratamento da DP⁷ (MOREIRA E PALLADINO, 2003, p. 68, tradução nossa).

Nessa perspectiva, os pacientes são posicionados como consumidores de serviços de saúde, capazes de comparar os méritos relativos das diferentes abordagens quanto aos riscos, eficácia e custos. Trata-se, portanto, do enquadre da racionalidade instituído na modernidade. E, nessa fronteira, situam-se outros personagens imprescindíveis na biopolítica contemporânea: os bioeticistas que têm de lidar com a desconfortável posição de decidir entre alimentar a esperança ou zelar pela veracidade das ofertas de tratamento.

Sobre os conflitos

Identificar suscetibilidades, aprimorar a saúde, projetar esperanças, pôr os pés no chão das provas científicas, são todas as questões que, em última análise, têm o prolongamento da vida, saudável de preferência, por objetivo. Adentramos, assim, a arena dos conflitos: trata-se de proteger ou de impor? De direitos ou de deveres?

⁶ National Institutes of Health, nos Estados Unidos da América.

⁷ Doença de Parkinson.

De fornecer os subsídios para a vida saudável ou de exacerbar a responsabilidade de cada um de nós pela nossa saúde?

Desde que as políticas de saúde passaram a priorizar a atenção primária como forma de fazer frente às questões contemporâneas de saúde, a saúde promocional tornou-se parte importante das políticas setoriais e, em sua formulação mais abrangente, não visa imputar responsabilidade às pessoas. A moderna concepção de promoção da saúde, segundo Márcia Westphal (2006), tem por base cinco princípios: (1) uma concepção holística de saúde, voltada à multicausalidade do processo saúde-doença; (2) a equidade como forma de enfrentar as desigualdades estruturais, relacionada, portanto, à distribuição desigual dos determinantes da saúde na população; (3) a intersetorialidade como estratégia para dar conta da complexidade do processo saúde-doença; (4) a participação social na definição das políticas, no controle social e na avaliação das ações e serviços e (5) a sustentabilidade como forma de garantir ações duradouras.

Insera-se, assim, no campo dos direitos. Porém, embora seja uma postura politicamente correta, há críticas a essa abordagem não somente por ser uma prática altamente prescritiva que tende a impor estilos de vida considerados saudáveis, mas também por reforçar a responsabilidade individual na manutenção da saúde, enfraquecendo a ação do Estado.

Começemos pela questão da responsabilidade. No mercado de seguros já se fala sobre a inevitabilidade da convergência entre os planos privados de previdência e saúde. Tal fusão decorre “da necessidade de se pensar a saúde de forma preventiva e ‘molecular’, ou seja, de forma cultural e individual, fazendo com que cada beneficiário assuma definitivamente a gestão plena de sua saúde pessoal e dos que dele dependem” (HUMMEL, 2006, p. 25). Não se trata de ficção. Para Guilherme Hummel, há amplo consenso (inclusive por parte da Organização Mundial de Saúde) de que a “única forma de resolver a avalanche deficitária dos modelos de Saúde é a ampla conscientização de que cada cidadão está ‘condenado’ a cuidar e zelar pela sua própria saúde” (p. 25).

Diz o autor que existem basicamente três formas de um indivíduo se conscientizar sobre a necessidade de exercer controle preventivo sobre sua saúde. A primeira está fundamentada na clássica combinação de educação e conscientização. A segunda é compulsória – o Estado dita as normas de conduta, como tem acontecido com o uso de cinto de segurança em carros e com o controle de uso do tabaco. A terceira é por ele denominada de “mercadológica” – ou seja, seriam oferecidos benefícios econômicos que poderiam seduzir o usuário a adotar o estilo preventivo. É aí que entraria em ação o mercado de seguros previdenciário – público e privado. Seria criado um fundo que vincularia a poupança acumulada à “sinistralidade individual”. Parte do fundo estaria vinculada ao custeio da assistência à saúde e, quanto menos esta fosse utilizada, maior seria o acúmulo da poupança previdenciária.

Mas nem todos consideram esse caminho inevitável. A resposta de Illich a propostas desse tipo é contundente: “Saúde como nossa própria responsabilidade? Não obrigada!” Este foi o título da conferência que proferiu em Hanover, Alemanha, em 1990. O retumbante “não” nega cinco possíveis razões higienistas

para colocar em nós a responsabilidade pela saúde (nossa, dos menos privilegiados, do planeta): o paternalismo profissional, a ideologia da escassez, o pensamento sistêmico, a psicologia da libertação (doença e saúde como contextos para encontrar ou ressignificar nossos *selves*) e como compensação por termos destruído os espaços culturais, tecnológicos e arquitetônicos – e assim, as maneiras de adoecer e morrer – de muitas populações.

Illich prossegue enumerando as ilusões da biomedicina contemporânea: que saúde, hoje, nada mais é que adaptação às consequências do desenvolvimento; que a responsabilidade ética se reduziu a formalidades legitimadoras; que a maioria dos avanços da medicina apenas prolonga o sofrimento de loucos, aleijados, imbecis idosos (*old fools*) e monstros (*sic*) e que a vida, hoje, se reduziu a uma escala na qual se mede a aptidão do sistema imunológico.

Infelizmente eu reconheço que muitos de nós estamos infectados por uma estranha ilusão: uma pessoa tem “direito” ao chamado serviço de saúde (*healthcare*). Assim, demandamos receber o último pacote (*assortment*) de terapias tecnológicas, baseadas no diagnóstico de algum profissional, de modo a permitir que possamos sobreviver por mais tempo em uma situação que frequentemente é feia, ofensiva, deprimente ou meramente tediosa (ILLICH, 1990, p.7, tradução nossa).

Diante dessas ilusões, Illich clama por renúncia – o que ele chama de *epistemic askesis* – afirmando, na contracorrente da saúde promocional, ser necessário retomar a verdade da condição humana: “eu sofro dor; eu sou afligido por certas debilidades (*impairments*); eu certamente morrerei. Alguns sofrem mais dor, outros, desordens mais debilitantes, mas todos igualmente enfrentaremos a morte” (ILLICH, 1990, p.7).

Há ainda outro aspecto a ser considerado que, mesmo não sendo dimensão intrínseca da proposta promocional, é um possível subproduto: a culpa. Trata-se, digamos, do lado “interno” da responsabilidade, decorrência do nexos causal resultante da associação entre nossas ações e eventos da saúde (ou mais precisamente, da doença). Se há culpa é porque esses estilos de vida saudáveis tornaram-se um dever para consigo mesmo, em relação aos nossos entes queridos e para com o coletivo. Voltamos à questão do tabaco e às declarações da médica Vera à Folha de S. Paulo, referidas anteriormente: “Que os fumantes que assim o quiserem continuem fumando – é direito de cada um. Que fumem como quiserem e quando quiserem. Mas não onde quiserem – esse é o direito coletivo que deve prevalecer sobre o individual”.

Concluindo...

Nestas poucas páginas procuramos abordar um assunto assaz complexo e preocupante que se refere, sobretudo, à medicalização do futuro (CASTIEL; DIAZ, 2007) e às possíveis formas de resistência à pressão para adotar estilos de vida saudável. Já há algum tempo nos dedicamos ao estudo do que chamamos de risco positivado, isto é, a opção por estilos de vida que implicam risco de vários tipos. Portanto, em nossas pesquisas e escritos, não tratamos dos riscos manufaturados inerentes à modernidade tardia – aqueles que incorremos sem opção por serem sistêmicos ou por não termos acesso às tecnologias de segurança (incluindo aqui o acesso à informação). Abrimos a escuta àqueles que, por motivos variados, assumem estilos de vida arriscados. Deparamo-nos, desse modo, com estilos que se tornaram socialmente aceitos e valorizados, como os aventureiros de fim de semana e os atletas profissionais que se dedicam a esportes ditos radicais. Mas também com estilos que se tornaram socialmente proscritos, embora não sejam ilegais em todos os contextos sociais: por exemplo, o uso de drogas leves (a Argentina acabou de legalizar a maconha para uso pessoal), o tabagismo e a ingestão de bebidas alcólicas (desde que “se beber, não dirija”). Porém, são estilos de vida cinzentos, prazerosos, não totalmente ilegais, mas certamente associados a sombrios futuros em termos de saúde. Fica, assim, a questão: por que as práticas sociais no contexto da saúde têm essa facilidade de serem enredadas em prescrições morais?

Referências

- BOEIRA, Sergio L. Indústria de tabaco e cidadania: confronto entre redes organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, n.3, p. 28-41, 2006.
- BROWN, Nik. Shifting tenses: reconnecting regimes of truth and hope. *Configurations*, n. 13, p. 331-355 2005.
- CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CASTIEL, Luis David; DIAZ, Carlos Álvarez-Dardet. *A saúde persecutória*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999/2005.
- GIDDENS, Anthony. *Modernity and self-identity*. Cambridge, GB: Polity Press, 1991.
- HUMMEL, Guilherme S. Convergência de planos e previdência e planos de saúde: uma realidade cada vez mais próxima. *Apólice – Revista do Mercado de Seguros*, v. 11, n. 101, p. 25-27, 2006.
- ILLICH, Ivan. Health as one's own responsibility. – No, thank you! Disponível em: www.homepage.mac.com/tinapple/illich/1990_health_responsibility. PDF. Acesso em 30 de agosto de 2009.

MOREIRA, Tiago; PALLADINO, Paolo. Between truth and hope on Parkinson's disease, neurotransplantation and the production of the "self". *History of the Human Sciences*, v.18, n.3, pp. 55-82, 2005.

NOGUEIRA, Roberto Passos. A segunda crítica social da saúde de Ivan Illich. *Interface*, v.7, n.12, p.185-190, 2003.

OSELKA, G. Direitos dos pacientes e legislação. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 47, n.2, p.85-109, 2001.

ROSE, Nikolas. *The politics of life itself*. Princeton, N.J.: Princenton University Press, 2007.

SPINK, Mary Jane P. Trópicos do discurso sobre o risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*, v.17, n. 6, p. 1277-1311, 2001.

SPINK, Mary Jane. Sobre a possibilidade de conciliação do ideal da integralidade nos cuidados à saúde e a cacofonia da demanda. *Saúde e Sociedade*, v.16, n.1, 18-27, jan-abr 2007.

SPINK, Mary Jane P. A saúde na encruzilhada entre biopolítica e bioeconomia: reflexões sobre os paradoxos da "era dos direitos" na globalização hegemônica. In: RIBEIRO, M. A T. R.; BERNARDES, J. de S. e LANG, C. E. (Orgs.). *A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 55-74.

SPINK, Mary Jane P.; LISBOA, Milena S.; RIBEIRO, Flávia G. (2009). A construção do tabagismo como problema de Saúde Pública: uma confluência entre interesses políticos e processos de legitimação científica. *Interface*, v.13, n. 29, p.353-365, 2009.

WESTPHAL, M. Promoção da saúde e prevenção da doença. In: CAMPOS, G.W. de S.; MINAYO, M. C. De S.; AKERMAN, M; DRUMOND JR. M. e CARVALHO, Y.M., (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 635-667.

Políticas de saúde e normalidade procriativa: a ausência de filhos é um “problema de saúde”?

Pedro Nascimento

Universidade Federal de Alagoas

A disseminação de tecnologias reprodutivas é saudada por profissionais e usuários dessas técnicas como sendo o desenvolvimento máximo da possibilidade de superação de dificuldades das pessoas na realização do sonho de ter um filho. Além da naturalização desse desejo, o desenvolvimento das novas tecnologias conceptivas (NTC) associado a saber médico e mercado (FRANKLIN, 1997; CORRÊA, 2001; Ramirez, 2003) muitas vezes apresenta a idéia de que todos os casais ou indivíduos que não têm filhos passariam a incorporar essas técnicas como a saída definitiva para seus *problemas*. A expansão desses serviços para a rede pública de saúde é geralmente saudada como uma forma de *ampliar o acesso* das pessoas a essa tecnologia, sendo possível indicar a seqüência lógica desse raciocínio: a) as pessoas querem ter filhos; b) a ciência tem a saída; c) muitas pessoas não têm dinheiro para pagar; d) é preciso *popularizar o acesso*, afinal as pessoas têm *direito* a um filho; e) as pessoas estão dispostas a *pagar o preço* para isso.

É com o objetivo de problematizar a construção desse raciocínio que esta comunicação está estruturada. Parto de discussão feita em minha tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre os anos de 2005 e 2009⁸. Um dos pontos de partida dessa pesquisa foi a busca por compreender o que significa a disseminação dessas tecnologias de ponta em um país como o Brasil, marcado pela desigualdade socioeconômica, e por um discurso constante sobre essa desigualdade⁹. A pesquisa etnográfica na qual minhas reflexões se baseiam foi realizada inicialmente, em um hospital público¹⁰ de Porto Alegre que disponibiliza

⁸ Recebi o apoio do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (IFP/FORD) para a realização do doutorado, pelo que agradeço, bem como à Fundação Carlos Chagas que coordena o Programa no Brasil. Agradeço também ao CNPq pela concessão de bolsa na fase final do doutorado.

⁹ Sobre a disseminação dessas tecnologias no Brasil ver, por exemplo, Barbosa (1999), Corrêa (2001), Ramirez (2003); para uma análise de diferentes impactos dessa presença ver Costa (2001); Grossi; Porto; Tamanini (2003), Vargas (2006) e Luna (2007).

¹⁰ O nome do hospital foi omitido e os nomes de todas as pessoas referidas foram alterados.

serviços de Reprodução Assistida. Para coletar os dados nesta instituição, utilizei-me da observação participante e entrevistei 17 casais que estavam realizando consultas ou já tinham iniciado o tratamento para *infertilidade*. Também estabeleci contato com serviços de saúde pública em três comunidades de Porto Alegre onde, além da observação participante, entrevistei mais de uma dezena de mulheres com *dificuldade para engravidar*.

Vale enfatizar as questões viabilizadas por essas duas situações etnográficas diferentes. Na primeira situação, junto ao Hospital, foram contatados sujeitos que iniciaram uma trajetória de investigação e intervenção médica há muitos anos e já se submeteram a vários ciclos de tratamento, bem como sujeitos que estavam tendo as primeiras informações sobre os procedimentos e iniciando uma trajetória de investigação num serviço especializado, com percurso anterior de investigação e tratamento que variava entre quatro e dezessete anos. Eram esses sujeitos percebidos como aqueles marcados pela experiência da infertilidade; o Hospital visto como o lugar que dispõe das técnicas para a superação dessa dificuldade e profissionais orientados pelas possibilidades oferecidas por essas tecnologias. É a esse contexto que o discurso dos constrangimentos financeiros está centralmente relacionado, seja pela fala por parte de profissionais da necessidade de popularizar o acesso, seja na percepção de que esse acesso não está garantido para todos, o que cria nova distinção – entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços.

A segunda situação remete aos serviços comunitários de saúde onde os profissionais orientados por sua percepção acerca da população com a qual trabalham, acionam, num primeiro momento, o discurso de inexistência de casos de infertilidade no local. A partir desse posicionamento inicial, associado à dificuldade de imaginar que ‘os pobres’ poderiam sofrer por ausência de filhos, começa a surgir uma tematização diferenciada, principalmente pelas agentes de saúde, mas também pelos médicos e demais profissionais das equipes de saúde, que indica a possibilidade de emersão da noção de ‘dificuldade para ter filhos’.

Ao identificar as etapas da trajetória médica daqueles casais contatados na primeira fase da pesquisa enfatizei como, para essas pessoas que não são o público das clínicas privadas de reprodução assistida, os constrangimentos financeiros são apresentados como sendo a maior dificuldade. Nesse sentido, a descoberta da existência de um serviço que seria financiado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) passa a ser visto por essas pessoas como uma *luz no fim do túnel* (cf NASCIMENTO, 2007; 2009)¹¹. Nesse processo, as dificuldades não são vistas como algo anômalo, mas como elementos impulsionadores e a trajetória é narrada tendo como referência um resultado para o qual não se via alternativas. O progresso médico incorporado (FRANKLIN, 1997) alimenta a crença e a disposição à continuidade.

¹¹ Essa luz, no entanto, dificilmente chega a se efetivar. Os obstáculos ao longo do caminho (preço dos remédios, recursos suplementares...) dificultam o êxito de um tratamento que possui, nas melhores das condições, uma probabilidade de dar certo estimada entre 15 e 20%. Além do mais, como foi narrado por profissionais do mesmo serviço, não são *exatamente os pobres* quem chegam até o serviço. Se chegam às primeiras etapas de investigação de possível infertilidade, são *peneirados* pelo próprio sistema em suas dificuldades de diversas ordens (Allebrant; Macedo, 2007: 22-23).

O elemento central que essa opção metodológica propiciou foi a percepção de um recurso diferenciado por parte das pessoas ao serviço de saúde. Para aqueles que estavam na busca pelos serviços no Hospital, havia a expectativa de que haveria uma *solução* para um *problema*. O contato com as pessoas nas comunidades começou a demonstrar que esse processo não era tão evidente. Passei a ver que para muitos nem mesmo haveria um problema em termos médicos a ser resolvido e o que parecia a mesma questão – a ausência involuntária de filhos – não era formulada sempre nos mesmos termos¹².

Essa diferenciação não se dá em termos substantivos; não se quer configurar dois grupos completamente distintos. O ponto de partida é que não se trata de uma decisão informada por alguma lógica abstrata ou simplesmente uma escolha – ter ou não ter um filho biológico. A predileção por um filho biológico apresenta-se para todos. O que se buscou perceber foi a interconexão de sujeitos na produção dessa predileção e de que forma elementos como classe; tipo de acesso aos serviços de saúde; experiências de adoção e circulação de crianças podem ser considerados para problematizar o “desejo atávico” por filhos biológicos. Considera-se também como o desejo de um filho e a resolução de uma ‘dificuldade’ têm a ver com uma trajetória mais ou menos próxima dos serviços de saúde; há diferenças entre maior ou menor ‘adesão’ ao discurso biomédico num plano mais geral, muito embora sua marca não possa ser negada.

1. Descobrimo um problema: distanciamento e proximidade dos serviços de saúde

É possível afirmar que o acesso ao serviço de saúde é parte importante da construção da demanda por ‘tratamento’: “o médico perguntou se eu queria ter filho”; “ele perguntou por que eu nunca tinha tido um filho meu mesmo”, eram algumas das falas que apontavam nessa direção. Este processo que alguns autores apontam como sendo parte de uma “tendência crescente das pessoas em transformar problemas sociais em questões biomédicas” (THOMPSON, 2005: 11), onde a medicalização da reprodução é uma importante dimensão (BARBOSA, 1999; CORRÊA, 2001) parecia se mostrar em diferentes facetas no contexto da pesquisa. Certas vezes, quando as agentes de saúde me apresentavam as pessoas ou quando estavam presentes em alguma entrevista, estimulavam as mulheres a “não desistirem” de procurar tratamento e irem “até o fim”, da mesma forma como interpelavam os moradores sobre os mais diversos ‘problemas de saúde’ no dia a dia.

Na pesquisa junto às comunidades, em parceria com os profissionais de saúde, que me apresentavam os *casos* de que tinham conhecimento, foi ficando mais claro como não era definitiva a compreensão e a percepção do que eram os episódios e pessoas

¹² Evito o uso do termo infertilidade para referir as situações de pessoas que involuntariamente não tinham filhos. A noção de “ausência involuntária de filhos” [*childlessness*] está mais próxima do contexto da segunda fase da pesquisa onde a categoria médica de infertilidade, enquanto uma “patologia” não se aplica. Para essa discussão, ver Inhorh e Balen (2002); ver também Vargas (1999) e Diniz (2002).

a me serem apresentados ou relatados. A própria definição do que seria um *caso* de alguém que está “querendo ter filho”, ou está “tendo dificuldade para engravidar”, ou tem “problema para ter filho” variava de acordo com a situação. Pode-se dizer em certo sentido que o próprio desenvolvimento da pesquisa e a minha presença no serviço de saúde *interferiu* no olhar dos profissionais sobre o que é uma *dificuldade para ter filho*. Não apenas porque é possível passar a se entender os *casos* de forma diferenciada, mas porque se passa mesmo a notar situações que antes não eram percebidas assim. Na seqüência discutirei como percebi essa relação das pessoas com os médicos e o contato com o serviço de saúde na definição de *problemas e demandas*.

1.1. O doutor perguntou se eu não queria ter um filho meu mesmo

Em uma das vezes que estive na casa de Rosa e Plínio (31 anos; ele pedreiro, cursou até a 3ª série e ela, dona de casa, cursava a 6ª série; negros; católicos) Rosa falou que já havia ido ao posto de saúde, antes de adotar Daniel, há muitos anos e que o médico teria pedido exames que não identificaram razões para ela não engravidar: “O médico disse que estava tudo bem com meu útero, eu não tinha útero infantil, mas ele não sabia o porquê...”. Quando eu perguntei que tipo de exames ele havia solicitado ela respondeu “Não sei te dizer” e pensativa continuou depois:

É daquele exame que é tipo uma televisãozinha... Aí depois eu não voltei mais no posto. Ele dizia que tinha um tratamento que eu podia fazer, tomando remédio para regularizar minha menstruação, mas aí foi quando ele saiu do posto e eu não fui mais atrás... (Isso foi quando, Rosa?) Ah, faz tempo, eu não estava nem com Plínio ainda, foi no meu outro casamento. (E depois tu voltaste ao médico?) Eu fui outra vez agora, quando já era o Dr. Valter e ele pediu novos exames porque ele diz que não fica claro pelo exame o porquê da minha menstruação não vir. Ele disse que deve ser por isso que eu não engravidado, porque é por causa da menstruação que a mulher engravida... Aí ele está estudando meu caso, ele disse que vai consultar os colegas dele lá para ver se entende porque que eu não consigo engravidar.

A referência ao “exame da televisãozinha” e a *descoberta* junto ao médico que é “por causa da menstruação que a mulher engravida” apontam para um perfil específico sobre a relação com o saber médico para o qual estou chamando a atenção. Rosa diz que o médico está estudando seu caso porque ele não sabe o que ela tem, porque não engravida. Sua compreensão dos encaminhamentos médicos, nos termos apresentados pelos profissionais, coloca várias questões para entender a forma como certo conhecimento está sendo negociado e a forma como essa percepção orienta a busca e a continuidade da investigação e do tratamento do que

passa a se configurar como uma doença¹³. Assim como outras mulheres com quem conversei, Rosa fala como nessa interação com o serviço de saúde, na sua percepção, foi o médico quem “sugeriu” o tratamento:

Quando eu fui pela primeira vez lá no posto foi por causa de Daniel, ele estava doente... Aí o doutor viu minha ficha e perguntou se eu não tinha um filho meu mesmo e se eu não queria ter. A minha ficha estava junto com a dele [Daniel, o filho] e ele viu que eu não menstruava, viu o que o outro médico tinha dito...

A forma dessa *sugestão* não está sendo tratada aqui sempre como uma violação intencional da autonomia das pessoas na relação com os médicos e demais profissionais. Há vários elementos a reafirmarem o compromisso dos profissionais com as pessoas com as quais lidam. No entanto, essa forma de condução extrapola as percepções individuais. O que eu percebo como uma *interferência* dos médicos pode ser por eles entendida como apenas o exercício da sua profissão e para a mulher que consulta o médico o que, antes era algo naturalizado, surge como um *problema* que precisa de um *tratamento*. É a própria inseparabilidade desse exercício com o poder e a disseminação da lógica da biomedicina que está aqui sendo discutida, particularmente a partir da disseminação da ação do Programa de Saúde da Família (PSF). Assim, não é difícil perceber como a penetração de equipes médicas nas comunidades começa por colocar determinados tipos de questões para as pessoas. O fato de inexistir uma orientação clara de encaminhamentos faz os médicos comprometidos em *solucionar* os problemas de suas pacientes, utilizarem os recursos de que dispõem.

Além da ação dos médicos, com relação às agentes de saúde, essa pode ser percebida como uma forma muito peculiar de acompanhar o dia a dia das pessoas, identificar suas demandas médicas, ajudar-lhes nesse acesso aos serviços e monitorar essa procura, estimulando de formas mais e menos diretas a “procurarem o posto”. O episódio narrado a seguir tem o objetivo de apresentar o que me chamou a atenção na interação das agentes de saúde com as pessoas da comunidade. Nessa interação marcada sempre por um tom muito tênue entre a ‘persuasão leve’, o ‘estímulo’ e a ‘cobrança’, o último elemento me parece ser o mais comum, como foi o encontro de Elenice, uma agente de saúde, com uma mulher com uma criança ao colo quando íamos chegando à parada do ônibus em uma visita domiciliar em que eu a acompanhei:

Elenice para em pé com as mãos espalmadas à frente do seu peito: “*Fulaninha, fulaninha...* olha só como está meu olho olhando pra tí [fazendo um olho inquisidor olhando

¹³ Essa relação pode ser pensada a partir de “modelos explanatórios” diferenciados na relação médicos-pacientes onde vários elementos estão sendo negociados para que o que está sendo interpretado como a experiência da “doença” ganhe sentido. Essa perspectiva de análise, desenvolvida por Kleinman (1980 citado por Oliveira, 1998, p. 15; 157), possibilitaria segundo Oliveira (1980, p. 157) “resgatar o aspecto comunicacional” na relação entre indivíduos e serviços de saúde.

firmemente no olho da mulher e com um leve sorriso irônico de provocação no rosto]”. E a mulher, uma jovem negra e um pouco gorda olha para ela sorrindo “O que foi?” e logo na seqüência diz “Ah, sim, era pra ter ido ontem, mas eu não pude”. E Elenice rindo e balançando a mão em sua direção como quem insinua que vai dar uma *palmada* diz: “Tu tá te fazendo de leitão vesgo pra mamar em duas tetas, é? Tu tem que ir, tem que levar o nenê pra vacinar e também tem que ver o que vai fazer com o teste do pezinho porque já passou dos quinze dias”... “Eu vou lá amanhã”, diz a mulher que fica na parada do ônibus acompanhando outra mulher com outra criança no colo.

Nessa “pressão camarada” das agentes de saúde¹⁴, pude acompanhar diferentes casos mais focados e mais difusos de mulheres que, na interação com o serviço de saúde descobrem um problema e constroem um diagnóstico. Para alguns casos que acompanhei, algumas pessoas relatam um desejo irrefutável de tentar a reprodução assistida, apenas após o contato com o serviço de saúde. A construção desse desejo é parte de um compromisso daqueles profissionais em ajudarem seus *pacientes*. No entanto, em outras situações, os próprios profissionais das unidades básicas de saúde desconheciam os meandros dos serviços de reprodução assistida e recomendaram aos seus pacientes sem terem conhecimento até que o serviço público não implica em ausência de pagamento dos medicamentos¹⁵.

2. De como a biomedicina marca, mas não define os caminhos percorridos.

2.1. “Eu acho que deveria ter ido ao médico”: Sobre a diferença entre não ter filho e ter um problema de saúde

Se em alguns casos mulheres haviam passado anos em tratamento médico até encontrarem uma solução ou uma explicação para a falta de filhos, Gerlane e Isaura, pareciam terem encontrado essas soluções ou resistido a encontrá-las, completamente do lado de fora do serviço de saúde.

Gerlane tem 34 anos, estudou até a quarta série, é dona de casa; vivia em Canoas onde mora sua família que inclui duas irmãs, uma que tem uma filha adotiva e outra que “nunca teve filho” mas também nunca procurou médico. Há seis anos havia-se mudado para Porto Alegre onde vive com seu segundo companheiro que é vendedor de frutas. Há dois anos abortou, aos sete meses de gravidez, nunca tinha

¹⁴A ênfase dada à ação das agentes de saúde não pretende afirmar um maior “controle” destas que dos demais profissionais do PSF. Deve-se a seu trabalho ser mais direto com a “comunidade” e assim tornar-se mais explícita essa atuação. A “dupla pressão” a que estão expostas por serem, ao mesmo tempo, parte da comunidade e do serviço de saúde (Scott, 2008) deve ser levada em conta na análise do caráter ambíguo de seu papel (Victoria; Knauth; Oliveira, 2008).

¹⁵ Quando falei a uma médica sobre o pagamento dos medicamentos [e seu preço alto] mesmo no serviço público, ela ficou visivelmente preocupada e disse “pois é, a gente precisava se informar mais sobre isso”.

engravidado antes, mesmo quando viveu por sete anos com seu primeiro companheiro. Quando a encontrei a primeira vez e, na conversa, mencionei o tema da pesquisa, ela disse que sempre quis ter filhos e achava que deveria ter procurado o médico depois que abortou: “Era para eu ter ido [ao posto] mas eu não fui... Acho que é porque eu sou relaxada”. Depois disse que achava que não havia ido ao médico porque não queria “passar por aquilo de novo” – engravidar e perder o filho: “Mas eu também não fiz nada não... Eu nunca fui procurar médico”. Perguntei se ela achava que deveria ter procurado e ela disse: “É, né, porque se eu não uso nada, e não consigo engravidar, deve ter alguma coisa errada, mas eu nunca me preocupei não”.

Isaura é uma mulher de 52 anos, casada há 21 com o mesmo companheiro e estudou até a terceira série; eles vendem desinfetante e detergente de porta em porta e já trabalharam também na reciclagem de lixo. Isaura teve um aborto logo no começo do casamento, não engravidou mais, não sabe o que aconteceu para isso, mas acha que não tem nenhum problema para engravidar já que engravidou daquela vez. Continua dizendo “quero ter um filho meu mesmo”, mas também diz que nunca foi ao médico para isso. Da última vez que tinha marcado uma consulta para fazer uma ecografia, encaminhada pelo posto de saúde, esqueceu a consulta. A causa do aborto de Isaura fora um acidente quando ela foi “apartar uma briga” de seus irmãos e levou “um chute na barriga”. Eu perguntei se ela sabia se esse episódio poderia ter gerado alguma complicação além do aborto e ela diz:

A médica falou uma coisa do meu útero, mas eu não sei... como é, não me lembro... [Diz fazendo umas caretas, baixando a cabeça com a mão no queixo, como fazendo um esforço para lembrar]. Útero infantil. Foi isso que ela disse que eu tinha, útero infantil... mas tem uma amiga minha que a médica disse que ela tinha o mesmo problema, ela fez o tratamento e hoje tem oito filhos... Olha aí... Mas eu não procurei, larguei de mão, não dei bola para o meu corpo. A minha amiga vivia dizendo para eu ir ao médico, voltar para fazer o tratamento, mas eu não procurei.

Perguntei também o que a médica havia explicado sobre “útero infantil” – já que havia ouvido repetidas vezes essa referência. Isaura ri, fixando o olhar em mim por um instante e faz um gesto com as mãos abertas depois dizendo não saber: “Eu ficava meio *paradona* assim pensando... útero infantil, o que é isso? Mas aí depois disso eu era para voltar na médica, mas não voltei”.

A forma como Isaura e Gerlane me falavam da sua *procura* do médico parecia sempre muito mais uma afirmação em virtude de me considerarem alguém que acharia que elas deveriam ter feito isso; acabavam dizendo que *deveriam* ter procurado o médico. Particularmente isso pode ter se acentuado na primeira conversa com Gerlane onde fui apresentado pela médica do posto de saúde. Suas trajetórias e não só suas falas apontam para isso. Gerlane vinha de dois casamentos, um de sete e outro de seis anos e disse que nunca foi ao médico por essa razão. Isaura é casada há 21 anos e a ecografia solicitada pela médica se deu em virtude de sua *queixa* de que estava com dor “aqui em baixo, perto do umbigo”. Ela me contava que na consulta, ao falar que nunca tinha tido um filho biológico, que a

possibilidade de começar a investigar *problemas* aconteceu: “A médica disse que, se eu quisesse, ela me encaminhava ao médico para fazer um tratamento”.

Aos dois possíveis obstáculos à sua gravidez, o ‘útero infantil’ e a idade, Isaura objetava rapidamente que isso não seria problema, pois conhecia casos de mulheres que teriam engravidado na mesma situação, mesmo que já fizesse mais de vinte anos de sua única gravidez. Assim como Isaura, Gerlane repetia por várias vezes que sua irmã sempre lhe dissera que ela não tinha “nenhum problema” e sabia que ela poderia engravidar. Em muitas situações, essa percepção era corriqueira: se há alguma mulher que em situações parecidas às suas haviam engravidado, seria razão para elas crerem que também poderiam.

Para essas mulheres, não há uma aceitação imediata do fato de que o que os médicos apresentam como razões ou dificuldades de sua gravidez como sendo argumentos definitivos. Nessa forma de considerar o que seriam as razões para não engravidarem pode ser percebida uma crença alimentada numa possibilidade que ainda não se esgotou. Por outro lado, é possível perceber também que aí está em jogo a negociação de uma “identidade”. Em virtude do estigma associado ao fato de não se poder gerar um filho, tendem a negar a identidade de infértil ou estéril (VARGAS, 1999, LUNA, 2007: 67-75).

Além dessas situações, há um outro conjunto de mulheres cujas trajetórias apontavam trajetórias semelhantes às descritas até aqui, mas apresentam novos elementos, particularmente a forma como a experiência do sofrimento definiria a continuidade ou não do tratamento. Não faz sentido perguntar se estas a que me refiro aqui acabaria desistindo como outras fizeram, até porque o que se pode perguntar é se de fato elas *começaram*. Não se trata de futurologia. Se aqueles casais acompanhados no hospital construíam o serviço de reprodução assistida como sendo a sua *luz no fim do túnel* (ver NASCIMENTO, 2007; 2009) esses ou não a enxergam ou estão guiando-se por *outras luzes*.

2.2. Outras formas de construir parentalidade: *pegar para criar*

A primeira vez que fui à casa de Rosa ela me falou de como foi a experiência de maternidade em sua vida:

Eu penso assim, chega um tempo na vida da gente que a gente quer ficar mais quieto, quer ficar em casa, quer ter a família da gente... Eu me lembro quando eu não tinha ele [filho]... Tudo bem, eu saía, passava o dia fora, conversava com uma, com outra, mas depois quando eu vinha para casa, eu me sentia sozinha, eu sentia falta de um filho meu. (E como foi quando ele chegou, Rosa?) Ah, foi muito difícil, porque eu já tinha cuidado de criança, meus sobrinhos, mas era diferente, eu cuidava, dava banho, mas quando a mãe [das crianças, suas irmãs] chegava levava para casa e eu ficava livre, mas quando ele chegou não, ele chorava o tempo todo, eu não conseguia dormir porque ele se acordava de noite, eu não

sabia como fazer. Minha mãe dizia como fazer as coisas, mas era eu que tinha que fazer tudo... Foi à força que eu aprendi a ser mãe... Mas eu não me arrependi um minuto. Tudo que eu queria era ter um filho.

Sinalizador do desejo de ter filhos que marca as pessoas que conheci ao longo dessa pesquisa, essa fala de Rosa é enfática no significado da transformação em sua vida da chegada de um filho: “Tudo que eu queria era ter um filho”. Assim, deslocada de seu contexto não pareceria surpresa que ela estivesse falando de um filho biológico. “Eu sentia falta de um filho meu”, ela dissera no começo dessa mesma fala. No entanto, essa fala sua referia-se ao período logo após a adoção de Daniel, que foi deixado por uma vizinha para que eles o criassem. Ao mesmo tempo, na seqüência dessa conversa, ela enfatizava como agora que já tinha um filho homem queria uma menina, mas “dela mesmo”.

Eu começava a perceber que a adoção aparecia como um tema não apenas mais recorrente, como também uma possibilidade mais realista, menos distante do que aparecia para os sujeitos envolvidos na missão de ter um filho pelas NTCs. Essa compreensão foi ressaltada já nos primeiros contatos com as agentes de saúde. Embora em um primeiro momento quando eu perguntasse sobre o tema elas dissessem desconhecer, aos poucos, iam *lembrando* vários casos não apenas relacionados às pessoas das comunidades onde trabalhavam, mas em suas próprias famílias ou entre pessoas mais próximas dos seus círculos de convivência.

Em consonância com as pesquisas de Claudia Fonseca (2002), sobre as particularidades da adoção ou da circulação de crianças em grupos populares, pude perceber entre os casais que conheci nas comunidades vários casos de adoção formalmente regulados ou experiências de “pegar para criar”. Três haviam adotado, um tinha iniciado processo de adoção, mas tinha desistido por causa da burocracia e dois dizem ter pensado em adoção, mas por insegurança sobre o caráter definitivo da adoção tinham desistido e outros diziam estar ‘procurando’ criança para adotar¹⁶.

Certamente nem todas as pessoas narravam a possibilidade da adoção da mesma forma, havendo resistência. No entanto, percebi em muitos casos que a negação da adoção se dava menos por uma rejeição a essa alternativa e um apego ao desejo de um filho biológico e mais a um temor de, ou ser abandonado pelo filho adotado quando esse crescesse, ou que uma adoção “informal”, implicasse em que, depois de estabelecidos vínculos entre os pais e filhos adotivos, os pais biológicos quisessem “pegar de volta a criança”. Por essa razão, todos os que adotaram falaram logo de urgência em “passar para o meu nome”.

¹⁶ Como era o caso de Maira, que adotou aos 20 anos de idade um afilhado que a mãe biológica abandonara. À época da pesquisa ela estava grávida e já fazia sete anos que estava casada com seu primeiro marido e haviam adotado uma criança. Segundo Maira seus amigos acharam “uma loucura” eles adotarem tão jovens, já que poderiam ter um filho ‘seu mesmo’ depois. Grávida aos 22 anos de idade ela diz que isso é bom, pois queriam ter um casal; já tendo um filho, “agora era só uma menina chegar”.

Foi muito mais corrente, por parte das mulheres que entrevistei nas comunidades, o desejo de experimentar a maternidade, cuidando de uma criança recém nascida do que um desejo de ter seus genes perpetuados. Embora haja referências a que “não se sabe como essa criança vai ser” e que “é muito complicado” não saber “as origens da criança”, os temores parecem se aplicar muito mais a um eventual abandono do lar do que a uma preocupação com traços hereditários (ou continuação biológica da linhagem)¹⁷.

Num primeiro momento quando ouvia pessoas dizendo “é muito difícil adotar” eu traduzia simplesmente por “eu prefiro um filho biológico”. Aos poucos fui vendo os relatos de pessoas que não apenas adotaram, mesmo sem identificar qualquer dificuldade para ter um filho biológico, mas também relatos de tentativas frustradas de adoção e comparações das filas, seja da adoção, seja do tratamento para engravidar. Ainda mais, não era automática a desistência da adoção pelo simples enunciado de uma possibilidade médica de ter um filho.

Semelhante ao reconhecimento das dificuldades de acesso ao serviço de saúde emerge nessas falas o poder judiciário como outro pólo a ser gerenciado na busca de um filho. A fala de muitas mulheres e homens de que “é difícil adotar” remete no mais das vezes à burocracia, à demora e à idéia de que “eles [os juízes] não vão dar filho [em adoção] para pobre” do que a alguma resistência *a priori* à adoção. Quando perguntei a Rosa se eles já haviam pensado em adotar antes de Daniel aparecer ela disse que “sempre pensava”. No entanto, fora a sua mãe quem os alertou para que adoção não era algo tão simples, nem para todas a pessoas:

A mãe dizia ‘Vocês acham que adotar é assim fácil? Não é não. Tem que ter as coisas, *eles* vão querer saber... E tem mais, Plínio e eu não somos casados no papel. Estava dando no rádio que *eles* não querem dar criança assim para quem é classe média como a gente...

Eu não entendia o que Rosa queria dizer com “classe média” em função das circunstâncias que percebia em sua vida enquanto dona de casa e seu marido pedreiro. Rosa continuava: “A gente que é da classe média eles vão querer saber quanto ganha, se vai ter condições de criar a criança, onde mora...”. Quando perguntei para quem ela achava que *eles* dariam filhos em adoção ela disse: “Ah, só para gente rica, para quem tem dinheiro...¹⁸ Aí a gente pensava em adotar, mas quando a mãe falou isso e eu fui vendo, aí disse, ‘então vou esperar’. Mas aí apareceu Daniel. Eu não achava que ia ser tão rápido, [diz rindo]”.

Em todos os casos acompanhados quando havia uma resistência à adoção num primeiro momento, as idéias recorrentes eram, por exemplo, “poder criar um

¹⁷ No contexto analisado por Naara Luna (2007) há referência aos diversos posicionamentos em relação à possibilidade de adoção, no entanto em geral considerada como recurso de última ordem, uma vez sendo impossível um ‘filho do sangue’.

¹⁸ Vale destacar que entre os casais contactados no Hospital, os três que estavam “habilitados” para adoção e aguardavam na fila ao mesmo tempo em que faziam o tratamento, eram os de maior poder aquisitivo.

novinho”, “fazer eu mesmo”, muito mais que ter um do “meu sangue mesmo”¹⁹. É preciso considerar que o recurso à biomedicina em geral e às NTCs, em particular, está sempre sendo pensado dentro de um conjunto maior de possibilidades que levarão ou não à consideração de sua possibilidade, por mais distanciada que essa noção de sua existência seja. Além disso, entre essas possibilidades será considerada a adoção não apenas como um recurso de último caso, pois há situações de crianças já adotadas por mulheres que haviam identificado *problemas*, mas não só por essas.

Vale destacar que todos os casos narrados de adoção ou tentativas de concretizá-la, pelas mulheres das comunidades, foram feitos diretamente entre mulheres sem filhos e as mães biológicas. Uma vez anunciada a possibilidade ou feito o acordo entre ambas é que a necessidade de regularização se impõe. Não há casos de pessoas que entraram *na fila* (isto é, o cadastro de adotantes do Juizado da Infância e da Juventude) para isso. A idéia corrente é que ‘juiz não dá filho a pobre’ e seria perda de tempo ficar na fila. É diante de todos esses elementos percebidos como obstáculos que vão se descortinando alternativas para que se possa ter um filho.

3. Considerações finais

Levando em conta a lógica apontada segundo a qual as pessoas recorreriam necessariamente às NTCs uma vez estivessem *disponíveis*, alguém poderia objetar que aqueles que estão aqui apresentados como dando uma atenção diferenciada a esse campo de possibilidades assim o fazem apenas por não terem dinheiro para pagar os procedimentos, nem mesmo os recursos para conseguir acessar os serviços apresentados como sendo gratuitos, via SUS. Adentrar esse tipo de especulação me parece descabido – imaginar em nossa sociedade um momento em que esses obstáculos desapareceriam a todos. Admitindo que minhas interpretações se prestam para esse contexto e para o tipo de posicionamentos que venho sistematicamente ouvindo de diferentes pessoas, defendi uma possibilidade diferente de experimentar a ausência de filhos. Nesta, não somente inexistente uma adesão automática aos serviços, mas também a adoção aparece como prática mais comum e uma possibilidade real tanto para os que irão encontrar dificuldades para engravidar como para os que não irão.

Ao mesmo tempo, como algumas das situações apresentadas indicam, não se trata de categorias separadas necessariamente ou de uma oposição sistemática entre os diferentes preços que cada um está pagando nessa busca. É possível ver situações dos que negam ou simplesmente não procuram o serviço de saúde, mas é também possível encontrar aqueles que, já em contato com os serviços de saúde, ainda consideram outras opções para alcançar seu objetivo e ter um filho²⁰.

¹⁹ A questão aqui não é se as pessoas optam por uma coisa ou outra, mas os diferentes significados associados ao “ídioma do sangue”, onde se percebe que a definição de vínculos extrapola a noção de “laços genéticos” (cf CARSTEN, 2000).

²⁰ Como, por exemplo, recurso a “tratamentos alternativos”, como uso de *xaropes* e outros medicamentos caseiros, realização de promessas a “Cosme e Damião”, procura de curandeiros, realização de *cirurgias astrais* etc. Ver Nascimento (2009); Arilha (1996).

O que busquei também apontar foi que, mesmo no caso de algumas pessoas que estão buscando informações e desejando se submeter aos tratamentos de que ouviram falar, seja no posto de saúde da comunidade, seja nos serviços mais especializados, há uma forma particular de desenvolvimento de suas trajetórias que não me permite colocá-los lado a lado daqueles acompanhados junto ao setor de reprodução assistida no hospital. A compreensão é de que poderíamos falar ao menos em três categorias que parecem formar diferentes níveis de uma rede maior: os que vão pagar o preço nas clínicas privadas; os que vão ao menos conseguir saber que existe e experimentar os meios de que dispõem na rede pública; e os que, ou não quiseram se submeter a todo esse processo, após conhecê-lo, ou ficaram à margem disso tudo – sem dominar os códigos, sem efetivamente chegar ao serviço etc. e sem acreditar suficientemente nas explicações da biomedicina.

Essa busca por compreender, por meio de trajetórias individuais, os impactos que a disseminação das tecnologias reprodutivas tem causado de forma direta ou indireta remete à consideração da forma particular pela qual a biomedicina vem se desenvolvendo ao longo do tempo (CAMARGO JR., 1997). Nessa perspectiva, a incorporação de procedimentos de alta tecnologia pela medicina ocidental moderna tem a ver com a tendência desse campo do conhecimento em se fortalecer como uma prática poderosa sobre o controle dos corpos (Foucault, 1988; Rabinow; Rose, 2006). Nessa trajetória de consolidação do saber médico a reprodução humana ao ser vista como natural, no sentido do normal (Canguilhem, 2006), é incorporada como algo que precisa acontecer sempre de uma determinada forma. Imaginar um casal que não consegue se reproduzir biologicamente é entendido, de acordo com essa lógica, como um fato que precisa ser remediado a todo custo.

A interconexão entre a biomedicina, o desenvolvimento tecnológico e a indústria farmacêutica constitui um campo profícuo para a compreensão de que o casamento da medicina com a tecnologia passará a sanar problemas que antes não se imaginava possível. A percepção de que as tecnologias reprodutivas representam expressão do saber médico e este, por sua vez, do progresso científico (FRANKLIN, 1997) contribui para a noção de que se os problemas relacionados à impossibilidade de casais de terem filhos *biológicos* ainda não foram resolvidos é apenas porque a tecnologia não se desenvolveu de forma suficiente o que acentua o processo de medicalização da reprodução (CORRÊA, 2001).

Nessa perspectiva, os vários discursos de popularização do acesso às técnicas de reprodução assistida por todas as pessoas podem ser entendidos como um movimento de reforço à medicalização da reprodução e uma via de normatização da procriação, a partir da lógica da biomedicina em seu “casamento” como o mercado e a tecnologia. Foi por essa razão que insisti aqui em apresentar caminhos diferenciados na busca por filhos, bem como destacar que nessa busca nem sempre a ausência de filhos biológicos se transforma em um problema de saúde.

4. Referências

- ARILHA, Margareth. Desejo da Maternidade, tecnologias conceptivas e o Estado: Rápidas considerações. In: SCAVONE, Lucila (Org.) *Tecnologias Reprodutivas: Gênero e Ciência*, São Paulo: UNESP, 1996. p. 199-204.
- BARBOSA, Rosana. *Desejo de filhos e infertilidade: um estudo sobre a reprodução assistida no Brasil*. Tese de Doutorado. Depto de Sociologia. FFCLH/USP, 1999.
- CAMARGO JR., Kenneth Tochel de. A biomedicina. *Physis* [online]. 1997, vol.7, n.1 [acessado: 11. Abril, 2009], pp. 45-68
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CARSTEN, Janet. (ed.). *Culture of Relatedness*. New approaches to the study of kinship. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CORRÊA, Marilena. *Novas Tecnologias Reprodutivas*. Limites da biologia ou biologia sem limites? Rio de Janeiro. EdUERJ, 2001.
- COSTA, Rosely. *Concepção de filhos, concepções de pai*. Algumas reflexões sobre reprodução e gênero. Tese de Doutorado. PPG-Ciências Sociais, Unicamp, 2001.
- DINIZ, Debora. Introdução. In: DINIZ, Debora; BUGLIONE, Samantha (Eds.). *Quem pode ter acesso às tecnologias reprodutivas*. Brasília: Letras Livres, 2002. p.9-21.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A vontade de saber*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRANKLIN, Sarah. *Embodied progress: a cultural account of assisted conception*. New York: Routledge. 1997.
- GROSSI, Miriam, PORTO, Rozeli e TAMANINI, Marlene (orgs.). *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: questões e desafios*. Brasília: Letras Livres, 2003.
- INHORN, Marcia and BALEN, Frank van (eds.). *Infertility around the globe*. New thinking on childlessness, gender, and reproductive technologies. Berkeley: University of California Press, 2002.
- LUNA, Naara. *Provetas e Clones: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.
- NASCIMENTO, Pedro. Pagando o preço: uma etnografia do acesso ao serviço público de reprodução assistida em Porto Alegre-RS. In: ALLEBRANDT, Débora; MACEDO, Juliana Lopes de (org.) *Fabricando a Vida*. Implicações éticas, culturais e sociais das novas tecnologias reprodutivas, Porto Alegre: Metrópole, 2007. p. 83-104.

NASCIMENTO, Pedro. *Reprodução, desigualdade e políticas públicas de saúde: uma etnografia da construção do “desejo de filhos”*. Tese (Doutorado). PPGAS, UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, Francisco Arsego. *Serviços de saúde e seus usuários*. Comunicação entre culturas em unidade de saúde comunitária. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGAS, UFRGS. 1998.

RABINOW, Paul e ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. In: *Política e Trabalho*. 24, 2006, p. 27-58.

RAMIREZ, Martha. *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: fabricando a vida, fabricando o futuro*. Tese de Doutorado. PPG-Ciências Sociais, Unicamp, 2003.

SCOTT, R. Parry. Prevenção e poder na transformação dos programas de agentes comunitários de saúde (PACS) em programas de saúde da família (PSF). In: CAROSO, Carlos (Org.) *Cultura, Tecnologias em saúde e Medicina*. Perspectiva antropológica. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 259-268.

THOMPSON, Charis. *Making parents: the ontological choreography of reproductive technologies*. London: MIT Press, 2005.

VARGAS, Eliane Portes. A figueira do inferno: os reveses da identidade feminina. *Revista de Estudos Feministas* vol. 7 n.1 e 2, 1999. p. 89-108.

VARGAS, Eliane Portes. *‘Casais inférteis’*: usos e valores do desejo de filhos entre casais de camadas médias no Rio de Janeiro. Tese (doutorado), Doutorado em Saúde Coletiva, UERJ/IMS, 2006.

VICTORA, Ceres; KNAUTH, Daniela; OLIVEIRA, Francisco Arsego. A ambigüidade dos agentes comunitários de saúde. In: CAROSO, Carlos (Org.) *Cultura, Tecnologias em saúde e Medicina*. Perspectiva antropológica. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 247-256.

O ensino da psicologia social

Pedrinho A. Guareschi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Diante do título acima, a primeira pergunta que naturalmente fazemos é: que diferença haverá entre o ensino da Psicologia e, especificadamente, da Psicologia Social, e a do ensino de qualquer outra disciplina? Haveria algo que devesse merecer atenção especial? Penso que sim. E vou tentar justificar essa afirmação.

Para chegar até lá, é necessário colocar algumas questões preliminares. Vou começar, então, problematizando o que é, realmente, ensinar. A partir daí vou tentar discutir o que seria mesmo Psicologia e, mais especificamente, Psicologia Social. Aliás, vou adiantando que não consigo ver uma diferença qualitativa, intrínseca, entre Psicologia e Psicologia Social. Finalmente, num terceiro passo, vou me concentrar no que poderia ser um ensino em Psicologia Social. Sigamos.

O que é, verdadeiramente, ensinar?

Tomaria muito tempo elencar aqui as inúmeras teorias que discutem como se ensina e, conseqüentemente, como se aprende, pois as duas questões estão intrinsecamente ligadas. Vou traçar, em grandes lances, os pressupostos de duas matrizes que, de um modo ou de outro, resumem as inúmeras outras.

A primeira matriz, que poderíamos chamar de comportamentalista, tem como pressuposto que a sociedade que está aí é sempre boa e que nela há pessoas que sabem e pessoas que não sabem. Supõe também que o “saber” é algo que pode ser quantificado, medido.

Mas, principalmente, tem como pressuposto que esse saber pode ser “passado”, de pessoa a pessoa, à semelhança de produtos que fossem colocados em embalagens, sem que, fundamentalmente, ele sofra transformações. Essa matriz supõe indivíduos semelhantes, uniformes, semelhantes a máquinas de processamento, robôs, seres humanos praticamente iguais. Nesse sentido, as pessoas são “objetos” de aprendizagem, são plasmadas, treinadas e aparelhadas, de maneira semelhante, em grupos, classes, turmas. As pessoas são “educadas” para se ajustarem e adaptarem à sociedade existente que, como pressupõe a teoria, é sempre boa, é a melhor (GUARESCHI e BIZ, 2006).

À segunda matriz poderíamos chamá-la de dialógica, libertadora. Ela vê os seres humanos que, através da interação com os outros e o mundo, vão construindo um espaço representacional, psíquico, simbólico. Vão assim constituindo saberes, conhecimento que, se de um lado são singulares, de outro só podem ser adquiridos na interação com outros. Essa prática supõe, pois, pessoas singulares, irrepetíveis, únicas. Não são nem fotocópia, nem cópia carbono de outros. Realizam uma tarefa absolutamente diferente no processo de aprendizagem. Elas são “sujeito” de seu saber. Procuram, investigam, refletem, buscam razões. Vão se “empoderando” e descobrindo, através da reflexão e do diálogo, respostas aos problemas.

Qual é, então, a tarefa do educador? No primeiro modelo, nem se poderia chamar o educador de *e-educador*. Pois, a partir de sua própria etimologia, educar é “tirar de dentro” o que já está ali em potência. Nesse modelo o educador seria mais um técnico, um especialista em transmitir informações, dados, para as pessoas. Já no modelo dialógico, seu trabalho é bem mais complexo: em vez de dar respostas, sua tarefa é fazer a pergunta. Mas não qualquer pergunta. A pergunta, isto sim, que desestabiliza a pessoa, que problematiza, que a faz refletir, que lhe apresenta as contradições, que a coloca numa situação de inquietação, até mesmo de angústia. Ela, a pessoa mesma, se obriga, então, a agir, a tomar uma atitude.

O educando é, desse modo, sujeito de seu processo de aprendizado; não é mais um objeto, como se fosse um “banco”, dentro do qual se “postam” informações e dados e, conseqüentemente, a tarefa do aluno/a seria apenas a de “assinar cheques”, retirando o “conhecimento” armazenado nesse “banco”. O verdadeiro *e-educador* seria, assim, o que “faz a pergunta que liberta”.

O que é psicologia (social)?

Já que estamos tratando do ensino da Psicologia, não é fora de propósito introduzir aqui uma problematização sobre o que é mesmo Psicologia. Estou convencido que há muito por se discutir ainda sobre essa questão. Arriscaria até ir adiantando que os psicólogos/as que se cuidem, pois do jeito que as coisas vão acontecendo, não sei se irá sobrar espaço para a Psicologia, ou se ela não passará de um alongamento da Neurologia, ou da Genética.

Existe um espaço específico para a psicologia? Temos de progredir com método. As reflexões de Jovchelovitch (2008) são excelentes a esse respeito. Que acontece com o ser humano (que aconteceu conosco) aos iniciarmos nossa jornada humana? Até cortarmos o cordão umbilical, éramos um com a mãe. Mas ao nos separarmos dela, passamos a ser uma realidade específica, aos poucos, ainda muito agarrados à mãe. Winnicott dizia que não existe o bebê: existe o bebê e sua mãe. Mas aos poucos passamos do ‘holding’, do agarramento íntimo com a mãe, a um “handling”, em que vamos nos separando, ficando sós, apesar de todos os lamentos. E assim, aos poucos, vamos nos dando conta de que existe o “outro”. Vamos nos individuando através da percepção de que existe outro e outros. É um passo além: vemos que existe também o “objeto”, que nos causa estranhamento e do qual não conseguimos dar conta. E assim, nessa interação entre o eu, o outro e o objeto vamos,

supostamente, construindo um espaço representacional, mental, psíquico. Esse é o espaço do conhecimento, do saber. Saber sabor, criado a partir da experiência (JOVCHELOVITCH, 2008, cap.1). E à medida que entramos nesse mundo referencial, sempre social, vamos, misteriosamente, dando “sentido” às coisas, entramos no mundo simbólico, que só é possível a partir do social. A partir dessa constatação, é difícil negar, por mais esforço que se possa fazer, que exista um saber, uma representação, um psíquico, um mental, um simbólico... que não seja social. George Herbert Mead, no início do século XX, dizia que a mente se forma a partir da sociedade, e o self se constrói na relação entre sociedade e mente.

Esse é, no meu entender, o espaço da Psicologia. Espaço imaterial, que necessita, sim, um suporte biológico, mas que possui uma autonomia própria, independente do biológico, neurológico, orgânico, usemos o termo que quisermos. É esse espaço representacional que é a morada do psíquico, do psicológico. O espaço da reflexão, da consciência, o especificamente “humano”, pois, enquanto é possível saber, os humanos se distinguem de todos os outros seres vivos pelo fato de darem sentido às realidades, de poderem re-fletir, isto é, dobrar-se sobre si mesmos e fazer a pergunta: Quem sou eu? Que são as coisas que nos rodeiam?

Creio ser ilustrativa trazer aqui à reflexão um dos mitos fundantes do pensamento humano: o mito da Esfinge. Os mitos, como muitos talvez sejam tentados a pensar, não são coisas fantasiosas, ilusórias. Muito pelo contrário: os mitos são milênios de sabedoria acumulada. Eles são repositórios de sabedoria, principalmente daquilo que está mais ligado a nós e que, por isso mesmo, se torna sempre mais misterioso. Só para lembrar: quando Freud se defrontou com algo misterioso e profundo existente no ser humano, que ele denominou de “inconsciente”, onde foi ele buscar legitimações, comprovações, possíveis “provas”, para fundamentar sua teoria? Exatamente nos mitos. É só conferir suas reflexões. Mas voltemos à Esfinge. Quem era ela? Ela trazia o enigma em si mesma: metade animal, metade ser humano. Até hoje não conseguimos ainda compreender como se dá esse misterioso encontro entre o biológico e o psíquico. E que fazia a Esfinge? Fazia a pergunta. Que pergunta? Quem somos nós. Quem não respondesse, seria devorado. Não que fosse necessário dar uma resposta correta. O importante era que se fizesse a pergunta. Pois no momento em que deixarmos de perguntar, seremos, certamente, devorados por um ou outros das dimensões dessas mesma esfinge: ou o biológico (animal), ou o psíquico (humano). E com isso passamos ao terceiro ponto.

O ensino da psicologia (social).

Na primeira parte vimos que o essencial do ensinar é “fazer a pergunta”. Na segunda parte tentamos ver qual seria o espaço da Psicologia. Argumentamos que existe um espaço representacional, simbólico, imaterial, psíquico, que apesar de necessitar de um suporte biológico, possui sua autonomia, constitui-se numa realidade específica – o espaço da Psicologia. E agora nos perguntamos: Que deveria “ensinar” a Psicologia (Social)?

Uma primeira resposta, que me vem de imediato à mente, é que a Psicologia tem de encarar, como primeira e fundamental tarefa, essa discussão central de qual seja seu espaço específico, e de como o ser humano se coloca dentro dele. É assim inevitável que a Psicologia se coloque a questão da consciência. Mas o que seria consciência?

Consciência, como a entendemos aqui, dentro de um enfoque psicossocial, é a resposta às perguntas: quem sou eu? O que é o mundo que me rodeia? Quanto mais respostas consigo dar a essas perguntas, mais *consciência* eu tenho. Consciência não é um mecanismo existente em meu cérebro. Não. Consciência é um processo contínuo e infinito de busca de respostas. O admirável no ser humano é que ele é capaz de *refletir*, de voltar-se sobre si mesmo e se perguntar: quem sou? Por que sou o que sou? Por que o mundo é assim? As *respostas* conseguidas a partir dessas perguntas formam sua consciência, com possibilidades infinitas de ampliação. Esse é o processo de conscientização, como o discutia Paulo Freire.

Agora um passo à frente: é essa consciência que me pode levar à *liberdade*. É impossível alguém se libertar, sem que tenha consciência desse processo. E o próprio processo de tomada de consciência vai me libertando de amarras que, de um modo ou outro, ocultam a visão, dificultam minha percepção mais global dos fenômenos e das coisas. É verdade que nem sempre o simples fato de tomar consciência já me leva à liberdade; mas essa consciência é indispensável ao processo de libertação. Uma coisa permanece sempre verdadeira: só é livre quem tem consciência. É isso que empodera as pessoas. Conscientização foi traduzida para o inglês por “empowerment”; copiamos agora esse termo e o aportuguesamos como “empoderamento”.

E ainda um terceiro passo: essa consciência que me dá possibilidade de liberdade é também a que me torna *responsável*. Responsabilidade tem a ver com “resposta”, com a colocação de uma ação, um ato. Mas há dois tipos de responsabilidades: uma, onde as razões para alguém agir são buscadas em pressões exteriores, em estímulos – positivos ou negativos – que o constroem e o obrigam a fazer algo. Outra, onde as motivações para alguém agir são internas, isto é, provêm de uma opção pessoal, de uma vontade livre e espontânea; em outras palavras, somos responsáveis porque somos livres, e somos livres, porque temos consciência.

Examinando nossas práticas sociais constatamos, infelizmente, que a maioria de nossas instituições – estado, escolas, igrejas, organizações – emprega, na tentativa de tornar os cidadãos/ãs responsáveis, a primeira prática, isto é, apelam para castigos, punições, multas. O ser humano é tratado, então, como se fosse um animal a ser treinado, acostumado e, se não cumprir o prescrito, punido. Infelizmente, é isso que constatamos. Cremos que os psicólogos sociais são chamados a mostrar que a verdadeira responsabilidade deve brotar de uma opção livre, pois é ela que nos torna dignos, isto é, merecedores. Só é responsável quem é livre e só é livre quem tem consciência. Consciência, liberdade, responsabilidade: o tripé da dignidade humana. Por que “dignidade”? Exatamente por que ser “digno” é merecer. Não posso dizer que alguém que tenha de fazer as coisas constrangido, forçado, levado por estímulos ou recompensas, por castigos, multas e punições, possa dizer que

“merece”. Os outros animais, através dessas práticas, também são levados a agir conforme queremos. Mas argumentamos que com o ser humano é diferente: tratá-lo como se trata um animal é tratá-lo “indignamente”, de maneira “desumana”, pois o específico do ser humano, o que o torna diferente de todo outro ser vivo, é exatamente o fato de que ele possui consciência, liberdade e responsabilidade. Essa sua “dignidade”.

Como deve ser, então, o ensino da Psicologia (Social)?

Como um primeiro ponto arriscaria dizer, então, que o ensino da Psicologia (Social) tem de estar atento para resgatar o que é o especificamente humano. E o especificamente humano se concentra naquilo que costumamos chamar de o “tripé da dignidade humana”. Essa afirmação pode parecer, a ouvidos mais puritanos e mais “científicos”, um tanto “valorativa”, “religiosa”, “patriótica”, ou qualquer coisa parecida. Minha convicção é que não. Que temos de ter coragem em “materializar”, concretizar, o que seja “dignidade”. E todo pensador, toda pessoa interessada nessa nobre e misteriosa arte de ensinar, deve colocá-la diante de si e tentar praticá-la.

Como um segundo ponto realçaria que caberia à Psicologia (Social) fazer uma crítica seminal às próprias teorias de aprendizagem. Creio que cabe a ela se concentrar, de modo muito aprofundado, no que significa mesmo “ensinar”, com as consequências que daí derivam. Inclusive as consequências ideológicas, isto é, éticas. Já por que não há maneira de se falar em Psicologia (Social) sem se falar em ideologia. Não estou sozinho nesse ponto. Um dos mestres em Psicologia (Social) Serge Moscovici, tem uma afirmação que, à primeira vista, nos assusta, mas que para os que tiverem a coragem de refletir de modo mais profundo, ela se torna tranquila “o objeto central e exclusivo da Psicologia Social deve ser o estudo de tudo o que se refira à ideologia e à comunicação, do ponto de vista de sua estrutura, sua gênese e sua função” (2003, p.154).

Cabe à Psicologia (Social), pois, através do estudo da ideologia, mostrar que muitas vezes, por detrás das práticas pedagógicas, escondem-se relações de autoritarismo, até mesmo de violência, que podem reproduzir tais relações no próprio ambiente social (GUARESCHI e REIS, 2007).

Arrisco, pois, sugerir que o núcleo central do ensino da Psicologia (social) seja o estudo da consciência, das representações, do mundo imaterial e simbólico, das ideologias, dos sentidos. Ela tem como tarefa fundamental tentar compreender o ser humano, sua dignidade, a partir da discussão da consciência, da liberdade e da responsabilidade humanas.

Não posso aceitar que a Psicologia (Social) seja definida apenas pelo que até agora se produziu, e que foi denominado de “Psicologia Social”, como se uma disciplina, ou ciência, se definisse apenas pelo acúmulo de trabalhos produzidos sobre determinado assunto. Penso que uma ciência deve ser conceituada, e distinguida das demais, a partir de uma reflexão profunda e crítica sobre o espaço que ela deve ocupar no espectro das demais disciplinas. Se fora assim, que uma ciência se

definissem pelo que se produziu, ela nunca poderia avançar e teríamos de ir produzindo e reproduzindo o que até aqui se fez, como, infelizmente, está acontecendo. Não. É preciso, continuamente, ir refletindo e aprofundando qual é e qual poderia ser o espaço que tal disciplina deve ocupar. É o próprio Moscovici que nos alerta que é tempo de parar com pesquisas pontuais e dar mais espaço à reflexão:

poderíamos aventurar dar a sugestão de que é tempo de parar com a coleta de informações. Como diz Poincaré, um acúmulo de fatos não constitui uma ciência, assim como um monte de pedras não se torna uma casa. Temos as pedras, não temos a casa. É preciso parar e começar a pensar (MOSCOVICI, 2003, p.145).

E o mito da Esfinge? Pois ele nos ensina que quem não fizer a pergunta, vai ser devorado. Não que seja necessário responder corretamente à pergunta da Esfinge, já porque nunca chegaremos à profundidade do mistério que é o ser humano. A Esfinge era alguém que sempre perguntava. Isso é o essencial do mito. E isso é o essencial, diria eu, do ensino da Psicologia (Social): o ensino deve consistir essencialmente em fazer perguntas, em questionar, em problematizar. Isso deveria ser assim para qualquer ensino. E o específico da Psicologia (Social) é que esse questionamento é sobre o ser humano, pois é esse o objeto primeiro da Psicologia (Social).

Gostaria de concluir lembrando que aqui parece situar-se a profunda e lúcida percepção do maior educador brasileiro, Paulo Freire (1979, 1983), ao chamar a seu método de “conscientização” e ao definir educação como “prática da liberdade”. Somente a educação que parte da *reflexão*, do crescimento em consciência, pode ser uma educação verdadeiramente libertadora e que leve a uma autêntica responsabilidade, tornando o ser humano digno, isto é, merecedor, e não apenas receptor passivo de um paternalismo que domina o mais profundo da consciência.

Referências

- FREIRE, P. *Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GUARESCHI, P. e BIZ, O. *Mídia, Educação e Cidadania*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GUARESCHI, P. e REIS, M. *Bullying – Mais sério do que se imagina*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- JOVCHELOVITCH, S. *Os Contextos do Saber – Representações, Comunidade e Cultura*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MOSCOVICI, S. *Representações Sociais – Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

O ENADE e a Política de Avaliação do Ensino Superior no Brasil

Odair Furtado

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Discutir a avaliação de ensino universitário do Brasil exige uma contextualização para além das circunstâncias que vivemos no presente momento com a aplicação da política de avaliação do SINAES e, em particular, a face mais visível desse processo que é o ENADE²¹.

O nosso sistema superior de ensino não seguiu os mesmos padrões de implantação ocorrido nos países europeus, na América do Norte e mesmo nos países com características de desenvolvimento e de cultura próximas a nossa realidade como os demais países sul-americanos. Em alguns casos superamos nossas deficiências e encontramos soluções eficientes que nos colocaram na vanguarda da América Latina como foi a implantação do ensino pós-graduado a partir dos anos de 1970 e em outros estamos ainda para resolver o problema crônico, como é o caso do acesso ao ensino superior.

Hoje, caso todos os estudantes que concluem o ensino médio fossem transferidos automaticamente para o ensino superior, ainda assim, não atingiríamos a faixa de ingressantes de países sul-americanos como a Argentina e o Chile.

O CENSO de 2004 aponta 17% de taxa brutas de ingressantes no ensino superior em relação à população acima de 18 anos e 12% de taxa líquida, considerando a população entre 18 e 24 anos. O PNAD de 2005 aponta que os concluintes do ensino médio no Brasil é de 37,9% da população entre 15 e 17 anos de idade. O ano de 2011 era colocado como meta para se chegar ao patamar de 30% de ingressantes no ensino superior, entretanto essa meta não será alcançada, considerando o gargalo do ensino médio e a dificuldade que enfrenta a população mais pobre de entrar e se manter na universidade.

²¹ O autor compõe a Comissão Assessora do ENADE que tem como responsabilidade produzir a matriz que orienta a prova com base nas competências e habilidades definidas pelas Diretrizes Curriculares. Os componentes da CA ali estão porque concordam com a política de avaliação do MEC e é o caso deste autor. Entretanto, seguindo o princípio acadêmico, buscamos fazer a crítica dessa participação como forma de enriquecer o debate e a aprimorar a avaliação de ensino superior como uma política do Estado brasileiro.

Políticas como o PROUNI demonstram eficiência, mas não o suficiente para resolver o problema a curto prazo. O problema é grave e a solução não se coloca em horizonte próximo. Deste ponto de vista faz sentido o que propõe o senador Christovam Buarque, quando fala em um choque de educação no país. A educação deve ser pensada desde a pré-escola até o ensino superior e, principalmente, do ponto de vista de uma política de Estado. É o nosso futuro que está em jogo.

Essa história de atraso e avanços está ligada a própria forma de colonização do país e ao papel que Portugal ocupou na fase primitiva de acumulação de capital – a fase imediatamente anterior a implantação do capitalismo na Europa. Portugal cumpriu um papel importante e ao mesmo tempo subalterno e isso determinou sua relação com as colônias. A sua importância está no fato de que Portugal estava conectado com o circuito mercantil central do processo de acumulação de capital, mas não tinha força para se colocar como protagonista central deste circuito. Mesmo porque ele era engendrado à luz do modelo predominante do modo de produção que estava em cheque.

Portugal explorou as colônias de forma predatória com o objetivo de expropriação e para mais explorá-la, caso particular do Brasil, foi obrigado a colonizá-las. Essa contradição se expressa na forma como implantou o sistema de *plantation* e de exploração mineral e como organizou politicamente a colônia sem autonomia política.

De acordo com Alencastro (2000)

Terra e trabalho não se apresentam aqui como dados independentes, mas como variáveis que são resultantes das forças motrizes do capitalismo comercial. O esquecimento ou a insuficiente avaliação desse traço essencial da colonização deu azo a confusões de que uma parte da historiografia custa a desembarcar. Intencionais ou não intencionais, os efeitos induzidos pelo tráfico negreiro geram a acumulação específica ao capitalismo comercial e à 'Pax Lusitana' no Atlântico (p. 41).

A consolidação de um sentido de nação somente vai ocorrer tardiamente em parte porque se trata de um conceito moderno e por outro lado porque esse processo de consolidação da constituição subjetiva do que é o brasileiro ainda está em construção (Chauí, 1996). A implantação do sistema de ensino está diretamente ligada a esse processo de colonização e seus atrasos são fruto de uma forma perversa de implantação do modelo colonial português. Para se ter uma idéia disso, de acordo com TAVARES (2000) os espanhóis criaram inúmeras universidades na suas colônias em solo americano, como a de Santo Domingos em 1586, a de Bogotá em 1580 e Quito em 1586, enquanto entre nós somente com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808 (Escola de Cirurgia do Hospital Real da cidade da Bahia e [1809] Escola de Medicina e Cirurgia do Hospital Militar da Bahia), passamos a receber os benefícios do projeto burguês que já estava delineado a partir do século

XVI. Mesmo assim, a primeira universidade brasileira foi a Universidade do Brasil em 1920²². Não é a toa que fomos o último país a abolir a escravidão e que Portugal tenha finalizado seu projeto colonial somente com a revolução dos cravos em 1978, em pleno Século XX.

Deste ponto de vista, Portugal não segue o padrão imperialista analisado por Hardt e Negri (2001), mesmo porque desde de sua fase de exploração colonial a coroa portuguesa, a despeito de apresentar uma dimensão subjetiva de cunho conservador, contraditoriamente, seguia uma tendência reformista que se expressa através das reformas pombalinas (WEHLING; WEHLING, 1994), Portugal não exerceu poder mundial de força imperial e cumpriu papel subalterno no processo de acumulação capitalista.

Do ponto de vista da implantação do sistema educacional brasileiro isso representou um atraso considerável. Os primeiros momentos de implantação de um sistema educacional foi de cunho religioso implantado pelos jesuítas com finalidade de catequese. Sistema interessante se analisarmos a partir do reconhecimento da humanidade do indígena e por esta condição deveria ser catequizado e, exatamente por isso, era considerado gente!

Diferentemente, o ponto de vista escravagista do colonizador português levou à expulsão dos jesuítas no período das reformas pombalinas (1759) e a implantação de um modo de exploração decididamente espoliativo e desumano. Evidentemente, a educação e qualquer proposta de emancipação no plano do projeto burguês não servia para o Brasil, de acordo com o modelo Português que exercia o controle da colônia garantindo a formação de suas elites em solo português ou, quando muito, nas universidades européias, que, na realidade, permitiu que os ventos liberais aportassem no Brasil constituindo as primeiras manifestações de brasilidade e mais adiante os quadros da futura elite intelectual brasileira.

Essa é a matriz que deve ser levada em consideração quando analisamos a implantação do ensino superior no Brasil: a sua implantação tardia; a sua secularização (mesmo que isso não represente a laicização) e a sua modernidade (exatamente em função do atraso e da época em que foi implantada). Contradições que permanecem até o presente momento e que somente a sua universalização ajudarão a superar.

Há que se considerar que a implantação do ensino superior no Brasil não depende somente das variáveis expostas, mas do próprio modelo de desenvolvimento econômico e da situação brasileira no cenário mundial.

A decisiva inserção do país no mercado mundial e seu perfil econômico atual foram delineados a partir da Revolução de 1930 (FERNANDES, 1987) quando o Brasil entra decididamente no circuito econômico mundial. As características do período colocam o Brasil na condição de um país capitalista dependente. Esta condição era a

²² De acordo com Tavares (2000) a primeira universidade brasileira data de 1912 e foi fundada no Paraná, mas foi extinta entre 1915 e 1946.

mesma vivida pelos demais países latino-americanos e a situação desses países e o estágio de desenvolvimento econômico eram semelhantes.

A despeito de diferenças sociais e históricas peculiares, a condição semelhante da estrutura econômica produziram o mesmo tipo de exploração e o mesmo tipo de atraso quando tomamos como parâmetro os países ricos da Europa e os Estados Unidos da América. Neste sentido, há uma equalização da pobreza e do atraso produzidos por uma nova forma de espoliação que caracterizou a primeira fase do capitalismo tardio.

Assim, falar em avaliação do ensino superior no Brasil é falar da fragilidade e, ao mesmo tempo, da potencia desse sistema. É falar da dificuldade que representa a implantação de qualquer política de estado em nosso país e da necessidade de parâmetros e critérios para a construção de uma proposta de formação – do ensino fundamental ao superior – que sirva a emancipação de todos os brasileiros. Não se trata de tarefa simples e está em jogo a disputa de diferentes interpretações e propostas.

Uma proposta de avaliação e a implantação de uma política.

De acordo com Saul (1999) a discussão sobre métodos de avaliação se inicia com a avaliação de currículo e os modelos de avaliação, de cunho quantitativos, chegam com certo atraso (uma década ou mais) ao Brasil durante a década de 1970. Segundo a autora “o modelo mais utilizado e divulgado, inclusive oficialmente, foi o de *Stufflebeam*, cujo enfoque é a tomada de decisão.” (p. 35) e acrescenta que o primeiro documento de avaliação de currículo divulgado pelo MEC foi o de João Batista Araujo e Oliveira e Mariza Rocha de Oliveira – A função da avaliação na tomada de decisões educacionais – de julho de 1973. Somente a partir de 1978 é que, ainda segundo Saul, timidamente, são apresentadas propostas de cunho qualitativo de avaliação. Somente em 1980 e 1981, através da revista *Educação e Avaliação*, é que autores brasileiros passam a discutir sistematicamente a dimensão da avaliação educacional até então ausente entre nós. (p. 40)

Assim, o histórico de avaliação do ensino superior no Brasil é relativamente recente. Evidentemente, como aponta Saul, não é por acaso que os anos de 1970 marcam a mudança da política universitária e a franca implementação da privatização do ensino no Brasil e a abertura sistemática de novas instituições de ensino superior, realidade bastante conhecida e que não exige aprofundamento neste momento. O fato é que, como já apontamos, considerando o número de egressos do Ensino Médio, há vagas suficientes no sistema de ensino superior para a demanda (considerando que não são todos os egressos que procuram o ensino superior).

Há na verdade, no sistema privado de ensino, vagas ociosas. É preciso considerar também que o giro para o mercado da política de abertura de vagas produziu um efeito mais quantitativo que qualitativo e que o argumento para essa política era de que a quantidade redundaria no futuro em qualidade. Não foi exatamente o que ocorreu e o setor passou a sofrer com a falta de regulação. Portanto, a qualidade de

ensino nas IES e a forma de controle entrou decididamente em pauta a partir dos anos 1980. A democratização do país com o fim da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988 contribuíram para incrementar esse debate.

Não obstante, o mundo mudou neste período e o processo de reestruturação produtiva alterou as relações de trabalho e produziu novas exigências de formação da mão de obra, particularmente da mão de obra especializada. O ensino superior visto até então como forma de ascensão social ou manutenção de padrão social e sonho da classe média (nos referimos à pequena-burguesia) de garantir seu lugar ao sol, transforma-se em forma de qualificação de trabalhadores. Novas profissões tecnológica surgem da noite para o dia e a exigência de qualificação e formação generaliza-se exigindo um que um contingente maior de pessoas tenham formação universitária. O próprio mercado passa a se ressentir da qualidade da formação.

Há um circuito perverso que se mantém e garante os privilégios de classe. Os melhores quadros ainda saem do segmento que frequenta o sistema privado e sofisticado de ensino fundamental e médio e ocupam as vagas mais disputadas do ensino superior. Há uma espécie de qualificação espontânea da demanda priorizando os cursos tradicionais como a medicina e os novos cursos como o de comunicações ou mecatrônica.

A tecnologia de informação se transforma na nova alternativa de ascensão social, somente que agora atendendo, também, um segmento mais pobre da população. O cenário exige uma política pública de controle, uma política de regulação da universidade brasileira. Estamos falando da formação na graduação, já que no pós-graduação estrito-senso desde sua criação foi pensado o sistema de avaliação através da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como o processo que ocorre no Brasil é mundial e a reestruturação produtiva exige a própria mundialização da produção formando um circuito produtivo planetário, era de se esperar que o sistema de ensino também fosse atingido por este fenômeno.

Evidentemente, isso não demorou a ocorrer. A Europa, fomentado pela sua unificação política, passou a discutir formas de unificar seu sistema formativo através do modelo de diretrizes curriculares a partir da discussão de Bologna. Isso ocorre, de acordo com Morgado (2009),

Constituindo um marco preponderante na reforma das instituições de ensino da Europa, o *Processo de Bolonha* traça como objetivos principais a edificação de um Espaço Europeu de Ensino Superior - que viabilize a internacionalização das universidades, facilite a mobilidade de alunos e docentes, promova a empregabilidade dos cidadãos europeus e concorra para o desenvolvimento econômico, social e humano da Europa, a consolidação e enriquecimento da cidadania européia e o aumento da competitividade com outros sistemas de ensino do mundo (em particular os dos Estados Unidos e do Japão).

Inevitavelmente, o processo, por exigência do próprio processo produtivo capitalista, na forma em que se apresenta no final do século XX e início do XXI, chegaria aos demais países e, principalmente, àqueles que ganharam novo status no sistema produtivo como o caso dos chamados “países emergentes”, neologismo criado para significar os países de algum interesse para o sistema produtivo mundial e, no caso brasileiro, a alcunha de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) que são os de interesse estratégicos no presente momento.

Em *Myth, Reality, and Reform*, Castro e Levy (2000) comentando a necessidade de avaliação do sistema de ensino latino-americano aponta que “There is no consensus, however, on what information or gather or how to use it. Evaluation that generates accurate information for all parties concerned is almost always good. Evaluation that creates healthy competition among schools and students is likewise desirable.” (p. 91) O comentário está calcado em uma visão que se associa às exigências produtivas e a uma visão neoliberal que irá influenciar o período de organização e implantação, no Brasil (e em toda a América Latina), do sistema de avaliação que se inicia com a introdução de um dos pilares do Processo de Bologna, as diretrizes curriculares.

Estas são as bases da reforma do ensino superior no Brasil e a implantação do sistema de avaliação. A inspiração na competitividade levou a escolha de um processo que iria privilegiar o mercado. Supondo que essa competição aberta entre as IES, principalmente as privadas que representam o elo frágil do setor, iria garantir a melhor qualidade do ensino baseado na livre procura dos interessados – os futuros alunos. Sobre isso comentam Dourado, Catani e Oliveira (2005) que “La evaluación adquirió importancia como forma de control y de definición de políticas que estimularan la expansión competitiva en la enseñanza superior. Es en ese sentido que se plantea la introducción de la acreditación periódica de las IES, la consolidación del Provão en la gestión del Ministro de Educación Paulo Renato (1995-2002)...” (p. 59)

O modelo implantado neste período seguiu o modelo apontado, entretanto, é preciso considerar que dificilmente o modelo mudaria radicalmente mesmo que a política mais geral não fosse tão alinhada com o processo mundial de controle neoliberal da economia. A definição européia pelo modelo discutido em Bologna e a pressão pela mundialização da produção passou a exigir modelos formativos intercambiáveis e modelos comparáveis de avaliação e o Brasil, no estágio em que se encontra, cumprindo papel relevante no circuito produtivo mundial dificilmente escaparia desse alinhamento. Como sempre, os países periféricos não foram consultados e o modelo baseado na noção de competências e habilidades que norteiam as diretrizes curriculares foi imposto como fato consumado.

O que é possível discutir é como aplicá-lo e como fazê-lo da forma mais crítica possível respeitando nossa história e base social. A diferença agora é que não se trata de importar um modelo ou criar nosso próprio, trata-se de entrar no circuito da economia mundial ou ficar fora dele. A opção política da nação brasileira através da escolha de seus governantes foi a de garantir o Brasil neste circuito e isso implicou na adoção do pacote de modelo de diretrizes curriculares e de avaliação

para o ensino fundamental, médio e superior. Nos é dada a condição de definir como faremos nossa avaliação e qual será o conteúdos de nossas diretrizes.

A Psicologia e a Implantação do SINAES e do ENADE

Acompanhando o que apontamos até o momento, é possível afirmar que o problema maior está na maneira como estão definidas as diretrizes curriculares da psicologia no que tange as ênfases. Como é sabido, as diretrizes obrigam os cursos de psicologia a adotarem ao menos duas ênfases (Art. 11 §3º), mas no parágrafo seguinte no diz que o projeto do curso deve permitir ao aluno escolher uma ou mais dessas ênfases. Assim, é possível que o curso tenha, concretamente, apenas uma ênfase. Duas são oferecidas, mas apenas uma é escolhida.

Sabemos que o esperado é que os cursos ofereçam várias ênfases e que além das tradicionais ofereçam outras que inovem o ensino da profissão e abram portas para novos campos profissionais. Há uma expectativa que essa flexibilidade permita equacionar problemas de ordem regional garantindo uma formação de profissionais de acordo com a realidade local. Mas sabemos também que a pressão mercantil busca formas certas de lucro fácil e não se dispõe a experiências de custo alto e resultado incerto, risco que a produção da inovação exige. O resultado é, em muitas situações, o empobrecimento da grade curricular e, conseqüentemente, da formação em psicologia.

Aqui entra a política de avaliação. Uma política de avaliação que pretenda, através do agente público, regular o ensino da psicologia e deve se pautar por uma ação que aponte para um modelo formativo que oriente a implantação das diretrizes curriculares. Não estamos defendendo o retorno do currículo mínimo, mas afirmando que é necessário a interpretação das diretrizes e o consenso em torno de sua aplicação.

Neste sentido, falta um fórum que articule as experiências realizadas pela universidade brasileira e que constate o que de novo vem sendo proposto, como isso responde às demandas regionais, como as novas experiências podem ser generalizadas, o que está sendo mantido do ensino tradicional da psicologia. Temos duas alternativas: uma é a ABEP (Associação Brasileira de Ensino da Psicologia) e outra é o resultado da avaliação de cursos realizada pelo INEP através do SINAES. Falta a articulação dessas duas instâncias em um fórum que discuta os resultados e aponte as alternativas para a formação do psicólogo brasileiro.

No momento, fora o interesse da ABEP e o trabalho do responsável pela política pública de avaliação, não encontramos um posição pró-ativa das universidades, centro universitários e faculdades isoladas que se disponham a um debate franco sobre as vantagens da avaliação e sobre os resultados da experiência de cada uma na aplicação das diretrizes curriculares. Da parte das IES que tem seus cursos mal avaliados vemos uma demasiada preocupação com o ENADE e um procedimento desastroso que é o de treinar seus alunos para garantir um bom desempenho no exame nacional. É desastroso porque tira o aluno de sala de aula, prejudicando sua

formação sem garantir o desempenho esperado. Treinar aluno para o exame é prática moralmente condenável e, ao mesmo tempo, inócua.

O ENADE é uma das pontas do SINAES que é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior executado pelo INEP/MEC. A política de avaliação não é nova e já estava prevista na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Foi a partir do Governo Itamar Franco (1992-1995) com a implantação do Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (PAIUB) (INEP/MEC, 2004), que se implantou um sistema nacional de avaliação.

Durante o governo Fernando Henrique essa política ganhou publicidade com a instituição do Exame Nacional de Cursos (ENC), que ficou conhecido como Provão. Como já foi apontado anteriormente, a política de avaliação do gov. Fernando Henrique trabalhava com a concepção de que haveria auto-regulamentação do mercado de ensino, considerando que a maioria das IES são de natureza privada. O estudantes (e suas famílias) candidato ao ensino superior buscaria qualidade de ensino tomando como referência o rank das escolas através dos resultados do ENC amplamente divulgados. Essa estratégia de avaliação foi duramente criticada por alunos, professores, pesquisadores e gestores das IES, mas foi mantida até o final do governo Fernando Henrique.

O SINAES é a resposta do governo Lula à crítica ao ENC e para tanto estabeleceu um processo de avaliação que reúne três pontas claramente definidas. A avaliação institucional realizada em duas fases: uma fase de auto-avaliação realizada pela própria IES e a avaliação institucional externa realizada por agente indicado pelo próprio INEP, através da convocação de professores que são treinados para esse fim. A avaliação do cursos realizadas por agentes do INEP com as mesmas características da fase anterior. Por fim, o ENADE que examina alunos ingressantes e concluintes dos curso de graduação das IES através de um exame nacional. Além destas três fases, também é utilizado na avaliação o Censo da Educação Superior, que não faz parte do SINAES, mas é informação importante no sistema de avaliação.

O SINAES está sendo aplicado e os primeiros resultados foram divulgados muito recentemente. Não houve ainda uma série consistente de dados que permitisse a comparação sistemática dos resultados e ele ainda não influenciou decididamente a educação brasileira. Queira o MEC ou não, os resultados gerais do SINAES estão sendo utilizados pela IES como critério para o ranking da universidades, centros universitários e faculdades isoladas quando estão bem colocadas. Os resultados demonstram que as universidades federais são as que obtiveram o melhor desempenho ocupando os dez primeiros lugares e duas PUC, a do Rio de Janeiro e a de São Paulo, vem logo a seguir. Nenhuma surpresa e a medida aponta para o que, de certa forma, já sabíamos mesmo sem a avaliação. O problema está no quartil inferior: as IES que não tiveram bom desempenho no SINAES. O que fazer com elas, como exigir a melhora, como constatar o que não está dando certo?

Sabemos que a Avaliação Institucional prioriza a fixação do professor nas IES e valoriza o seu desempenho acadêmico. É o modelo da universidade pública federal e das estaduais como a USP e UNICAMP (que não estão no sistema de avaliação),

UNESP, UERJ, UEL entre outras. Esse modelo prevê um número razoável de aluno por sala, professores titulados e com alta dedicação ao trabalho docente na IES (no caso das públicas a dedicação exclusiva), contratos compatíveis com essa exigência (contrato de tempo no lugar do contrato por hora-aula). Além do ensino, exige-se o envolvimento com pesquisa e extensão. Também é avaliada a infraestrutura, mas neste caso boa parte das privadas se destacam e são melhor estruturadas que universidades públicas e confessionais, mas é preciso considerar que importa o conjunto e assim não adianta ter um laboratório de luxo se não há uma política de pesquisa que reflita produção de qualidade garantida através de publicação nos veículos importantes da área.

Esse tipo de produção geralmente é garantido pela presença de um pós-graduação estrito-senso de qualidade que tem avaliação própria realizada pela CAPES. Uma universidade de qualidade com produção acadêmica e pessoal qualificado custa alto investimento e, na realidade brasileira, representa um custo dificilmente coberto pelo mercado. No nosso patamar de desenvolvimento é fundamental o investimento público para uma produção científica de qualidade. Mesmo assim, conhecemos a precariedade do funcionamento de muitos de nossos laboratórios e a luta que representa a lida diária de um bom pesquisador.

A universidade privada de qualidade, mesmo recebendo incentivos para pesquisa (bolsas, financiamentos, equipamentos) é uma universidade cara para o aluno. O ensino superior privado sério que não quer ou não pode correr riscos financeiros não tem as condições necessárias para investir decididamente na produção de conhecimento. Muitos optam por se configurar como Centros Universitários abrindo mão dessa possibilidade e se mantêm em um patamar intermediário oferecendo bom ensino, mas não muito mais do que isso.

Quem mais sofre com essa avaliação e com os seus critérios são as escolas isoladas. Entretanto, o bom desempenho de algumas delas, das tradicionais como as FGV até escolas mais novas como o IBMEC ou ESPM demonstram que é possível garantir padrão de qualidade mesmo em escolas isoladas e de natureza privada. Como a maioria das vagas é oferecida por esse tipo de IES, aí reside o maior problema e as notícias divulgadas pela imprensa, sobre fechamento de cursos ou impedimento de realizar vestibular por um dado período, apontam para a intenção do MEC com o seu sistema de avaliação e sua política de regulação do setor.

É preciso considerar que o sistema de avaliação do ensino superior avançou consideravelmente e que nenhum dos segmentos envolvidos na avaliação, do gestor público ao gestor das IES, dos professores aos estudantes, é contrário a avaliação sistemática do ensino superior. Mas ainda há setores que são contrários a forma como está sendo aplicado. Os estudantes ainda propõem o boicote ao ENADE e o ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das IES, em seu site, deixa claro sua posição. Considera, a partir de análise das condições atuais do capitalismo, a proposta do ENADE e do SINAES muito tímida e ainda atrelada à uma visão mercantil. A proposta, de acordo com o ANDES-SN, não coloca em cheque o sistema privado de ensino. Há que se levar em consideração a posição histórica desse sindicato nacional de defesa do ensino público e contrária a privatização do

ensino superior. Há que se considerar, também, que a despeito da maior abertura de vagas públicas no presente momento, a estatização do ensino superior não está na pauta do atual governo. Assim, trata-se de posições inconciliáveis e não há possibilidade de acordo mantida as condições políticas atuais.

O ENADE é a face mais visível do sistema de avaliação e, exatamente por isso, chama a atenção e é mais debatido. Impressionante o número de IES que se dispõem a discutir o assunto trazendo especialistas, membros da Comissão Assessora do ENADE ou seus próprios professores. Talvez seja essa a herança do provão e, muito provavelmente, a expectativa de constituir rank, que era a intenção daquela política, marcou a política de avaliação de maneira forte. As IES que estão nos segmentos médios com chance de melhorar se interessam pelo apelo publicitário que a hierarquização proporciona e as IES que estão no segmentos mais baixo não se interessam por essa divulgação e criticam a exposição pública de sua situação.

Ocorre que o ENADE não utiliza um sistema direto de medição. Os resultados são ponderados e as escalas são múltiplas evitando a forma direta de ranking (PRIMI, 2004). Além da dificuldade imposta pelo método de avaliação, o ENADE tem um peso menor considerada as demais fases do processo. Isoladamente não faz sentido o escore atribuído por essa avaliação. Ele somente faz sentido quando relacionado com os demais escores de todo o SINAES. Mas não é o que entende tanto a imprensa como os sistema privado de ensino superior, principalmente os mais agressivos do ponto de vista mercantil. Os dados parciais são divulgados e deles se fazem ilações com os mais diversos teores.

É o caso da diferença de conhecimento entre ingressantes e concluintes. A maior diferença de potencial de conhecimento não significa que a escola ensina melhor que as outras. Pode significar que seus estudantes ingressantes são menos preparados que os que entraram em uma outra escola. Ademais, ainda não foi possível estabelecer um critério suficiente de elaboração de prova baseada na noção de competências e habilidades.

Nossa tradição ainda nos empurra para os conteúdos. Tanto os examinadores quanto os professores em suas disciplinas ministradas nos diferentes cursos avaliados trabalham com referência no antigo modelo. Considere ainda que os examinadores são selecionados entre esses professores. Portanto, o melhor exame dependerá da própria transformação do que é ministrado em sala de aula e da construção de um método que atenda ao novo modelo formativo.

A nota 5 isoladamente demonstra que os alunos daquele curso de psicologia estão dentro das expectativas de uma formação guiada pela formação básica, pelo ensino da pesquisa e pelas ênfases mais conhecidas e em voga no presente momento. Não significa que se trata do melhor curso de psicologia. Somente o conjunto da avaliação permitirá diferenciar o tipo de ensino ministrado na IES.

Os resultados divulgados pelo INEP/MEC sobre os SINAES demonstra isso. Algumas IES que não obtiveram 5 no ENADE ficaram entre as melhores universidades do país. São muitos os fatores avaliados pelo SINAES que somados atestam a qualidade de ensino e com o tempo esse ranking será aquele reconhecido

e servirá de referência para que a sociedade brasileira reconheça a qualidade de desempenho de sua universidade. Evidentemente, o sistema está apenas no seu início e trata-se de estabelecer uma política pública do ponto de vista de uma política para o estado brasileiro. Há muito que avançar e isso não se fará em poucos anos, mas é fundamental que o avanço seja feito a partir do que já se construiu como ocorreu com o PAIUB, o provão e agora o SINAES.

Do ponto de vista da psicologia social, pouco podemos falar, já que o ENADE não tem esse tipo de foco. Não avalia disciplinas. Não é possível fazer considerações sobre a psicologia social ou sobre a psicologia do desenvolvimento ou sobre qualquer outra sub-área da psicologia. Não há consistência suficiente para esse tipo de recorte. Mas é possível dizer que a psicologia social está contemplada no ENADE, assim como está a clínica, a psicologia da educação, os processos básicos, as áreas de apoio como a antropologia, a filosofia, a biologia e outras. O que importa é que os conteúdos são trabalhados de acordo com as competências e habilidades listadas nas diretrizes curriculares e, conseqüentemente, no edital que convoca o ENADE da Psicologia.

E voltamos ao ponto não resolvido: como relacionar os conteúdos da psicologia e, no nosso caso, da psicologia social com essas competências e habilidades? Como renovar o ensino da psicologia para que ele não seja literário e distante da realidade vivida por nossos alunos, por nós professores e pela população que é usuária dos serviços prestados pelos psicólogos? O dia a dia da sala de aula é conservador, busca a segurança do conhecimento consolidado, não gosta de correr riscos e com exceção de poucos professores que se dispõem a correr o risco (aonde isso é possível) de sair a campo para enfrentar uma situação com pouco controle enfrentando a desconfiança de quem não está acostumado com esse método de ensino (alunos formados em um ensino médio conservador e coordenadores preocupados com suas ementas), essa é a regra do ensino em nossas IES. Cabe também a nós protagonistas da psicologia social brasileira o passo corajoso e decisivo para a renovação desse campo do conhecimento. A avaliação, neste caso, é somente o retrato. O resultado final do processo é responsabilidade nossa.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. De *O tratado dos Vivendes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ANDES-SN <http://www.andes.org.br/> 15/09/2009.
- CASTRO, C. De M.; LEVY, D. C. *Myth, Reality, and Reform: Higher education policy in Latin America*. Washington: John Hopkins University Press/IADB, 2000.
- CHAUI, M. S. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - Notícia: Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Maio-Agosto de 2004, PP. 205-208.
- DOURADO, L.F.; CATANI, A.M.; OLIVEIRA, J.F. Políticas públicas y reforma en la educación superior en el Brasil: impases y perspectivas. In RINESI, e.; SOPRANO, G.; SUASNÁBAR, C. (Org.) *Universidad: reforma y desafíos*. Buenos Aires: Prometeo; Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2005.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 3ª Ed.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- INEP/MEC. *SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. Brasília: INEP/MEC, 2004. 2ª ed.
- MORGADO, J.C. Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado. *Educação e Sociedade*, vol.30 no.106 Campinas Jan./Abr. 2009. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-> , extraído em 15/09/2009.
- PRIMI, R. - Evidências de Validade das Provas do ENADE 2004. In Ministério da Educação. *ENADE: Perspectiva de Avaliação Dinâmica e Análise de Mudança*. Brasília: INEP, 2006.
- SAUL, A. M. *Avaliação Emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 1999. 4ª Ed.
- TAVARES, J. A. G. A universidade, a formação das elites e a construção do estado no Brasil. In Schmitd, B.R; Oliveira, R. ; Aragón, V.A. *Entre Escombros e Alternativas: Ensino Superior na América Latina*. Brasília: Ed. UnB, 2000.
- WEHLING, A.; WEHLING, M.J.C de - *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Trabalho: um discurso em fragmentação

Peter Spink

Escola de Administração de Empresas de São Paulo

Fundação Getúlio Vargas

Durante quase toda a sua vida disciplinar, a Psicologia e a Psicologia Social trataram e continuam tratando trabalho como um fato naturalizado, um fenômeno dado e parte da inevitabilidade da existência humana. Distingue-se trabalho de emprego, este como relação de trabalho, aquele, enquanto atividade; discutem-se o sofrimento, as condições de trabalho, o trabalho decente, a centralidade do trabalho e a sua presença na subjetividade, a orientação para o trabalho e muitos outros aspectos, sem questionar seu papel articulador na vida cotidiana. Nesta apresentação, argumentamos que as múltiplas formas, possibilidades e restrições atuais de inserção em relações econômicas apontam para uma fragmentação do papel articulador de “trabalho” e sugerem que sua hegemonia discursiva é cada vez mais um instrumento divisor e excludente do que de emancipação. Torna-se necessário buscar um outro ponto de partida para esta discussão o qual possa dar maior visibilidade às múltiplas atividades do ganha-pão, do cuidar do sustento do lar ou do pequeno coletivo familiar que, fazendo parte do “se virar” foram em grande parte esquecidas nos estudos e nas políticas públicas.

* * *

Somos constantemente lembrados de que trabalho exerce uma centralidade em nossa vida e na formação de nossa identidade. A resposta para a questão “o que você vai querer ser quando crescer” exige uma resposta profissional e não uma resposta sobre sabedoria, independência, maturidade, tamanho ou idade. Por outro lado, se esta centralidade é ontológica ou ideológica (CODO, 2006, ANTHONY, 1977), eis uma questão que não me sinto competente para discutir. Muitas de nossas co-espécies animais também são usuárias de ferramentas e nós não somos os únicos que temos a capacidade para criar desastres. Por outro lado, nossa capacidade coletiva de transformar os requintes da ferramentaria coletiva em burracos de ozônio certamente nos coloca não somente no topo da cadeia alimentar, mas também no alto da lista das ameaças ao planeta.

Somos produtos sociais da modernidade, uma dinâmica complexa de transformações e revoluções – no sentido de revirar – cujo resultado, nada tranquilo, foi a consolidação de um modelo de estado-nação territorial e uma tensão

entre modos de produção que permanecem até hoje. Nesse processo, a noção social do trabalho está longe de ser uma observadora inocente e, tal como as legendas políticas fisiologistas da atualidade, se apresenta para apoiar e acomodar diversas tendências, da esquerda à direita, da laica à religiosa. Buscar um caminho simples e explicativo seria falso, mas também podemos reconhecer as implicações pragmáticas da expressão de Kurt Lewin: o que é real é o que tem efeitos. Queira ou não, trabalho tem uma presença ubíqua no imaginário social.

Frequentemente a discussão sobre trabalho e contemporaneidade se adentra no debate sobre o capitalismo (como nas excelentes análises de Antunes, 2009 e Sennet, 1998) no qual trabalho, emprego, subjetividade, sofrimento e outros termos se combinam negativamente, e a luta para o trabalho decente parece uma possibilidade cada vez mais distante. Sem dúvida, é uma linha de argumentação que faz sentido, como também faz sentido a posição de Henrique Nardi (2006) quando sugere que “as transformações no trabalho e suas consequências sociais talvez tenham destruído a sociedade do trabalho tal como a conhecíamos (p.61)”.

Mas como responder para as organizações empresariais que são consideradas bons lugares para trabalhar, que têm por hábito a busca do emprego a longo prazo e a garantia da dignidade e do exercício de certa criatividade. Podem ser minorias, mas que existem, existem. Ou então, como responder às organizações alternativas que buscam outras formas de inserção nas economias locais, inserções que se dizem solidárias, substantivas e mais coletivas. Elas também têm argumentos a favor do trabalho e da dignidade, seja por razões negativas ou positivas, seja por razões destruidoras ou emancipadoras, de tal modo que parece estarmos diante de um imenso coro de vozes de todos os timbres possíveis que, mesmo discorrendo entre si sobre muitos aspectos, estão de acordo acerca da importância do trabalho para a humanidade e realçam direta ou indiretamente suas características enobrecedoras, libertadoras, transformadoras e realizadoras. Se aceitarmos que estamos num campo linguístico onde “trabalho” está sempre presente, não seria importante perguntar do que se trata? Que trabalho é este que as pessoas falam que devemos buscar e para o qual nós nos devemos preparar? Quais são as suas conexões e desconexões com emprego, renda e atividade econômica, não no sentido abstrato – mas no Brasil?

Que é trabalhar no Brasil?

A preocupação que tenho talvez possa ser mais bem explicada com base em um olhar reflexivo sobre uma estatística simples muito usada nos últimos anos em encontros sobre trabalho e que trata da mudança na estrutura do mercado de trabalho brasileiro em relação ao trabalho formal e informal, de 60% - 40% em favor do emprego formal para a situação inversa (40% - 60%). Sem dúvida é uma situação alarmante que merece uma análise mais ampla, mas qual análise?

De início: quem disse que a situação anterior de 60%-40% a favor do trabalho formal era satisfatória? Nos países centrais, o emprego informal é, em grande parte e por todos os efeitos, considerado ilegal, o que significa dizer que será punido. Nestes países, pessoas poderiam estar em emprego ou em auto-emprego (“self-

employed”) e poderiam fazer bicos, mas na grande maioria de situações as atividades econômicas serão registradas e sujeitas aos impostos e demais obrigações legais.

No terceiro mundo, nunca tivemos algo parecido com tal situação; ao contrário, nossos 60% - 40% estavam bem perto do máximo que conseguimos, razão pela qual a maior parte de nossa carga tributária cai na esfera indireta. Ou seja, a noção de pleno emprego – entendido no sentido formal, com pagamentos regulares e potencialmente disponíveis para tributação – nunca foi uma característica dominante de nossa sociedade. Havia outras variantes: trabalho escravo, ambulantes e artesãos urbanos, trabalho agrícola de permanência obrigatória, mão de obra de safra e outras versões do modelo “boia fria”, trabalho por conta própria, bicos, profissionais liberais e autônomos, além do trabalho nas indústrias, no setor público, no comércio e nos serviços.

Ora, se nunca tivemos uma situação em que a maioria da população se sustentava por uma relação de emprego-trabalho formal, registrada e em longo prazo, por que estamos nos iludindo a respeito do drama hegemônico de sua presença, a ponto de lamentar/criticar/debater seu declínio? Mais do que isso, ao entrar na dança do emprego-trabalho, correremos o risco de criar a dança do emprego-trabalho. Por exemplo, a taxa que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) utiliza para medir desemprego aberto – a taxa que sai nos jornais – se refere a pessoas de 15 anos ou mais que não possuem trabalho, mas que na semana anterior à da entrevista haviam, efetivamente, procurado um emprego assalariado ou tomado providências para abrir um negócio. Para o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a definição é diferente: “pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos trinta dias e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias”. O DIEESE também considera importante incluir o desemprego oculto pelo desalento: “pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses”, e pelo trabalho precário: “pessoas que realizam algum trabalho remunerado de forma irregular ou que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos últimos 30 dias ou que, não tendo procurado neste período, fizeram-no nos últimos 12 meses”. Pelos dados de julho, a taxa de desemprego registrada pelo IBGE para São Paulo é 8,3%, pelo DIEESE é de 14,8%. A diferença entre as duas taxas pode parecer complexa, mas em termos desta discussão é ilustrativa de nosso argumento, ou seja, que a taxa do DIEESE está enraizada na precariedade do terceiro mundo.

Mas quem são os 85% “não desempregados” nas estatísticas do DIEESE e onde podem ser encontradas essas pessoas? De novo, os dados mostram um mundo bastante mais complexo do que o simples trabalho-emprego. Focalizando-nos nas estimativas para as principais regiões metropolitanas e para o Distrito Federal no mês de julho de 2009, descobrimos que de uma população de 17,162 milhões de pessoas ocupadas, 11,443 milhões são assalariadas, das quais 1,873 milhões no setor público e 7,862 milhões no setor privado, com carteira assinada; os demais 43% se dividem entre setor privado sem carteira (1,707 milhões), autônomos (3,159

milhões), empregados domésticos (1,360 milhões) e uma variedade de posições que incluem donos de negócios familiares, profissionais universitários autônomos e trabalhadores familiares sem remuneração salarial (1,200 milhões). Encontramos 15% na indústria (2,490 milhões), 16% no comércio (2,795 milhões), 54% no setor de serviços (9,333 milhões), 6% na construção civil (1,054 milhões) e 9% em outras inserções (1,490 milhões), incluindo serviços domésticos.

Importa lembrar que a densidade econômica das regiões metropolitanas tem um perfil próprio, às vezes diferente do perfil dos municípios de porte médio e que estes também têm um perfil distinto dos municípios de porte pequeno, nos quais o grau de inserção formal poderia aumentar ou diminuir com a presença de uma fábrica, usina ou até de acordos locais sobre comercialização de produtos agrícolas. De forma similar, o perfil das possibilidades pode também variar consideravelmente. Em muitos lugares, excetuando-se o pequeno comércio e uma agricultura reduzida, as únicas possibilidades estão na prefeitura, conforme demonstram os dados da bolsa família. Portanto, as regiões metropolitanas não são representativas do país, mas são os dados que temos para acompanhar.

Sejamos sinceros e honestos: quantos desses postos ocupados, identificados nas estatísticas, exigem habilidades específicas - mesmo aqueles da indústria? Permite-me dar um exemplo pessoal.

Aos 17 anos de idade, durante as férias escolares, e seguindo uma prática muito comum em uma cidade industrial no norte da Inglaterra, obtive um emprego numa fábrica de produção de fios têxteis artificiais que pertencia a um dos renomados grupos do país. Saí de casa às 6h15 da manhã, de bicicleta, para marcar ponto às 7 horas, como faziam todas as pessoas. No primeiro dia, depois de fazer testes no departamento de pessoal para garantir que não era daltônico – afinal produzíamos fios de todas as cores – fui apresentado aos humanos e não humanos, com os quais convivi durante um mês e meio. A máquina de secagem pela qual era responsável – um dos meus colegas não humanos – tinha pelo menos 20 metros de comprimento por 4 metros de largura. De um lado, eu pegava os fios já tingidos e espalhava numa cinta que passava por uma escova e depois por secadoras; de outro, eu pegava os fios secos e colocava em cestas grandes. Havia dois botões de comando: um para a máquina se movimentar e outro para ela parar. Para mudar a cor, era necessário desligá-la, limpar as escovas com uma vara, ligá-la novamente e passar uma tábua de madeira para garantir que não havia sobrado nada no seu anterior. Pronto! Explicado... “qualquer problema fala com o fulano aqui do lado” (que trabalhava em uma máquina similar) “e se tiver qualquer problema sério, aperte o botão de emergência”. Era isso...

Depois da saída do supervisor, o colega que estava a meu lado perguntou se tinha entendido e respondi afirmativamente. Ele me observou operando a máquina durante um período e comentou: “Tá vendo, não é complicado”... Perguntou ainda: “Você tá bem?” “Sim...tranquilo.” respondi. “Tá bom, então cuide da minha máquina porque vou ao banheiro”. Eram necessários quarenta minutos para uma carga completa de fios passar de um lado para o outro e, durante esse tempo, coloquei fios para secar nas duas máquinas, meus dois companheiros não humanos,

separei os fios secos e fiquei “de olho”. Ao retornar, meu colega humano observou: “Agora é sua vez”. Com a inocência de um aluno de colegial que estudava física e matemática, respondi que estava bem e que não precisava ir ao banheiro. Foi neste momento que recebi a chave do portão invisível e intransponível que na Inglaterra marcava o acesso à cultura de resistência contra-hegemônica da classe trabalhadora: “Não é uma questão de fazer xixi; é uma questão de dividir o trabalho – você não quer fumar um cigarro?” Fiquei sabendo, então, que o banheiro era o local onde conhecíamos os colegas, líamos o jornal, conversávamos sobre a vida e discutíamos o quanto de produtividade deveríamos buscar, porque havia um programa de incentivo à produção. Só que ninguém era burro e sabíamos também que, se aumentássemos demais a produção, “eles” aumentariam a linha básica. Como nós quatro, humanos e não humanos, estávamos numa parte crítica do processo, era normal receber recados no banheiro para ajustar para cima ou para baixo o nosso trabalho. A discussão no banheiro demonstrou o quanto as pessoas faziam fora do trabalho: criavam animais, fabricavam rádios, concertavam carros, tomavam suas cervejas e jogavam. No entanto, não se podia dizer que a fábrica era uma experiência desumana...

Após essa experiência aprendi que banheiros de fábricas são banheiros somente no nome, e não se trata de uma questão de gênero. Quando era aluno na pós-graduação, ao estudar o papel do supervisor de linha de produção na indústria automobilística, aqueles acontecimentos da adolescência ressurgiram em minha mente. Na imensa fábrica da Ford que ficava no lado leste de Londres, que dominava a região e rodava 24 horas por dia, certos banheiros, no turno da noite, eram verdadeiras aldeias urbanas. Além de fumar, faziam-se compras, apostava-se nos cavalos, assistia-se a filmes e, obviamente, conversava-se, conversava-se, conversava-se. No período noturno não havia executivos para encher a paciência, somente os supervisores da linha de produção que haviam sido operários e que moravam na mesma região. Diga-se de passagem: os executivos da Ford preferiam que seus carros para uso pessoal fossem fabricados no turno da noite, pois a qualidade era melhor.

Este pequeno desvio foi proposital, porque, se olharmos as diferentes possibilidades de se ocuparem consideráveis partes do “mercado de trabalho formal” e se o fizermos honestamente, com os pés no chão, saberemos que a esmagadora maioria dessas inserções não exigem muito além do “kit mínimo” de habilidades humanas que nos foram legadas por nossos antepassados. Conforme os registros, milhares de postos de trabalho podem ser classificados como não qualificados ou semiquificados (*unskilled* ou *semi-skilled*), uma referência clara ao tipo de contribuição esperada. Obviamente, há situações nas quais o “kit mínimo” não é suficiente mas quero reiterar: são numericamente uma minoria.

Portanto, aqui se produz um primeiro equívoco, qual seja, partir do pressuposto de que para ser inserido num mundo de trabalho formal, necessita-se de qualificações ou, para usar o jargão da atualidade, conhecimentos, habilidades e aptidões especiais, para não dizer experiência. Curiosamente, quando os empregadores solicitam experiência, penso que estão sendo marginalmente honestos, porque a única coisa que importa para grande parte dos postos é a experiência de ter feito o

serviço. Entretanto, a desonestidade é exigir que isso seja demonstrado antecipadamente; basta o primeiro dia ou no máximo a primeira semana. Esta observação se tornou mais válida, em decorrência da mudança no perfil do emprego formal nos últimos vinte anos, tanto na indústria quanto no comércio e nos serviços em geral.

Em contraste às fracas demandas de boa parte do emprego formal, as habilidades envolvidas nas atividades do universo paralelo do informal, do mundo de “virar-se”, são extensas e coletivas, contrariando o argumento de que tais habilidades, produzidas fora da escola e transmitidas na vida diária, são de uma ordem inferior. Traçando um paralelo com a discussão de Geertz (1997) sobre os saberes locais, quero propor que o “saber virar” é um processo extenso, contínuo, coletivo e, em grande parte, solidário, composto de conhecimentos, habilidades e aptidões aprendidos, desenvolvidos e transmitidos, esquecidos e lembrados de acordo com a necessidade, cuja presença é a única garantia que temos da possível continuidade da sustentabilidade humana. Mas, o que sabemos desse processo imenso e ubíquo?

Notem: quero ser muito claro, pois não estou sugerindo uma visão romântica e pastoral de um mundo alternativo. Ao contrário, quero propor uma mudança radical na maneira como discutimos na Psicologia Social o emprego, o trabalho, a atividade, a dignidade e a identidade. Minha advertência é que, ao atrelarmos nossas discussões e ações a um pretensão paradigma hegemônico e majoritário, que, no caso do terceiro mundo sempre foi minoritário, entremos num beco sem saída construído por nós mesmos.

Conforme comentei num artigo recente (SPINK 2009), a quase totalidade dos textos, livros e investigações elaborados nos países centrais, e fielmente copiados nos países periféricos, focalizam o universo profissional do emprego formal nas grandes tecno-burocracias públicas, privadas e militares. Mesmo quando feito de maneira crítica, a exemplo das liturgias sobre globalização, flexibilização, sofrimento e fim do emprego, nada mais fazemos do que sustentar a hegemonia articuladora. Penso que devemos deixar de lado os termos emprego, trabalho, atividade e sua vinculação com dignidade, identidade e sofrimento e partirmos para o reconhecimento do caráter híbrido, fragmentado e múltiplo das inserções que costumávamos chamar de laborais. Além disso, procurar uma nova centralidade para nossos estudos, tomando por base a discussão sobre meios de sustentação de vida, tratando o mundo do “se virar” como parte integral de nossos estudos e práticas, de nossas análises e conselhos. Não será uma tarefa fácil, porque, a todo o momento, a versão anterior se fará presente, como uma sereia cantante, valorizando e desvalorizando, incluindo e excluindo, desproblematizando e individualizando, transformando situação em atributo pessoal, conforme bem demonstraram entrevistas recentes com trabalhadores do mercado informal (NARDI, 2006) e com jovens de classes populares (PARENTI, 2009).

“Se” virar

Ladislau Dowbor (2008) resumiu recentemente os dados que demonstram por que a referida mudança é necessária e urgente:

Em números redondos, temos quase 190 milhões de habitantes dos quais 125 milhões constituem a população em idade de trabalho (15 a 64 anos), e destes quase 100 milhões constituem a população economicamente ativa (PEA). Se tirarmos os 15% de desempregados, chegamos a cerca de 85 milhões de pessoas que são as que efetivamente carregam a economia nas costas. Temos assim cerca de 15 milhões de desempregados (critério Dieese), e outros milhões que poderiam estar participando, pois estão em idade de trabalho mas não encontram oportunidades minimamente atraentes. Os empregados formais no setor privado são 31 milhões. Podemos acrescentar o setor público, da ordem de 7 milhões, e chegamos a cerca de 40 milhões de pessoas. Entre este número e os 100 milhões da PEA, sem falar das 125 milhões em idade ativa, temos uma imensa área de pessoas que “se viram”. O balanço realizado pelo IPEA avalia em 51% a dimensão do setor informal no país. Se acrescentarmos que, além do estoque estrutural de desemprego acumulado, chegam anualmente mais de 1,5 milhão de novas pessoas no mercado de trabalho, e que milhões de pessoas estão empregadas em atividades pouco produtivas como guardas-noturnos, empregadas domésticas etc., torna-se óbvio que a subutilização de nossa força de trabalho constitui um dos principais problemas enfrentados pelo país. Não se pode melhorar a produtividade sistêmica da sociedade brasileira com tantos recursos parados (p.65-66).

O problema dessa imensa área de pessoas que “se viram” é de não ser uma área ou “mercado” no sentido que estamos acostumados a pensar. Não há, pois, uma trajetória típica e imaginar que tal trajetória existe nos faz correr o risco, como Nardi (2006) comenta, de “mutilar a complexidade dos arranjos de sobrevivência” (p.135). O “se virar” se manifesta em milhares de empreendimentos de base caseira, em bicos, em empreendimentos alternativos e solidários, feiras de troca, na agricultura familiar, nos vendedores de rua, no pequeno comércio, no levar e trazer de documentos e materiais, na reciclagem, nas microempresas que entram e saem da formalidade, do negócio próprio e em muitas outras inserções não necessariamente tão visíveis no dia a dia.

Dada a sua complexidade, o “se virar” é também um espaço próprio de oportunidades para equipamento, empréstimos, emprego disfarçado, organizadores de proteção, atravessadores de todos os tipos, organizações sociais solidárias e não tão solidárias. O “se virar” é constantemente contraditório no tocante a policiamento, fiscais e tentativas de suborno, de um lado, e explosões coloridas de

opções e manifestações culturais, de outro: lugares para comer, paradas de ônibus e portas de escritórios que se transformam em minipraças de alimentação e locais temporários de comercialização. O “se virar” pode ser desesperador, bloqueador de iniciativas, desvalorizador de talentos como também pode ser solidário e encorajador de uma tal forma com que nem um diretor de recursos humanos poderia sonhar – mesmo que sua empresa fosse eleita o melhor lugar para se trabalhar. É também dramático, como demonstram os homens-formiga da Serra Pelada ou a luta de UNICEF nos lixões do país.

Há, em curso, um projeto envolvendo pesquisadores e urbanistas de diversos países cuja exibição de fotos e desenhos chegará ao Brasil neste ano com o título de *Post-It City*. Seu objetivo é demonstrar as múltiplas maneiras às quais as pessoas conseguem colar suas atividades e criar espaços na imensidão das conurbações ao redor do mundo, como se fossem aqueles papéis amarelos autoadesivos que todos nós temos nos escritórios ou em casa para “não esquecer” e que aparecem, mudam de lugar e desaparecem. São parte de uma dinâmica coletiva fora dos canais convencionais, uma vez que podem se fixar num ponto hoje e num outro ponto amanhã.

Para encontrar o “se virar”, um dos caminhos é abrir os olhos para a cidade *Post-it*, mas ainda há outro que é seguir as cadeias produtivas nas suas microvariações, buscando os sinais da atividade autônoma e das pequenas redes de sobrevivência, que tenho chamado de “nano-economia” (Spink 2009). Entretanto, como qualquer psicólogo social diria, encontrar é também um problema de “ver” e de reconhecer. Na exposição do *Post-it City* a qual tive a oportunidade de visitar, havia uma série de fotos de pessoas que moram nos corredores do metrô de Tóquio, demonstrando como os moradores e passageiros marcam seus espaços de maneira a separar um do outro e assim tornar o outro invisível. Quando converso com os alunos que fazem “intercâmbio” e que visitam a FGV de outros países – especialmente da Europa – um dos comentários constantes é a respeito de como seus novos colegas brasileiros aparentemente não enxergam o movimento da rua e os sinais óbvios da desigualdade.

“Se virar” é complexo, heterogêneo, fragmentado e contraditório. São as pessoas que levam comida para vender no escritório ou na faculdade, para tentar suplementar a renda; são os professores e professoras “táxi”, correndo de um lugar para o outro, dando aulas em escolas e faculdades diversas para tentar sustentar o lar; são milhares de situações que mal conhecemos, ou porque não descrevemos ou, quando descrevemos, fazemos a partir do modelo anterior e, como resultado, ignoramos. Não se trata – como tentam algumas organizações sociais – de propor um novo empreendedorismo, em parte porque a maioria das pessoas, se conseguirem manter um estilo de vida que considerem digno, ficarão felizes. Ademais, dignidade é um processo social em negociação constante. Modos de “se virar” estão em constante fluxo. Assim, catar papel teve seu sentido renegociado por completo no Brasil, durante os últimos vinte anos, desde a repressão aos catadores de São Paulo, no período do governo Maluf. Tal serviço foi direcionado para as associações e cooperativas de materiais recicláveis de hoje, em grande parte devido a uma ordem religiosa de freiras e à comissão Pastoral da Rua em Belo Horizonte. As cooperativas de materiais recicláveis como as demais cooperativas e

associações exemplificam não somente esses processos de definição e redefinição do “se virar”, mas também sua complexidade. Desse processo fazem parte os pequenos negócios familiares geradores de renda e as muitas atividades da economia popular (Rodrigues, 2008; Tiriba 2001); os muitos empreendimentos identificados e apoiados pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) num total de mais de 250.000 pessoas, durante seus seis anos de trabalho; todas as pessoas que se sustentam e que sustentam suas famílias e lares, mediante uma atividade que existe desde que temos ruas: a produção de comida de rua. Comer bem por pouco e de maneira conveniente é na rua.

A origem do “fast food” é na rua e, contrariamente ao que talvez se pense, em geral é bem mais saudável. Uma pesquisa do Ministério de Saúde, relatada na revista do IDEC sobre comida de rua, diagnosticou que entre 1999-2007 ocorreram 5.699 surtos de doenças transmitidas por alimentos que afetaram 114.302 pessoas, grande parte decorrente do consumo de alimentos em casa e muito pouco por causa de produtos vendidos por ambulantes (IDEC, 2008). No mundo, a comida de rua sustenta milhares de pessoas em ambos os lados do balcão e há um movimento bem organizado de apoio e experiências de convívio que pode ser acessado pelo site: streetfood.org.

Ainda podemos mencionar como sendo parte do “se virar” não somente muitas atividades da área rural, especialmente os pequenos empreendimentos agrícolas, mas também as demais atividades que crescem em torno dos processos de produção de alimentos. Obviamente, alguns são geradores de atividades formais, tais como empresas fornecedoras de insumos ou de processamento, bancos e outros serviços, contudo há ainda muitas outras. Estudos recentes demonstram a importância da renda oriunda de atividades rurais não agrícolas. Em países como Costa Rica, mais de 60% do emprego rural é não agrícola, em contraste a somente 26% no Brasil. Surge a questão: quantos de nós temos compreensão dos múltiplos mercados e das cadeias produtivas que compõem o campo agrícola, ou de seus problemas, a exemplo das 31.000 pessoas que foram libertadas da condição de trabalho escravo no país entre 1995-2008 ou das mais de 50.00 denúncias registradas pela Comissão Pastoral da Terra?

Meios de Vida

Captar toda essa complexidade em uma única palavra seria esperar demais da elasticidade de nossa língua portuguesa, mas há uma expressão que demonstra pelo menos alguma capacidade agregadora e o potencial para mudar o eixo da discussão. Na área de estudos de desenvolvimento, a mesma complexidade gerou uma linha de investigação e discussão, originalmente focalizada na área rural, com base na expressão inglesa *livelihood*, de difícil tradução por causa da composição com *hood*. Em inglês, o sinônimo mais usual é *means of support* ou “formas de sustento”. Os tradutores tendem a utilizar “meios de vida”, porque muitas vezes se utiliza a expressão ao lado do termo sustentabilidade, como na frase: *sustainable livelihoods* e falar sobre “formas de sustento sustentáveis” seria complicado. Popularmente, não raro usamos “ganha-pão”. Não é o mesmo que subsistência, que tem outras conotações, mas se refere às maneiras pelas quais as pessoas costuram atividades,

oportunidades e relações para garantir o sustento de lares, comunidades ou redes familiares extensivas. A expressão tem a vantagem de evitar a naturalização do mercado e da categorização econômica generalista – por exemplo, na expressão mercado de trabalho, mercado informal, economia popular, economia solidária – e oferece uma perspectiva que se fundamenta nos atores que buscam se sustentar, mais adequada para a Psicologia Social. Afinal, quem chegou primeiro: os atores sociais buscando outros meios de sustentação ou a economia solidária? Discutir meios de vida é muito mais amplo do que discutir renda, porquanto implica a discussão sobre maneiras e estilos de vida, de trajetórias e oportunidades que vêm do passado e permanecem no presente. Na definição de Norman Long (2001):

Livelihoods are made up of practices by which individuals and groups strive to make a living, meet their consumption necessities, cope with adversities and uncertainties, engage with new opportunities, protect existing or pursue new lifestyles and cultural identifications and fulfil their social obligations (p. 241).

Entretanto, é uma expressão complicada, a começar por sua tradução. Não obstante, ela foi recentemente adotada com sucesso para tornar mais ampla a discussão sobre pobreza (Ashley e Carney, 1999; Rakodi e Lloyd-Jones 2002), apoiada pela agência de desenvolvimento britânico (DFID – ver o *site* livelihoods.org). Iniciando com a discussão no campo rural e nas questões de crises, tempestades e secas que podem facilmente tornar populações inteiras vulneráveis de um dia para o outro, o debate migrou para o campo urbano onde ajudou a abrir uma contenda significativa sobre como as políticas urbanas podem, mesmo sem querer, tornar vulneráveis e prejudicar as populações dedicadas a “se virar”. Por exemplo, os atritos em muitos países sobre as atividades comerciais que acontecem na rua (ver Brown, 2006). Porém, apesar de esta ênfase ter sido importante para alterar uma perspectiva bastante individual e monetarista sobre pobreza, por outro lado, teve o infortúnio de estimular uma nova onda de cartilhas de boas práticas, permeada por *assets* (ativos), *capabilities* (habilidades e capacidades) e, como não podia deixar de ser, capital social.

Entretanto, dado que nós, psicólogos sociais, somos habilidosos em salvar os bebês da água do banho, vale a pena voltar ao uso amplo que está na definição de Long. Em termos básicos, implica no reconhecimento de que as realidades de pessoas são complexas, locais, diversas e dinâmicas e que, conseqüentemente, as estratégias adotadas e as atividades desenvolvidas para garantir a sustentação e melhorar o bem-estar são igualmente múltiplas, diversas, podem se alterar ao longo dos anos e envolver diferentes membros do lar de modos distintos em diversos momentos. Para aqueles que ficam preocupados por causa da associação de *livelihood* com vulnerabilidade e pobreza parcial, devemos responder: pois é, esta é a nossa situação. A maioria das pessoas precisa “se virar” para sustentar lares, famílias, redes e comunidades. Pelo menos, a metade das famílias brasileiras necessita do apoio oferecido pela Bolsa Família, e a discussão de garantias de renda mínima também faz parte do debate sobre o papel das políticas públicas em relação à manutenção de meios de vida sustentáveis.

Posfácio

Há alguns anos, estive com colegas em uma cidade regional importante do interior do Nordeste, onde numa mescla de demanda e disponibilidade de criar maneiras de sustentação familiar, havia sido erguida uma praça de alimentação rudimentar com tendas, lonas de plástico para segurar o vento e o sol, mesas e cadeiras plásticas de baixo custo, barris de óleo diesel cortados ao meio para formar churrasqueiras, carvão, cerveja, gelo e carne de cabrito. Funcionou bem e era o “lugar” de intersecção de diferentes classes sociais. Bem, certo dia, os poderes locais e as agências de desenvolvimento decidiram que o “bodódromo” – como era chamado – era uma referência turística. (Note-se que não havia outra coisa a fazer no local que não fosse olhar o Rio São Francisco). Aproveitaram um espaço ao lado, construíram quiosques, banheiros e estacionamentos, tais como se pode ver no litoral nordestino, para reassentar os pequenos negócios familiares numa situação mais salubre. Não havia muita opção para as famílias, pois era aceitar ou aceitar, mas, conforme nos informou o técnico, seria um grande avanço. Para quem? A carne de cabrito era a mesma, a cerveja era a mesma, as mesas continuavam sendo de plástico, o lugar era basicamente o mesmo só que estava arrumado. Havia um programa de empréstimo para os donos das barracas (que não eram “donos”, mas famílias frequentemente extensivas) comprarem novos quiosques. Lembro-me bem de que, ao ouvir a explicação, não consegui resistir à pergunta: quanto? A resposta: “Bem razoável, por volta de R\$ 25.000,00”. Ser convidado a fazer exatamente aquilo que já se fazia, da mesma maneira, no mesmo local, e ter um custo adicional de R\$ 25.000,00? Nada mal!

Referências

- ANTHONY, P. D. *The ideology of work*. London: Tavistock Publications, 1977.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- ASHLEY, C. e CARNEY, D. *Sustainable Livelihoods: Lessons from Early Experience*. London: DFID (Department for International Development), 1999.
- BROWN, A. *Contested Space: Street Trading, Public space and Livelihoods in Developing Cities*. Rugby: Intermediate Technology Publications, 2006
- CODO, W. *Por uma psicologia do trabalho: ensaios recolhidos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- DOWBOR, L. A organização de iniciativas locais. Em: *Desafios da Economia Solidária*. (Le Monde Diplomatique Brasil; 4) São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2008.
- GEERTZ, C. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Comida de rua. Revista do Idec, 32-35, Novembro, 2008.

LONG, N. *Development Sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.

NARDI, H.C. *Ética, Trabalho e Subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2006.

PARENTI, A.F. da C. Os novos rumos do trabalho – emprego e desemprego: uma análise das práticas discursivas de jovens das camadas populares e sua percepção sobre os novos paradigmas do mundo de trabalho. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUC-SP, 2009.

RAKODI, C e LLOYD-JONES, T. *Urban Livelihoods: a people-centered approach to reducing poverty*. London: Earthscan Publications, 2002.

RODRIGUES, A. A. A. Os sentidos do auto-emprego nos pequenos negócios familiares geradores de renda. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUC-SP, 2008.

SENNETT, R. *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*. New York: W.W. Norton & Company, 1998.

SPINK, P.K. Micro cadeias produtivas e a nano-economia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, número especial (in press), 2009.

TIRIBA, L. Economia Popular e Cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

A Raridade da Política e a Democracia: os movimentos sociais entre sujeitos e identidades

Marco Aurélio Maximo Prado e Frederico Alves Costa²³
Universidade Federal de Minas Gerais

A política não advém naturalmente nas sociedades humanas. Advém como um desvio extraordinário, um acaso ou uma violência em relação ao curso ordinário das coisas, ao jogo normal da dominação. Esse jogo normal é a transição de um princípio de dominação a um outro. (...) A política advém nas sociedades como uma ruptura no processo de passagem de uma lógica da dominação a outra, do poder da diferença no nascimento ao poder indiferente da riqueza (RANCIÈRE, 1996:371).

Este texto tem como objetivo central apontar para um debate que evidencia o lugar paradoxal dos movimentos sociais na instalação da raridade da política e na democratização das sociedades atuais. Dividiremos nossos argumentos em três partes: *Movimentos Sociais: entre as emergências dos sujeitos e a permanência das identidades*. Nesta primeira parte, trataremos de conceituar os movimentos sociais como ações em trânsito entre duas posições: a inovação e o deslocamento da subjetivação e a fixação das identidades, assim, os movimentos sociais serão compreendidos como um sistema de ação entre sujeitos e identidades inaugurando dessa maneira uma compreensão de que este entreato dos movimentos sociais é o que tem permitido concebermos uma idéia de democracia moderna e de política radical. *Hegemonia e Precariedade: o político e democracia*. Na segunda parte abordaremos, uma compreensão da política contemporânea, sua importância e sua racionalidade como um paradoxo fundante da subjetivação política. *Movimentos Sociais: um lugar do possível paradoxo* – conceituaremos os movimentos sociais como uma possibilidade de trânsito entre o incomum e o comum, o raro e o freqüente nas sociedades atuais, tentando explicar a importância destes entreatos na formação dos sujeitos, das identidades e da democratização das democracias. Pretende-se com isso relacionar uma concepção de política e democracia crítica e radical na compreensão dos movimentos sociais contemporâneos.

²³ Marco Aurélio Maximo Prado é Professor Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFMG e Pesquisador CNPq/Fapemig e Frederico Alves Costa é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFMG, Bolsista CAPES

Movimentos sociais: entre a emergência dos sujeitos e a permanência das identidades

O estudo dos movimentos sociais alcançou nos últimos quarenta anos importante destaque no cenário científico internacional. Ainda que várias críticas sejam feitas a consolidação deste campo de pesquisa e estudos, principalmente, pelo seu acúmulo de informações e pela escassa vinculação destas com os ativistas de movimentos sociais (FLACKS, 2005), pode-se perceber que este campo se destacou através de seu caráter interdisciplinar, tornando a própria compreensão das ações coletivas mais complexa e legítima na experiência não só individual mas também política e social.

O papel da Psicologia Social e Política neste campo foi (*e tem sido*) amalgamado por uma certa ambigüidade conceitual e política que merece ser explicitada (PRADO, 2001). As ações coletivas têm sido tomadas pela Psicologia Social desde o final do século XIX, e desde então, uma ambigüidade na participação da Psicologia neste campo de estudos pode ser notada. Logo na emergência do interesse sociopsicológico aparecem os conhecidos estudos sobre massas e multidões, referências importantes são os trabalhos de Gustav Le Bon e Sigmund Freud. Interessados em compreender, a partir de distintas posições epistemológicas, a qualidade psicológica das ações coletivas, autores, naquele momento, utilizaram-se da psicologia para anunciar a complexidade das ações coletivas para a democracia da época e os perigos que poderiam prever através das experiências das massas em público para o chamado desenvolvimento das democracias. Se por um lado, autores da intitulada “psicologia das massas” evidenciaram pouca simpatia e legitimidade sobre a experiência das multidões, possivelmente pelo motivo que lhes faltou conceitos que abrangessem os fenômenos além da experiência individual, por outro lado, eles também apontaram para questões que se fazem presentes até os dias atuais e que revelam a importância de pensarmos a experiência subjetiva da própria política.

Assim, colaboraram para certa “psicologização” e deslegitimação dos fenômenos coletivos por um lado, todavia por outro, inseriram uma dimensão subjetiva nas análises que merecem serem repensada por nós, ainda que estejamos conscientes de que a participação da “psicologia das massas” esteve vinculada em muito na tentativa de controle ideológico por parte das elites (PRADO; RODRIGUES, 2008).

Durante o século XX, precisamente entre os anos de 1940 e 1960, uma nova guinada no campo de estudos dos fenômenos das ações coletivas marcou a emergência de um projeto científico de cunho racionalista bastante influenciado pelas teorias econômicas e sistêmicas na análise das ações coletivas. Exemplo destas perspectivas pode ser observado na teorização sobre mobilização de recursos que, por um lado, explicou a relação das ações coletivas com as instituições sociais e, por outro, negligenciou a questão do motivo pelo qual as pessoas participam,

sobrevvalorizando dessa maneira, o modo como elas participam em termo de uma relação binária entre custos e efeitos da participação (GOHN, 1997).

A eferescência deste campo de pesquisas no século XX (KLANDERMANS; STAGGENBORG; TARROW, 2002) foi relevante para a compreensão de que há uma relação ainda não apreendida entre a constituição dos sujeitos e das identidades e a formação dos sistemas e suas rupturas. O que tem permitido uma nova emergência da Psicologia Social e Política neste campo, valorizando assim as tentativas de compreensão do hiato produzido pelos modelos teóricos anteriores ao enfrentar as contradições entre a formação dos sujeitos e as rupturas ou continuidades das formações sistêmicas (MELUCCI, 1996; DOMINGUES, 2004).

O debate acadêmico contemporâneo está bastante consciente do enfrentamento destas ambigüidades e hiatos que herdamos do século XX, no entanto, ainda parece permanecer uma visão dualista sobre as ações coletivas, especialmente no que diz respeito à ontologia dos atores políticos. É exatamente a esta ontologia, que nesta primeira parte do texto, buscamos ressignificar uma conceituação analítica e política dos movimentos sociais a partir não só da contribuição da Psicologia Social e Política, mas também da própria Filosofia Política.

Para enfrentar tal questão, nos parece necessário esclarecer nosso entendimento sobre a emergência dos sujeitos e a manutenção das identidades. Trataremos de separar dois conceitos que em vários autores (JAVALOY, 2001) do campo de estudo dos movimentos sociais aparecem muitas vezes como sinônimos. Sujeitos e identidades transformaram-se em sinônimos devido a uma tentativa de explicar um dos hiatos nas análises das ações coletivas e de, ao mesmo tempo, marcar um distanciamento das análises psicológicas que reduziram as ações coletivas a fenômenos de ordem individual. No entanto, a partir de uma revisão teórica já desenvolvida no campo (GOHN, 1997; PRADO, 2001), pode-se compreender que há mais diferenciações entre os dois conceitos que identificações e estas diferenciações podem colaborar para uma melhor compreensão das ações coletivas de modo a reconsiderar a ontologia dos atores sociais.

Por sujeitos entende-se, a partir da proposição de Rancière (1996), que estes não correspondem à transparência, à temporalidade ou à capacidade da razoabilidade consentida. Sujeitos são emergentes do litígio do consentido. São, segundo o autor, enunciados dos não-contados, discursos onde anteriormente só escutávamos ruídos, vozes onde só se ouviam barulhos.

Sendo assim, são eles, nesta visão, uma perturbação da ordem da gestão dos corpos, uma conturbação do curso do consentimento; produzem modificações no que é o dizível, o contável e o visível. São um duplo porque “*só existem por sua distinção em relação a qualquer grupo social, a qualquer parte da sociedade ou função do corpo social. O que os constitui é o próprio litígio*” (RANCIÈRE, 1996, p. 377). São atos de precariedade e não de permanência, já que colocam em litígio as bases dos consentimentos e das formas de legitimação social.

Assim, os sujeitos políticos são entendidos como – “sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. Portanto são sempre precários, sempre suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização da sua parte. (RANCIÈRE, 1996, p. 378).

Indubitavelmente, apresenta-se o risco de confundirmos os sujeitos com parte das identidades. Ou seja, o risco de que a precariedade dos sujeitos se transforme na fixação das identidades, que apenas "pedem a otimização da sua parte", mas não criam o litígio do mundo do sensível, a desclassificação. Os sujeitos, capazes que são de uma universalidade virtual, podem imaginar um mundo que não existe; podem, portanto, criar nomes para o não nomeado, criar território para o ainda impensável e não nomeável.

Dessa maneira, conforme Rancière, sujeitos são atos de desidentificação – “por subjetivação vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação, portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência” (RANCIÈRE, 1996, p. 47) – evidenciando uma diferenciação importante entre sujeitos e identidades para nossa argumentação.

Sujeitos e identidades são experiências sociais históricas que se organizam a partir de lógicas distintas, todavia, suplementares. O sistema de legitimação e normalização, que Rancière (1996) entendeu como sendo a polícia, é que instala a experiência das identidades e de sua manutenção, motivo pelo qual são posições e experiências sociais de maior suscetibilidade nas malhas da regulação, já que são posições de fixação temporárias, classificatórias e permeáveis às lógicas da gestão dos corpos. As identidades, neste sentido, entram em negociação sobre as suas diferentes posições de fala, ou seja, no âmbito da polícia e não da política, a situação de fala já está constituída, assim como os atores identitários, bem como os possíveis objetos sociais a serem repartidos. Ou seja, as identidades são a ponta do iceberg de um processo longo de constituição de parte da arena pública: a polícia. Elas criam sistemas de ação, lógicas de pertencimento e posições políticas para gestão e funcionalidade das lógicas da governabilidade. E não nos esqueçamos que não há nada, segundo o próprio autor, de pejorativo nesta experiência, afinal de contas sem a gestão e a governabilidade não existiria condição de emergência da própria política. Partindo deste argumento, podemos dizer que as identidades podem se constituírem em experiências de sujeitos comportando-se como atos precários e não como atos de articulação da permanência.

(...) nenhuma coisa é então por si política. Mas qualquer coisa pode vir a sê-lo se der ocasião ao encontro das duas lógicas. Uma mesma coisa – uma eleição, uma greve, uma manifestação – pode dar ensejo à política ou não dar nenhum ensejo. Uma greve não é política quando exige reformas em

vez de melhorias ou quando ataca as relações de autoridade em vez da insuficiência dos salários. Ela o é quando reconfigura as relações que determinam o local de trabalho em sua relação com a comunidade (RANCIÈRE, 1996:46).

Assim, os sujeitos são entendidos como precariedades que ao conceberem atos locais de desclassificação criam uma universalidade virtual, no entanto, são, pelo risco da própria política, passíveis de serem identidades em algum momento (Rancière, 1996). Portanto, os sujeitos não poderiam existir por si só, já que como atos de precariedade não sobrevivem fora da articulação hegemônica, e exatamente por isso podem constituir-se em identidades. Lógico então que as identidades são mais reguladas que os sujeitos, mas estar na regulação não tem sentido pejorativo e menos potencializado, e sim talvez um convite a ser novamente um sujeito em outra ordem desclassificatória que poderá colocar a democracia como um horizonte.

Hegemonia e precariedade: o político e democracia.

Reafirmando a necessidade de nos afastarmos de uma ontologia dos atores políticos para a compreensão dos processos de democratização nas sociedades contemporâneas e, assim, ressaltarmos uma distinção entre identidade e sujeito é que consideramos importante o debate entre *polícia* e *política* proposto por Rancière e entre *política* e *político* proposto por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Ambos os autores com estas distinções permitem ressaltarmos o conflito como elemento central à constituição das sociedades – ou como diria Laclau e Mouffe (1985) da impossibilidade da sociedade – no sentido em que apontam para a contingência e precariedade de qualquer universal.

É exatamente no paradoxo entre universal e particular, necessário e contingente que se localiza a política em Rancière e o político em Laclau e Mouffe, sendo momentos raros na dinâmica social, não em decorrência do solucionamento dos conflitos, mas exatamente pelo fato de que exigem que aquilo que é consentido como barulho se faça voz, portanto, requerem a refundação do social, ou melhor, a visibilidade da contingência do universal a partir da passagem de relações de subordinação para relações de opressão (PRADO, 2002).

Segundo Mouffe (2000), o imaginário democrático funda uma importante peculiaridade da democracia moderna com relação à democracia antiga no que tange à possibilidade de politização das relações de subordinação: a afirmação da universalidade dos valores de igualdade e liberdade, ou seja, o rompimento com os marcos de certeza da sociedade fundados em lógicas política-teológicas, fazendo do poder um “lugar vazio”. É diante do reconhecimento deste imaginário democrático que Laclau e Mouffe compreendem a emergência da luta de classes nos séculos XVIII e XIX e dos novos movimentos sociais na segunda metade do século XX. É também sobre a influência da revolução democrática que para estes dois autores o conceito de hegemonia se faz caro na análise do paradoxo entre universal e

particular na construção democrática, já que o princípio democrático de liberdade e igualdade fez da lógica da equivalência²⁴ um instrumento fundamental da produção do social.

A hegemonia é aqui entendida não a partir da ideia da existência de um sujeito ontológico da luta política e de um único centro hegemônico do espaço político, como pode ser compreendido numa análise marxista tradicional; mas diante da compreensão de que o social se funda em torno de práticas contingentes que para se sedimentarem e se fazerem universais, diante do rompimento da modernidade com justificativas transcendentes, necessitam de excluir outras possibilidades de significação do real que lhe são antagonônicas. É exatamente pela razão de que a afirmação do social depende da repressão daquilo que lhe antagoniza que ele é sempre precário, sendo a impossibilidade de sua plenitude uma relação de poder, no sentido em que o outro que lhe antagoniza, apesar de existir, deve ser continuamente reprimido para que a objetividade se mantenha no lugar do instituído.

Assim, a manutenção da ordem social depende de contínuos deslocamentos das relações sociais e da possibilidade desta objetividade ser decorrência da articulação de um número cada vez maior de significantes, de modo a permitir uma unificação simbólica que abarque a heterogeneidade das diferentes demandas sociais, diminuindo as possibilidades de significação do social. Esta unificação simbólica, segundo Laclau (2005), só é possível pela articulação destas demandas sociais não em torno de um significante que represente um significado apriorístico e fixo, e sim em torno de um significante “vazio” que ganha significação a partir de um processo de “nomeação”, decorrente da articulação das diferentes demandas que constituem a objetividade hegemônica, funcionando como um “ponto nodal”. Este “nome” que significa o significante “vazio” não representa nenhuma das demandas em sua particularidade e, sim é um elemento “singular” construído no processo de articulação das diferentes demandas e que pretende abranger toda heterogeneidade, convertendo-se, assim, no fundamento da “coisa”, ou seja, da objetividade que é sempre precária por ser contingente e por existir numa relação de poder.

Desta forma, a hegemonia é resultado de uma articulação contingente que desde o início encontra-se marcada pela ambigüidade e pela incompletude da objetividade e que, necessariamente, implica na repressão de outras alternativas também contingentes, constituindo-se, portanto, como uma relação de poder. Deste modo,

²⁴ Laclau e Mouffe diferenciam duas lógicas presentes na dinâmica social: a lógica da equivalência, a qual se caracteriza pela redefinição dos antagonismos políticos, em sua particularidade, a partir da articulação destes na construção de um projeto contra-hegemônico que expressa uma negação do sistema discursivo hegemônico, dividindo o espaço social e condensando significados em torno de dois pólos antagonônicos. Ao contrário da lógica da equivalência, a lógica da diferença se caracteriza pela afirmação da particularidade, sendo os únicos laços existentes com as outras particularidades de natureza diferencial, ao invés de antagonônica, sendo a particularidade incorporada dentro de um sistema social em expansão, colocando à margem a divisão do espaço social (Howart & Stavrakakis, 2000, Laclau, 2005), permanecendo a luta política no âmbito dos antagonismos democráticos.

o conceito de hegemonia entendido por Laclau e Mouffe é definido pela interação entre a objetividade, inerentemente incompleta, pois fundada sob a condição de um exterior constitutivo que a possibilita e, ao mesmo tempo, a nega; e a relação de poder inerente à sua sedimentação, uma vez que esta, necessariamente, implica na exclusão das outras alternativas.

Desta maneira, a politização das relações sociais depende do estabelecimento de uma reativação do social, no sentido de se colocar em questão a sedimentação da hegemonia. Para Mouffe (1988) a ampla democratização do social exige que antagonismos democráticos se articulem em torno de cadeias de equivalência a partir do reconhecimento da *negatividade* do pólo dominante, ou seja, da precariedade última de toda objetividade. É a partir deste reconhecimento que diferentes sujeitos se articulam na formação de um projeto contra-hegemônico e estabelecem uma alternativa de um “outro mundo possível”, pleiteando ser a universalidade do social; condição, no entanto, impossível de ser alcançada, pois, assim como a formação hegemônica, a alternativa contra-hegemônica também nunca será plena, sustentando-se na exclusão de outras possibilidades e, por isso, sendo sempre ameaçada por estes elementos que impede de existir.

Assim, a luta política nas sociedades contemporâneas é compreendida não como um jogo em que as identidades dos agentes estão prontas de início, onde a disputa ocorre entre identidades dadas e relativamente estáveis, muito pelo contrário. A luta política é entendida como aquela que ocorre pela subversão da *necessidade* pela *contingência*, sendo os sujeitos não constituídos a priori nem determinados por uma estrutura unificada e homogênea, e sim, como a distância entre a estrutura indecível, pois sempre incompleta e contingente, e a tomada de decisão entre as diferentes possibilidades oferecidas pela estrutura, e que sempre implica na repressão de alternativas antagonônicas a esta.

Portanto, “nenhuma identidade é alguma vez definitivamente estabelecida, havendo sempre certo grau de abertura e de ambigüidade na forma como as diferentes posições de sujeito são articuladas” (MOUFFE, 1996, p. 26), não existindo nenhuma garantia que a prática articulatória apresentará um caráter progressista.

De acordo com Laclau (1993), afirmar a contingência das relações sociais, o caráter permanente (não-erradicável) das relações de poder e a impossibilidade de se alcançar uma sociedade reconciliada não necessariamente implica em pessimismo, podendo estas afirmações ser a base para um otimismo radical, pois:

(...) se as relações sociais são contingentes, isso significa que podem ser radicalmente transformadas através da luta, em lugar de conceber esta transformação como uma autotransformação de caráter objetivo; se o poder não é erradicável é porque existe também uma radical liberdade que não está limitada por nenhuma essência; se a opacidade é constitutiva do social, isto é precisamente o que faz possível o

acesso à verdade concebida como desvelamento (LACLAU, 1993, p. 52).

Até aqui chegamos então em duas argumentações que podem em muito colaborar para uma compreensão dos movimentos sociais na contemporaneidade: a diferenciação entre sujeitos e identidade e a noção de político e democracia. Ora, seria possível fazermos uma interpretação de que sujeitos são emergências mais do que necessárias para a democracia, já que através desta experiência é que alguma desclassificação se impõe, rompendo com as lógicas de dominação em uma sociedade temporariamente e impondo através do ato precário dos sujeitos uma reorganização da igualdade.

O paradoxo que nos deparamos se dá exatamente numa espécie de *entrelugar* (*in-between*) que os movimentos sociais se encontram. Como uma das experiências da política (RANCIÈRE, 1996), os movimentos sociais estão entre os sujeitos e as identidades, correndo o risco de se esvaír na experiência dos sujeitos e de se dirimir na experiência das identidades. Assim, definiremos os movimentos sociais como a experiência organizativa que está entre o ato dos sujeitos e a permanência das identidades.

Se a política é um desvio singular do curso 'normal' da dominação, isso quer dizer que está sempre ameaçada de se dissipar. Ora, a forma mais radical dessa dissipação não é o simples desaparecimento, é a confusão com seu contrário, a polícia. O risco dos sujeitos políticos é confundir-se de novo com partes orgânicas do corpo social ou com esse próprio corpo (RANCIÈRE, 1996, p. 378).

Podemos assim adiantar que os movimentos sociais podem ser entendidos como um trânsito entre a posição de sujeitos e identidades e estas duas organizações da experiência coletiva não apenas se relacionam, mas se misturam, se confundem e se dissipam através das lógicas de racionalidade da política e da polícia.

Movimentos Sociais: um lugar do possível paradoxo

Até o momento, tentamos evidenciar que os movimentos sociais têm sido compreendidos em uma das posições – sujeitos ou identidades – ou outras vezes sem a diferenciação que aqui tomamos como necessária para interpelar os movimentos sociais como um entreato. Em outras palavras, poderíamos afirmar que os movimentos sociais são uma experiência entre a política e a polícia nos termos de Rancière (1996). Para o autor, a política se define pela sua capacidade de desclassificação dos lugares e das gestões dos corpos, motivo pelo qual, distante de ser um terreno de consensos e programáticas técnicas, a política está no centro da capacidade de criarmos desentendimentos. Mas para tal, o autor redefine os termos *polícia* e *política*. Rancière (1996) argumenta simultaneamente para um movimento de expansão e encolhimento dos conceitos de *política* e *polícia* como uma forma de

reconceituá-los, colocando no epicentro da questão a emergência de sujeitos na desclassificação da norma. Expandir o conceito de *policia* e encolher o de *política* é a tarefa que poderá nos ajudar nas possibilidades da criação da própria ação política.

ao conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho então dar a este conjunto de processos outro nome. Proponho chamá-lo de *policia*, ampliando, portanto, o sentido habitual dessa noção, dando-lhe também um sentido neutro, não pejorativo, ao considerar as funções da vigilância e de repressão habitualmente associadas a essa palavra como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é a da distribuição sensível dos corpos em comunidade (RANCIÈRE, 1996, p.372).

É exatamente esse sistema de legitimação que contribui para a manutenção das identidades. Logo, trata-se da ordem policial e não da ordem da política. Dessa forma, trata-se de identidades e não de sujeitos. As identidades são mais fixas, cotidianas e reguladas, já que se constituem no conjunto do sistema de legitimação da norma e das atribuições sociais.

Afirmar que os movimentos sociais se situam entre identidade e sujeito significa compreender que se localizam, nos termos de Rancière, entre a *policia* e a *política*. Tomemos como exemplo a atuação dos movimentos sociais junto à reivindicação por políticas públicas, esta seria a manutenção da *policia*, já que se baseia numa igualdade geométrica, em dar a cada um, o que lhe cabe a partir do que trazem para a comunidade. Por outro lado, a instituição das partes dos “sem parcela” no interior da hegemonia, é condição para a emergência da política, ou seja, da visibilidade da contingência de toda *policia*, na medida em que os “sem parcela” instituem uma nova divisão do sensível ao constituírem outra comunidade na qual executando uma série de atos de palavras que mimetizam aqueles concebidos como dotados de palavra, descobrem-se pela transgressão como seres falantes (como seres passíveis de firmar promessas e estabelecer contratos) e, assim, reivindicam serem contados: a compreensão do dano do sensível pelos “sem parcela” já os fazem necessariamente iguais àqueles concebidos como dotados de palavra, já que pressupõe uma divisão igualitária que destrói aquela divisão anterior.

Nesta medida, a instituição da parcela dos “sem-parcela” traz como escândalo exatamente a igualdade de qualquer um com qualquer outro ser falante, estando a política no encontro de dois processos heterogêneos: o processo policial e o processo da igualdade. Deste modo, se a política emprega uma lógica heterogênea a da *policia*, ela está, contudo, sempre amarrada a esta última, pelo fato de que a política não tem objeto próprio, estando o caráter político de uma ação apenas na sua forma: “a que inscreve a averiguação da igualdade na instituição de um litígio, de

uma comunidade que existe apenas pela divisão [no seio da polícia]” (Rancière, 1996, p. 44).

Um sujeito político não é um grupo que “toma consciência” de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam estas inscrições (RANCIÈRE, 1996, p. 52).

É preciso, antes de qualquer coisa, que se estabeleça uma cena comum, no sentido do interlocutor que não tem razão para vê-la, já que para ele os “sem parcela” só emitem barulho e não palavra, reconheça a sua existência diante do litígio constituído pela instituição transgressora da igualdade de qualquer um com qualquer um.

Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (RANCIÈRE, 1996, p.40).

Dessa forma, se os movimentos sociais emergem na interpelação da ordem, visibilizando o dano infringido a parte dos “sem parcelas”, o que observamos no contemporâneo é a tentativa da lógica hegemônica, na busca de diminuir os possíveis significados do real, fazer dos sujeitos, identidades; passando os movimentos sociais não mais a empreender o litígio, mas a serem concebidos como atores da geometria social. Salienta-se, contudo, que a redução da política em polícia não se limita à incorporação dos sujeitos à hegemonia, mas é também uma decorrência do processo de constituição de qualquer objetividade. O que em nossa compreensão, exigiria um esforço da própria Psicologia Social e Política no entendimento desta dinâmica do entreto dos movimentos sociais, dinâmica esta que revela o paradoxo entre universal e particular, sendo a democracia consequência desta dinâmica entre a raridade da política e a predominância dos jogos normais da dominação.

Referências

DOMÍNGUES, J. M. Sistemas sociais e subjetividades coletivas. In: Domingues, J. M. *Ensaios de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 12-38.

FLACKS, D. A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 2005, p. 45-66.

GOHN, M. G. M. *Teorias dos Movimentos Sociais- Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 1. Ed. SÃO PAULO: Edições Loyola, 1997.

HOWART, D.; STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: Howart, David; Norval, Aletta; Stavrakakis, Yannis (Orgs.). *Discourse theory and political analysis: Identities, hegemonies and social changes*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2000, p. 1-23.

JAVALOY, F e outros. *Comportamiento Colectivo y Movimientos Sociales: um enfoque psicosocial*. Madrid: Pearson Educación. Prentice Hall, 2001.

KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S.; TARROW, S. Conclusion: Blending Methods and Building Theories in Social Movement Research. In B. Klandermans; S. Staggenborg (Eds.), *Methods of social movement research*. Minneapolis, Inglaterra: University of Minnesota Press, 2002, pp. 314-349.

LACLAU, E. Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo. In: _____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993, p. 19-99.

LACLAU, E. El pueblo e la producción discursiva del vacío. In: _____. *La Razón Populista*. Buenos Aires/Argentina: Fondo de Cultura Economica de Argentina. 2005, p. 91-161.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a radical democratic politics*. London/New York: Verso, 1985.

MELUCCI, A. The process of collective identity. In _____ *Challenging Codes*. Cambridge University Press: Cambridge/United Kington, 1996, p. 68-86.

MOUFFE, C. Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Orgs.) *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago, USA: University of Illinois Press, 1988, p. 89-104.

MOUFFE, C. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, C. *The democratic paradox*. Londres/Nova York: Verso, 2000.

PRADO, M.A. M. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós” *Revista Psicologia Política*, número 1, volume 1, 2001, p. 149-172.

PRADO, M. A. M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8(11), 2002, p. 59-71.

PRADO, M. A. M.; RODRIGUES, C. S. Porque a Psicologia Social é Política? Identidades Coletivas e Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: Edinete Maria Rosa; Lídio de Souza; Luzziane Zacché Avellar. (Org.). *Psicologia Social: temas em debate*. Vitória: UFES/Abrapso/GM Editora, 2008.

RANCIÈRE, J. *O Desentendimento*. Política e Filosofia. 34 Literatura S/C Ltda: São Paulo, 1996.

Reflexões sobre a linguagem midiática e os processos subjetivos contemporâneos: entre os meandros do mercado, do desejo e da razão crítica.

Maria de Fátima Severiano
Universidade Federal do Ceará

Este trabalho tem por objetivo suscitar reflexões críticas acerca da atual relevância da linguagem midiática na comunicação contemporânea e suas implicações psicossociais na constituição das subjetividades e na formação de vínculos sociais significativos, partindo do pressuposto de que uma Psicologia Social crítica tem por meta privilegiada a compreensão dos processos intersubjetivos, com vistas à emancipação humana.

Adotamos como eixo teórico o referencial da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse), cuja reflexão acerca das novas formas de dominação e das vicissitudes da razão no mundo moderno, produziu pioneiramente o conceito de “Indústria Cultural”; essencial para a compreensão do atual poder da mídia sobre a produção das subjetividades contemporâneas.

O conceito de “Indústria Cultural” foi desenvolvido por Adorno e Horkheimer, em 1947, por ocasião da publicação da obra *A Dialética do Esclarecimento*, a fim de substituir a expressão, então em uso, de “cultura de massa”. Negando ambos os termos da expressão, ou seja, nem “cultura” nem “massa”, eles denunciaram a impossibilidade de haver qualquer vestígio de igualdade entre “cultura de massa” e democratização da cultura ao sublinhar o caráter compulsório da indústria cultural por eles concebida como “a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores” (1991, p.131), na qual é suprimida tanto a complexidade da “cultura erudita” quanto a rudeza espontânea da cultura popular que permitia resistir ao controle da “sociedade administrada”. Sua finalidade não seria a de servir às massas, mas à racionalidade tecnológica e administrativa do grande capital, produzindo, assim, uma falsa conciliação entre indivíduo e sociedade, na qual o particular (indivíduo) seria diluído na universalidade do social, instaurando assim o reino da positividade e o culto ao presente imediato como a única forma de realidade possível. A individuação assim forjada seria “pseudo-individação”, na medida em que não visaria à diferenciação entre indivíduo e sociedade, mas sim à *mimese*, à homogeneização das consciências.

Neste sentido, nossas preocupações residem na atual disseminação de uma forma de linguagem imediatista e fragmentária como modelo generalizado de comunicação, a exemplo de certa linguagem midiática publicitária, cuja proposta de satisfação “espontânea” do desejo, aparentemente progressista e liberal, finda por elidir o componente reflexivo da razão crítica, em prol de um receituário de “felicidade” - pautados no fascínio da imagem, na personificação idealizada dos objetos e na transformação de bens culturais em mercadorias.

O que está em pauta é a busca do exercício de uma racionalidade reflexiva, na esfera de produção de sentido. Questionarmos, pois, em que medida, a predominância de uma linguagem emocional e idealizada na mídia, não afetaria a própria forma do homem contemporâneo em sua reflexão acerca da relação com o mundo, extrapolando assim, os próprios limites da esfera da indústria cultural e instituindo-se como “estilo de vida”.

Como já nos alertara Adorno (1991): “Na medida em que a pressão do sistema obrigou todo produto a utilizar a técnica da publicidade, esta invadiu o idioma, o estilo, da indústria cultural” (p. 152).

Temos como fio condutor desta análise as três características que embasaram a Modernidade, exacerbadas na sociedade contemporânea, a saber: o Individualismo, o Mercado e o Progresso Tecnológico. Estas se articulam com a cultura midiática, através dos conceitos de “Cultura do Consumo” (BAUDRILLARD, 1970) – referencial identitário privilegiado, cuja racionalidade instrumental subordina a realização dos desejos à lógica do mercado; “Sociedade do Espetáculo” (DEBORD, 1967) – modo prevalente de reconhecimento social, em que as relações humanas passam a ser mediadas pela tecnologia de imagens e “Cultura do Narcisismo” (LASCH, 1983) – traço de personalidade, predominantemente estimulado pela mídia, com suas promessas de completude via aquisição de objetos/serviços de consumo.

Mercado, publicidade e individualidade

De acordo com pesquisas realizadas (SEVERIANO, 2009) a linguagem publicitária é concebida como a forma de linguagem mais representativa da mídia contemporânea, sendo considerada um veículo privilegiado de circulação e promoção dos ideais da sociedade de consumo, ou seja, um núcleo de produção simbólica de extrema significação na ação normativa social, a qual se vale, preponderantemente, de uma linguagem de cunho ideativo e emocional como estratégia de persuasão e sedução para produzir identificações em seus receptores.

Entendemos por “linguagem emocional”, aquela que se caracteriza, fundamentalmente, por explorar o universo dos desejos do consumidor, através da manipulação de signos que fazem a mediação entre objetos e pessoas. Nela, a sedução e a persuasão substituem a objetividade informativa, impondo, explícita ou implicitamente, valores, mitos e ideais que dizem respeito, não mais ao objeto ou

serviço, mas ao sujeito e à sociedade. Isto ocorre porque a lógica que preside a atual relação do homem com os objetos de consumo baseia-se, preponderantemente, no “valor-signo” dos objetos (BAUDRILLARD, 1976) e não mais em seu valor de uso ou funcional. Os produtos traduzem, principalmente, um novo “estilo de vida”, no qual os indivíduos passam a se reconhecer e a se “diferenciar” a partir de um sistema distintivo de imagens de marca, aos quais se associam aspectos subjetivos e psicossociais, desejáveis, provocando atitudes imediatas de idealização do objeto. Entretanto, e isto é de fundamental importância, existe sempre uma utilização racional dos recursos emocionais. Ou seja, mesmo quando se trabalha com elementos emocionais na publicidade, este uso é racionalmente planejado, valendo-se da racionalidade instrumental, intrínseca à “lógica do mercado”.

Este processo é denominado pelos frankfurtianos de a “irracionalidade objetiva do sistema”. Trata-se da utilização racional da irracionalidade preponderante nas sociedades de consumo contemporâneas, em que o “princípio do desempenho” (MARCUSE, 1982) se utiliza, sedutoramente, do “princípio do prazer”, para realizar seus fins mercadológicos e paralisar o pensamento crítico que, se potencializado, revelaria facilmente o engodo da sedução.

Essa adesão acrítica dos homens à “lógica do mercado” cria uma “falsa identidade do universal e do particular” (ADORNO E HORKHEIMER, 1991, p. 114), uma totalidade mimética entre indivíduo e sociedade, na qual nada lhe seria negado, a não ser a própria liberdade de não consumir. Nesse sentido, ressaltamos que o mais fundamental desta crítica não se reduz a uma mera denúncia da standardização dos produtos pela indústria cultural, mas principalmente à subsunção e dissolução do indivíduo na esfera do presente imediato. O que está aqui em questão é a perda da capacidade utópica do homem, de sua capacidade de transcendência do mero real/factual, responsável pelo desaparecimento da distância e da oposição crítica, necessária aos processos de individuação e autonomia humana.

No entanto, é importante ressaltar que o conceito de “individualidade”, presente nos ideais do Iluminismo e na tradição utópica do ocidente, apesar de não ter se efetivado na história, não pode ser confundido com a “individualidade de prótese” fornecida pelo mercado. Na primeira concepção temos um rompimento com as ancestrais visões comunitárias que somente reconheciam o homem como parte do coletivo (o clã, a tribo, *apólis*), para valorizá-lo por si mesmo enquanto titular de direitos e capaz de julgar criticamente sua própria sociedade (ROUANET, 1993). Aqui a meta é a promoção da maioridade humana através do uso de uma razão reflexiva (KANT, 1784). Na segunda aceção ocorre, justamente, uma espécie de reencantamento do mundo, uma fusão sujeito-objeto, na qual o homem somente adquire valor quando de sua identificação idealizada com as imagens de marca dos produtos “ofertados” pelo mercado.

Esta fusão sujeito/objeto se funda, como denominaram os frankfurtianos, no “Princípio da Equivalência” entre coisas e pessoas. Esse princípio do valor de troca postula que “tudo só tem valor na medida em que se pode trocá-lo não na medida em que é algo em si mesmo” (ADORNO E HORKHEIMER, 1991, p.148).

Entretanto, para os referidos autores, enquanto o primado do princípio da equivalência entre valores de troca, que rege as mercadorias nas sociedades do capitalismo tardio continuar sendo o mesmo modelo adotado para as relações interpessoais, coisas e pessoas estarão igualadas sob a égide desse “equivalente geral”, excluindo assim qualquer possibilidade de real diferenciação e singularidade.

E é justamente a supremacia sem precedentes da esfera econômica – lógica da Mercadoria – travestida de “cultura” e “liberdade”, o que se observa, contemporaneamente, com a expansão do domínio do mercado para todas as esferas, produzindo fenômenos tais como: a perda do caráter transcendente da obra de arte e sua redução ao mero existente; na mecanização do tempo do ócio, transformando-o na própria extensão do trabalho; na criação das sempre “novas necessidades” do consumidor e adaptação de seus produtos conforme fins apriorísticos da indústria; na utilização da sexualidade como valor de mercado e no fim das utopias coletivas em prol dos ideais narcísicos veiculados no consumo.

Na chamada Sociedade de Consumo (BAUDRILLARD, 1993) estamos lidando, pois, com um complexo “código de signos”, no qual estão implicados todo um sistema de comunicação, diferenciação e permutas sociais, enfim: “um modo novo e específico de socialização” (p.92). Baudrillard, ao tratar o consumo numa perspectiva semiológica, considera que o objeto de consumo contemporâneo se funda predominantemente na lógica do “valor-signo”, o qual é orientado por um sistema distintivo de imagens de marca, ditado pela moda, cujo sentido não está mais referido a nenhuma relação humana, mas sim “en la relación diferencial respecto a otros signos” (p.38), que se hierarquizam de acordo com os atributos subjetivos e de prestígio social agregados ao produto, regidos pela lógica formal da moda e da diferenciação. Para ele, o objeto, deixa de ser a solução para um problema prático (“valor de uso”) para ser valorado em seus aspectos “inessenciais”, passando a ser a “solução de um conflito social ou psicológico”. (p.134).

No que diz respeito aos vínculos sociais, a ideologia do consumo, apesar de “paparicar” seus membros, prometendo-lhes a realização plena de seus ideais, os interpela isoladamente. Tal peculiaridade é de extrema importância: a ideologia do consumo não exige compromisso social, não há feitos a realizar, em comum, por seus membros, sua única exigência é por adesão. E é, justamente, essa adesão irrefletida e fascinada aos seus códigos e o investimento em desejos estritamente pessoais, prescindindo assim de qualquer forma de interação humana, o que funda a natureza fragmentária, imediatista e narcísista dos ideais do consumo contemporâneo. Estes, diferentemente dos antigos ideais culturais coletivos, não apontam para nenhum projeto futuro, ou seja, para nenhuma utopia a ser realizado fora do sujeito, mas unicamente para soluções regressivas, de naturezas defensivas e imediatas, próprias de uma cultura do narcisismo.

Cultura do narcisismo, informação e produção de sentido

Lasch (1983; 1987) denominou de a “Cultura do Narcisismo” aquela caracterizada, basicamente, por uma retirada dos interesses humanos em projetos coletivos e por uma preocupação acentuada com a realização individual privada em estreita ligação com as opções do consumidor.

Entretanto, o autor nos alerta que, trata-se basicamente de uma cultura de “sobrevivência”, de um “mínimo eu”. Isto porque, ao final do século XX, diante da perda de referenciais éticos, políticos e religiosos, os indivíduos passaram cada vez mais a substituir seus ideais culturais e utópicos por ideais muito particularistas, pautados nos mecanismos de fascínio e idealização, fomentados pela ideologia publicitária do prazer e do consumo.

Diante desse vazio político, social, cultural e afetivo exacerbaram-se novas fontes constituintes de identidade, pautadas não mais nas grandes “ideologias” e utopias universalistas do passado, mas em “micro ilusões”, em saídas regressivas, de grande potência porque referidas a um suposto poder do indivíduo, ou de um pequeno grupo. O que todas essas formas têm em comum é o fato de serem movimentos particularistas que reforçam seja o narcisismo individual ou o “das pequenas diferenças”, com a promessa de salvação pessoal ou social imediata.

Tais “saídas regressivas” se expressam nas mais diversas formas de “reencantamento” do mundo observadas na contemporaneidade, seja na submissão incontestante a autoridades carismáticas, seja na submissão idealizada ao próprio objeto de consumo. A relação parece ser inversamente proporcional: quanto mais as condições objetivas se distanciam da consecução da realização dos ideais dos homens, mais necessário se faz a produção de mecanismos subjetivos que propiciem aos homens a ilusão de realização destes ideais.

A falta de um projeto identificatório cultural, de uma linguagem produtora de sentido, ao lado da atual “liquefação” (BAUMAN, 2004) dos vínculos interpessoais, promovidos por uma racionalidade que instrumentaliza o próprio desamparo humano é o que frustra o percurso mesmo do desenvolvimento de outras esperanças ou projetos, fora da órbita do mercado. O caráter “regressivo” se evidencia, justamente, na ausência de reflexão crítica, no esmaecimento do sentido de realidade que passa a ser substituída pela “virtualidade” das imagens e na ilusão de uma “completude” fornecida pelo objeto/imagem. É a satisfação alucinatória do desejo, diante de uma cultura que não mais acredita na concreção de ideais culturais coletivos, que ocupa o lugar da busca concreta, externa, pelas realizações, implicando sérios prejuízos para a emancipação do sujeito, em suas metas por justiça social, paz e fraternidade.

A necessidade de ilusões diante de um mundo que perdeu suas memórias coletivas e suas utopias se intensificou cada vez mais, passando a volição individual a tornar-se todo-poderosa, aos moldes da onipotência narcísica. Essa “cultura do narcisismo”, produto do triunfalismo da racionalidade instrumental contemporânea, alimenta

incessantemente o culto da “sociedade do espetáculo”, fundada sob a égide da imagem e de um intenso e ininterrupto fluxo de informação.

Em que medida o intenso volume de informação que hoje circula torna-se produtor de sentido para os homens? Não teria a “comunicação” se reduzido à mera “informação”?

Na contemporaneidade, todas as tecnologias de vanguarda – as biotecnologias, a inteligência artificial, a informática, o audiovisual, o *marketing* e a publicidade – convergem para a “comunicação”, que se torna “Voz única”. Paradoxo (?), incongruência (?), a comunicação, ao invés de promover maior contato entre os homens, parece que os dispensa dos encontros, provendo-os, nas “máquinas”.

Adorno (1991), já a sua época, enfatizou, insistentemente, acerca dos fins mercadológicos pelos quais se regiam as mercadorias culturais, capazes de sancionar o “*primado imediato e confesso do efeito*” sobre as “*criações espirituais*” (p. 93). Em seu artigo sobre “A Indústria Cultural”, escrito em 1944, o autor nos parece bastante atual em sua crítica à linguagem publicitária:

... quanto mais as palavras se convertem de veículos substanciais do significado em signos destituídos de qualidade, quanto maior a pureza e a transparência com que transmitem o que se quer dizer, mais impenetráveis elas se tornam. A desmitologização da linguagem, enquanto elemento do processo total de esclarecimento, é uma recaída na magia. Distintos e inseparáveis, a palavra e o conteúdo estavam associados um ao outro... A decisão de separar o texto literal como contingente e a correlação com o objeto como arbitrária acaba com a mistura supersticiosa da palavra e da coisa. O que, numa sucessão determinada de regras, vai além da correlação com o evento é proscrito como obscuro e como verbalismo metafísico. Mas, deste modo a palavra, que não deve significar mais nada e agora só pode designar, fica tão fixada na coisa que ela se torna uma fórmula petrificada. Isso afeta tanto a linguagem quanto o objeto (p. 153 e 154).

A recaída na magia, a fusão entre realidade e imagem e a dissolução do sujeito num mundo de objetos-signos, esvaziados de significados, foram todos elementos analisados por Adorno em suas críticas à indústria cultural, de sua época. Hoje, na chamada “Era da Informação”, tais elementos, retomados por autores contemporâneos, reafirmam a importância do problema:

Dia a dia, cada vez mais, diminui a dependência de nossas imagens relativamente à realidade exterior. É por esse aspecto que nossa segunda idolatria reencontra a magia, mas subtraindo-lhe o aspecto trágico (aí seria a volta da espiral). Para o trágico, é preciso ter, pelo menos, alguém em face –

condição mínima – ou a ‘si mesmo como inimigo’. Em uma cultura de olhares sem sujeito e dotada de objetos virtuais, o Outro torna-se uma espécie em via de extinção; é a imagem, imagem de si mesma. “Narcisismo tecnológico, isto é, retirada corporativa da ‘comunicação’ para seu umbigo, funcionamento em círculo fechado da grande imprensa, mimetismo galopante do meio ambiente, alinhamento espontâneo dos órgãos escritos ou audiovisuais uns pelos outros” (DEBRAY, 1994, p.298).

Nunca se fala tanto de comunicação quanto numa sociedade que não sabe comunicar-se consigo mesma... Fala-se cada vez mais, mas há uma compreensão cada vez menor (SFEZ, 1994, p. 20).

Para Sfez (1994), “comunicar” é, justamente, o modo simbólico característico das sociedades fragmentadas. Diferentemente das sociedades fundadas nas grandes tradições éticas ou religiosas, cujas figuras simbólicas como a “nação, a liberdade, a igualdade”, norteavam e integravam seus membros entre si, as atuais sociedades perderam a sua memória e não mais se valem da História como fonte de coesão, mas da “comunicação”, como recurso para a adesão social. Esta “comunicação” não tem por fim a ordenação das trocas simbólicas entre os homens, uma vez que é fundada, prioritariamente, na informação, veiculada através de objetos técnicos e de consumo, os quais nada mais fazem do que reciclar o consumo, sob as mais travestidas formas. Neste caso, observamos que a “adesão” é um movimento que não, necessariamente, integra os homens (entre si), nem produz sentido, uma vez que, todos, isoladamente, podem convergir e aderir a um modelo, a um estilo, a uma forma etc., sem nunca estabelecer qualquer relação de sentido.

Também Baudrillard (1991), ainda mais radicalmente, dissocia, completamente, informação de produção de sentido. Para ele, estes termos estão negativamente correlacionados: “a informação é diretamente destruidora ou neutralizadora do sentido e do significado. A perda do sentido está diretamente ligada à ação dissolvente, dissuasiva, da informação, dos media e dos mass media” (p. 104). Isto acontece porque o que ocorre, no universo dos *media*, é uma “encenação do sentido”, uma dissimulação que finda por tornar-se mais real, do que a própria realidade. É o “hiper-real”, “um real sem origem nem realidade” (Ib. p. 8), no qual o único acontecimento é o próprio *medium* e, no interior do qual, se esgotam todos os demais sentidos. Esta produção artificial de uma imagem auto-referente, sem originalidade nem ambivalência, liberta de quaisquer fundamentos externos, é o que Baudrillard define como “simulacro”.

Canevacci (1990) nos fala de um processo de “dessimbolização” na comunicação contemporânea. Segundo ele, a linguagem se “dessimboliza”, ou seja, nela, o símbolo converte-se em signo, que não remete a alteridade alguma. Segundo este autor, no símbolo “permanece a idéia que remete a outra coisa através da analogia, da metáfora e da alegoria” (p. 133). Já o objeto convertido em signo não alude a nenhuma

alteridade, prescindindo, assim, das relações concretas entre as pessoas. Seu sentido, segundo Baudrillard (1976), somente se dá na relação diferencial com respeito a outros signos, arbitrariamente determinados por um conjunto de significantes mutáveis, de acordo com a última moda ou, de fato, segundo o desejo de rentabilidade de seus produtores.

Como muito apropriadamente nos fala Carvalho (1996), “com a dominação definitiva da cultura ocidental pela sociedade de consumo, a publicidade criou um novo tipo de universo de Copérnico: as coisas não gravitam em torno do homem; é o homem que gira em torno delas, seus novos ídolos” (p. 12).

Esse esvaziamento de sentido do simulacro não significa de fato uma ausência de determinantes. A desarticulação do real em signos aparentemente autônomos possui em si um sentido: o culto do objeto pelo objeto, da imagem pela imagem, revela conotações referentes às estruturas sociais e econômicas que os produziram, bastante objetivas. A apresentação do particular isolado da totalidade que o contextualiza representa o rompimento de uma unidade que, mesmo contraditória, é o que empresta significado a este particular. A ideologia, no sentido frankfurtiano, é justamente, a afirmação do dado, a simples reiteração do presente, sem a reflexão sobre sua natureza e seus processos condicionantes. O “simulacro” seria, pois, a expressão contemporânea mais acabada da ideologia: nele, todas as mediações são dissolvidas e o dado é apresentado como imediato.

No caso da informação midiática, é justamente, isso, o que ocorre: os dados sobre um determinado fenômeno são transmitidos, desvinculados do contexto ou processo que o produziu, de forma absolutamente fragmentária, numa linguagem cada vez mais sintética e num espaço de tempo cada vez mais diminuto. Como resultado disto temos, concordando com Baudrillard, a veiculação de uma forma de linguagem que é, de fato, “neutralizadora do sentido e do significado”, chegando a constituir-se em obstáculo para a comunicação humana.

A fala mítica

A expansão da onipotência da imagem publicitária se revela principalmente por meio de ícones e imagens que estão vinculadas a um “conceito”, a um “raciocínio” ou a uma “marca”. Há um tipo de fala, por mínima que seja, que parece ser necessária à compreensão que se quer dar à própria imagem veiculada. Esta fala não induz à reflexão, mas vinculada à imagem, ajuda a produzir o fascínio desejado.

Esta fala que ancora a imagem pode ser esclarecida por Barthes (1993) e sua concepção de “mitologia”. Este autor, ao afirmar que a publicidade “pode servir de suporte à fala mítica”, nos diz que o tipo de consciência solicitada pela imagem e pela escrita é distinto. A imagem “é certamente mais imperativa do que a escrita, impõe a significação de uma só vez, sem analisá-la, sem dispersá-la”; dentro do próprio universo da imagem Barthes distingue “diversos modos de leitura: um esquema é muito mais aberto à significação do que um desenho, uma imitação mais

do que um original, uma caricatura mais do que um retrato”. Entretanto, tais diferenças não são, necessariamente, constitutivas destas formas, podendo a imagem transformar-se em uma escrita, a partir do momento em que ela é “significativa”. Neste sentido, ele denomina “fala, discurso, linguagem, a toda unidade ou toda a síntese significativa, quer seja verbal ou visual” (p. 132-3).

Para Barthes, a linguagem que de fato é constitutivamente distinta e fechada à significação é o que ele denomina de “fala mítica”. Neste caso, não se trata, simplesmente, de um “modo teórico de representação; trata-se *desta* imagem realizada em vista *desta* significação”, ou seja, a fala mítica impõe seu próprio modo de leitura.

Inicialmente, o autor define o “mito” como uma fala que possui uma significação própria, a qual é produzida pela história e, portanto, formada por uma “matéria já trabalhada”. Em termos semiológicos, o mito transforma o signo – totalidade associativa de imagem e conceito, significante e significado – em mero significante, ou seja, em “matéria-prima”, destituída de seu sentido original, empobrecida e sem história. Este signo, transformado em significante, vai dar origem a uma outra cadeia semiológica ao ser associado a um novo significado, ensejando o aparecimento do que Barthes denomina de significação mítica. Daí ele afirmar que o mito “é uma segunda língua na qual se fala da primeira”. Ocorre aí uma regressão que vai do sentido (anteriormente constituído pelo primeiro sistema semiológico: significante + significado) à pura forma (significante mítico), agora destituída de seus valores históricos. Esta “forma” (já transformada em significante na segunda cadeia) requer um novo significado que é justamente um conceito (mítico) que, vem dar uma nova significação – agora determinada ideologicamente – à cadeia semiológica mítica. Por isso, Barthes considera o mito uma fala “despolitizada”:

A função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade. Ora, este processo é o próprio processo da ideologia burguesa. Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define: a todos os níveis da comunicação humana, o mito realiza a inversão da anti-physis em pseudo-physis (p. 163).

De acordo com a caracterização de Barthes acerca do “mito”, podemos concluir que grande parte da publicidade contemporânea se baseia na “fala mítica”. O mito produzido pela publicidade, apesar de revelar-se predominantemente em sua forma visual, está sempre ancorado em um “conceito”. Este conceito é constituído precisamente pela “marca”. É a marca, como vimos, o que empresta significado ao objeto de consumo; sem ela, o objeto é pura materialidade, ou melhor, expressa tão somente os seus atributos intrínsecos, seu valor de uso. Mas, como o objeto de consumo caracteriza-se, justamente, pelo seu valor diferencial em relação aos outros objetos (BAUDRILLARD, 1970), o que a publicidade faz é esvaziá-lo de seu sentido original, do seu processo histórico de produção e, como signo esvaziado, fá-

lo significar (significação mítica) uma outra coisa; isto através da agregação, agora arbitrária e ideológica, de valores que sugerem *status*, prestígio, segurança, realização etc. Como se trata de uma fala mítica, estes valores agregados dão ao consumidor a impressão de pertencerem, “naturalmente”, ao produto.

É o que Barthes fala da “imagem provocar naturalmente o conceito”. Ou seja, à visão de uma determinada imagem de marca – por exemplo, “Nike” –, um dado conceito é “naturalmente” evocado: “espírito cosmopolita revolucionário”, ou “Coca-Cola: emoção e vitalidade”, ou “Calvin Klein: a sofisticação simples”, ou “Marllboro: o domínio sobre seu território” etc., como se esses objetos não tivessem nenhuma história e designassem, por sua própria “natureza”, os estados e comportamentos humanos que sugerem. É justamente isto que cria o que Barthes denominou de “*o princípio de clareza da humanidade mitológica*”, ou “*clareza feliz*”, na qual “*as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias*”, provocando um estado de euforia (p. 164).

A esse fenômeno, Baudrillard (1969) denominou de “*falsa transparência do real*”, próprio das sociedades de consumo contemporâneas, na qual os signos de consumo, “autonomizados” de seus determinantes, se reinscrevem nas relações humanas de maneira imediata. É a dimensão “fática”, “positiva” do presente em sua dimensão “unidimensional”, capaz de provocar o que Marcuse (1982) denominou de “*consciência feliz*”. Este “contentamento”, entretanto, é pago a um custo muito alto: a supressão do pensamento reflexivo, o conformismo, a menoridade. Como muito bem nos afirmou Adorno (1991) a respeito da indústria cultural:

Divertir-se, significa estar de acordo. (...) Divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. A impotência é sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última idéia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. A liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento como negação (p. 135).

A publicidade é, basicamente, fundada no entretenimento. Seu objetivo, segundo o depoimento de publicitários (SEVERIANO, 2001) é fazer rir, fazer sonhar. Não somos em absoluto contra o riso e o sonho. O riso e o sonho são imprescindíveis, mas tornam-se perigosos quando meramente utilizados como meio, quando através deles o que se quer na realidade passar, de forma inadvertida, são informações e valores que de fato em nada se relacionam à felicidade e muito menos com a emancipação do homem. Este “sonho” somente produz sono no pensamento.

O esvaziamento do sentido dos signos e sua total permutabilidade ao nível das significações míticas nos parece liquidar, definitivamente, qualquer correlação necessária entre informação e comunicação, esta concebida como produção de sentido.

Como resultado, tem-se a produção de um tipo de subjetividade, em que a “imediatez” do desejo é priorizada em detrimento do pensamento especulativo, ou seja, uma subjetividade na qual a razão translada-se para outros campos, cedendo lugar mais a um tipo de apreciação estética da realidade, do que à reflexão sobre o seu sentido. Neste contexto, parece-nos que o entendimento é substituído pelas paixões num campo em que não lhe é próprio, ou seja, onde não lhe é permitido usufruir do gozo; ao mesmo tempo em que as relações entre os homens se objetificam, alcançando uma instrumentalidade própria aos objetos.

Referências

ADORNO, T. W. Indústria cultural. In: COHN, G (Org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986a.

ADORNO, T. W e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. (G. A. de Almeida, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. (Original publicado em 1944).

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. (A. Morão, Trad.). São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1970.

_____. *La génesis ideológica de las necesidades*. Tradução de Joaquim Jordá. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993

CANEVATTI, M. *Antropologia da comunicação visual*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARVALHO, N. *Publicidade - a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. (E. S. de Abreu, trad.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. (Original publicado em 1967).

DEBRAY, R. *Vida e morte da imagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

KANT, I. Resposta à pergunta: Que é o esclarecimento, In: *Textos seletos*, Petrópolis: Vozes, 1974.

LASCH, C. *A cultura do narcisismo*. (E. Pavareli, trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1983.

_____. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. (Giasone Rebuá, trad.). 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. ok

ROUANET, S. P. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Cia das letras, 1993.

SEVERIANO, M. F. V. *Narcisismo e Publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume, 2001.

SFEZ, L. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

Cidades, imagens e existências entretecidas: reflexões com a refração do encontro entre psicologia social, comunicação e arte

Andrea Vieira Zanella

Universidade Federal de Santa Catarina

Primeiros acordos

As existências em suas variadas manifestações vêm se modificando aceleradamente, sob a égide da indústria cultural e a proliferação de imagens e informações que esta promove. A comunicação digital, a difusão sem precedentes de diversificados modos de estar em contato com outros e também consigo mesmo, possibilitados pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, vêm promovendo a transformação acelerada das cidades, das relações espaço-temporais, das pessoas, de seus corpos, seus processos psicológicos e a base afetivo-volitiva que os alicerça. Ou seja, novos contextos, novos conhecimentos e diversificados sujeitos são produzidos e se produzem com desenfreada velocidade, a se mover para direções oblíquas, imprevistas, plurais. Essas transformações são ao mesmo tempo expressas e produzidas pela mídia, pelas artes, pela polifonia das cidades, pelas práticas sociais cotidianas, e é importante que a psicologia social problematize esse movimento e alguns de seus complexos efeitos.

Apresentar perguntas, ainda que as respostas a estas possam ser consideradas menos importantes que o próprio movimento de construí-las, pode contribuir tanto para a pesquisa quanto para as práticas psicossociais atentas a essas transformações: que sujeitos são esses constituídos sob a égide da profusão de imagens características do contemporâneo? Que relações instituem entre si, com outros, com o mundo? Que práticas políticas empreendem? E que práticas pode empreender a psicologia social, para esses diversificados sujeitos? Que desafios apresentam à pesquisa em psicologia social?

Questões complexas, que demandam um esforço coletivo para o delineamento de caminhos e o esboço de algumas respostas. Refletir sobre alguns aspectos dessas complexas questões é o objetivo deste texto, que tem como cenário a cidade contemporânea e suas múltiplas vozes, contexto para a dialogia entre psicologia social, comunicação e arte.

Cidade, comunicação e o processo de constituição do sujeito

“My Sunshine” é uma obra instalada por Nikola Uzunovski em um ponto-limite de uma grande calçada que separa as edificações da água que delimita os contornos do urbano. Água que se move e transpassa essa mesma cidade por meio de canais irregulares que seguem direções variadas, compondo uma intrincada rede. Cidade-água, cidade-teia, labirinto de variadas e estreitas vielas que propiciam aos transeuntes acostumados à regularidade das avenidas e ruas características do urbanismo moderno, uma experiência ímpar.



Foto 1: Arquivo da autora

Um pequeno fragmento dessa cidade está refletido nas paredes espelhadas da obra-instalação, e a refração que a parede irregular promove transforma essa imagem em outra obra. Dependendo da posição de quem olha, assim como do clima, da posição do sol e de tantas outras condições, a imagem se modifica, se movimenta. Metáfora da irregularidade de suas vias e da dissonância das múltiplas vozes que ali ecoam, a imagem refletida/refratada em suas múltiplas variações chama a atenção para a polifonia e a polissemia que conotam o urbano e é constituinte dos sujeitos, de suas características singulares e condições, das relações que estabelecem uns com os outros. Corpo da cidade a instituir corpos daqueles que a instituem e habitam.

A parede espelhada e a imagem tortuosa que ali se vê é produção signíca que apresenta fragmentos da realidade e ao mesmo tempo a refrata nessa nova forma que a comunica e reinventa, e que será por sua vez reinventada incessantemente por quem com estes signos se relacionam em uma sucessão sem fim. Imagem flexível, transformada tanto com os movimentos da superfície que a projeta, com as mutáveis condições já referidas, quanto pelos sentidos que os transeuntes lhe atribuem. Imagem de uma edificação deformada como metáfora da comunicação e suas imprecisões, que produz novas realidades e possibilidades de relações, que transforma experiências. Que compõe uma tessitura complexa e plural.

Na segunda imagem da mesma obra-instalação, porém obtida de outro ângulo, é possível visualizar por detrás do estranho que foi colocado na calçada a edificação não mais tortuosa da primeira imagem, o concreto de linhas retas a compor um conjunto de certo modo familiar aos olhos ocidentais.



Foto 2: Arquivo da autora

Paredes e janelas com formas geométricas precisas, eiras, beiras e detalhes a indicar estilo e condição social de seus originários ocupantes, bem como as características de um determinado tempo e lugar. Concreto que fala, vozes que se auscultam na arquitetura do lugar, na tensão entre esta e tantas outras vozes que compõem a harmonia dissonante da cidade. Nesta segunda imagem, ao contrário da primeira, não são as paredes que se movem, mas a imagem da calçada e da água que se encontram distorcidas na parece espelhada, juntamente com outros móveis/imóveis.

As imagens projetadas na parede espelhada, tanto da primeira quanto da segunda fotografia, inquietam, desconcertam, são estrangeiras, e justamente por essa condição revelam-se como texto a ser lido. Imagens-signos que comunicam algo para alguém, mas um algo que se constituiu como possibilidade de sentidos para muitos outros, a serem reinventados constantemente sob a égide de experiências variadas, em contextos e tempos diversos. Sentidos que se fundam com o contexto extra-verbal da própria enunciação (Voloshnov e Bakhtin, 1976), com os silêncios e rumores, com as condições espaço-temporais, as tensões que conotam as relações ali engendradas. De certo modo, essa polissemia e polifonia estão objetivadas na superfície espelhada que, justamente por ser estrangeira, provoca o reconhecimento dessa condição que não é só sua, mas da própria cidade.

O interessante da pausa dedicada à apreciação dessas imagens distorcidas é esse deslocamento que provocam aos olhos do leitor contemporâneo, freqüentemente cegados aos detalhes do entorno em razão da profusão de imagens que passam pelas janelas nos trajetos por onde se transita e que se revezam com a velocidade de um clip da Sport TV. Velocidade que faz parte do cotidiano de quem se desloca pelas vias das grandes cidades, cortadas por avenidas/artérias e ruas/veias que

promovem relações fugazes com as paisagens e edificações. Fluxos de veículos a provocar o influxo das relações com outros supostamente próximos e com o lugar, a instituir nos corpos das pessoas as marcas dos novos tempos. Destaca Sennett (2003, p.289) que “O individualismo moderno sedimentou o silêncio dos cidadãos na cidade. A rua, o café, os magazines, o trem, o ônibus e o metrô são lugares para se passar a vista, mais do que cenários destinados a conversações. A dificuldade dos estrangeiros manterem um diálogo entre si acentua a transitoriedade dos impulsos individuais de simpatia pela paisagem ao redor – centelhas de vida não merecem mais que um lampejo de atenção”.

As cidades antigas se caracterizavam por vias e vielas tortuosas por onde as pessoas transitavam, encontravam-se e teciam suas existências. A ausência ou mesmo a impossibilidade de se utilizar meios de transporte em razão das restritas dimensões das ruas produzia encontros com outros marcados pela égide do olho, do tato, do olfato, da gustação e da escuta da palavra. Sensibilidades forjadas pelas vivências cotidianas com outros próximos, na complexidade de interesses, necessidades e jogos de poder que as caracterizavam. O mapa da cidade de Veneza que se pode acessar pelo Google Earth, cidade cenário da obra-instalação de Nicola Uzunovski, é um belo exemplo dessa tessitura tortuosa, e o filme *O Mercador de Veneza* um retrato das complexas relações que a caracterizavam e seus múltiplos mistérios.

As tendências do urbanismo com o advento da modernidade, contrapondo-se às características dessa tessitura complexa, foram marcadas por projetos balizados pela regularidade das dimensões e direções. Concretos e vidros a compor superfícies planas. Grandes avenidas a permitir o fluxo veloz dos automóveis, com poucos pontos de paragem justamente para impedir o estancamento desse fluxo. Com a intensificação das teses neoliberalistas, novas tendências se intensificaram nas paisagens urbanas, marcadas por espaços públicos cada vez mais privatizados, ou espaços privados fazendo às vezes de/para o público. Os encontros entre pessoas, por conseguinte, ficaram cada vez mais circunscritos aos espaços de intimidade doméstica ou ao anonimato insípido e rumoroso dos corredores e praças de alimentação dos *Shoppings Center*.

Mas uma veloz e silenciosa modificação nas possibilidades de encontros vem se produzindo invisivelmente, a se espriar e conectar pontos supostamente esquecidos, a funcionar como um amplificador para vozes inaudíveis. A velocidade que oblitera as possibilidades de encontro nas avenidas e ruas das cidades contemporâneas e transforma o cenário urbano em lugar de passagem é, nesse outro contexto, condição e abertura para as imprevisibilidades comunicativas que caracterizam a contemporaneidade. Velocidade criticada de um lado, velocidade requerida de outro: faço referência às tecnologias da informação e da comunicação, onipresentes no cenário urbano e que se espriam por direções variadas. Comunicação invisível, subterrânea, como as linhas do transporte metropolitano de grandes metrópoles, a compor infinitas vias e possibilidades de trânsito para direções continuamente reinventadas.

O Brasil, país de múltiplos contrastes, não tem redes de transporte público complexas e eficientes como as grandes metrópoles mundiais, porém está entre os que contam com maior número de usuários da rede mundial de computadores: ocupa a 5ª posição no ranking mundial de pessoas que acessam a internet, notícia esta amplamente divulgada pela mídia impressa e televisiva. Pesquisa realizada em 2008 pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (www.cetic.br), por sua vez, confirma a tendência de aumento do número de usuários da net em todo o país. São importantes essas questões para a psicologia social porque, com essas tecnologias da informação e da comunicação cada vez mais disseminadas, e dentre essas destaca-se a internet e seus múltiplos recursos, uma verdadeira revolução se processa nos interstícios das instituições, das regras consolidadas de convivência, das práticas sociais.

Transformam-se as relações entre pessoas, seja pela presença dos aparelhos de televisão que são encontrados em 98% dos lares brasileiros, ou pelos recursos da internet e suas possibilidades de comunicação: o próximo hoje geralmente não é mais o vizinho, mas aquele que se encontra a milhares de quilômetros e que é possível contatar com a pressão de um botão on/off ou os movimentos do mouse. Distante próximo e próximo distante, atualização da tensão entre familiar e exótico presente em variadas linguagens artísticas, bem como em textos do início da psicanálise e debatida por vários antropólogos, tais como Roberto da Mata e Gilberto Velho.

Retrato dessa tensão se observa nas pautas das conversas em família, quando existem, ou nas rodas de amigos, as quais compreendem, com frequência, os acontecimentos que ocupam as manchetes dos jornais televisivos ou on-line, e também o que aconteceu no capítulo da novela transmitido no dia anterior. Eventos a serem comentados e rapidamente substituídos por outros sem qualquer possibilidade de vácuo, seguindo o ritmo da produção e divulgação de fenômenos ou a efemeridade da fama. Encontros e conversas balizadas pelas manchetes do dia, cujos protagonistas são desconhecidos alçados à condição de próximos justamente com o recurso dessas novas tecnologias.

Observa-se também que, com a difusão das redes de relacionamento na internet, as comunidades não são mais constituídas por pessoas que habitam o mesmo território geográfico, mas por pessoas que instituem territórios virtuais porosos, maleáveis, com fronteiras efêmeras, imprecisas e demarcadas por interesses eventualmente e transitoriamente consoantes. São condições completamente diversas, a demandar olhares outros para suas práticas que não podem ser balizados pelos conceitos e teorias até então vigentes. “Comunidades virtuais” é, nesse sentido, expressão paradoxal e talvez inadequada para as características dos agrupamentos contemporâneos, outra inadequação lingüística que, no entanto, pode apresentar um mínimo de atualidade quando se destaca a vogal *a* como prefixo que nega a raiz da palavra.

Movimentos marcados por uma dose de nostalgia de certa forma se contrapõem a essas condições contemporâneas, e alguns de seus vestígios podem ser vistos em

estabelecimentos que propõem a seus usuários participarem de antigos rituais anunciados como práticas alternativas para seus males. Pessoas cujos encontros são ironicamente possibilitados pelas mesmas ferramentas que produzem os efeitos que se pretende combater, a revelar as tensas relações que são estabelecidas com as novas tecnologias da informação e da comunicação. Relações tensas e fundamentalmente intensas, que transformam não somente as possibilidades de encontros com outros, mas as próprias pessoas e suas possibilidades afetivas, cognitivas e volitivas.



Foto 3: Arquivo do artista Henrique Schucman

Sujeitos em rede, cidade transformada em metrópole comunicacional que se abre para os internautas, assim como a obra em tapeçaria produzida pelo artista brasileiro Henrique Schucman se abre para o seu criador que a atravessa, que a esgarça e rompe a fixidez de seus edifícios, a condição retilínea que caracteriza grande parte de suas avenidas e edificações.

Cidade-pele, segunda pele. “SampaTheCapital”, megalópole brasileira tecida com o entrecruzar de múltiplos fios, na laboriosa arte de Henrique Schucman e também de seus habitantes e dos infindáveis passageiros que se movem por seu corpo como o sangue que se espalha por todos os órgãos e os espaços que os interligam, a reinventarem cotidianamente a urbe. Metrópole que é rasgada pelas vias da comunicação em rede, infinitamente renováveis, assim como a obra do mestre tapeceiro o é pelo artista que a criou.

(In)fluxos da comunicação, (in)fluxos da cidade, pessoas em movimento

Pequenas peças de gelo expostas em uma escadaria. Corpos humanos, vários, lado a lado, paulatinamente degelados sob o efeito de intensos raios solares. Esta imagem é um detalhe, pois são muitos mais corpos nessa mesma condição, expostos em via pública, a obliterar a passagem dos transeuntes, a desviar o fluxo da multidão que

transita anonimamente e velozmente pelas vias da metrópole²⁵, do mesmo modo como transitam velozmente os internautas pelos caminhos sempre reinventados da net.

As esculturas de gelo da artista brasileira Néle Azevedo são fortes justamente porque expõem a fragilidade da vida, ao mesmo tempo em que revelam a força da reinvenção dos corpos no tempo. Corpos flexíveis que se movem para direções imprevisíveis, com intensidades variadas, tendo como único horizonte a própria finitude. A obra de arte impressiona tanto pela proposta que a conota como efêmera, quanto pela relação que é possível estabelecer com a discussão sobre identidade, identificações, constituição do sujeito, subjetividade, multiplicidade, vida.

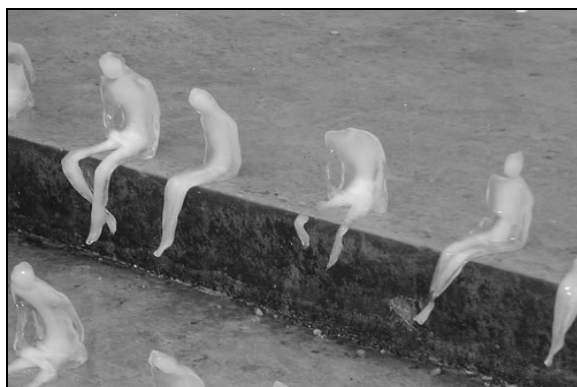


Foto 4: Arquivo da artista Néle Azevedo

Corpos expostos, aparentemente feitos da mesma substância, mas completamente ímpares, mutáveis, maleáveis, únicos, como são as próprias pessoas. Relações sociais encarnadas, com diz Vygotski (2000), que no próprio processo de encarnação compõem arranjos únicos, a serem continuamente rearranjados ao ritmo dos acontecimentos e das vivências que estes possibilitam.

Tema caro à psicologia, mas também a vários outros campos de conhecimento como a antropologia, a sociologia e a filosofia, as reflexões sobre as características psicológicas que consideram o singular como socialmente constituído têm considerado, em suas teorizações, essas condições das relações contemporâneas. Identidade como metamorfose, identificações em curso, identidades múltiplas,

²⁵ Interessante a reflexão sobre o fluxo da multidão na metrópole é apresentada por Souza & Bechler (2008). Para os autores, “O homem comum é entediado, completamente dentro do fluxo da multidão da metrópole. Tanto essa forma de andar quanto aquela forma de trabalhar remetem à despersonalização das relações sociais. O olhar conduzido pela convenção de sinais do transeunte e a ausência de correspondência entre um gesto e outro do trabalhador na fábrica são espelhos de uma certa relação entre a memória, a história, e a transmissão, que nasceram com a metrópole, fenômeno do capitalismo” (p.398).

constituição do sujeito, sujeito como multiplicidade, multi-divíduo²⁶... Conceitos a explicitar o intenso movimento que vem caracterizando as reflexões sobre o tema nas últimas décadas, e ao mesmo tempo a dificuldade de se cunhar novos e móveis conceitos que possam fazer jus à mutabilidade e diversidade das condições das pessoas que vivem neste e em tantos outros tempos. Para além da dificuldade conceitual, outro grande desafio é compreender o movimento de constituição e transformação dessas características sob a égide das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Parto aqui do pressuposto apresentado e discutido por Vygotski (1992) de que o psiquismo humano se constitui mediado semioticamente, em um intenso, dialógico e polifônico processo de produção e apropriação de sentidos. Psiquismo como possibilidade plástica, mutável, constituída social e historicamente e, com essa condição, em constante movimento de vir a ser. Eis um ponto de encontro entre as reflexões cunhadas por este autor há aproximadamente um século de distância, a explicitar a relatividade do tempo e a atualidade de algumas idéias supostamente antigas, bem como a nos abrir os olhos para idéias novas que não são mais que a reedição de obsoletas crenças.

Os acontecimentos e vivências que compõem e rearranjam sujeitos, que produzem e transformam suas possibilidades afetivas, cognitivas, volitivas, assumem características singulares sob a égide da comunicação possibilitada pelos recursos da net. São intensidades e direções que atordoam a quem está acostumado aos ritmos da presença, da interação face-a-face, do olho no olho, a conceber o outro constitutivo de si como circunscrito às pessoas com as quais se convive. Pois esse outro, há muito apontado em sua virtualidade, é agora evidente na invisibilidade das conexões em rede que se multiplicam intempestiva e imprevisivelmente, nos encontros possíveis a diluir fronteiras geográficas, nas novas tessituras cognitivas/afetivas que se constituem por caminhos diversos e distantes das linearidades com que eram pressupostas. Outro-click, multiplicado pelos dedos que se movimentam velozmente sob um teclado ou no ritmo sutil de um mouse que, premido à esquerda ou direita, abre portas para tantos outros possíveis.

Voltando às perguntas que abriram este texto, temos que sob a égide da profusão de imagens características do contemporâneo instituem-se e afirmam-se sujeitos diversos, plurais, múltiplos. Imagens produzidas e divulgadas pela mídia, mas também as que são produzidas e divulgadas em sites de relacionamento por toda e qualquer pessoa que queira/possa com outras se relacionar por meio de seus recursos. “No cyberspaço nos estendemos em máscaras que nós mesmos geramos”, afirmam Bardainne e Susca (2008, p.50). Orkut, Facebook, Second Life, dispositivos que estão à disposição de internautas que se reinventam sem limites, que projetam para muitos outros e para si mesmos imagens de si que balizam as

²⁶ Embora alguma consonância possa haver entre esses conceitos, considerando a realidade a que se referem, há significativas diferenças que é preciso considerar, porém que fogem ao escopo deste trabalho. Ao leitor interessado, recomendo consultar Sawaia (1998), Silva (2000), Maheirie (2002), Pélbart (2003), Zanella (2005), Souza Santos (2006), Canevacci (2008), entre outros.

relações com as imagens de muitos outros, também reinventadas. Relações cujos efeitos são tão imprecisos quanto o são as imagens de seus protagonistas, e que, para serem compreendidas, requerem ferramentas analíticas abertas, consoantes com os próprios movimentos que analisam.

Além das pessoas e suas condições cognitivas/afetivas, práticas políticas também são reinventadas com as novas tecnologias da informação e da comunicação. Protagonistas ou expectadores de estratégias políticas de confronto geralmente visualizam a ausência de práticas políticas na atualidade, a inércia dos jovens, a passividade consumista. Eventualmente reconhecem algum novo nos abaixo-assinados que circulam em rede, nas mensagens-convite para alguma manifestação, ou nas notícias que veiculam imagens sobre as mesmas e discutem, sob um ponto de vista geralmente em oposição com os de seus protagonistas, os efeitos dessas manifestações. Mas há muito mais acontecendo, pois “o mundo das redes é o ambiente onde o corpo social e as suas formas de sociabilidade definem, nas suas íntimas conjunções, um novo modo de habitar, bem como de governar e de se governar” (BARDAINNE; SUSCA, 2008, p.141). Internautas-piratas, a se contrapor à indústria fonográfica, são exemplo dessas novas práticas, que subsistem e proliferam apesar das tentativas de criminalização de seus protagonistas. As piadas que circulam imediatamente após algum acontecimento, por sua vez, podem ser compreendidas como carnavalização no sentido bakhtiniano (2008), ou seja, como prática em que o discurso oficial é confrontado e o cotidiano se afirma em sua potência criadora. Práticas políticas diversas das habituais, a produzirem desconcertos e desconfortos, a demandarem olhares diversos, atentos às suas inusitadas formas e efeitos. Tanto a pesquisa em psicologia como as intervenções psicológicas precisam atentar para essas condições e também reinventar-se, atentar para esses movimentos para conseguir compreender o que anunciam, que movimentos estão a ocorrer nos interstícios das cidades, da comunicação que as atravessa e conecta compondo complexas redes.

Acordes finais

Algumas palavras mais sobre as obras cujas imagens apresentei nas páginas deste texto, apresento como mote para algumas (in)conclusões. Nikola Uzunovski instalou “My Sunshine” em uma via da cidade de Veneza/Itália e a mesma integrou um dos eventos colaterais da 53ª Esposizione Internazionale d’Arte, em 2009. Pode ser considerada como obra de arte porque integra a famosa exposição internacional que, bianualmente, apresenta para o mundo um retrato das tendências de diversas linguagens artísticas contemporâneas, e cada vez mais do modo como estas vem sendo entretecidas.

Assim como as imagens distorcidas das paisagens vienenses refletidas/refratadas nas paredes externas provocam o leitor a compreender a dimensão signífica e constituinte das cidades, “My Sunshine” é obra que transpõe supostas fronteiras disciplinares e provoca a produção de novos sentidos para quem com esta obra se

relaciona, posto que anuncia a necessidade de olhares atentos às possíveis e necessárias interconexões entre arte, ciência e vida.

No interior da obra-instalação, além da confortável almofada que se encontra em frente à parede-vidro e convida o visitante a estender o corpo e admirar a paisagem, há uma mesa com dois computadores, dois bancos brancos e imagens a revestir as paredes também brancas e regulares do recinto. Gráficos, cálculos, textos, fórmulas matemáticas, fotografias de paisagens supostamente inóspitas estão distribuídas tal como se pode entrever no lado direito da primeira foto da obra-instalação. São imagens aparentemente desconexas, mas que mantém entre si uma relação alinhavada por um objeto de formato arredondado presente ou anunciado em praticamente todas elas: uma grande bola plástica que contém, em seu interior, uma placa entre suas duas faces e que é feita do mesmo material que reflete/refrata a cidade na obra-instalação.

Todo esse conjunto é que apresenta a obra do artista: um experimento para o qual não conseguiu financiamento de agências de pesquisa, mas que encontrou apoio no terreno fértil das vanguardas artísticas. Uma bola que, alçada às alturas e deslocada por meio de cabos de aço, reflete a luz solar e cria ilhas de calor em cenários gélidos. Ilhas que projetam experiências ímpares a potenciais outros que, sob os raios solares refletidos, podem reinventar, com a vivência opositiva, suas sensibilidades.

Assim como a bola que cria ilhas de calor, precisamos estar atentos às possibilidades de reinvenção da vida que estão presentes ou que podem vir a ser produzidas nos interstícios das cidades, nas teias da comunicação. Resistências dignificantes, como destaca Sennett (2003), que não têm a pretensão de destruir a ordem dominante, mas que produzem novas sensibilidades, novos corpos, novos sujeitos capazes de rasgar a pele da cidade como o faz Henrique Schucman com “SampaTheCapital”. Resistências às indiferenças, práticas atentas às diferenças, que acolhem a vida em suas diversas possibilidades e que a reinventam incessantemente, assim como os raios solares que modificam incontrolável e ininterruptamente as esculturas/pessoas de gelo da artista Néle Azevedo.

Do mesmo modo, a psicologia social precisa estar atenta a essas possibilidades, ao que se apresenta como novo nos cenários urbanos, nas teias das comunicações possibilitadas pelas tecnologias da informação que se renovam continuamente, nos signos imagéticos que transformam o panorama das cidades, nas múltiplas vozes que ali ecoam e para as quais com frequência somos indiferentes à possibilidade de escuta de suas tensões. Cidade-corpo em constante movimento, que institui nos corpos de seus habitantes as marcas de um determinado tempo e lugar e ao mesmo tempo se apresenta como abertura a imprevisíveis conexões e novas vias.

Para compreender as características psicológicas e práticas sociais de quem vive sob a égide das novas tecnologias da informação e da comunicação, portanto, é preciso perscrutar os signos atuais, a realidade imagética que interpela a todos e que institui modos de ser consoantes com as características do contexto em que se vive. As possibilidades de comunicação contemporânea, com seus velozes e imprevisíveis

fluxos, são, nesse sentido, cenário para a intervenção em psicologia social: perscrutar alguns desses fluxos é um caminho para se conhecer alguns de seus múltiplos efeitos, um caminho para se aproximar das sensibilidades que são produzidas sob a égide dos novos tempos, conhecimento fundamental à reinvenção da própria psicologia e suas práticas.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Problemáticas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 4ª edição, revista e ampliada.

BARDAINNE, Claire; SUSCA, Vincenzo. *Ricreazioni: galassie dell'immaginario postmoderno*. Milano/Roma: Bevivino Editore, 2008.

CANEVACCI, Máximo. *Fetichismos Visuais: corpos erópticos e metrópole comunicacional*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

PÉLBART, Peter Pal. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

MAHEIRIE, Kátia. “Constituição do Sujeito, Subjetividade e Identidade”. *Interações* vol. VII, n. 13, Jan.-Jun 2002, p. 31-44.

SAWAIA, Bader Burihan. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. *Psicologia e Sociedade da Abrapso*, São Paulo, v. 1, 1998.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

SILVA, Tomás Tadeu (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis/RJ: Ed.Vozes, 2000.

SOUSA, Edson Luiz André de; BECHLER, Janaina. Labirintos na cidade contemporânea. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2008, 28 (2), 390-403. P.398

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. . “Manuscrito de 1929”. *Educação & Sociedade*, XXI (71), Campinas: Papius, 2000, p.23-44.

_____. *Obras Escogidas II: pensamiento y lenguaje*. Madrid: Visor Distribuciones S.A., 1992.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich; BAKHTIN, Mikhail. “Discurso na vida e discurso na arte”. Tradução não publicada de C. Faraco e C. Tezza, para uso didático, da tradução inglesa de I.R.Titunik, publicada em V.N. Voloshinov. *Freudism*. New York: Academic Press, 1976.

ZANELLA, Andréa Vieira. “Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural”. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre/RS, 2005, v. 17, p. 99-104.

Intercessões Psicologia e Justiça no âmbito da infância e da juventude: entre biopolítica e direitos humanos

Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

No momento em que o XV Encontro Nacional da ABRAPSO nos convoca a pensar as *políticas da existência*, num tempo em que as tecnologias políticas são cada vez mais tecnologias subjetivas, dada a nova relação entre o poder e a vida (biopoder), tomaremos o tema da vida em suas fronteiras, na direção sinalizada por Foucault (1980, 1999) e Agamben (1998) para pensar algumas intercessões da Psicologia com o campo dos Direitos Humanos. Para isso, apresentaremos o lugar fronteiriço²⁷ dos jovens em conflito com as leis, ou, dito de outro modo, sua posição analisadora do contemporâneo, para, em seguida, sugerir uma pauta ético-política para uma Psicologia que se quer comprometida com os Direitos Humanos.

* * *

1. Dos jovens em conflito com a lei como analisadores do contemporâneo: os “intratáveis” ou os que “não nascem para semente”

A juventude em conflito com as leis no contexto brasileiro de imbricamento de *democracia e violência* ou de simultânea *expansão e desrespeito aos direitos de cidadania* (CALDEIRA, 2000) é um paradigma analisador da nossa realidade, pois é o setor que protagoniza dramaticamente os efeitos desse paradoxo, sendo o alvo sistemático da violação de direitos e alvo da imputação sistemática da responsabilidade pelo crescimento da violência (ANISTIA INTERNACIONAL, 2000)²⁸.

“Não nasci para semente” é um dos motes repetidos reiteradamente por esses jovens confrontados com os processos de exclusão e de violência institucionalizada. Mote significado por muitos como: ‘Nada há a temer, pois nosso futuro é a morte’,

²⁷ Fronteira não como linha definida, mas como faixa difusa na qual coexistem elementos de um e outro lado dos territórios que separa (Losicer, 2009, p. 13), ou ainda como zona de abertura, de transversalidade (Guattari, 1987).

²⁸ A imputação sistemática da violência à juventude incide não só sobre os jovens infratores. Com essa escolha, não pretendemos dar destaque a um setor da adolescência como sendo o mais “insurgente” ou ainda especial. Ao contrário, entendemos que é fundamental fazer falar o conjunto das questões que entre crianças e jovens apontam para as novas concepções de política, de sociedade, de cultura.

simbolizando os termos de um problema radical que diz respeito ao fato de esses setores perceberem-se e serem percebidos “não apenas como carentes de sentido, mas mergulhados em uma dinâmica de negatividade” (ROLIM, 2001, p 12). “No nacimos pa’ semilla” também é expressão insistente dos jovens de Medellín envolvidos no confronto com a guerra e a morte, conforme testemunha o colombiano Salazar Jr. (1998).

As circunstâncias agudas da violência que incide sobre os jovens naquele país - com “as organizações da morte” estabelecidas (sicários, milícias)-, e no nosso, o Brasil, em que a juventude concentra parte significativa da violência física e das dinâmicas criminais hoje vivenciadas pelo conjunto da sociedade²⁹, nos fizeram problematizar a utilização da expressão *cultura da morte*, para qualificar esta situação em “que dá quase na mesma viver ou morrer” (SALAZAR JR., 1998). Sabemos do peso dos *imaginários sociais* sobre a juventude e o que significa colocar a carência de todo o sentido de futuro e a desesperança como suas linguagens predominantes (PEREA, 1998).

Esses jovens que “não nasceram para semente” estão a nos dizer que não basta desvelar os mecanismos de controle, exclusão e dominação que os atravessam: é fundamental construir a história de suas *linhas de fuga* (DELEUZE e GUATTARI, 1996; DONZELOT, 1986); é crucial fazer saírem de sua clandestinidade os dispositivos através dos quais os corpos juvenis subvertem a ordem programada. Afinal, se algo caracteriza os movimentos juvenis inseridos nos processos de exclusão e marginalização é sua capacidade de transformar o estigma em emblema, quer dizer, fazer operar como signo contrário as qualificações negativas que lhe são imputadas (REGUILLO, 2002).³⁰

É o que vemos em nosso país na experiência dos rappers, que revertem o estigma de jovem da periferia em afirmação identitária: cantam o orgulho da raça negra e a lealdade para com os irmãos de etnia e de pobreza, cantam e evocam um sentimento de fratria (KHEL, 2007).

²⁹ A vitimização letal atinge, sobretudo, os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. (WAISELFISZ, 2006). Podemos dizer que “em essência, na atualidade os jovens são mais freqüentemente vítimas da violência” (ADORNO, LIMA e BORDINI, 1999, p. 22).

³⁰ No Brasil, Abramo (1994) entende as representações mórbidas e as imagens apocalípticas que compõem os estilos dos grupos juvenis punks e darks, por ela estudados, como *enenação distópica*. Ao contrário da utopia - que projeta o que se quer atingir, negando desta maneira o estado de coisas atual -, a distopia projeta a ampliação dos traços e princípios negativos e funciona assim como um alerta crítico sobre o possível desenvolvimento futuro das tendências inscritas no presente. Diógenes (1998) entende a violência das gangues e galeras de jovens como um modo peculiar de um segmento ignorado se fazer ver e existir, configurando uma *inclusão às avessas*. Oliveira (2001) propõe pensar o ato infracional como uma *recusa recíproca de integração*: a marginalização que a sociedade dirige à juventude de periferia se faz acompanhar de uma recusa destes jovens aos parâmetros socialmente aceitos; diante da recusa de reconhecimento simbólico desses jovens, frente à indiferença a que estão submetidos, eles buscam de forma exacerbada um atalho de reconhecimento e de autonomia: o delito.

1.1. O hiper-realismo como linha de fuga a uma tanatopolítica

Mapeando os modos de resistência desses jovens às lógicas do *biopoder*³¹ (FOUCAULT, 1985, 1999) inscritas no Sistema Febem³², acompanhamos suas rebeliões, entendidas tanto no seu sentido sociológico, como confronto mais ou menos violento contra as práticas institucionais de que eram objeto, quanto como modo de subjetivação,³³ isto é, como cruzamento de múltiplas inscrições desejantes, políticas, econômicas, simbólicas (VICENTIN, 2005a).

Os jovens em conflito com as leis reivindicam na forma extrema da rebelião o *direito a ter direitos* – isto é, o direito à existência, ao reconhecimento, à dignidade e à participação na vida coletiva, civil e pública; e expressam a resistência contra a sujeição materializada nas relações tensas entre jovem, instituição e sociedade. Os jovens da Febem nos mostram a posição paradoxal em que se encontram: “estão condenados à rebelião”. As rebeliões são assim desobediências devidas - porque estão condenados a reagir - mas são também desobediências da vida, quando a vida mesma se põe em rebelião, em desobediência frente ao que a constringe, são estratégias de luta por direitos e estratégias de subjetivação (VICENTIN, 2005a).

Nessa posição em que são passíveis de morte num grau sem precedentes, neste limite ético, nesta indiscernibilidade entre fato e direito³⁴, as rebeliões afirmam-se como ponto-fronteira, recolocando a potência instituinte de participação no jogo da arbitragem social: “a ação não é o predicado de um enunciado legal, ela é, ao contrário, o momento juridicamente indiferenciado que funda a pretensão de novos direitos” (NAPOLI, citado por FONSECA, 2001, p.301).

Esses jovens insistem na dimensão da realidade, dizem-se “porta-vozes da realidade”, que estão “mostrando a real”: “Nós somos porta-voz da realidade. Aqui

³¹ Foucault, ao cunhar o termo biopoder buscava discriminá-lo do regime que o havia precedido, denominado de soberania. O regime de soberania consistia em fazer morrer e deixar viver, consistindo num mecanismo de subtração ou extorsão, seja da riqueza, do trabalho, do corpo, do sangue, culminando com o privilégio de suprimir a própria vida. Já no contexto biopolítico, não cabe ao poder fazer morrer, mas, sobretudo, fazer viver, intensificar e otimizar a vida, isto é, cuidar da população, da espécie, dos processos biológicos, otimizar a vida. O poder investe a vida, não mais a morte –daí o desinvestimento da morte, que passa a ser anônima, insignificante. (PELBART, 2003).

³² Endossamos a nomenclatura Sistema Febem (ROLIM, 2001) para ressaltar a similaridade de funcionamento presente em grande parte da política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei em nosso país e as dificuldades de superação do modelo segregador-repressivo que estão na origem da constituição da Fundação do Bem-Estar do Menor.

³³ Perlongher (1986) já chamara de *subjetividades nômades* ou dissidentes os modos *contraculturais* de subjetivação que abriam *pontos de fuga* para a implosão de certo paradigma normativo de personalidade social. Por modo de subjetivação singular, entendemos as individualidades, grupos ou coletivos no momento em que encarnam um movimento de *desterritorialização*, um *devir minoritário*, quando escapam “tanto aos saberes constituídos quanto aos poderes dominantes” (DELEUZE, 1992).

³⁴ O estado de exceção é um conceito de tradição jurídica alemã que se refere à suspensão temporária do império da lei, semelhante ao estado de sítio e aos poderes de emergência nas tradições francesa e inglesa. Segundo Agambem (1998), o *campo* enquanto paradigma político da modernidade realiza a *exceção* de uma maneira permanente, produzindo-se uma zona de indistinção entre exceção e regra, lícito e ilícito, inclusão e exclusão, os conceitos de direito subjetivo e de proteção jurídica ganham outra dimensão.

tá querendo explicar a realidade”; “Somos projeto realidade, viemos aqui só para falar a verdade” (VICENTIN, 2005a).

De fato, “o real domina a vida da periferia, em suas faces extremas: a droga e seu gozo mortífero; a violência do outro - freqüentemente a polícia - com quem é impossível qualquer diálogo, qualquer negociação; a miséria, que segundo Hanna Arendt nos exclui da condição humana, porque nos faz prisioneiros da necessidade; e, acima de tudo, a morte” (KHEL, 2007).

Se a pena de morte para esses jovens já está instalada sem juízo prévio, transmitir a realidade em si, isto é, fazer “espetacular”, performático, o real da morte e da miséria que domina a vida da periferia não é uma estratégia de combate ao aniquilamento?

O que parece estar em jogo no “não nascer para semente” não é um empreendimento niilista ou mortífero, mas uma paradoxal combinação de vida e morte, de utopia e limite, de projeto e finitude, uma forma vital de recomposição do sentido da existência. Eles operam uma reversão da tanatopolítica, ao construir modos de resistência e de subjetivação ancorados na potência da vida. São “sujeitos impossíveis, insuportáveis”, na acepção que lhe dá Petit (2000): sujeito insuportável para o poder, na medida em que põe no centro de seu movimento o querer viver.³⁵

Lançados na impossibilidade, acentuam a provisoriedade e acentuam a vida: evidenciam uma vitalidade que se nega a ser destruída, constroem uma vida *hiper-realista*. O hiper-realismo é uma experiência existencial, direta, concreta, dramática, corpórea da realidade, é um vetor de existencialização encarnado pelos jovens em conflito com a lei o qual se apóia numa *operação na realidade* (com seus corpos em rebelião) e também numa *performatização de si*, espécie de “projeção de si mesmo na mais audaciosa das vidas”, como nos sugere Genet (1988).

Modo de ser tão real, tão intensamente corpóreo, que nos fez buscar nas experiências de resistência em situações-limite, como a dos campos de concentração, uma chave de compreensão. Quando o habitante do campo já não é mais capaz de distinguir as feridas provocadas pelo frio das que eram provocadas pela crueldade das SS, quando se quer capturar toda *vida*³⁶ pela lei, não estamos

³⁵ López Petit (1999) toma a idéia de sujeito impossível de alguns movimentos sociais contemporâneos - por exemplo, os de “ocupação” - que constroem uma política “subversiva” singular que se contrapõe a de sujeitos sujeitados às políticas de identidade e de normalização. Fazem segundo o autor uma “política noturna”: a) que não crê em identidades, nem em horizontes, nem em referências, o que implica obrigatoriamente abandonar tanto o ponto de vista do indivíduo quanto o da sociedade; b) não defende a vida como projeto, pois o projeto é uma das maneiras de ficar sujeito à máquina do consenso, a uma mobilização “óbvia” pela vida; c) o gesto radical que constitui o movimento tem a primazia em relação ao movimento e se põe à disposição de qualquer um. Claro que há diferenças cruciais entre a resistência que operam os jovens infratores ao próprio aparato institucional e esses movimentos sociais a que se refere o autor, no tocante aos efeitos e destinos que cada um produz e à possibilidade de se constituírem politicamente como movimento, mas queremos destacar aqui a dimensão de resistência presente nos jovens.

³⁶ Para Agamben, a ambição suprema do biopoder é realizar no corpo humano a separação absoluta do vivente e do falante, do não-homem e do homem: a sobrevida . . . A sobrevida é a vida humana

também no momento em que pode se dar um levante da vida contra essa mesma lei? (AGANBEM, 1998). No contexto de um capitalismo cultural, que expropria e revende modos de vida (DELEUZE, 1992; AGANBEM, 1998), “não haveria uma tendência crescente, por parte dos chamados excluídos, de usarem a própria vida, na sua precariedade de subsistência, como um vetor de autovalorização” ou de “construírem territórios subjetivos a partir das próprias linhas de escape a que são impelidos, ou dos territórios de miséria a que foram relegados, ou da incandescência explosiva em que são capazes de transformar seus fiapos de vida em momentos de desespero coletivo” (PELBART, 2003, p. 32-3)³⁷

No atual contexto de hegemonia do mundo das mercadorias e do consumo, de perda das identidades coletivas e do espaço público, de fragmentação dos capitais simbólicos, não estamos defrontados justamente com a conversão das possibilidades de rebelião potente, de “projeção de si na mais audaciosa das vidas”, em captura de si pelas lógicas contemporâneas, tomem elas a forma de um “individualismo” ou da “delinquência”?

1.2. Os intratáveis e a captura pela psiquiatria

Para esses sujeitos *impossíveis*, outras estratégias se apresentarão: a da construção dos *intratáveis* (VICENTIN e ROSA, 2009) pela via da patologização ou psiquiatria. (VICENTIN, 2005b, 2006). O que estamos chamando de psiquiatria é a predominância da *função psi*³⁸ na gestão das problematizações e dos conflitos que setores da juventude vêm colocando ao campo social.

Vejamos alguns sinais dessa psiquiatria: propostas de alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente centradas no argumento do transtorno mental e da periculosidade; crescente encaminhamento de adolescentes autores de ato infracional para perícias psiquiátricas visando aferição do grau de periculosidade;

reduzida ao seu mínimo biológico, à sua nudez última, à vida sem forma, ao mero fato da vida, à vida nua. A condição de sobrevivente é um efeito generalizado do biopoder contemporâneo, ele não se restringe aos regimes totalitários, e inclui plenamente a democracia ocidental, a sociedade de consumo, o hedonismo de massa, a medicalização da existência, em suma, a abordagem biológica da vida numa escala ampliada. (PELBART, 2003)

³⁷ Obviamente não pretendo, ao empreender esta análise, naturalizar ou legitimar – seja do lado das angústias de morte ou dos comportamentos de “risco” – o genocídio que impera neste país, especialmente o dirigido aos jovens pobres, como depreendemos do panorama epidemiológico sobre mortes violentas na juventude. De outro lado, se pode haver nestes atos uma corajosa afirmação da vida, há também um grande perigo: o do desmanchamento, da desterritorialização virar finalidade em si mesmo, configurando uma linha de abolição, ao invés de propiciar a criação de novos agenciamentos sociais.

³⁸ Por *função-psi* entendemos o conjunto de agentes, discursos, instituições, objetos – portanto, função psicológica, psicopatológica, psicossociológica, psicocriminológica, psicanalítica – que operam o dispositivo *disciplinar*, uma sujeição dos corpos e uma constituição dos indivíduos numa relação de poder que produz efeitos de normalização (FOUCAULT, 2001).

internação psiquiátrica de adolescentes por mandado judicial³⁹; e aplicação de simulacros de medidas de segurança a jovens infratores⁴⁰.

Um elemento importante para entendermos essa situação, no caso de São Paulo, foi a presença de um contingente de jovens com diagnósticos diversos de transtorno mental e sem o devido tratamento especializado. Isto levou o Ministério Público do Departamento de Execução (das medidas socioeducativas) da Infância e Juventude de São Paulo e o Poder Judiciário desse mesmo Departamento a instaurarem processo (1999) e sindicância (2002) para apurar irregularidades no sistema de atendimento de adolescentes portadores de transtorno mental, convocando diversas Secretarias do Estado e do município para encaminhar providências e formular políticas nesse âmbito (VICENTIN, 2005b).

Cronologicamente, num primeiro tempo (1999-2001), predominou uma preocupação com questões mais propriamente de assistência à saúde, relativas aos transtornos mentais mais clássicos: drogadependência, quadros de psicoses e deficiências mentais; para dar lugar, num segundo tempo (2002-2004), aos casos de transtornos de personalidade anti-social e às perícias para avaliação da periculosidade. A noção de transtorno de personalidade passará a ter centralidade na decisão judicial, especialmente em relação à desinternação, e será uma das muitas linhas de força que derivarão na construção da Unidade Experimental de Saúde (UES), pela Secretaria Estadual da Saúde, destinada a oferecer atendimento para autores de ato infracional portadores de diagnóstico de transtorno de personalidade e/ou de periculosidade, em regime de contenção.

No entanto, será das malhas do próprio percurso institucional que esses novos perigosos emergem: os que não “compreendem, não se beneficiam ou resistem subjetivamente ao plano socioeducativo”. (VICENTIN, 2006): a UES, segundo dirigentes da Febem-SP, abrigará adolescentes de conduta anti-social, que ela mesma define como “internos com tendência a depredar unidades, que não cuidam de suas coisas, são questionadores e não seguem normas, os agitados” (citado por FRASSETO, 2008). Conforme assinalado por diversos psicólogos e assistentes sociais da Febem, “a inexistência de um projeto socioeducativo” em algumas unidades, o número de “transferências de unidades” que alguns jovens experimentam (especialmente no período de rebeliões), as “violações de direitos de que são objeto” são situações que colaboram para a construção de jovens ora profundamente desamparados, ora inconformados; estes últimos, muito próximos

³⁹ Verificada nos maiores hospitais psiquiátricos para adolescentes do Rio de Janeiro e de São Paulo, caracterizada: pela compulsoriedade, pela estipulação de prazos para a internação subordinada aos critérios jurídicos, por tempo médio de internação superior aos dos demais internos admitidos por outros procedimentos e pela acentuada presença de quadros relativos à distúrbios de conduta (portanto, não psicóticos) (BENTES, 1999; JOIA, 2006).

⁴⁰ Como é o caso da internação de jovens na Unidade Experimental de Saúde, inaugurada em dezembro de 2006 no estado de São Paulo, num convênio entre as Secretarias da Saúde, Justiça e Administração Penitenciária, destinada a oferecer atendimento para autores de ato infracional portadores de diagnóstico de transtorno de personalidade e/ou de periculosidade, durante o cumprimento de medida sócio-educativa de internação em regime de contenção.

de um perfil facilmente “convertido” em personalidade anti-social. (SARTI, 2000; VICENTIN, 2006; VICENTIN e ROSA, 2009).

É o próprio percurso institucional, portanto, que dá forma e nome a um objeto socialmente perigoso. E tudo que não está apto a ser sujeito a tratamento ou reabilitação, o que se apresenta como ingovernável e intratável, é, por essa razão, perigoso. Não estamos então frente à mesma noção de periculosidade, forjada no século XIX, a do “atributo intrínseco de um sujeito em si mesmo”, mas mais perto do perigo como “incontrolabilidade”, como “o que escapa à gestão institucional” (DE LEONARDIS, 1998). Discursividade “renovada”, portanto, quanto à periculosidade: o adolescente com transtorno de personalidade será visto como portador de um “risco-perigo” que deve ser tratado, conforme preconiza o paradigma da proteção integral (e assegurado seu direito ao tratamento em saúde mental). A noção de periculosidade parece, assim, adquirir conotações que facilitam a extensão e difusão do seu uso, cada vez mais subordinado às exigências de “defesa social”.

Essa psiquiatrização, ao pensar o jovem no paradigma de uma patologia “quase incurável”, impede a leitura dos fenômenos sociais de exclusão e de vulnerabilidade social que são também determinantes do ato infracional e o despoja da possibilidade de construção de laço social. Nesta posição de expulso, o sujeito já perdeu sua visibilidade na vida pública, não tem voz, entrou no universo da indiferença. É um sujeito absolutamente determinado: sem possibilidades, sem nome, sem potência. Trata-se de uma estratégia de controle social que lança os jovens na posição de *vida nua*: a vida que pode ser descartada, pois foi empurrada para fora dos limites do contrato social e da humanidade (AGAMBEN, 1998).

A psiquiatrização dos adolescentes caminha assim em consonância com o paradigma emergente de gestão dos chamados *indesejáveis* e *perigosos* marcado pela radicalização da política punitiva como resposta ao aumento da desigualdade social, da violência e da insegurança (KOLKER, 2005).

2. O que essas experiências fronteiriças nos ensinam sobre Direitos Humanos?

Estamos destacando, então, dois movimentos que concernem hoje não apenas aos jovens infratores, mas a amplos setores da juventude:

- a construção de uma “periculosidade” imputada à juventude, pela sua associação com a violência e sua tematização como problema social; e a demonização de tudo que pareça rebeldia ou desobediência;
- a violência institucionalizada ou violência de Estado, exercida por aqueles que deviam proteger a vida, dirigida a setores da juventude.

Trata-se, ainda, de duas estratégias de poder que se relacionam, pois como explicar o aumento vertiginoso de morte de jovens, senão pela “autorização” de sua morte pelo pressuposto de periculosidade social?

O percurso realizado até aqui nos permitiu perceber alguns dos processos políticos que fazem com que tantos seres humanos sejam integralmente privados de seus direitos e das suas prerrogativas, a ponto de não ser delito qualquer ato cometido contra eles (AGAMBEN, 1998).

No Brasil, especificamente, trata-se de um cruzamento extremo entre mecanismos de soberania (sociedade autoritária) e o biopoder: fazer viver (os cidadãos) e fazer morrer (os inimigos), um em nome do outro. Que os direitos humanos não sejam aplicáveis a “bandidos” (CALDEIRA, 2000) tem levado a uma indiferença face à situação de sofrimento vivida tanto por adultos quanto por adolescentes privados de liberdade. Num contexto de uma *sociedade punitiva* (WACQUANT, 2001, 2008), de direcionamento do arsenal de violência do Estado para o controle, encarceramento e até extermínio das camadas mais pauperizadas do país, de ascensão do Estado Penal e de produção de medo social (KOLKER, 2005), tal indiferença tem sido extremada, dada a naturalização (KOLKER, 2009) da figura do Homo Sacer⁴¹. Daí ser necessário sustentar a luta pelos Direitos Humanos, considerando a especificidade das *margens* latino-americanas (ZAFFARONI, 2003).

De outro lado, pensamos que a relação entre os Direitos Humanos e as práticas psicológicas, principalmente no campo da infância e da juventude, não pode ficar reduzida à “ladainha dos direitos de cidadania”, sob o risco da abordagem jurídica reduzir a multiplicidade do viver. Tal risco, exatamente no momento em que crianças e adolescentes ingressam no campo dos direitos como sujeitos, pode colocar a perder exatamente o outro pólo da questão, que é justamente o da singularidade da infância.

Como nos sugere Arantes (2009), as intervenções na área da infância e adolescência vêm se revestindo de extrema complexidade, tanto pela novidade histórica dos direitos de que são titulares crianças e adolescentes (e as discriminações etárias a que estão expostas) quanto pelas dificuldades de trabalhar a tensão proteção-respeito à singularidade da criança (sem instituir a tutela e o assujeitamento aos padrões de normalidade médica, psicológica e social). Daí o desafio de entendermos o caráter ético, jurídico, político e social da Doutrina da Proteção Integral.

Ao propor um “direito especial”, que assegure para crianças e adolescentes uma singular posição subjetiva, a legislação no campo da infância e da juventude nos convoca a re-posicionar a fronteira entre subjetividade e direito. Foucault (1999) nos oferece uma pista nessa direção, quando formulou a ideia de um *direito novo*, apontando para a valorização das possibilidades concretas de certos saberes e de certas práticas do direito constituírem um direito liberado simultaneamente da soberania e da normalização, um direito que resistisse ao poder normalizador e ao poder repressivo.

É necessário, então, articular os direitos humanos com a defesa ativa dos processos de singularização, porque a perspectiva mesma dos “direitos humanos”, tal qual

⁴¹ Aganbem (1998) recupera a figura conhecida no direito romano arcaico como Homo Sacer, para referir-se àquele que qualquer um podia matar impunemente.

encontra-se instituída, tem sido reconceituada, problematizando-se o princípio da universalidade do humano (como essência ou natureza) e a noção de indivíduo, como eixo organizador dos direitos, para dar lugar à discussão em torno da multiplicidade de configurações do humano e dos processos de subjetivação nessa relação com o campo dos direitos. (COIMBRA, PASSOS e BARROS, 2002).

Ou, nas palavras de Pelbart (2000):

Não basta pensar a vida como uma instância isolada das suas formas produzidas, atrelada apenas a um Estado protetor do direito à vida, dessa vida pensada como um fato e separada das formas que ela reveste. Por isso seria preciso que a idéia de cidadão, ou de homem, ou de direitos humanos sofresse um alargamento em direção a toda essa variação de formas de vida de que uma biopolítica deveria poder encarregar-se (p.28).

Nessa direção, pergunta-se Paulon (2003):

É possível que a psicologia, tal como se institucionalizou no século passado, em muito ao lado da moral vigente e dos bons costumes, tenha pouco a fazer pela ainda emergente tarefa de banir do mundo os velhos contratos para assumir-se como arma na luta pela singularidade. Compreendidas como redes invisíveis de subjetivação moral, tais instituições concorrem para o apequenmento da existência, naturalizando o que é da ordem da história e individualizando o que é do plano coletivo. Expropria-se, assim, o sujeito do 'mais sagrado' de seus direitos: o de viver a vida em toda sua multiplicidade e construir-se/destruir-se em seus movimentos. (p.10)

3. Alguns elementos para a construção de uma pauta ético-estético-política para a Psicologia nas interfaces com o campo dos DHS

No contexto acima analisado, trata-se de re-afirmar uma pauta ético-estético-política para os profissionais e pesquisadores psi orientada estrategicamente para a realização dos Direitos de quaisquer homens ou ainda para a redução de suas violações especialmente no tocante à infância/juventude, nas seguintes frentes de batalha:

- a) no plano dos discursos e da produção de sentidos: devemos frear todas as produções que comprimem e reduzem o espaço de debate em torno dos conflitos, tratando-os, por exemplo, apenas na sua faceta criminal. Como nos diz Wacquant (2008) é necessário um estrito “controle de fronteiras”, na forma de

uma rigorosa crítica lógica e empírica, em relação às teorias de “lei e ordem” tais como as que vicejam nos EUA (p. 104).

- b) no *front* das práticas psi, principalmente daquelas que se dão na interface com os sistemas de justiça, de forma a impedir a multiplicação de medidas que ampliem a rede penal e propor, onde for possível, uma alternativa social, sanitária ou educativa (WACQUANT, 2008, p. 104). Trata-se, principalmente, de realizar a problematização do campo psi quando este opera como fator de legitimidade para as tecnologias coercitivas. Ou seja, evitar qualquer utilização das práticas psicológicas a favor de uma criminologia clínica entendida como aquela que se ocupa do diagnóstico e do prognóstico da conduta do jovem, centrada nas “disfunções” sociais ou pessoais, como base para legitimar/justificar a sanção. E trabalhar a favor de uma *clínica da vulnerabilidade*, como nos sugere Zaffaroni (2003), que busque identificar a etiologia da vulnerabilidade individual ao sistema penal e que permita desenvolver saberes que colaborem para a redução dos níveis de vulnerabilidade.
- c) na consolidação de uma dimensão ética. É necessário trabalhar para a redução de violências e para a ampliação dos componentes solidários da vida em comum, mas sem perder de vista a dimensão instável e conflitiva que os jovens autores de ato infracional protagonizam. Ou seja, nosso compromisso é dar lugar às forças instituintes e de resistência que crianças e adolescentes forjam de diferentes modos: transgressões, sintomas ou invenção de novas formas de vida.
- d) estreitar os laços entre ativistas e pesquisadores que trabalham no “front penal e no front social” (WACQUANT, 2008, p. 104). Entendemos que existem espaços para pensar as relações entre os sistemas assistenciais, os de saúde mental e os de justiça de modo a que eles não se coloquem um como fonte de legitimação do outro ou a que as ações de saúde mental façam a função de continuum disciplinador com o cárcere no centro. A modificação das condições de produção de vulnerabilidade é uma operação em que vários atores devem estar envolvidos. Sistema de justiça e sistema de saúde devem ser *disjuntos* quando se trata de definir as modalidades legais (penais e de atribuição de medida) pelas quais um adolescente deve ser responsabilizado, mas devem estar juntos na direção dos processos de socioeducação, de reabilitação psicossocial e de desinstitucionalização. Além disso, não se pode desconectar a educação dos jovens infratores da educação ou das políticas dirigidas a quaisquer adolescentes. O risco de que alguns jovens caiam no campo da “vida matável” só pode ser evitado se mantivermos conceitual e pragmaticamente as linhas de continuidade entre uma e outra política.

4. Referências

- ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ADORNO, S.; LIMA, R. S. de; BORDINI, E. B. T. *O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- AGAMBEN, G. *Homo sacer: O poder soberano e vida nua*. Tradução de António Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- ANISTIA INTERNACIONAL (BRASIL). *Desperdiço de vidas: FEBEM-SP, crise de direitos humanos e não questão de segurança pública*. Londres: Secretariado Internacional, 2000.
- ARANTES, E. M. de M. *Pensando a Proteção Integral: contribuições ao debate sobre as propostas de inquirição judicial de crianças e adolescentes como vítimas ou testemunhas de crimes*. Mimeo, 2009.
- BENTES, A. L. S. *Tudo como dantes no quartel d'Abrantes: estudo das interações psiquiátricas de crianças e adolescentes através de encaminhamento judicial*. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.
- CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.
- COIMBRA, M. C.; PASSOS, E.; BARROS, R. B. Direitos Humanos no Brasil e o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. In: EQUIPE CLÍNICO-GRUPAL GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ. (Org.). *Clínica e Política*. Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia e Te Corá, 2002.
- DE LEONARDIS, O. Estatuto y figuras de la peligrosidad social. Entre psiquiatria reformada y sistema penal: notas sociológicas. *Revista de Ciencias Penales*. n. 4, Montevideo, p. 429-449, 1998.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1996. 3 v.
- DIÓGENES, G. *Cartografias da Cultura e da Violência*. Gangues, galeras e o movimento Hip Hop. São Paulo: AnnaBlume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos, 1998.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o direito*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. 7ª ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. “O sujeito e o poder”. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Orgs.). *Foucault: Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRASSETO, F. *A Unidade Experimental de Saúde – mais um triste capítulo da história de paulista no tratamento de jovens infratores*. São Paulo: Mimeo, 2008.

GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GENET, J. *A criança criminosa*. Lisboa: Hiena, 1988.

JOIA, J. *A interface psi-jurídica: estudo de internações de adolescentes por determinação judicial no Hospital Psiquiátrico Pinel*. Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica. CEPE/PUC/SP, 2006.

KHEL, M. R. *Radicais, raciais e racionais: A grande fratria do Rap na periferia de São Paulo*. Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=68>. Acesso em: 23 ago. 2007.

KOLKER, T. Instituições totais no século XXI. In: MENEGAT, M.; NÉRI, R. (Orgs.). *Criminologia e Subjetividade*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005. p. 109-121.

_____. Legitimação da tortura e produção de subjetividade nas sociedades de controle. In: MOURÃO, J. C. (Org.). *Clínica e Política: Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquar e Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 293-313.

LOSICER, E. Prefácio. In: MOURÃO, J. C. (Org.). *Clínica e Política: Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquar e Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 13-18.

OLIVEIRA, C. S. de. *Sobrevivendo no inferno: A violência juvenil contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PAULON, S. M. *Pelo demasiado humano direito à singularidade*. Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CNDH-CFP). Coletânea do “Programa de Difusão de Direitos Humanos na Prática Profissional”. Brasília: CFP, 2003.

PELBART, P. *A vertigem por um fio: Políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 2000.

_____. *Vida Capital. Ensaios de Biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREA, C. M. Somos expresión, no subversión. Juventud, identidades y esfera pública en el suroriente bogotano. In: MARGULIS, M. et al. (Org.). “*Viviendo a toda*”: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santafé de Bogotá: Siglo

del Hombre Editores, Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998. p. 129-150.

PERLONGHER, N. Os devires minoritários. *Folha de São Paulo, Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5-7. 01 jun. 1986.

PETIT, S. L. “Sujetos imposibles”. *Actas de las jornadas del Graduat em Criminologia i Política Criminal*. Universitat de Barcelona, 2000. p. 94-101.

REGUILLO, R. Cuerpos juveniles, políticas de identidad. In: FEIXA, C. et al. (Orgs.). *Movimientos juveniles en America Latina*: Pachuchos, maalandros, punketasi. Barcelona: Ariel Social, 2002. p. 151, 165.

ROSA, M. D. O discurso da violência e suas implicações para o adolescente. *Boletim da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre: APPOA, 2004.

ROLIM, M. O Sistema Febem e a produção do mal. Relatório da IV Caravana Nacional de Direitos Humanos. Uma amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas Febems e congêneres. Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, 2001. Disponível em: <http://www.rolim.com.br>. Acesso em: 01 set. 2009.

SALAZAR Jr., A. *No nacimos pa'semilla*: La cultura de las bandas juveniles de Medellín. Bogotá: Cinep, 1998.

SARTI, C. A. A saúde mental na ‘nova Febem’. Projeto Quixote. *Relatório interno de trabalho apresentado à Febem*. São Paulo: Departamento de Psiquiatria da Unifesp, mimeo, 2000.

VICENTIN, M. C. G. *A vida em rebelião. Jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec, 2005a.

_____. Responsabilidade penal juvenil: problematizações para a interface psijurídica. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 13, n.53, IBCCrim, São Paulo, p. 319-343, 2005b.

_____. A questão da responsabilidade penal juvenil: notas para uma perspectiva ético-política. In: ABMP; Ilanud, Secretaria Especial de Direitos Humanos (Orgs.). *Justiça, Adolescente e Ato infracional*: socioeducação e responsabilização. São Paulo: Ilanud, 2006.

VICENTIN, M. C. G.; ROSA, M. D. Transtorno mental e criminalidade na adolescência: notas para uma análise crítica da patologização do adolescente autor de ato infracional. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, 17(78), p. 320-347, maio/jun, 2009.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *As duas faces do gheto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

WASELFISZ, J. J. *O mapa da violência: A situação dos jovens brasileiros*. Mimeo, 2006.

ZAFFARONI, E. R. *Criminología: Aproximación desde un margen*. Bogotá: Temis, 2003.

Ética, Violência e Direitos Humanos

Esther Maria de Magalhães Arantes

Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O título deste texto reúne três temas amplos: ética, violência e direitos humanos. Articular estes temas é a tarefa que nos coube neste encontro da ABRAPSO e que, obviamente, não há como dar conta integralmente, sendo o nosso objetivo bem mais modesto: pinçar dois ou três pontos para reflexão, particularmente no que toca a problemática envolvendo crianças e adolescentes – que tem sido a nossa área de estudo e pesquisa.

Começemos, então, por dizer, de maneira breve, que ao longo dos 500 anos do chamado Descobrimento, o Brasil acumulou uma enorme dívida social com sua população indígena, negra, camponesa, idosa e, também, com sua população de crianças, adolescentes e jovens. Em 1988, através de intensa mobilização social, diversas reivindicações destes grupos e de muitos outros, foram colocadas na Constituição Federal, criando otimismo e expectativa em relação à promoção de seus direitos, particularmente daqueles considerados sociais.

Houve, por certo, em relação à infância, melhora em alguns indicadores, como maior ingresso escolar e diminuição da subnutrição e mortalidade infantil. Persistem, no entanto, questões relativas à qualidade deste ensino, não se conseguindo, também, eliminar a exploração comercial sexual e o trabalho infantil, bem como a violência doméstica.

Em relação aos adolescentes a situação tem se agravado, verificando-se evasão escolar e aumento no número da mortalidade por causas externas – a chamada mortalidade violenta. Quando buscamos saber quem são esses adolescentes, verificamos que são, em sua maioria, do sexo masculino, entre 14 e 17 anos, meninos pobres que se encontram fora da escola e sem uma perspectiva de futuro. Um levantamento feito em uma amostra de adolescentes internados no Instituto Padre Severino, no Rio de Janeiro, demonstrou que 50% já haviam perdido pai, mãe ou irmão, também por morte violenta – ou então por doenças graves mas que poderiam ter sido perfeitamente tratadas, como a tuberculose. Para esses adolescentes têm sido reservada, com muita frequência, quando do cometimento de atos infracionais, medida socioeducativa de privação da liberdade, embora o Estatuto fale da brevidade e da excepcionalidade dessa medida.

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O Relatório conjunto do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho da OAB sobre as visitas nas Unidades de Internação, em 2006, confirma esta realidade já sabida e muitas vezes denunciada: superlotação nas unidades, maus-tratos, ausência ou precariedade dos projetos socioeducativos, ociosidade e sofrimento mental, dentre outras violações de direitos.

Ao mesmo tempo em que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprova o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que busca reordenar este sistema de acordo com as normativas nacionais e internacionais de Direitos Humanos, parcela significativa da sociedade e da mídia apoiam o endurecimento da legislação, demandando o rebaixamento da idade penal e/ou o aumento do número de anos permitidos para a privação de liberdade. Encontra-se atualmente em andamento no Congresso Nacional, como sabemos, proposta de emenda constitucional para reduzir a idade penal de 18 para 16 anos.

Esta é a primeira questão que queremos colocar em relação ao tema da Mesa: a situação histórica de violência e exclusão social de parcela significativa da população brasileira, incluindo crianças e adolescentes, e que podemos definir com sendo de natureza estrutural. No entanto, como modificar esta situação? Questão que nos leva aos dois outros temas proposta à Mesa: direitos humanos e ética.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), estabelecida em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), completará 61 anos, em dezembro de 2009 e, em que pese o reconhecimento de sua importância, tal reconhecimento não nos deve impedir de problematizá-la, levando-se sem conta a complexidade de suas afirmações, o contexto de sua emergência e as dificuldades para sua efetivação. Neste sentido, dentre as questões mais debatidas pelos diversos autores da área está a de se saber “em que sentido os Direitos Humanos podem ser considerados universais, tanto em relação à apropriação e distribuição das riquezas no planeta como em relação ao que propriamente se pode dizer sobre o que seja o humano”. (Arantes, 2008:9)

Em relação à apropriação e distribuição da riqueza, sabemos que o Brasil, apesar do vigor de sua economia, situa-se como um país de extrema desigualdade social, sendo grande parte de sua riqueza apropriada por pequena parcela da população. Já em relação ao que seja o humano, sabemos, de acordo com os ensinamentos de Michel Foucault, que o poder não reprime uma essência, uma natureza humana que existiria desde sempre, mas produz certa experiência de nós mesmos. Neste sentido, é relevante pensarmos que experiência de nós mesmos está sendo moldada no contemporâneo.

Nas sociedades Modernas, descritas por Foucault como disciplinares, tratava-se de produzir corpos dóceis: produtivos economicamente e acomodados politicamente. No entanto, esta sociedade disciplinar encontra-se, desde meados do século XX, em

crise e já experimentamos a formação de outras estratégias, difíceis de precisar, é bem verdade, por ainda estarmos no seu início, mas que Deleuze caracterizou como sendo uma sociedade de controle.

Assim, concomitantemente a essa crise, que podemos caracterizar como sendo o desmonte dos valores, das temáticas e dos corpos da modernidade, presenciamos a emergência de novas estratégias, que é necessário tentar entender, pelo menos em suas linhas mais gerais e em relação ao que aqui nos interessa mais de perto.

Segundo Paulo Vaz, os valores maiores da sociedade de controle parecem ser:

na relação consigo, o bem-estar, a juventude prolongada, o autocontrole e a eficiência; na relação com os outros, a tolerância, a segurança e a solidariedade; na relação com o mundo, a preservação ecológica. Estes valores implicam o risco como fundo de negatividade a ser evitado. Tudo o que nos proporciona prazer, e que é nosso dever conquistar, pode implicar dependência e risco de morte prematura; o outro só não é tolerado em seus hábitos de prazer quando nos põe em risco e, inversamente, somos convidados a ajudar todos aqueles que estão em risco, principalmente quando sua situação deriva da ação de outros, quando são vítimas; por fim, as catástrofes derivadas do excesso de consumo são a matéria-prima dos discursos ecológicos⁴².

Neste sentido, e de acordo com Vaz, o conceito de risco, em sua face positiva, remete-nos ao usufruto de tecnologias bastante complexas e que nos prometem saúde, longevidade, juventude, produtividade, eficiência etc, ao preço, no entanto, de sermos constantemente advertidos sobre as conseqüências de nossos excessos, imoderação, endividamento, etc.

Assim, em que pesem Declarações, Convenções, Pactos, Mecanismos e Planos diversos de Direitos Humanos, acompanha-nos certo incômodo, como se os direitos que nos libertam fossem os mesmos que nos aprisionam, pois estaríamos vivendo uma constante inquietação entre os prazeres e seus excessos, atormentados com o controle dos riscos e com a segurança, buscando-se, por exemplo, identificar modificações cerebrais responsáveis pela criminalidade violenta. Quanto a isto, novas identidades tenderão a ser construídas, reatualizando as figuras da monstruosidade. Trata-se, portanto, no limite, de descobrir métodos para selecionar os criminosos considerados perigosos, tendo-se em conta os riscos que apresentam para os outros e para a sociedade, não mais acreditando que possam ser curados ou regenerados, mas apenas neutralizados – o que poderá ser feito com muros, contenção química ou eletrônica.

Muitas dessas propostas pressupõem a colaboração ativa de psicólogos, como podemos facilmente constatar analisando os diversos Projetos de Leis existentes no Congresso Nacional ou em alguns dos programas propostos pelo Judiciário

⁴² Paulo Vaz. Corpo e Risco. Disponível em: http://www.ipv.pt/forumedia/fi_4.htm

(Arantes, 2009). Como pensar estas demandas feitas ao psicólogo, do ponto de vista de sua formação e ética profissional? Aceitarão os psicólogos brasileiros estes encargos?

Se é verdade que estamos vivendo o desmonte dos valores, das temáticas e dos corpos da modernidade, tal desmonte inclui, também, os paradigmas que nortearam a emergência do campo da Psicologia – o que tem, pelo menos, duas implicações: por um lado, a emergência de tecnologias que ampliam, de maneira até agora inimaginável, o poder sobre a vida⁴³. Por outro lado, como nos lembra Pelbart, ao poder sobre a vida é possível opor a potência da vida, significando não apenas resistir “à mortificação sobrevivencialista, seja no estado de exceção, seja na banalidade cotidiana” (2006), mas retomar o corpo na sua condição de afetar e ser afetado.

Finalizo esta fala lembrando o filósofo Cláudio Ulpinano, que certa vez perguntou a seus alunos: “O que vem a ser a Psicologia? Para que ela serve?” Ante a perplexidade e hesitação dos alunos, Ulpiano lhes disse: “ – Depende das forças que se apoderam dela! Coloquem suas forças em batalha para produzirem uma Psicologia afirmativa” (Ulpiano, citado por Bastos, 2002).

Referências

ARANTES, E.M.M. Considerações sobre o Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 4.126 de 2004 (tramita no Senado Federal como PLC 35 de 2004). In: CFP (org). falando sério sobre escuta de crianças e adolescentes em situação de violência e a rede de proteção. Brasília-DF: CFP, 2009.

BASTOS, A.D.- De infrator a delinqüente: o biográfico em ação. Niterói: Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, 2002.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CFP (Conselho Federal de Psicologia) e OAB (Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil. “Direitos Humanos. Um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei?”. Disponível em: www.pol.org.br.

PELBART, P. P. Vida nua, vida besta. Mimeo. S/d. (Texto escrito a partir de palestra apresentada por ocasião do Festival Alkantara, em Lisboa, no contexto dos encontros propostos pela dançarina Vera Mantero, no Teatro São Luiz, em junho de 2006.

SANTOS, L. G. Código primitivo – código genético: a consistência de uma vizinhança. In Alliez, Eric (org.) Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed.34, 2000.

VAZ, P. Corpo e Risco. Disponível em: http://www.ipv.pt/forumedia/ft_4.htm

⁴³ Santos, Laymert G. Código primitivo – código genético: a consistência de uma vizinhança. In Alliez, Eric (org.) Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed.34, 2000.

Historiografia da psicologia no Brasil

Ana Maria Jacó-Vilela

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Verifica-se hoje, no Brasil, um grande interesse pelos caminhos que a Psicologia, como disciplina científica, percorreu em nosso país. Observando com mais atenção os trabalhos produzidos sobre o tema, ou, mesmo, programas de cursos de História da Psicologia no Brasil, encontramos uma grande diversidade de enfoques narrativos, que indicam metodologias, explícitas ou não, e os modelos historiográficos utilizados.

Observamos também que boa parte desses estudos tem uma ligação muito próxima com a psicologia social, seja porque os que se propõem a reconstruir esta história são oriundos dessa área da Psicologia, seja porque são investigações de alunos de pós-graduação em Programas de Psicologia Social. Neste sentido, as narrativas são implicadas, pois se compreende que “qualquer descrição histórica carrega consigo uma visão sobre a natureza e a importância do fato histórico” (MARTINS, 1993), sendo pregnante a noção de que o fato histórico não existe *per se*, mas é construído retrospectivamente a partir de abordagens diversas, como por exemplo, a da proveniência (as condições culturais, econômicas, sociais, políticas) que possibilitou sua emergência, que ocorresse tal acontecimento e não outro.

Embora esta perspectiva esteja presente em quase toda a historiografia atual das ciências, a nosso ver especialmente o estudo da história da ciência em países periféricos passa necessariamente por colocar em cena questões políticas, de dependência, de autonomia ou de colaboração e intercâmbio em relação ao centro, entendido como alguns países da Europa e os Estados Unidos.

Países europeus colonizaram “novos mundos”, no processo que perdurou do século XV ao XIX. Neste percurso, a cultura europeia expandiu-se para outros continentes, incluindo, no que aqui nos interessa, a universalização do conceito de ciência, de seus métodos e modelos.

Como sabemos, os países colonizados serviram, numa primeira fase, de matéria prima para o conhecimento científico que estava sendo desenvolvido nos países centrais. São os religiosos, os viajantes e os naturalistas que fornecem informações sobre a flora, a fauna, e os seres humanos encontrados na América, na África, na Oceania, permitindo a entrada de novos tipos nos imensos sistemas classificatórios então construídos. Esta estratégia se ratifica o modelo de ciência que está se

afirmando, ao mesmo tempo desqualifica, como não científicos, os saberes dos povos daqueles continentes que, diz-se, foram descobertos em determinadas datas pelos europeus. Se a forma de produzir conhecimento é bem recebida nos países colonizados, isto é uma das conseqüências, sem dúvida, do processo colonizador.

Entretanto, a pergunta que se faz é – apreendido o modelo científico, há produção de conhecimento nos países outrora colonizados e agora pertencentes a um grupo que recebe, ao longo do tempo, denominações diversas (Terceiro Mundo, sub-desenvolvidos, em desenvolvimento, periféricos...), todas indicativas de que ainda não estão “lá”, no lugar de contribuição decisiva à ciência?

Uma das respostas a esta questão é o chamado “modelo de Basalla” (1967). Este historiador norte-americano prevê que a produção científica em países periféricos passa necessariamente por três estágios. No primeiro, conforme citamos acima, cientistas europeus fazem coleta de dados nas colônias e, ao retornarem a seus países, estudam as informações obtidas e elaboram conclusões. No segundo, começa a se desenvolver uma ciência colonial, os europeus treinam os pesquisadores das ex-colônias, possibilitando assim que, em um terceiro momento, ocorra produção independente naqueles países, através da criação de instituições de ensino e de pesquisa. Como quarta fase, não explícita, estaria a importação de cientistas de tais países para centros de pesquisa situados no centro.

Este modelo, revelador de uma visão etnocêntrica, pode ser percebido em uma pergunta feita a Simon Schwartzman (1979), importante sociólogo brasileiro, em um seminário nos Estados Unidos: “Mas, afinal, o senhor poderia nos dizer qual seu interesse em fazer a história da ciência no Brasil?”. Ou seja, o interlocutor supunha ser desnecessário este empreendimento já que não haveria uma produção científica que merecesse “uma história” no país.

Contudo, este modelo não é aceito por muitos historiadores da ciência, principalmente por seu caráter evolucionista. Stepan (1976), por exemplo, ao analisar o desenvolvimento da ciência brasileira no século XIX, discorda de Basalla. Entende que esta pode ter sido a situação em países como os Estados Unidos e a Austrália (ver Schwartzman, 1976), mas não é a daqueles outros cujas matrizes coloniais estavam há muito tempo afastadas das principais correntes do desenvolvimento científico internacional. Nestes, constrói-se um pensamento científico próprio que não tem, todavia, maior potencial de circulação e debate tanto nos países europeus quanto, posteriormente, nos Estados Unidos, que se tornam a referência a partir do segundo quartel do século XX.

Um dos empecilhos, principalmente no caso brasileiro, é decorrente do idioma. Portugal, grande império desbravador, perdeu aos poucos seu poderio econômico, político, militar e cultural a partir do século XVII, tornando o idioma português restrito à pequena parcela da população mundial, situada notadamente nos países periféricos.

Outra questão é a assunção, por parte dos historiadores nativos de história da ciência, do papel subalterno da ciência nacional em relação à contribuição incisiva dos pensadores estrangeiros. Este é o caso, me parece, de uma fase da historiografia da psicologia no Brasil. Passaremos inicialmente a ela, pois indagá-la pode nos ajudar na compreensão de nossa atual historiografia. Como segundo ponto, iremos fazer um breve passeio pelas transformações no campo psi brasileiro nos anos de 1960-1980 para, finalmente, dedicarmos nosso olhar à historiografia atual.

A primeira historiografia da psicologia no Brasil

Uma historiografia da psicologia no Brasil surge na década de 1940. Os principais trabalhos publicados foram reunidos em livro organizado por Mitsuko Antunes, “História da Psicologia no Brasil – primeiros ensaios”, editado em 2004 em parceria da EdUERJ com o Conselho Federal de Psicologia. Consideramos serem três os trabalhos centrais dessa edição, publicados em veículos com diferentes inserções e tipo de público: A Psicologia Experimental no Brasil, de Plínio Olinto, publicado em 1944; A Psicologia no Brasil, de Annita de Castilho e Marcondes Cabral, de 1950; A Psicologia no Brasil, de M. B. Lourenço Filho, de 1955.

Uma primeira constatação, acompanhando a produção científica destes autores, é que a escrita histórica não faz parte de sua trajetória. Plínio Olinto e Annita Cabral só têm, como artigos históricos, os citados acima. Lourenço Filho tem mais dois outros trabalhos: um, publicado 25 anos depois do primeiro, e que trata exatamente da psicologia no período entre um e outro artigo; e outro, sobre a aceitação de Theodule Ribot no Brasil.

Não são, pois, historiadores da Psicologia. São, às vezes, memorialistas, às vezes arquivistas, atrás de documentos oficiais. Principalmente, trata-se de nomes de relevo na psicologia brasileira que, nesta qualidade, são convidados a escrever sobre a história dessa disciplina tão recente no país. Seus trabalhos sofrem claramente a influência dessas convocações.

O artigo de Plínio Olinto (1886-1956), publicado em jornal e referente à conferência de abertura de uma “jornada de psicologia⁴⁴”, é de uma escrita leve, bem humorada, com analogias à vida cotidiana. O trecho final deixa claro o que queremos dizer: “[a Psicologia] é hoje essa figura esbelta e sadia, sempre muito estimada, como o foi desde menina. Já agora acatada, respeitada, cortejada, dispõe de seu apartamento mobiliado em cada uma das faculdades de Filosofia e Letras do país” (p. 30-31).

No texto, a presença do autor é constante, como se fosse uma entidade, uma personagem; a história que relata parece, em muitos momentos, a história dos momentos e dos lugares onde esteve presente. É também uma seqüência de nomes,

⁴⁴ Embora a referência seja somente às “Jornadas Psicológicas”, supomos que sejam as “Jornadas Psicológicas da Liga Brasileira de Higiene Mental”, a única atividade com o título que conhecemos do período.

datas e feitos, a partir de 1900. Sua frase inicial é relevante como demonstração do tipo de entendimento de psicologia e de ciência que partilha: “Num esboço histórico da Psicologia Experimental no Brasil, verifica-se que muitos brasileiros já se interessavam por ela no passado, não fornecendo, entretanto, pesquisas nem conclusões na proporção desse interesse” (p. 25).

Dentro de seu estilo poético, transparece o viés produção européia/reprodução brasileira, como por exemplo na metáfora que faz sobre Helena Antipoff⁴⁵, apresentada como “a jardineira”, a aluna de Claparède que planta as teorias do Mestre a partir do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte.

O artigo de Annita Cabral (1911-1991) tem outra origem. Tendo estudado nos Estados Unidos no início da década de 1940 com Koffka (no Smith College) e com Wertheimer (na New School for Social Research), recebe convite de Kisker para regidir um capítulo sobre a psicologia brasileira em livro intitulado “World Psychology”. O livro, contudo, não é publicado, e Annita publica seu artigo no Boletim da Faculdade de Filosofia da USP.

Seu artigo se inicia “apresentando o Brasil para os estrangeiros” – explicita o tamanho, o idioma (deixa claro que não é espanhol, mas português), que foi império antes de ser república. Explicita a localização em termos geográficos, a costa atlântica, os limites com países latino-americanos, a temperatura, o clima, o solo. Conta a história econômica: as fases agrícola, de mineração, e a recente industrialização. Fala da escravatura e ressalta a mistura das três raças, apontando que a população, “embora predominantemente branca, apresenta todas as gamas de pigmentação, desde branco albedo até preto retinto” (p.35-36). Descreve as correntes migratórias, que contribuíram para “as modificações do panorama econômico”, sem, contudo explicitar que tinham o objetivo de substituir a mão de obra escrava após a abolição da escravatura (1889) nem que posteriormente visavam o embranquecimento da população. Afirma que “ambos os ramos de produção [agrícola e industrial] não chegam ao nível do dos chamados países civilizados”. Fala da história política brasileira, ressaltando o descobrimento por Pedro Álvares Cabral, o período colonial, a independência, a república.

Tudo ligeiro, sem conflitos ou com estes resolvidos rapidamente. Ao que se sabe de Annita Cabral, pesquisadora cuidadosa e analista rigorosa, não era este seu modo de proceder. Supomos que tais formas de expressão decorreram do afã de resumir a história do Brasil em poucas páginas – de certa forma, uma tentativa de contextualizar o texto seguinte - e, principalmente, de que este resumo fosse

⁴⁵ Helena Antipoff (1892/1974), psicóloga russa que estabelece moradia no Brasil a partir de 1929 (principalmente Belo Horizonte, embora trabalhe durante alguns anos no Rio de Janeiro), desenvolve importante trabalho na interface Psicologia e Educação, notadamente em relação aos excepcionais. Ver, a respeito, o verbete de Regina Campos, Helena Antipoff, em Campos, R. H. F. (org.) – Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil – Pioneiros. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2001.

palatável ao olhar estrangeiro. Assim, quase automaticamente se constrói uma linearidade, uma progressão.

Annita Cabral é conhecida como um dos primeiros grandes nomes da psicologia social no Brasil. Embora ela própria não tenha publicado nenhuma tese (o que gerou conflitos sobre sua permanência na USP, segundo Engelmann, 1998), foi a orientadora de um dos mais profícuos trabalhos na área feitos no Brasil: a tese, depois transformada em livro, de Dante Moreira Leite, “O Caráter Nacional Brasileiro” (1954), uma análise exaustiva das principais obras do que se tornou denominado de “pensamento social brasileiro”. Nos ensaios agrupados por Antunes, o de Cabral é o único que menciona esse pensamento, a tentativa de compreender as bases sócio-culturais, políticas e econômicas da subjetividade brasileira, caminho que nossa psicologia social abandonou. Não é, pois, de estranhar que a obra de Leite hoje em dia permaneça na bibliografia dos cursos de Ciências Sociais e seja quase completamente desconhecida na Psicologia.

Esta referência à história intelectual de Annita Cabral ajuda a compreender o porquê daquela forma linear de narrativa do início do texto ser superada por uma história contextualizada já no item seguinte, quando trata do processo educacional no Brasil, desde as escolas jesuíticas para a catequese indígena e primeira formação dos colonos portugueses, até a criação das universidades no início do século XX⁴⁶.

É importante destacar que seu texto, o único de autoria feminina dentre os agrupados no livro de Antunes, é também o único que fala da grande presença de mulheres no ensino de psicologia nas Escolas Normais, bem como do grande número de psicólogas ainda nos anos de 1940. E Annita Cabral ainda ressalta que, apesar deste alto número, “é interessante notar que os compêndios de psicologia correntes no país e escritos por brasileiros são de autoria masculina” (p.59). Nossos dados estatísticos de hoje nada mais fazem que corroborar tais pirâmides invertidas – quantidade de mulheres *versus* de homens, publicações e ocupações de cargos (que denotam prestígio social) por homens e mulheres -, demonstrando a permanência de relações de gênero assumidas pelos psicólogos antes e hoje.

Annita Cabral utiliza, como dispositivo narrativo, a apresentação de personagens relevantes da história da Psicologia no Brasil, sua inserção institucional e as influências estrangeiras em sua obra. A partir de 1930, substitui a história a partir dos grandes nomes pela história do ensino de psicologia nas instituições. Assim, afirma que “os problemas teóricos são tratados predominantemente nas seções de Filosofia das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Sendo, porém, a psicologia a única matéria científica de uma seção primariamente devotada aos estudos filosóficos, resulta que (...) a psicologia aí ensinada é teórica” (p.62).

⁴⁶ O Brasil é dos últimos países latino-americanos a contar com instituição universitária, embora já existissem “cursos superiores” desde o século XIX. Neste sentido, a colonização portuguesa foi mais dramática que a espanhola, já que esta permitiu, por exemplo, a fundação da Universidade São Marcos, em Lima, em 1551.

Considerando o Brasil como consumidor do conhecimento produzido fora, seu texto produz uma crítica à não apropriação “correta” dos autores estrangeiros, como quando diz, referindo-se a Manoel Bomfim⁴⁷, que “o autor fala vagamente em testes, mas Binet é citado com referência à fadiga, não aos testes nem à inteligência” (p. 54). Ainda dentro dessa noção de “correção na apropriação”, cita o livro de Medeiros e Albuquerque, “Os Tests” (1924) e diz que “na Bahia, Isaías Alves imediatamente encomenda nos Estados Unidos e na Inglaterra as obras recomendadas por Medeiros” (p. 55). E explicita, mais ao final, sua posição sobre a questão da produção do conhecimento em psicologia⁴⁸:

Sua orientação no ensino é no sentido de procurar uma resultante brasileira da Psicologia europeia e norte-americana. Parece-lhe que, dada a ausência de unidade na Psicologia contemporânea, o Brasil tem pelo menos uma vantagem decorrente do fato de ser um país consumidor e não produtor de Psicologia. É a vantagem de poder considerar com relativa imparcialidade todas as teorias importadas e seus resultados. Como o progresso da Psicologia está também na direção dessa unidade que lhe falta, a busca de uma posição sintética brasileira se situa na linha das necessidades da própria ciência (2004, p. 66).

O artigo finaliza buscando apontar as condições necessárias para a psicologia se autonomizar da Filosofia: a criação de associações, de revista própria, de lei a respeito. É este o caminho pelo qual, pessoalmente, irá lutar. Nesta, terá a parceria de Lourenço Filho (1897-1970), o autor do outro artigo a que nos referimos.

Este se insere em outro contexto, em um projeto de publicização do desenvolvimento científico no Brasil, que deve acompanhar a urbanização, a capitalização e a forte ênfase que vem sendo dada à industrialização no pós-guerra⁴⁹. Assim, o texto de Lourenço Filho procura mostrar como a psicologia chegou e foi se constituindo enquanto ciência entre nós. Vai, portanto, aos trabalhos de médicos no século XIX, embora fazendo críticas ao seu caráter contraditório e pouco científico.

De qualquer forma, procura estabelecer uma história da psicologia a partir dos diferentes suportes para sua constituição, que funcionam quase como uma periodização – dos religiosos, dos médicos, dos educadores, dos engenheiros e administradores (estes, praticamente esquecidos em outras histórias...). Aponta também o papel dos psicólogos estrangeiros que estiveram no Brasil, seja de

⁴⁷ Manuel Bomfim (1868-1932), hoje em dia considerado um dos principais construtores de uma psicologia brasileira. Ver, a respeito, Antunes (1996, 1998).

⁴⁸ Annita Cabral refere-se a si mesma na terceira pessoa do singular.

⁴⁹ A publicação original foi em “As ciências sociais no Brasil”. São Paulo: Melhoramentos, 1955. Consta na edição que a obra foi publicada sob os auspícios da Instituição Larragoite, por iniciativa do doutor Leonídio Ribeiro e sob a orientação do professor Fernando de Azevedo.

passagem seja fixando-se no país. Dedicar-se, mais que Annita Cabral, a detalhar as associações, os órgãos de pesquisa, os periódicos existentes.

Principalmente, aponta a criatividade de pensadores brasileiros. Entretanto, aqui vem o ponto em que a subjetividade colonizada se faz presente: a forma de avaliar a qualidade desses trabalhos é sua aceitação no estrangeiro, seja através de publicação em periódicos – principalmente franceses – seja através de tradução em outros países.

Vê-se, pois, que Lourenço Filho, fazendo uma história internalista e contada através de nomes, complementa-os com um enfoque institucional. Tanto ele como Annita Cabral, embora atendendo a demandas diferentes, respondem a um projeto que está em curso nos anos de 1950 – a regulamentação da profissão de psicólogo. Seus textos ajudam a configurar a existência de uma área de saber e de prática profissional que, como tal, deveria ser reconhecida e legitimada pelo Estado, o que ocorrerá em 1962 com a Lei 4.119.

Um intervalo

O próximo ensaio é do próprio Lourenço, datado de 1969 e comemorativo dos 25 anos do texto anterior. Neste novo texto, aponta o desenvolvimento da Psicologia fazendo um breve resumo sobre os fatos anteriores à regulamentação da profissão, em 1962, e discorrendo sobre a conjuntura, alianças e desavenças, que cercaram a aprovação da lei. Temos depois dois textos de Isaiás Pessotti (1975 e 1988), um de Samuel Pfromm Neto (1981) e um de Rogério Centofanti (1982). Pessotti e Pfromm Neto mantêm o espírito dos textos anteriores no sentido de apresentarem uma história geral da Psicologia no Brasil, procurando abarcar todos os acontecimentos anteriores, citando pessoas e instituições. Não acrescentam muito mais aos textos anteriores de Annita Cabral e Lourenço Filho. O texto de Centofanti, por sua vez, é um estudo de caso, especificamente do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, que ali funcionou de 1924 a 1932. É o único, também, que resulta de uma vasta pesquisa sobre o Laboratório, envolvendo busca documental e entrevistas.

Esta distância temporal ente os primeiros ensaios e os subseqüentes nos parece indicativa do que ocorria no campo da psicologia no período. Profissão recém-regulamentada, com vários cursos sendo criados, não era o momento, ou não havia ímpeto para se pensar na história da Psicologia, pois ela estava acontecendo, estava sendo escrita pelos mais diferentes atores – os profissionais mais antigos, os novos que se formavam, os professores e os alunos nos cursos que surgiam –, nas mais diferentes organizações, desde os cursos de graduação, as associações científicas, de classe ou corporação, até os cursos de formação que começam a surgir (no Rio de Janeiro, por exemplo, na década de 1970 há uma difusão imensa da formação psicanalítica, conforme indica Figueiredo, 1984).

O campo psi encontra-se, pois, em amplo movimento para se firmar e conquistar a posição social da qual se julga merecedor. Às novas propostas curriculares que propõem explicitamente sua atuação como “agente da ordem”, famosa expressão da época, responde com movimentos das associações e dos cursos; também não aceita o projeto Julianelli (1980) que reserva ao psicólogo e a outros profissionais de saúde um lugar subordinado ao do médico (uma prévia ao atual projeto do Ato Médico).

Neste momento, as camadas médias brasileiras estão ascendendo socialmente, em função do “milagre econômico” da ditadura militar. Outras camadas – ou parte das mesmas – lutam contra essa ditadura. Neste bojo, os psicólogos lutam também por uma nova constituição da profissão.

Duas instituições da Psicologia ganham relevância neste momento – o Conselho Federal de Psicologia que, criado na década de 1970, assume a organização e, mesmo, a liderança de boa parte desses movimentos, e a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), criada em 1980 tendo como objetivo a construção de uma psicologia comprometida com a realidade brasileira.

Tais mudanças no campo obviamente se refletem na historiografia – como a ciência da qual quer contar a história, também a historiografia é informada por seu contexto. As instituições citadas acima serão, sem dúvida, importantes na nova historiografia de que iremos tratar a seguir.

Cumpramos ressaltar uma publicação específica – o livro de Antonio Gomes Penna, “História da Psicologia no Rio de Janeiro”, de 1992. Além de ser a primeira vez que a história da Psicologia merece um livro, e não somente capítulos ou artigos de periódicos, apresenta também um olhar mais circunscrito, no caso ao Rio de Janeiro. Fruto de diversos textos avulsos publicados por Penna, enquanto professor do Instituto Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV) – textos que, a nosso ver, surgiram em função de contatos com Rogério Centofanti e com Helio Carpintero⁵⁰, o livro é, ao mesmo tempo, decorrente de fontes documentais, como os Anais da Colônia de Psicopatas, e da memória. Na verdade, é criado em torno do afeto. Penna vai procurar ler e entender melhor o que ouviu de seu Mestre, Nilton Campos, que trabalhou na Colônia com Radecki e do qual ele, Penna, foi assistente durante muitos anos na Cátedra de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Pensador lúcido, compulsoriamente aposentado pelas regras estáticas do serviço público brasileiro, Penna busca, ali, entender suas próprias origens na Psicologia, deixando um importante legado para a historiografia atual.

⁵⁰ Centofanti entrou em contato com Penna no início dos anos de 1980 para entrevistas sobre Radecki e os demais membros da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Helio Carpintero, historiador da Psicologia na Espanha, também o procurou em meados daquela década para entrevistas sobre Emilio Mira y López e o ISOP, das quais resultou um documentário: “Emilio Mira, um psicólogo entre dois mundos”.

A historiografia atual

Como dito no início deste texto, o estudo da história da psicologia no Brasil desperta hoje em dia grande interesse e encontramos um bom número de investigadores da área. Este, me parece, é o ponto chave que vai diferenciar o atual modelo historiográfico do anterior. Parte-se, aqui, não de investigadores isolados que, por contingências específicas, principalmente seu prestígio no campo, são chamados a fazer uma “história”. Agora, funcionamos principalmente na perspectiva de pesquisadores da área, pessoas que se dedicam às lides do fazer historiográfico, que se entendem exercendo o ofício de historiador – com todas as dificuldades e ambigüidades que este fazer acarreta para os não formados em História.

Assim, por exemplo, determinados personagens têm sido resgatados, não mais numa perspectiva mítica de “grandes homens e seus feitos”, mas pela avaliação do que trouxeram de significativo, em termos de produção teórica ou de proposição de formas de atuação em vista de seu momento histórico, suas condições institucionais etc. Neste processo, pode-se às vezes descobrir que houve um esquecimento e um abandono de importantes contribuições pela permanência do viés colonizado e subalterno, que considera “de melhor qualidade” o que vem de fora. Este é o caso, sem dúvida, das novas interpretações sobre Manoel Bomfim, como as de Antunes (1999).

Tais narrativas, portanto, raramente são anacrônicas, internalistas, lineares ou contínuas. Costumam ser externalistas ou, mesmo, construcionistas. Mais disruptivas e descontínuas que lineares. São contextualizadas e, em sua maioria, fazem uma afirmação da descontinuidade na qual, ao mesmo tempo, se mantêm presentes elementos do passado. Uma marca, contudo, parece estar se tornando muito forte – uma perspectiva construcionista que enfatiza a linguagem e a discursividade. Embora poucos declarem-se foucaultianos no campo da historiografia, o pensamento de Foucault certamente está subjacente a boa parte da produção atual.

A constituição de um determinado campo disciplinar é visível, sem dúvida, por sua presença institucional. A história da Psicologia no Brasil conquista este *status* através, principalmente, do Grupo de Trabalho em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Constituído em 1996, no VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, com incentivo e participação do historiador da Psicologia Josef Brozek⁵¹ (CAMPOS, 1998, p. 19), o GT, além de ser quase “fixo”⁵², vem contando com um

⁵¹ Josef Brozek (1913-2004), um dos principais nomes da historiografia moderna da psicologia, destaca-se principalmente por seu esforço em estimular a produção em historiografia dos diferentes países.

⁵² Na ANPEPP não há GTs previamente estabelecidos. A cada dois anos, por ocasião de seu Simpósio, os interessados em um GT devem apresentar sua proposta, na qual se inclui a história de trocas entre os pesquisadores do grupo. O GT de História vem permanecendo com os mesmos proponentes iniciais e com agregados a cada ano desde sua primeira aparição institucional, em 1996.

grupo sempre crescente de pesquisadores e é considerado o interlocutor das mais diversas instituições quando o tema é história da Psicologia⁵³.

O cerne dos trabalhos desse grupo parece ser o propósito de estabelecer o caráter local das contribuições teórico-práticas do desenvolvimento do campo psicológico no país. Busca-se compreender como o processo de constituição dos saberes e fazeres na Psicologia brasileira se apropria de conceitos, ferramentas, métodos, de outras origens, ou os cria no país. Subentende-se que aqueles não terão uma exata reprodutibilidade, pois irão se deparar com outros modos de pensar, com outros modos de vida, que gerarão, em consequência, um novo resultado.

Nossa atual historiografia procura revelar, portanto, o quanto a produção do conhecimento psicológico se torna local, específica, relacionada a determinadas condições que são próprias de nosso país. Para além de nosso Grupo de Trabalho em História da Psicologia, há hoje uma rica historiografia sobre diferentes temas. Especificamente sobre a criança e/ou a infância, que conheço melhor, temos a história da assistência à criança pobre, abandonada, desvalida; a história da apropriação da criança pelo Estado e pelo sistema jurídico; a história da distinção entre tipos de criança, a “normal”, a simplesmente “necessitada de apoio” e aquela que pode, enfim, ser “perigosa” (Rizzini, 2008, 2009); Arantes (1991, 1998, 1999). Não se trata, claro, de uma historiografia desenvolvida por diletantismo, para demonstração de erudição. Ela busca, antes de mais nada, entender um problema do presente – o “menino de rua”, a criança que habita os espaços públicos das grandes cidades brasileiras – para melhor propor/tentar soluções para ele.

Schwarcz (1992), crítico literário reputado, analisando a assimilação do ideário liberal no Brasil do século XIX, mostra como os resultados são bem diferentes daqueles encontrados no pensamento europeu original. Para ele, isto decorre porque tais idéias *estão fora do lugar*, são idéias constituídas em um determinado solo e que, em sua passagem para outro espaço, são “traduzidas”, adquirindo novo sentido, mais pertinente a essa nova realidade. Não se trata, pois, de uma “importação”, mas de uma apropriação antropofágica. Detendo-se no *hábito* brasileiro de importar idéias surgidas em outras realidades, Schwarcz sugere que a funcionalidade destas se transforma por estarem *fora do lugar*, idéias sem correspondência com nossas situações econômicas, políticas, culturais.

À pergunta feita a Schwartzman e que citamos no início desse texto, podemos responder neste momento: há interesse e necessidade de se fazer história da ciência no Brasil porque aqui, sim, se faz ciência, há uma produção própria, embora esta seja muitas vezes pouco inteligível enquanto tal aos pesquisadores dos países centrais.

No caso específico da Psicologia, há, por exemplo, toda uma linha de investigação sobre a história da psicologia no Brasil colônia, as idéias psicológicas desenvolvidas

⁵³ Por exemplo: quando o Conselho Federal de Psicologia criou o Projeto Memória da Psicologia em 1998, com o objetivo de resgatar a história da Psicologia no Brasil, recorreu ao GT de História da Anpepp como consultor de suas diferentes atividades.

pelos jesuítas⁵⁴ em seu contato com os índios e sua difusão entre os primeiros colonos, trabalho que muitos consideram não pertencer à história da Psicologia estrito senso. Além desta temática, há várias outras com densidade investigativa, como a que se refere aos saberes psicológicos no século XIX e sua interrelação com as necessidades sociais daquele momento⁵⁵. Há, ainda, a forte presença da investigação em psicologia na educação⁵⁶ e meu próprio trabalho atual, que busca relacionar as questões de gênero com o desenvolvimento e a institucionalização da psicologia no Brasil.

Além da forte presença de nosso GT de História da Psicologia devemos mencionar, sem dúvida, o esforço de dois periódicos – *Memorandum*, uma publicação conjunta da UFMG e da USP/RP, sob a editoria de Miguel Mafhoud e de Marina Massimi, e *Mnemosine*, sob a editoria de Heliana Conde, da UERJ. A criação de instituições deve, sem dúvida, ser acompanhada pela criação de dispositivos que permitam a divulgação deste campo do saber. *Memorandum* vem cumprindo este papel já há alguns anos. *Mnemosine* é mais nova, mas ambas são importantes para a historiografia que queremos ter.

No processo de disseminação científica, contudo, corre-se um risco, pois o “local” pode ser considerado inferior àquilo que se pretende “universal”, uma reles aplicação do conhecimento paradigmático (Restrepo Forero, 2000). Voltamos, então, ao início de nosso texto e lembramos que o estudo da história da ciência não é neutro – como a própria ciência não o é – e que, principalmente em países periféricos, algumas opções historiográficas são, muitas vezes, formas de resistência.

Considerações finais

Procuramos apontar que, se a ciência se desenvolve em função de determinadas condições – sócio-culturais, políticas, econômicas etc. -, assim também ocorre com sua historiografia.

No caso específico da Psicologia no Brasil, se encontramos em um primeiro momento uma historiografia totalizante e centrada na crença da superioridade da produção dos países centrais, tal perspectiva aos poucos se torna irrelevante e a historiografia absorve temas específicos e espaços determinados. Neste ponto, é importante ressaltar a posição da psicologia conforme postulada pela ABRAPSO e o incentivo do Conselho Federal de Psicologia.

A historiografia da Psicologia, dentro do contexto dessas iniciativas, deixa de considerar o país somente como consumidor de teorias e práticas, buscando compreender a assimilação de tais teorias. Esta forma de análise volta-se para uma

⁵⁴ Linha dos principais trabalhos de Marina Massimi (USP/RP).

⁵⁵ Linha dos principais trabalhos de Nádia Rocha (UFBA, Faculdade Ruy Barbosa).

⁵⁶ Temas principais de Regina Helena de Freitas Campos (UFMG), Mitsuko Antunes (PUC-SP) e Francisco Portugal (UFRJ).

postura antropofágica, mesmo sem clareza dessa dobra, em que se compreende que no país ocorre a assimilação de novas teorias e práticas e que aqui se produzem novos saberes, novas teorias e práticas e – por que não? – novas historiografias.

Referências

- ANTUNES, M. A. M. Manoel Bomfim. *Interações*. São Paulo, v. 1, n. 1, 1996.
- ANTUNES, M.A.M. – Uma interpretação do Brasil por Manoel Bomfim: contribuição sobre as relações entre História da Psicologia e Identidade. *Interações*. São Paulo: volume I, n. 1, 1996
- ANTUNES, M.A.M. (org.). *História da psicologia no Brasil – primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília: CFP; 2004.
- ARANTES, E. M. M. . Criança Iregular/ Família Desestruturada. *Revista Forum Educacional, Fundação Getúlio Vargas/RJ*, v. 13, p. 104-109, 1989.
- ARANTES, E. M. M. . De exposto a menor em situação irregular: Notas sobre o campo social no Brasil. *Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa (PUC/RJ)*, Rio de Janeiro, v. 003, n. 001, p. 31-49, 1988.
- ARANTES, E. M. M. ; SILVA, M. L. E. E. . Mortes Públicas, anônimas e cotidianas . *Tempo Presença*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 257, p. 45-45, 1991
- BASALLA, G. The spread of Western Science. *Science*, 1967, vol. 156, 611-22.
- BRASIL. Projeto de lei 2276, de 1980, de autoria do Deputado Salvador Julianelli. Regulamenta as profissões, ocupações e atividades exercidas no setor saúde e dá outras providências. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 17 abr. 1980. p. 2100-30.
- CABRAL, A. C. M. A Psicologia no Brasil. Em: ANTUNES, M.A.M. (org.). *História da Psicologia no Brasil – primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2004.
- CAMPOS, R. H. F. Introdução à historiografia da Psicologia. Em: Brozek, J. e Massimi, M. (org.). *Historiografia da Psicologia moderna – versão brasileira*. São Paulo: Loyola, 1998.
- CAMPOS, R. H. F. Helena Antipoff. Em CAMPOS, R. H. F. (org.) *Dicionário Biográfico da psicologia no Brasil – Pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2001.

ENGELMANN, A. Carolina Martuscelli Bori. *Psicol. USP* [online]. 1998, vol.9, n.1, pp. 61-65. ISSN . doi: 10.1590/S0103-65641998000100008. Acessado em 11de setembro de 2009.

FIGUEIREDO, A. C. C. *Estratégias de Difusão do Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro / 1970 – 1983*. Dissertação de Mestrado. PUC-RIO, Departamento de Psicologia. 1984.

LEITE, D. M. *O caráter Nacional brasileiro*. São Paulo: Livraria Pioneiros Editora, 1969.

LOURENÇO FILHO, M. B. A Psicologia no Brasil nos últimos vinte e cinco anos. Em: ANTUNES, M.A.M. (org.). *História da Psicologia no Brasil – primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

LOURENÇO FILHO, M. B. A Psicologia no Brasil. Em: ANTUNES, M.A.M. (org.). *História da Psicologia no Brasil – primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

MARTINS, R. A. Abordagens, métodos e historiografia da história da ciência. Em: MARTINS, A. M. (ed.). *O tempo e o cotidiano na história*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação., 1993.

OLINTO, P. A Psicologia experimental no Brasil. Em: ANTUNES, M.A.M. (org.). *História da Psicologia no Brasil – primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

PENNA, A. G. *História da Psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RESTREPO FORERO, O. (2000) La sociología del conocimiento científico o de cómo huir de la “recepción” y salir de la “periferia”. Em: Obregón, D. (ed.) *Culturas científicas y saberes locales: asimilación, hibridación, resistencia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

RIZZINI, I. (Org.) ; Pilotti, Francisco (Org.) . *A Arte de Governar Crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. v. 1. 336 p.

RIZZINI, I. . *O século perdido. Raízes históricas das políticas sociais para a infância no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 200 p.

SCHWARTZMAN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional/Finep, 1979.

SCHWARTZMAN, S. Resenha de Ann Mozley Moyal, Scientists in Nineteenth Century Austrália – a documentary history. *Revista de História*, 54, 108, 1976.

SCHWARZ, R. - As idéias fora do lugar. In: _____ *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

STEPAN, N. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

Gênero, homens e masculinidades: percursos pelos campos da pesquisa e da ação em defesa de direitos.

Jorge Lyra e Benedito Medrado

Instituto PAPAI e Universidade Federal de Pernambuco

Por muito tempo, temas como heterossexualidade, branquidade e fase adulta foram considerados padrões de normatividade, gerando um conjunto de argumentos que fundamentavam, e que ainda fundamentam, uma variedade de estudos com foco sobre as, assim denominadas, minorias sociais: homossexuais, negros, mulheres, crianças, jovens e idosos. Contrapondo-se a esse movimento de certo modo hegemônico no campo das Ciências Humanas e Sociais, estudos contemporâneos têm-se dedicado a desconstruir antigas certezas propondo reflexões sobre temas antes pouco problematizados. Falar sobre masculinidade nos dias atuais é, assim, uma proposta complexa e inovadora (Medrado, 1998).

A partir do panorama descrito acima, publicado há mais de uma década, este texto visa contribuir para o debate sobre gênero em psicologia social, tomando como referência reflexões preliminares sobre nossas experiências de pesquisa e de ação política em defesa de direitos (ou militância feminista), atuando junto a homens e/ou sobre masculinidades,⁵⁷ ao longo dos últimos anos, nas fronteiras entre a perspectiva feminista e de gênero.

Essas experiências integram um conjunto de iniciativas que vêm sendo desenvolvidas nos últimos trinta anos, que tem tomado os homens e as masculinidades seja como contraponto às condições de desigualdades sociais das mulheres, seja como objeto de estudo.⁵⁸ No entanto, os trabalhos sobre essa temática ainda são realizados, muitas vezes, de maneira pontual e dispersa, sem

⁵⁷ Emprega-se, neste texto, a expressão “masculinidades” tanto para referência ao que se vem convencionando nomear como campo de estudos que, a nosso ver, ainda está se delineando quanto para indicar uma compreensão de que o “masculino” e o “feminino” não são características naturais, fixas e correspondentes a homens e mulheres, respectivamente. São expressões plurais que variam de uma cultura para outra, numa mesma cultura, ao longo do tempo, no curso da vida de cada indivíduo e na relação entre os diferentes grupos de homens e de mulheres de acordo com sua classe, raça, grupo étnico e etário (CONNELL, 1995a; GOMARIZ, 1992; KIMMEL, 1992; LEAL, 1995; MEDRADO, 1997; MEDRADO; LYRA, 2002).

⁵⁸ Ver, por exemplo: Azeredo; Stolcke, 1991; Badinter, 1993; Grossi, 1995; Saffioti, 1987, 1992; Toneli-Siqueira, 1997.

necessariamente se desdobrar em uma discussão epistemológica, teórica, política e ética sobre o tema. Temos buscado agregar esses trabalhos de maneira a possibilitar o aprofundamento almejado, embora seus resultados se mostrem ricos, porém insuficientes.⁵⁹

Buscamos responder à questão “Por que fazer estudos e atuar com/sobre os homens e masculinidades no campo da Psicologia Social?” consideramos ser necessário retomar um percurso da nossa trajetória pessoal, política e profissional, fazendo jus à máxima feminista *o pessoal é político!*

Esta trajetória se inicia, de forma mais sistemática, no desenvolvimento das propostas de pesquisa de mestrado em Psicologia Social que fizemos entre 1995 e 1997 sobre paternidade na adolescência e sobre masculinidade na mídia televisiva.

No desenvolvimento da dissertação de mestrado sobre paternidade (LYRA, 1997), buscávamos identificar e dialogar com homens jovens que se tornaram pais. Nos deparamos, porém, teórica e empiricamente com um ideologia⁶⁰ sexista e heteronormativa que prescreve espaços excludentes para homens e mulheres. A responsabilidade pela (pro)criação dos filhos/as⁶¹ é atribuída às mulheres, e no que se refere aos homens há uma legitimação da sua (des)responsabilização em relação aos filhos. Ou, se quisermos crer, há lugares bem demarcados para eles: o de chefe provedor e de figura de autoridade na família e de dominação das mulheres.

Na época, chamou-nos a atenção projetos e programas estrangeiros (em sua maioria americanos) de apoio aos pais adolescentes e jovens em como lidar com esta situação. Tomamos também conhecimento das experiências dos núcleos universitários de estudos sobre mulher e gênero, os quais realizavam uma série de atividades que iam desde o aconselhamento psicológico e assessoria jurídica às ações políticas de formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres, mas pouca ou nenhuma ênfase nas demandas e necessidades dos homens.⁶²

A outra pesquisa de mestrado buscou identificar a produção de repertórios sobre masculinidade em comerciais de televisão (MEDRADO, 1997). Além de entrevistas com profissionais que atuam diretamente na produção, veiculação e regulamentação de campanhas publicitárias, foram feitas gravações em vídeo, durante o ano de 1996, um dia em cada mês, da programação referente ao horário nobre (20 às 23h) da Rede Globo, que, segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), abrange a emissora e o período de maior audiência da televisão brasileira.

⁵⁹ Ver, por exemplo: Arilha; Unbehaum; Medrado, 1998; Medrado; Franch; Lyra; Brito, 2004; Medrado; Lyra; Galvão; Nascimento, 2000.

⁶⁰ O conceito de ideologia aqui empregado é baseado em Fúlvia Rosemberg e Marcelo Andrade (2007), que, inspirados em John Thompson (1995, p. 263), a definem como “a produção, circulação e recepção de formas simbólicas que sustentam e reproduzem relações de dominação, entendendo relações de dominação como relações de poder sistematicamente assimétricas”.

⁶¹ No decorrer do texto usaremos a grafia padrão da língua portuguesa, que toma a desinência plural masculina (os) para generalizar os casos em que os sujeitos são representados por homens e mulheres.

⁶² Blay, 1990; Blay; Costa, 1992; Costa; Sardenberg, 1994; Sardenberg, 2005.

De um modo geral, os resultados encontrados corroboraram pesquisas desenvolvidas em outros países⁶³, nos quais repertórios sobre masculinidade presentes nas mensagens publicitárias se associam, quase exclusivamente, a um padrão heteronormativo de relação, em que homens e mulheres desempenham papéis culturalmente tradicionais: o homem como provedor ou líder instrumental da família e a mulher como dona de casa, dependente, afetiva e líder expressiva.

Na época da realização dos mestrado, fomos apresentados aos debates de gênero e ao feminismo, tanto por nossa professora Fúlvia Rosemberg, especialista na temática de gênero e educação e as interfaces com raça e idade, como nas discussões com outros pesquisadores que estavam realizando mestrado e doutorado no núcleo de pesquisa coordenado por ela e pela professora Mary Jane Spink. Paralelamente a essas discussões realizadas na PUC/SP, fomos convidados a participar de outra iniciativa que começou em agosto de 1995, o Grupo de Estudos sobre Sexualidade Masculina e Paternidade (GESMAP), organizado em São Paulo pela ECOS – Comunicação em Sexualidade⁶⁴, uma organização não governamental. O Gesmap reunia mensalmente em torno de 15 profissionais e pesquisadores, homens e mulheres, de diferentes instituições, que estavam, na época, iniciando estudos, pesquisas e ações sociais voltados a temas relacionados ao campo da saúde e relações de gênero, sexualidade e reprodução, especialmente no tocante à construção social das masculinidades.

Entre as atividades realizadas, discutíamos os projetos de pesquisa e de ação social que os integrantes estavam desenvolvendo em suas dissertações, teses e instituições (outras ONGs e serviços de saúde), compartilhávamos referências bibliográficas, informações sobre eventos, possibilidades de financiamentos, debatíamos textos e também recebíamos convidados. As atividades do grupo se mantiveram, com a participação de novos integrantes e o retorno de outros, até meados de 2000. Porém, fundamentalmente, nos confrontávamos coletivamente com dúvidas, inquietações e embates sobre um suposto campo que se iniciava⁶⁵.

⁶³ Por exemplo: Courtney, A. E. e Whipple, T. W. (1974). Women in TV commercials. *Journal of communications*, 24 (2), 110-18; Gilly, M. C. (1988). Sex roles in advertising: A comparison of television advertisements in Australia, Mexico, and the United States. *Journal of Marketing*, 52 (2), 75-85; Lovdal, L. T. (1989). Sex role messages in television commercials: An update. *Sex roles*, 21, 11/12, 715-24; Mazzella, C.; Durkin, K.; Cerini, E. & Buralli, P. (1992). Sex role stereotyping in Australian television advertisements. *Sex roles*, 26, 7/8, 243-59; Strate, L. (1992). Beer commercials: A manual on masculinity. Em S. Craig (org.) *Men, masculinity and the media* (pp. 78-92). Newbury Park/London/New Delhi: Sage Publications.

⁶⁴ Para maiores informações consulte o site: <<http://www.ecos.org.br>>.

⁶⁵ Estas reflexões não se restringiram a São Paulo e Recife, mas as detalhamos aqui por ter sido situações que vivenciamos mais diretamente. Em Recife, temos os exemplos dos trabalhos desenvolvidos por outros pesquisadores e pesquisadoras (SCOTT, P., 1990, 2000; QUADROS, 1996, 2004a; NASCIMENTO, 1999; LONGHI, 2001, 2008). Nesta trajetória no campo tivemos contato também com estudos e publicações elaborados em outros pólos de discussão sobre o tema, por exemplo, nas cidades do Rio de Janeiro (HEILBORN; CARRARA, 1998), Florianópolis (GROSSI, 1995; TONELI-SIQUEIRA, 1997, 2000), Campinas (COSTA, R., 2002), Belo Horizonte (SMIGAY, 1992; MATOS, 2000; RENA; NASCIMENTO, 2004), bem como em outros países da América Latina: México (FIGUEROA-PEREÁ, 2004; ORTIZ-ORTEGA, 2000), Chile (OLAVARRIA, 2001; OLAVARRIA;

Estas reflexões nos despertaram o interesse de elaborar um projeto, adotando a perspectiva feminista e de gênero, que acolhesse e apoiasse jovens pais na vivência da paternidade: o Programa de Apoio ao Pai (PAPAI). Inicialmente, a sede do PAPAI situava-se na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A inserção numa instituição mais ampla nos permitiu a interação com diversas instâncias, maximizando esforços e viabilizando a construção de nossa autonomia institucional. Hoje, a universidade é uma das principais parceiras do Instituto PAPAI⁶⁶, junto à qual mantemos um programa contínuo de estágio e formação em gênero, sexualidade e reprodução e muitos dos profissionais que hoje integram a coordenação institucional e equipe pedagógica tiveram origem naquela universidade.

Nestes últimos dez anos, a equipe do PAPAI amliou-se e novas questões e problemas passaram a compor um projeto mais amplo. Colocamos em prática a proposta de um programa voltado aos homens jovens que se tornaram pais, em parceria com serviços públicos de saúde, tendo um leque variado de ações. No desenvolvimento da proposta de pesquisa e ação conseguimos formular estratégias diversas na realização das atividades junto aos homens jovens, mas também nos deparamos com diversos desafios no campo conceitual e da formulação de ações públicas de atenção à saúde da população jovem e masculina.

De um projeto à construção de um programa institucional e à fundação de uma organização da sociedade civil foi um longo processo de crescimento e de amadurecimento, que remeteu a uma maior clareza sobre de que *lugar(es) político* nós estamos falando e quais as possibilidades e os limites destes lugares. Um ponto a ser destacado nesta trajetória é a preocupação ética e política a respeito da ação desenvolvida diretamente com homens, especialmente os mais jovens, e das condições de possibilidades de incorporar experiências e aprendizagens de uma ONG à organização de um serviço de atenção à saúde, integrado ao modelo do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esta preocupação tornou-se a preocupação central do projeto de pesquisa-ação institucional *Homens nos serviços públicos de saúde: rompendo barreiras culturais, institucionais e individuais*, iniciado em 2004, tendo o objetivo geral de promover a inserção dos homens no interior de programas de saúde reprodutiva/saúde integral de hospitais de referência em três capitais brasileiras – Recife, São Paulo e Florianópolis –, por meio da capacitação de profissionais e elaboração de estratégias de comunicação, embasadas em pesquisa-diagnóstico e avaliação.

Experiências diretas com homens, em diferentes idades, a partir do enfoque de gênero, têm sido desenvolvidas prioritariamente por Organizações da Sociedade Civil, com recursos de fundações privadas e não lucrativas (MEDRADO e LYRA, 2008). Essas iniciativas, no entanto, têm enfrentado vários obstáculos, entre os quais: 1) a falta de preparo dos próprios profissionais de saúde – tanto homens como mulheres – para atender à clientela masculina; 2) a inexistência de material

PARRINI, 2000; VALDEZ; OLAVARRIA, 1998), Peru (FULLER, 1997), Colômbia (VIVEROS, 1998), Argentina (VILLA, 1997), entre outros.

⁶⁶ Website: www.papai.org.br.

educativo específico; 3) a ausência de uma agenda política referenciada nas atuais propostas do movimento feminista; e 4) a falta de interesse da maioria dos homens em cuidar de sua saúde (OLIVEIRA; BILAC; MUSZKAT, 2000a) e se envolver no movimento pelos direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, ainda são notórios os poucos recursos governamentais aportados para formular e executar políticas e programas desta natureza (ARILHA, 1998; TONELI-SIQUEIRA, 2000; MEDRADO e LYRA, 2008).

Em pesquisa recente realizada durante o processo do doutorado fomos amadurecendo a proposta de pesquisa e ampliando o escopo do objeto de estudo para investigar se, e como, os homens e as masculinidades são tratados no âmbito da política nacional de direitos sexuais e direitos reprodutivos (LYRA, 2008). A escolha dessa política como locus de investigação para a tese de doutorado se deu em função de ser um espaço de discussão teórica e política que tem uma trajetória histórica de pelo menos trinta anos no campo da saúde, quando focamos o contexto no qual ela foi constituída, o Programa de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PAISM), política esta protagonizada por diferentes atores – movimento feminista, movimento sanitaria, associações médicas, laboratórios farmacêuticos, entre outros.

Enfocar como objeto de pesquisa o lugar dos homens e das masculinidades nas políticas de direitos reprodutivos⁶⁷ a partir do escopo da política pública nacional (gestão 2003-2006) remete a refletir de maneira crítica sobre a construção de um campo de conhecimento ancorado em elementos considerados masculinos: a área biomédica e a de formulação das políticas.

No entanto, as discussões oriundas deste campo não problematizam os homens e as masculinidades nem como objeto e nem como sujeito, mesmo quando adotada a perspectiva feminista e de gênero, a não ser como contraponto ao debate sobre a autonomia e o corpo das mulheres (ABRASCO, 2005a).

Progressivamente, a postura em geral adotada reflete numa mudança de ótica: passando de uma visão de que a não-participação masculina na vida doméstica decorreria exclusivamente do machismo de cada homem, para outra em que se procura compreender quais as condições criadas pela sociedade e por seus sistemas para facilitar ou dificultar o envolvimento de homens na vida doméstica e no cuidado de si e dos outros.

Apesar de tais esforços, a empreitada não é simples. Para conseguir uma maior participação dos homens e a inserção dessa proposta na agenda das políticas públicas é necessário construir novas estratégias e práticas discursivas, superando

⁶⁷ Chamamos atenção que restringimos o objetivo geral desta tese para o âmbito dos direitos reprodutivos porque consideramos que não podemos falar de vida reprodutiva sem discutir a experiência da sexualidade; por outro lado, o debate sobre direitos sexuais, mesmo sendo uma discussão mais recente segundo algumas autoras, envolve um percurso próprio que não daríamos conta de abarcar neste estudo sem incorrer na possibilidade de sermos superficiais (CORNWALL; JOLLY, 2007; CORRÊA, S., 1996, 1999; CORRÊA; ÁVILA, 2003; PETCHESKY, 2006a).

diferentes barreiras culturais e ideológicas, institucionais e individuais, de homens e de mulheres (MUNDIGO, 1995).

Nossa análise da Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos no Brasil (gestão 2003-2006) tomou como ponto de partida os diálogos com profissionais que, durante o período-foco da pesquisa, ocuparam lugares importantes na formulação e debate público neste campo (LYRA, 2008). Todos os profissionais entrevistados tinha trajetória de inserção na área há mais de dez anos, o que nos permitiu também, a partir desses diálogos, construir uma retrospectiva histórica de consolidação deste campo, bem como identificar focos, lugares, documentos de referência, tensões e atores que caracterizam o contexto desta política. A cada entrevista realizada, identificávamos um novo conjunto de interlocutores a entrevistar e uma série de documentos para leitura e análises. Assim, chegamos ao total de 23 entrevistas e dez documentos prioritários.

Em linhas gerais, nossas análises evidenciam uma política pública em Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil consolidada, pelo menos no plano da formulação, apesar de recente e com vários campos de tensão em torno de problemas fundamentais. A diversidade profícua de documentos (entre resoluções, normas técnicas etc.) e o relato dos entrevistados apresentam a gestão atual como um momento de fortalecimento e reconhecimento público de pautas antes restritas à agenda dos movimentos sociais em defesa dos direitos reprodutivos. A mobilidade de atores nos últimos anos, especialmente da militância para a gestão pública, parece ter contribuído para uma progressiva incorporação dessas pautas, densas e tensas, na agenda das políticas públicas.

O que observamos é que o debate em torno dos direitos das mulheres encontra, neste momento de consolidação da política, o cenário ideal para fortalecimento de direitos adquiridos e ampliação de discussões e conquistas. Por outro lado, a visibilidade pública das conquistas também tende a fortalecer posturas conservadoras, que exigem, por sua vez, uma permanente vigilância e intenso investimento de grupos sociais organizados, especialmente dos movimentos feministas e de mulheres. Percebe-se, assim, uma forte presença dos movimentos feministas e de mulheres, apontados nas entrevistas como atores principais no processo de consolidação da Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos no Brasil.

Desse modo, como já anunciava Sonia Corrêa, em seu texto publicado em 2002 pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, o que se observa no Brasil, após mais de vinte anos de incidência do movimento feminista na elaboração de políticas públicas, é um desenvolvimento bastante significativo de políticas que buscam atender às necessidades específicas das mulheres em várias áreas, especialmente saúde, trabalho, violência (ARILHA, 2005).

Contudo, nossas análises evidenciam que, nesta política, a masculinidade é pensada, em geral, como dispositivo de dominação, e os homens como instrumentais ou sujeitos secundários, diante da trajetória histórica ainda incipiente de reflexões sobre os homens e masculinidades no campo dos direitos reprodutivos, a partir do enfoque feminista e de gênero.

Esta é também a constatação a que chega Margareth Arilha (2005) em sua tese de doutorado, a partir da análise crítica do conceito de gênero e seu uso no Sistema das Nações Unidas, considerado pela autora como produtor de discursos e como influente ator na formulação e implementação de políticas e programas governamentais, especialmente na América Latina.

De toda maneira, o homem nos textos é o “outro”. A visão normativa do masculino nos textos das conferências [das Nações Unidas], com pouca variabilidade no transcurso do tempo, é resultado da ação de vários interlocutores/as e atores/as que, em maior ou menor diálogo, destinaram aos homens, pode-se dizer, um lugar restrito. Se todos os processos indicam que cada vez mais foram as mulheres organizadas que efetivamente ganharam espaço e poder crescente nas conferências, também pelo menos parcialmente é de sua autoria a redução e instrumentalização apontadas (ARILHA, 2005, p. 160).

De acordo com a autora, para mudar este cenário, precisamos investir em ações políticas e pesquisas que nos permitam ter mais informações sobre a diversidade de condições em que vivem os homens, especialmente a partir de recortes por condição socioeconômica, raça e idade, gerando uma leitura mais complexa sobre demandas e necessidades dessas populações, sem partir de pré-conceitos e propostas *a priori*.

Raríssimos são os estudos que efetivamente têm se preocupado em inquirir sobre desigualdades entre os homens, sem uma perspectiva persecutória ou acusadora de comportamentos ou atitudes masculinas – como, por exemplo, buscar construir indicadores da qualidade da paternidade responsável (ARILHA, 2005, p. 162).

Pesquisas recentes no campo da Saúde Pública têm buscado evidenciar essa diversidade de lugares que caracteriza as experiências masculinas. O número especial da revista *Ciência e Saúde Coletiva* publicado em 2005 é um bom exemplo dessas iniciativas (ABRASCO, 2005a).

Em seu discurso de posse, o atual ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ressaltou, por exemplo, a importância de ações voltadas para os homens no contexto da atenção integral à saúde, reconhecendo, em consonância com pesquisas e recomendações recentes da Organização Mundial de Saúde, que o envolvimento dos homens no contexto da saúde pode contribuir para melhorar os resultados de programas voltados: 1) à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, 2) ao controle da violência de gênero e 3) à saúde reprodutiva, minimizando o sofrimento das mulheres e dos próprios homens, e garantindo o exercício pleno da cidadania.

Para falar sobre os homens no campo dos direitos reprodutivos, é necessário enfatizar que, como bem destaca Samanta Buglione (2000), o conceito de direitos reprodutivos não é meramente explicativo. Ele exige ações diretas do Estado, na

medida em que compreende a saúde pública como um direito humano, para cuja garantia são requeridos investimentos, com o fim de responder a demandas e necessidades da população, mas também estratégias que possam coibir práticas discriminatórias que restrinjam o exercício do direito.

Numa perspectiva mais propositiva, as análises desenvolvidas nesta tese, bem como experiências anteriores promovidas pelo Instituto PAPAI, na interface com a Rede de Homens pela Eqüidade de Gênero⁶⁸, evidenciam a necessidade de estratégias de ação integradas para envolver os homens no contexto da sexualidade e vida reprodutiva.

Estas análises geraram a elaboração de um conjunto de 16 diretrizes que consideramos contribuições fundamentais para a formulação de uma política de atenção integral aos homens na saúde (PAPAI, 2009). Essas proposições evidenciam uma variedade de temas e objetos de estudo que indicam potenciais pesquisas e campos de debate não plenamente explorados nesta tese. Evidenciam também a necessidade de um posicionamento ético-político claro na interface com as conquistas feministas.

É importante reconhecer que o feminismo foi responsável por uma revolução em nossa sociedade, tanto no campo da ciência como na vida cotidiana das pessoas. Esse movimento feminista que, segundo Gomáriz (1992), tem sua base epistemológica no conflito social, foi tomando proporções cada vez maiores e se infiltrando paulatinamente em discussões acadêmicas sob a forma de “estudos das mulheres”. Como proposta, pesquisadoras feministas pretendiam criticar a produção de abordagens explicativas que reforçavam a noção de inferioridade feminina, além de implementar uma re-estruturação do conhecimento das ciências humanas e sociais, através da introdução do conceito de gênero como categoria de análise.

Ao discutir e tentar transformar a condição de subordinação das mulheres, discuti em contraponto o lugar de dominação dos homens. Reconhecemos como um problema de pesquisa a questão da legitimação e permanência em nossa sociedade de uma ideologia sexista e heteronormativa que atribui às mulheres o lugar da vida privada, da vida reprodutiva. Vivemos em uma cultura machista, que coloca a reprodução como uma questão exclusivamente das mulheres.

Como um efeito perverso dos processos de manutenção do *status quo* vigente, identificamos esta mesma ideologia sexista na formulação de políticas, nos documentos de domínio público e também no próprio movimento de mulheres e feminista, ou de parte dele, quando foca só mulheres em seus planos de ação, na tentativa de colocar um fim à histórica desigualdade das mulheres.

Não há como negar que em nossa sociedade as desigualdades sociais na vida das mulheres são uma constante histórica, mas o que ouvimos correntemente é que um

⁶⁸ Rede constituída a partir de parceria entre núcleos acadêmicos e organizações não governamentais de Recife, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Para maiores informações acesse: <http://www.lacobranco.org.br>

dia, em outro momento, a gente pode vir a trabalhar com os homens ou conseguir trabalhar adotando o aspecto relacional, em função da desigualdade que é muito presente. O nosso entendimento é que o foco nas mulheres no campo da saúde reprodutiva, dos direitos reprodutivos é fruto exatamente dessa cultura sexista, machista, que perpetua as desigualdades sociais baseadas em gênero. Esse é o marco analítico do discurso das políticas.

Insistimos em fazer essa discussão sobre os homens e as masculinidades no campo da vida reprodutiva, não só da saúde reprodutiva, dos direitos reprodutivos, mas da vida reprodutiva. E por que não discutir, por exemplo, os homens no campo da sexualidade, que é um dos lugares onde eles estão com o debate oriundo do movimento gay, o debate sobre sexualidade. Culturalmente o que nos parece é que o sexo está para os homens assim como a reprodução está para as mulheres. Mas, no nosso entender, a provocação e a possibilidade de deslocamento teórico e político que a discussão feminista vem fazendo em outros campos de conhecimento são mais efetivas quando a desenvolvemos no campo da reprodução.

Destacamos ainda a necessidade e a importância de um posicionamento analítico e crítico a respeito do “discurso sobre/dos homens”, tendo em vista o avanço do conhecimento neste campo formulado pelas feministas (e alguns homens, feministas ou não!). O que temos percebido nos trabalhos sobre homens e masculinidades é uma tendência a realizar investigações com caráter meramente descritivo e desconsiderar que a trajetória histórica das reflexões neste campo vem do movimento de mulheres e feminista e também do movimento gay e lésbico.

O gênero como categoria de análise é uma ferramenta dos estudos científicos/acadêmicos para questionar relações de poder, e questionar o que é dito, seja pelos nossos interlocutores, como também na prática científica. Esta contribuição epistemológica, teórica e metodológica tem uma história própria e uma autoria que não é possível desconsiderar, não se resolve esta questão apenas adotando o conceito de gênero, é necessário reconhecer e nomear esta contribuição, pois muitas vezes gênero é entendido como mais um conceito das ciências humanas, sem se reconhecer que foi formulado inicialmente pelo movimento feminista com um caráter teórico e político.

Quando desenvolvemos uma revisão da literatura ou participamos de algumas discussões em reuniões de trabalho, seminários e diálogos com grupos de homens, a sensação é que os estudos e as ações públicas sobre/com os homens estão (re)fazendo todo o percurso que as mulheres já fizeram, ou seja, parando agora para ouvir e descrever o que os homens têm a dizer, iniciando do zero, sem problematizar estes próprios discursos.

Os modos de ser homem e os significados de masculinidade, no nosso entender, são polissêmicos, e não dicotômicos, como muitas vezes apresentado na literatura científica sobre o tema, especialmente aquela que busca desenvolver uma leitura a partir do conceito de *masculinidade hegemônica* e *subalternas*, cunhados por Robert (hoje Raeween) Connel.

Em nossa experiência de investigação/intervenção social colocamos estes aspectos em suspeição e não como um fato dado. Temos aprendido a separar empírica e analiticamente as questões de gênero, sexualidade, conjugalidade e parentalidade, entre tantas outras. É óbvio que há um fio que pode conectar estes elementos constitutivos das subjetividades das pessoas, mas de antemão olhamos com estranhamento discursos sobre a masculinidade, para evitar cair em armadilhas da fixidez da heteronormatividade, do sexismo, da homofobia e do machismo que permeia a nossa sociedade.

Há um problema nos textos quando os autores adotam os binômios como categorias e poucas vezes apontam que há matizes nos discursos. Cremos que é importante, inclusive para enriquecer as análises, destacar esses matizes como olhar empírico e teórico.

Os lugares de chefe provedor/figura de autoridade na família que aparecem nos discursos dos homens/pais e na literatura científica cristalizam os sentidos possíveis da experiência da masculinidade. No nosso entendimento, a grande contribuição de R. Connell (1995a) foi apontar que a masculinidade hegemônica é um modelo ideal e, sendo assim, sempre e por princípio, inalcançável.

Em contraponto, nos deparamos com a diversidade de modos de ser homem, polissêmicas, o que favorece aos pesquisadores olhar para aspectos de outra forma que, aí sim, adotando a perspectiva de gênero e feminista, desloca e transforma conhecimentos e realidades, e não como um crivo de análise do quanto nos aproximamos ou afastamos desse modelo ideal.

Estas considerações fundamentam a crença de que podemos construir percursos mais críticos e ousados sobre os homens e as masculinidades, quando cremos na radicalidade que a perspectiva feminista pode nos oferecer ao acreditar que é possível a utopia da transformação social.

Referências

ADRIÃO, Karla Galvão. Encontros do feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. 2008. Tese (Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ARAÚJO JUNIOR, José Luiz A. C. Health sector reform in Brazil, 1995-1998: an health policy analysis of a developing health system. 2000. Thesis (PhD in Health Services Studies) - The University of Leeds, Leeds, 2000.

ARILHA, Margareth. O masculino em conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ARILHA, Margareth. Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah (Org.). *Questões de saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 455-465.

ARILHA, Margareth. O masculino em conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito (Org.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS: Ed. 34, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. Saúde do homem: alerta e relevância. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./mar. 2005a.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 19, supl. 2, p. 465-469, 2003.

AZEREDO, Sandra; STOLCKE, Verena (Coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC: DPE, 1991.

BARBIERI, Teresita. Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. In: RODRÍGUES, Regina (Ed.). *Fin de siglo: genero y cambio civilizatorio*. Santiago: Isis International, 1992. p. 111-128.

BLAY, Eva. Núcleos de estudos universitários sobre mulher no Brasil. In: SEMINÁRIO ESTUDOS SOBRE A MULHER NO BRASIL: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS, 1990, São Roque. *Anais...* São Roque: FCC, 1990. v. 1.

BLAY, Eva; COSTA, Albertina O. (Orgs.). *Gênero e universidade*. São Paulo: NEMGE/USP, 1992.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes*. Brasília, 2004a.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo*. Brasília, 2005a.

BUGLIONE, Samantha (Org.). *Reprodução e sexualidade: uma questão de justiça*. Porto Alegre: FABRIS, 2002.

CARRIGAN, Tim; CONNELL, R.; LEE, John. Toward a new sociology of masculinity. *Theory and society*, v. 14, n. 5, p. 551-604, 1985.

CONNELL, R. W.; HEARN, Jeff; KIMMEL, Michael. Introduction. In: KIMMEL, Michael; HEARN, Jeff; CONNELL, R. W. (Eds.). *Handbook of studies on men and masculinities*. California: Sage, 2005. p. 1-12.

CONNELL, Robert W. *Masculinities*. Berkeley: University of California, 1995a.

CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Ed.). Realising sexual rights. Brighton: IDS, 2007. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/outputs/RealisingSRids.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

CORRÊA, Sonia. Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora de lugar? In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina M. (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 149-159.

CORRÊA, Sonia. Saúde reprodutiva, gênero e sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: GIFFIN, Karen M.; COSTA, Sarah (Orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p. 39-49.

CORRÊA, Sonia. Sonia Corrêa on sexual rights – then and now. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Eds.). Realising sexual rights. Brighton: IDS, 2007. p. 27-29. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/outputs/RealisingSRids.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

CORRÊA, Sonia; ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (Org.). *Sexo & vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 17-78.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília M. B. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. especial, p. 387-400, 2. sem. 1994.

COSTA, Rosely G. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, Heloisa B.; COSTA, Rosely G.; RAMIREZ, Martha C.; SOUZA, Érica R. (Orgs.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 213-241.

FIGUEROA-PEREA, Juan Guillermo. La representación social de los varones en estudios sobre masculinidades y reproducción: un muestrario de reflexiones. In: MEDRADO, Benedito; FRANCH, Monica; LYRA, Jorge; BRITO, Maira (Org.). *Homens: tempos, práticas e vozes*. Recife: Instituto PAPAI; Fages: NEPO; UNICAMP: Pegapacará, 2004. p. 22-34.

FIGUEROA-PEREA, Juan Guillermo. Algunos dilemas éticos y políticos al tratar de definir los derechos reproductivos en la experiencia de los varones. *Perspectivas bioéticas*, Buenos Aires, ano 10, n. 18, 1. sem. 2005.

GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: RODRÍGUES, Regina (Ed.). *Fin de siglo: genero y cambio civilizatorio*. Santiago: Isis International, 1992. p. 83-110.

GROSSI, Miriam P. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, v. 75, p. 1-37, 1995. Disponível em: <<http://www.antropologia.ufsc.br>>.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.

IZQUIERDO, María Jesús. Los costos ocultos de la masculinidad. La manzana, Puebla, México, v. 1, n. 2, oct./dic. 2006. Disponível em: <<http://www.estudiosmasculinidades.buap.mx/num2/index.html>>. Acesso em: 16 mar. 2008

IZQUIERDO, María Jesús. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, Mercedes (Org.). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1994. p. 31-53.

KAUFMAN, Michael. *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power and patriarchy*. Toronto: Oxford University Press, 1987.

KIMMEL, Michael. *Changing men: new directions in research on men and masculinities*. Newbury Park, CA: Sage, 1987.

KIMMEL, Michael. La producción teórica sobre la masculinidad: nuevos aportes. In: RODRIGUES, Regina (Ed.). *Fin de siglo: genero y cambio civilizatorio*. Santiago: Isis International, 1992. p. 129-138. (Ediciones de las Mujeres, n. 17).

LAGO, Mara. C. de S.; TONELI, Maria Juracy F.; BEIRAS, Adriano; MULLER, Rita de Cassia F; VAVASSORI, Mariana. *Gênero e pesquisa em Psicologia Social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LEAL, Ondina F. (Org.). *Corpo e significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

LONGHI, Márcia R. Ser homem, pobre e pai: a construção cotidiana da relação pai-filho nas camadas de baixa renda. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

LONGHI, Marcia R. Viajando em seu cenário: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LYRA, Jorge. Homens, política e saúde reprodutiva. In: GHANEN, Elie (Org.). *Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais: experiências a partir da sociedade civil brasileira*. São Paulo: Ashoka; Avina; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. p. 111-125.

LYRA, Jorge. Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 145-158, 2000.

MATOS, Marlise. Dimensões da masculinidade no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 29-40, 2000.

MEDRADO, Benedito. O masculino na mídia. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

MEDRADO, Benedito; FRANCH, Monica; LYRA, Jorge; BRITO, Maira (Orgs.). *Homens: tempos, práticas e vozes*. Recife: Instituto PAPAÍ; Fages; NEPO-UNICAMP; Pegapacará, 2004.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade. In: ADELMAN, Mirian; SILVESTRIN, Celsi (Orgs.). *Coletânea gênero plural*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 63-76.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, vol.16, n.3, 2008, p. 809-840

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; GALVÃO, Karla; NASCIMENTO, Pedro. Homens por quê? Uma leitura da masculinidade a partir de um enfoque de gênero. *Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos*, São Paulo, n. 3, 2000, p. 12-16.

NASCIMENTO, Pedro. “Ser homem ou nada”: diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

NUERNBERG, Adriano H. Gênero no Contexto da Produção Científica Brasileira em Psicologia. Tese (Doutorado em Doutorado Interdisciplinar Em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OLAVARRÍA, José (Ed.). *Hombres: identidad/es y violencia*. Santiago de Chile: FLACSO, 2001.

OLAVARRIA, José; PARRINI, Rodrigo (Eds.). *Masculinidad/es, identidad, sexualidad y familia*. Santiago de Chile: FLACSO, 2000.

OLIVEIRA, Maria Coleta; BILAC, Elisabete; MUSZKAT, Malvina. Homens e anticoncepção: um estudo sobre duas gerações masculinas das camadas médias paulistas. 2000a. Mimeo.

ORTIZ-ORTEGA, Adriana. *Si los hombres se embarazaran, ¿el aborto sería legal?* México: Population Council; EDAMEX, 2000.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; GRANJA, Edna; VIEIRA, Sirley. *Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde*. Recife: Instituto PAPAÍ, 2009. 60p.

PETCHESKY, Rosalind. On the unstable marriage of reproductive and sexual rights: the case for a trial separation. *Conscience*, 2006a. Disponível em: <http://www.thefreelibrary.com/_/print/PrintArticle.aspx?id=141801535>. Acesso em: 14 jan. 2008.

PETCHESKY, Rosalind. Sexual rights policies across countries and cultures: conceptual frameworks and minefields. In: PARKER, Richard; PETCHESKY,

Rosalind; SEMBER, Robert (Eds.). Sex politics: reports from the front lines. Rio de Janeiro: Metara Comunicação, 2006b. p. 9-25. Disponível em: <www.sxpolitics.org/frontlines/book/pdf/sexpolitics.pdf>.

QUADROS, Marion T. Construindo uma nova paternidade? As representações masculinas de pais de alunos de uma escola alternativa do Recife. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

QUADROS, Marion T. Homens e a contracepção: práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004a.

RENA, Luiz C. C. B.; NASCIMENTO, Rubens F. Projeto PIPA: compartilhando os desafios da mobilização de homens jovens em Nova Contagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SARDENBERG, Cecília. Para re-tecer a rede: reflexões sobre a trajetória da REDOR. In: Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI; Feminismo e Universidade na América Latina, 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: REDOR, 2005. 1 CD ROM.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Parry. Homens, domesticidade e políticas públicas na saúde reprodutiva. In: Workshop sobre Homens e Políticas Públicas: Reflexões e Práticas Sociais, Recife, 2000. Mimeo.

SCOTT, Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 73, p. 38-47, maio 1990.

SMIGAY, Karen V. A paternidade negada. Relatório. Programa de Direitos Reprodutivos (PRODIR)/Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1992. Mimeografado.

SPINK, Peter. Processos organizativos e ação pública: as possibilidades emancipatórias do lugar. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (Orgs.). *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 315-328.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 77-105, maio/ago. 2004.

TONELI-SIQUEIRA, Maria Juracy. A constituição da identidade masculina: alguns pontos para discussão. *Psicologia*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997.

TONELI-SIQUEIRA, Maria Juracy. Saúde e Direitos Reprodutivos: o que os homens têm a ver com isso? Dossiê Relações de Gênero e Saúde Reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n.1, 2000.

VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José. Ser hombre en Santiago de Chile: a pesar de todo, un mismo modelo. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (Eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago de Chile: Flacso, 1998. p. 12-36.

VILLA, Alejandro. Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos. In: COSTA, Albertina (Org.). *Direitos tardios*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1997. p. 115-140.

VIVEROS, Mara. Quebradores y cumplidores: biografías diversas de la masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (Eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago de Chile: Flacso, 1998. p. 36-55.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Survey on programs working with adolescent boys and young men. Prepared by Gary Barker, Institute PROMUNDO, Brazil, World Health Organization, Department of Child and Adolescent Health and Development. Geneve, 1999.

De quem é o campo e de quem é a cidade? Territórios negociados e poderes entre gerações

Parry Scott

Universidade Federal de Pernambuco

A primeira reunião de cientistas sociais do Norte e do Nordeste foi realizada em João Pessoa na virada da década de setenta para a década de oitenta. O tema escolhido para orientar as reflexões foi “Para Além da Dicotomia Rural-Urbana”. Até hoje este tema ronda os esforços de pensar a dinâmica dos processos sociais e culturais que influenciam os ambientes ou os contextos de existência de cidadãos. Não é um assunto que se restringe aos estudiosos do meio rural, pois, mesmo se em declínio, há uma continuidade da preocupação de estudos do meio urbano com a influência da migração do campo para a cidade (seja qual for esta área urbana), e do “interior para a capital” (seja qual for o grau da urbanização do interior de origem). A pergunta sobre a relevância da dicotomia rural-urbana se transforma com a passagem do tempo, mas nunca se debela por inteiro.

Quando as abordagens sobre o mundo rural e sobre as migrações ficaram alvo nas teorias de modernidade, uma das suas vítimas prediletas eram as teorias abrangentes de modernização que postulavam que o processo de urbanização era uma espécie de evolução implacável no caminho da modernidade, indicada por medidas concretas de graus mais elevados de urbanização. Constata-se, com reflexos ainda hoje, a persistência, às vezes submersa, de um olhar que entende que o clássico continuum folk-urbano, tão caro aos pesquisadores da alta modernidade, reproduzindo ad infinitum o caminho do campo para a cidade, subjaz a tudo que leva ao desenvolvimento e à cosmopolitização.

Mas toda essa convicção vem a ser questionada por vozes mais ou menos dissidentes, quais sejam:

- Estudiosos do meio rural apontavam as migrações sazonais como parte de um reforço permanente da associação que ora vinculava duas áreas rurais, ora vinculava uma área urbana com uma área rural, mas que em ambos os casos havia uma contribuição dos lugares de destino para a perpetuação da vida “rural” no lugar de origem.
- Outros pesquisadores realçavam que, cada vez mais, os trabalhadores rurais não poderiam ser caracterizados simplesmente como moradores do campo, pois o contingente deles que residia nas cidades, especialmente em bairros periféricos, crescia, fazendo com que o seu meio de existência cotidiana extra-trabalho fosse urbano, e o seu trabalho e fonte de renda, rurais.

- Surgiram os rótulos pitorescos de rurbanos, normalmente tratados de uma forma caricata e assaz romântica como quem, morando na cidade, preserva uma matutice num contexto onde eles aparentam não compreender o que se precisa saber para ser “urbano”.
- Os demógrafos e planejadores urbanos revelam dados, especialmente do entorno de grandes cidades, em que a opção da moradia rural estava sendo feita por trabalhadores e profissionais urbanos com posses suficientes para procurar uma melhor “qualidade de vida” longe dos elementos insalubres das cidades.
- Ainda outros observadores da área rural olhavam os números de residentes urbanos e rurais nos dados censitários oficiais como uma criação ficcional da organização geopolítica de municípios que exigia a nomeação das sedes de municípios como “urbanas”, mas que se caracterizavam como dedicados plenamente à ruralidade. Com praticamente todos os ofícios nesses locais voltados para o rural, é temerário chamar estes espaços de urbanos. Com este artifício, argumenta estes autores, cria-se uma realidade simbolicamente designada como urbana, mas que é de fato mais rural que urbana.
- Embora a criação de fábricas no campo, e associação de industrialização, sofisticação e exportação com a produção rural não sejam coisas novas, ao processo de globalização se atribui o reforço, ainda mais intenso, de laços de espaços rurais produtores numa nação, com espaços de consumo urbano sofisticado em locais separados por oceanos, e ligados por meios de comunicação e transporte em constante melhora. Aí, espaços melhorados ou capitalizados rurais se fortalecem em relação a locais urbanos que não são, efetivamente, o destino de fluxos populacionais destinado ao urbano, e sim de fluxos de mercadorias e capitais a um “urbano longíquo”.
- Finalmente, tudo isso redundava num estudo contemporâneo de “novas ruralidades”, uma abordagem que procura resgatar subjetividades e adesões múltiplas de pessoas que residem e trabalham em espaços que se configuram na combinação articulada (e não mais evolutiva) com elementos positivos e negativos provenientes do próprio aspecto multifacetado dos seus espaços de existência.

Se a dicotomia polarizada que favorece a cidade persiste, a própria polarização é contestada, e os atores, que vivem entre a cidade e o campo, procuram encontrar positividade nos espaços que estão lhes cabendo para viver, sejam eles urbanos, rurais, ou, na maioria das vezes, articulados.

Mas a pergunta posta no título destas considerações é “de quem é o campo e de quem é a cidade?”, justamente como um artifício para perceber a negociação de territórios de construção de identidade e de domínios de poder entre gerações e gênero diferentes que têm nesta inter-relação espacial parte constituinte da sua existência. Parafraseando Clifford Geertz e Max Weber, quando se pensa que as pessoas que vivem em ambientes rurais e urbanos são pessoas “inseridas nas redes de significação que foram tecidas pelos próprios grupos de sociabilidade em que vivem, valoriza-se a percepção que prefere “situar” as pessoas nas suas redes, não se sustentando a idéia de percebê-las como “indivíduos isolados”. Desta maneira, é

importante remeter-se à família e ao grupo de parentes que contribuem para a realização da valorização destas articulações entre urbano e rural como ambientes inseridas em redes de moralidade familiar e de parentesco, bem como em domínios de poder mais amplos que proporcionam os constrangimentos e possibilidades para que jovens, adultos e idosos, homens e mulheres, se estabelecem em territórios negociados constantemente. Ou seja, isto reforça a criação de uma diferenciação na vivência e na construção de espaços para convivência e para adesão identitária de acordo com gênero e geração.

Não se propõe nenhuma sistematização da relação entre gênero, geração e valorização do urbano e rural, pois essa tarefa é muito extensa e recheada de enigmas de interpretação. A enorme variedade de contextos encontrados mostra que, quando se pensa que está encontrando um padrão, é prudente ter o cuidado de ver que as configurações encontradas realçam significações diferentes para populações específicas (mesmo se os processos sejam numérica e descritivamente semelhantes), para homens e mulheres, para jovens, adultos e idosos. Neste sentido, vale a pena examinar a articulação entre campo e cidade do ponto de vista de três gerações diferentes para incitar uma reflexão sobre a complexidade da relação, e a delimitação de territórios diferenciados marcados por idade e por gênero.

As observações sobre “territórios articulados” de acordo com as redes de inserção de pessoas em contextos locais de relações familiares e de parentesco, evidencia que estes territórios articulados são “movidiços”, por uma multiplicidade de fatores. Optou-se por não enfatizar situações de uma ou outra área geograficamente restrita e sim tecer comentários gerais cuja aplicação sofre de extraordinárias limitações. Isto é feito com a clara convicção que a única maneira que possamos avançar em reflexões como as que se tem aqui, é através de estudos minuciosos e detalhados de condições concretas em locais específicas, absolutamente imprescindíveis para permitir uma compreensão das configurações históricas, sociais e culturais em que se constrói a existência.

Quando se dá realce às questões de geração um fator se destaca: a enorme preferência para focalizar a juventude na área rural. Não é que não existem estudos que localizam a condição de idosos e de adultos, mas a bola da vez na nova ruralidade é a juventude. A meu ver, isto se relaciona com a criação de uma frente discursiva que visa ressignificar a articulação entre rural e urbano na direção da recuperação, ou valorização de um rural, que embora não seja tratado como ideal, está visto como viável. Ao conferir atenção e construir as facetas identificadoras do território em torno dos jovens, favorece-se um olhar que vê o presente, mas que realça a noção do futuro, coisa que se evidencia ainda mais no fato que a recorrente ênfase da juventude (e ainda mais a adolescência) aborde esta geração como situada em períodos de transição e de mudança. Este tipo de abordagem sugere que há algum lugar bastante definido para chegar, pois a civilização anda e os jovens amadurecem. Estudiosos sobre gerações embaralham a direcionalidade destes estudos, mostrando que transições ocorrem de acordo com conjunturas vitais que fornecem significados extraordinários para alguns eventos no curso de vida de cada pessoa, e isto cria a sua auto-percepção no sentido de altos e baixos, melhoras e piores, ou outros conjuntos que criam um “território existencial” particular que é

permeado pela negociação de poder entre gerações, gêneros e atores sociais na configuração local de oportunidades e articulações. Estamos diante de uma elaboração teórica semelhante àquela descrita para outros estudiosos que embaralharam a dicotomia campo-cidade. Mas, antes de falar mais sobre a juventude, vale dar umas pinceladas sobre a subestimação dos estudiosos da realidade subjetiva das outras gerações na criação de territórios de existência que estão em fluxo.

Os adultos. Num estudo recente sobre residentes urbanos, Elaine Muller, do Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFPE, mostrou que os estudiosos gastam muito pouco esforço para conceitualizar o que é um adulto. Há uma espécie de conspiração de silêncio sobre o que quer dizer “ser adulto”. É uma meta para chegar, é uma condição que é erodida com o envelhecimento, mas é recheada de uma idéia de vigor, controle e responsabilidade. Reúne uma valorização positiva que se preserva através de uma estratégia de reflexão limitada, e se manifesta pela execução de ações mais de que pela construção flexível de significados.

Neste sentido, não é de estranhar que aquelas pessoas que centram parte da base do seu sustento no campo, raras vezes são examinadas em relação à sua condição de adulto, apesar do fato que a compreensão do homem rural historicamente tem sido construído em relação aos ciclos de vida. O que ocorre é que, mesmo nos estudos de ciclos domésticos em área rurais, há uma supervalorização da produção (e da sua estreita relação com o consumo). Assim, silenciosamente, essas pesquisas resultam adutocêntricas. É notável como isto ocorre na importância dada ao grupo familiar na organização da economia, derivando do caminho analítico apontado por Chayanov que elaborou uma teoria da economia camponesa há mais de cem anos. Estudiosos mais recentes, ao trocar a referência do termo camponês para o termo de produtor rural operam um potencial divórcio entre consumo e produção, facilitando a visão de um produtor rural que vive na cidade e tira o seu sustento do campo, articulando diferentes ambientes. Acesso a terra é fundamental, mas nem sempre isso implica em moradia rural ou à preservação de uma “ideologia camponesa”. Os produtores rurais adultos se tornam empresários rurais, e o seu sucesso em acumular capital e patrimônio ganha mais atenção de que as transições na sua vida em relação a gênero e geração. Não é por ser adulto, e sim, por ser produtor que recebem atenção.

Em décadas recentes tornou-se mais comum falar de agricultores familiares, contrapondo-os aos empresários rurais pela dimensão menor e atrelamento da sua produção às redes mais restritas familiares e parentales dos seus espaços de existência, que se confundem com os seus espaços de produção. A estes, sim, se conferia um status de adulto, associado ao seu controle sobre a administração das atividades do grupo familiar. Paulatinamente se generalizou a percepção que a própria inadequação da base de sustento camponês costuma fazer com que ele se torna pluriativo, aproveitador de uma multiplicidade de recursos, e estes recursos não são mais restritos à sua gleba de terra. Em vez de que encarar ausências temporárias (às vezes bastante longas) de adultos responsáveis por casas ou dos seus filhos (justificadas pela sua responsabilidade adulta de provedor, para ganhar

dinheiro através de migrações para grandes cidades ou para locais de produção e emprego rural) como um abandono do campo, se encaram como articulações entre dois campos (dois contextos rurais) ou entre campos e cidades. Adicionalmente, as sedes dos municípios e aglomerados urbanos locais oferecem adicionais oportunidades de ganho. Assim, o camponês/agricultor pluriativo deixa de centrar a sua existência e a existência da sua família apenas na sua terra, e a sua articulação entre campo e cidade evidencia não somente a precariedade dos recursos à sua disposição, mas também a sua espreteza em multiplicar o aproveitamento de uma diversidade de fontes (coisa reconhecida nas antigas teorias de campesinatos, mas não tão enfatizada). Ainda mais importante, ele continua um administrador de mão de obra familiar, ocupando um papel central nas articulações familiares.

Esta identidade recebe o reforço de Programas Governamentais de Agricultura Familiar que disponibilizam crédito para adultos que saibam administrar bem as suas atividades neste setor. Na medida em que se afasta da meta de disponibilizar para o conjunto o resultado das ações das suas familiares, tanto o agricultor familiar próprio experimenta uma sensação de abandono de projetos como adulto rural, quanto ele é questionado pelos outros no seu grau à dedicação da boa articulação da pluriatividade - uma atividade centrada no campo, mas articulada com a cidade e com as fontes de recursos disponibilizados pelo estado. Assim, do adulto se espera administração e responsabilidade, sem chamar atenção que esta cobrança decorre do seu estado “geracional”.

Mulheres adultas rurais experimentam uma extraordinária modificação no seu status. Conceitualizadas tradicionalmente como “ajudantes” na terra de trabalho dos maridos, tanto elas mesmas quanto os seus estudiosos passam muitas décadas subordinando-as a regras morais da divisão do trabalho doméstico. As recorrentes ausências masculinas conferem às mulheres um espaço, dúbio, de administradoras imediatas do patrimônio familiar, fazendo com que haja “ilhas” de comunidades rurais repletas de mulheres, jovens e idosas, mais ou menos amarradas aos maridos que migraram para longe. Com isso, aumenta o seu poder no cotidiano da casa, e as freqüentes quebras conjugais que ocorrem com a distância e com a flexibilização societária das composições familiares, apresentam novas situações para as mulheres adultas. Os dados mostram que é muito mais freqüente as mulheres que chefiam as suas casas residirem na cidade (por exemplo, na Zona da Mata Pernambucana dos anos noventa – 10 a 11% de casas rurais chefiadas por mulheres, contra 26% das casas urbanas). Então, simultaneamente as mulheres sofrem uma desautorização de administração presencial rural de terras de produção, e ganham espaços de articulação entre moradia urbana e trabalho rural. As periferias de cidades em municípios que se dedicam a atividades rurais se enchem de mulheres chefes de casa com variadas tendências de continuarem se dedicando a trabalho no campo.

Especialmente nas áreas onde perdura o acesso à pequena propriedade, de menor incursão das grandes empresas rurais, as mulheres se envolvem em movimentos de reivindicação para tratamento igual de acesso ao crédito rural (que, de primeiro, excluía sistematicamente mulheres), resultando na expansão deste acesso e no reforço da opção de ficar no campo. Isto se junta a benefícios que decorrem das responsabilidades mais “femininas” de assegurar a freqüência de filhos na escola e

contribuir para a segurança alimentar de todos na família. Juntado-se a mulheres trabalhadoras rurais, tornam-se agentes fundamentais na continuação da extensão de benefícios às mulheres adultas com responsabilidade de administração, produção e reforços das redes familiares que delas dependem, e conseguem perdurar mais tempo no campo.

Os idosos. Os idosos seriam, idealmente, os “donos” da terra, seja por título, seja por posse, o que deveria proporcionar a eles um recurso para se perpetuarem na determinação de algumas regras para a participação na administração do patrimônio familiar, quando existe em quantidade suficiente para oferecer oportunidades de ganho, bem como na articulação do trabalho familiar, tanto quando depende de divisão nas suas próprias terras e empreendimentos, quanto quando depende de distribuir os membros familiares entre oportunidades de ganho controladas por outrem. Efetivamente, no meio rural, são poucos os idosos que tenham patrimônios suficientes para se estabelecerem como “pequenos patriarcas”.

É uma ocasião especial quando os idosos aparecem em estudos de áreas rurais. Estudos recentes de demógrafos de gerações com interesse nos idosos reconhecem umas tendências recentes mais acentuadas atuais da manutenção de pessoas com mais de sessenta anos no campo, diminuindo o histórico processo da mudança destes do campo para a cidade quando cai a sua capacidade para trabalhar na roça ou na terra (especialmente quando a terra é dos outros). Este processo ocorria mais com as mulheres que com os homens, pois com a viuvez ou a separação, além do próprio envelhecimento, como a propriedade da terra e a administração da terra que tal acesso permitia é historicamente muito mais masculino, as mulheres se deparavam diante da perda do acesso à terra, e a cidade se desportava como um refugio onde podiam residir e procurar outros meios de existência.

Mais cada vez mais mulheres mais idosas estão ficando no campo, pois a extensão da aposentadoria e de outros benefícios amainaram a perda, permitindo que elas se tornassem detentoras de rendas importantes para assegurar o mínimo necessário para a vida em contextos rurais. Isto é muito claro em algumas regiões mais dependentes da produção rural, e evidencia a importância de transferências governamentais.

Não é raro ouvir que haja muitos lugares onde so ficaram os idosos, pois todos os outros foram embora diante de pobreza de oportunidades nos locais de origem. Aproveitando observações de atingidos por barragens ao longo do Rio São Francisco e incluindo áreas de assentamento, menos evidentemente associadas a projetos governamentais, percebe-se que há uma permanência e empoderamento dos mais velhos em assentamentos e reassentamentos mais antigos, onde a legislação e disciplinamento administrativos limitam a venda ou repasse de propriedades de terras para os mais novos, que se tornam os novos reivindicadores. Atiçados por projetos governamentais e empresários excludentes, crescem demandas para assentamentos. Isto representa uma replicação de processos demográficos que historicamente têm contribuído ao fato que a própria reivindicação de acesso à terra para trabalhar tenha uma feição relativamente jovem. Mas isto é somente um caso.

Me restrinjo a dizer, diante disso, que vale a pena dar um olhar mais intensivo à variedade de condições de interação entre campo e cidade para saber como se efetivam as relações de gênero nessas condições. São idosos e idosas abandonado/as? São detentores de poderes simbólicos importantes e receptores de remessas de pessoas que migraram? Os seus patrimônios são fatores relevantes na decisão de ficar no campo? Uma coisa que fica claro, semelhante ao que ocorre com as mulheres, e que quando o acesso ao trabalho na terra está controlado mais por empresários rurais e menos por pequenos proprietários, a intensificação da expulsão de idosos do campo como espaço de moradia ocorre. Mas, sobretudo, chama atenção a pouca elaboração de conhecimento destas relações que está sendo produzido. Lembra-me o que acontece com os pesquisadores de idosos na sociedade como um todo: intensifica-se um discurso sobre juvenilização que procura valorizar a geração dos mais velhos com a capacidade de “não parecer velhos.” Repito: Sabe-se pouco sobre a dinâmica da articulação urbana e rural desta relação intergeracional.

Os jovens emergem como agentes merecedores de atenção especial, tanto por sua capacidade de realizar suplantações, superações e ressignificações. As regiões rurais historicamente se associavam a maiores números de filhos, relacionado com uma fecundidade maior que as regiões urbanas, o que apresentava para os jovens o problema que enfrentam os jovens, independente do ambiente onde se encontram: a limitação de oportunidades de ganho seguro. O esgotamento de muitos espaços urbanos enquanto fontes atraentes de emprego, decorrente de sucessivas “crises” embutidas no processo de desenvolvimento seguido pelo país, contribuiu para uma reconsideração das áreas rurais como potenciais espaços para a construção de um futuro. Esta positividade da busca de maneiras de reconfigurar o rural o identifica como um espaço de promessa, e não um espaço de desgaste. O investimento numa valorização positiva da subjetividade de jovens homens e mulheres provêm de uma multiplicidade de fontes: políticas de movimentos de trabalhadores, de organizações não-governamentais, de entidades religiosas e do próprio governo com algumas das suas políticas, produz um jovem “cidadão com direitos” que se percebe com o direito de educação, de articulação entre a cidade e o campo, de uma vida de menor repressão da sexualidade, nas configurações sociais em que cada um se encontra. Ou seja, os jovens do campo são muito fortemente agentes de mudanças nas próprias regiões onde residem, contribuindo para um colapso da diferenciação sistemático entre rural e urbano, e pelo reconhecimento que é possível fazer alguma coisa pelas áreas onde historicamente têm residido. Os modelos prontos, as preocupações dos mais velhos sobre a capacidade dos jovens reproduzirem seus acertos na vida, apenas fazem parte da tentativa destes mais jovens encontrarem novas formas de interação.

As migrações continuam, mas os retornos estão aumentando, e nem o campo nem a cidade retêm monopólios de significados sobre os territórios possíveis de existência. O próprio processo da juvenilização simbólica da sociedade acompanha o envelhecimento populacional. A atenção grande voltada aos jovens nos estudos sobre o ambiente rural e a sua articulação com a cidade reflete uma ansiedade societária maior sobre as múltiplas direções que estas novas relações apontam,

desmontando hierarquias de autoridade ao mesmo tempo em que apelam às tradições e à intensidade da solidariedade de uma vida que constantemente recria qualidades diferentes de interação, fazendo com que a relação entre o campo e a cidade termina por negar que haja como dizer de quem é o campo e de quem é a cidade, sendo mais apropriado reconhecer que estão ocorrendo muitas transformações e oscilações em configurações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos, idosos e idosas, rapazes e moças. A diferenciação entre campo e cidade é construída e desconstruída de acordo com a apropriação de um território de negociação de poder que confronta os direitos e obrigações de cidadãos e os direitos e obrigações de parentes e não-parentes e gerações diferentes em cada contexto concreto onde se encontra.

Cidade e afetividade como categorias de mediação na psicologia social e na psicologia ambiental

Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Universidade Federal do Ceará

A psicologia e suas áreas estabelecidas como disciplinas, tradicionalmente, não têm se debruçado em questões urbanas e ambientais enquanto foco de estudo. O ambiente tem sido frequentemente abordado e representado por esta ciência preferencialmente como algo que circunda o indivíduo e a coletividade. A noção do ambiente como uma construção social tem sido investigada em psicologia social e na psicologia ambiental, principalmente nas perspectivas psicossocial e histórico cultural.

Neste texto é nosso interesse acentuar a participação da Psicologia na compreensão da relação subjetividade e objetividade na cidade, na busca de teorias e métodos que tragam alternativas de emancipação para o urbano, colocando em relevo o macro e o microsossial como cenário psicossocial, abarcando uma visão onde a compreensão de totalidade da coletividade na cidade ocorre em um movimento de correspondência entre cidade e existência de cada um de seus moradores. Discutiremos o fenômeno da vida urbana, da convivência nas cidades como um caminho possível de emancipação pela categoria afetividade. Entendemos que a categoria afetividade abrange na cidade e no mundo rural aspectos de conhecimento, percepção e de orientação do espaço na superação de dicotomias, ao mesmo tempo em que instiga à reflexão sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma racionalidade ético-afetiva (SAWAIA, 1995) nestes espaços, capaz de gerar espaços relacionais de necessidades públicas e privadas.

Na psicologia Social, a teoria das representações sociais tem investigado a construção de significados considerando a relação dos habitantes de uma cidade com seu cotidiano, aproximando-se de um conhecimento do senso comum, que permite a elaboração e compreensão das condutas individuais e coletivas e a comunicação entre os indivíduos (MOSCOVICI, 1978). Pela teoria das representações sociais chega-se a noção de que conhecimento ou a representação que o indivíduo tem de sua cidade é um fato subjetivo e coletivo. Milgran e Jodelet (1976) observaram que determinados espaços da estrutura urbana de uma cidade adquirem relevância para as pessoas quando se elaboram significados que são reforçados pela coletividade, denominados por estes de representações sociais do

espaço urbano. Esta pesquisa corroborou a tese já desenvolvida pela sociologia urbana (SIMMEL, 1979; PARK, 1979) de que a percepção da cidade enquanto conteúdo subjetivo reflete não somente a estrutura física, mas o diálogo com o simbólico, pois se apóia na representação que seus habitantes fazem dela. Legitimamos que estudar as cidades na Psicologia Social nas perspectivas psicossocial e histórico-cultural, é antes de tudo buscar superar as dicotomias intrínsecas a seu objeto de estudo: homem e sociedade, objetividade e subjetividade, cidade e comunidade, indivíduo e social, biológico e social, interno e externo, racionalidade e afetividade, homem e natureza.

Ainda, na perspectiva do simbolismo do espaço, mais recentemente nos anos 90, a Psicologia Ambiental da vertente transacionalista, põe em evidência o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos, em que interagem fatores psicossociais e sociofísicos, de maneira a incluir os vínculos cognitivos e afetivos no espaço construído. Os aspectos psicossociais e histórico-culturais fazem parte do fenômeno estudado em seus diversos níveis ambientais considerando a interação das pessoas com o ambiente, quer seja os espaços construídos, como o meio urbano, ou a natureza. Estes são parcialmente definidos dependendo das qualidades e da percepção do observador (ARAGONÉS, 1998; AMÉRIGO, 1998). Como área interdisciplinar a psicologia ambiental redefine que a questão ambiental está vinculada à forma de estar no mundo, aos estilos de vida, às dinâmicas sociais, às implicações vivenciais, atitudinais, comportamentais das pessoas e das coletividades sociais (POL, 1996).

Desta forma definimos a psicologia ambiental como uma disciplina que tem por objeto o estudo e a compreensão dos processos psicossociais derivados das relações, interações e transações entre as pessoas, grupos sociais e comunidades e seus entornos sócio físicos. Como disciplina científica comparte com outras disciplinas um campo de estudo comum configurado pelo conjunto de fenômenos que implicam diretamente as pessoas com seus entornos. (VARELA, 1996). Reiteramos que na Psicologia Ambiental, a vertente psicossocial e histórico cultural não se restringe à visão da interação do indivíduo com o ambiente como um cenário, em que um interfere no outro, mas põe em evidência o entorno como uma dimensão simbólica.

Estabelecemos um diálogo entre a psicologia social e a psicologia ambiental, de base psicossocial e histórico-cultural, avaliando a afetividade, sentimentos e emoções, de alunos de graduação e de pós-graduação sobre as cidades de São Paulo e de Barcelona (BOMFIM, 2003). Trabalhamos na perspectiva do indivíduo ser uma cidade e a cidade ser o indivíduo, rompendo com a dicotomia subjetividade e objetividade. Referenciamos-nos neste movimento pendular que permitiu conhecer o entrelaçamento dos processos vitais entre espaço e homem que compartilham, na visão de Sawaia (1995), a mesma materialidade e subjetividade.

Embora, em nossos estudos tenhamos priorizado a cidade como categoria de avaliação da relação ambiente e afetividade, apontamos o ambiente rural como contraponto para compreensão do ambiente urbano. A concepção de ambiente urbano e rural como *Outro* podem ser observados na produção de territórios de

existência em pesquisas realizadas no Ceará (FERREIRA, 2006) (BOMFIM; FERREIRA, 2009) (FURLANI, 2007); com jovens do semi-árido e de cidades litorâneas no interior e na capital. A categoria afetividade orientou estas investigações avaliando o que faz os jovens partirem ou ficarem em seus locais de origem, ou mesmo relacionando os ambientes urbano e rural com seus projetos de vida. Os resultados apontaram uma confluência de caminhos, necessidades e afetos destes jovens confirmando uma delimitação cada vez mais tênue nas produções de existência entre ruralidades e cidades.

Ambiente urbano e rural: modos de vida em movimento

Atualmente é difícil compreender a convivência humana fora das cidades, pois desde sua origem cumpre com seu papel de espaço de trocas. O fator econômico foi o grande motivo desencadeador para a formação das cidades, mas segundo Calvino (2000), viver na cidade não teve somente razões utilitárias, econômicas ou de sobrevivência, mas principalmente sua atração se constituiu em função das trocas simbólicas, que, segundo ele, apóia o fenômeno básico da existência humana, que é o viver nas cidades.

No séc. XVI, apenas cerca de 10% da população do ocidente vivia e subsistia na cidade (LE GOFF, 1998). O modo de vida no campo ainda era o grande caminho da subsistência e de interação. Diferentemente, no séc. XX o modo de vida urbano se apoderou da humanidade e enfrentamos hoje as conseqüências desta migração desenfreada. Este fenômeno migratório se acentuou a partir dos anos cinquenta e, pelo menos no Brasil, este processo ainda não se esgotou. Atualmente em nosso país temos 20% da população vivendo no campo, com tendência a diminuir (SILVA, 1997). A reversão da distribuição da população do campo para a cidade ocorreu nos últimos 40 anos. Segundo Silva (1997), cerca de 80% da população brasileira vivem hoje em cidades.

Delimitar o que seja urbano e rural parece ser cada vez mais difícil na contemporaneidade. A cidade torna-se cada vez mais o habitat no mundo da modernidade por “condensar diferentes facetas ligadas ao mundo econômico, à vida social, à cultura, atingindo os modos de vida, as subjetividades, a comunicação, a questão do território e da alteridade” (VÉRAS, 2000, p.09),.

Nesta mesma linha de argumentação Rolnik (1994) considera que na atualidade não existe a distinção entre ambiente urbano e rural já que ocorre a predominância da cidade sobre o campo, de maneira que, este último é pouco a pouco absorvido pelos espaços urbanos. Vivemos no Brasil e em grande parte da América Latina uma sociedade eminentemente urbana, caracterizada pela independência da cidade do meio rural (QUEIROZ, 1976).

As transformações econômicas características das sociedades industriais ocorridas no início do século XX interferiram de forma profunda na relação cidade e campo, culminando com a distinção entre modo de vida urbano e rural. A sociologia urbana

tem o mérito de ter construído um arcabouço teórico sólido neste período, por um conjunto de pesquisadores conhecidos como Escola de Chicago⁶⁹.

Estes pesquisadores trouxeram pela primeira vez a visão da cidade como um organismo vivo, expressão de uma cultura e da convivência entre os homens. Os elementos objetivos e subjetivos foram considerados por eles como fundamentais para compreender o fenômeno urbano. O diálogo entre os valores, as atitudes, o significado e a estrutura urbana foram imprescindíveis na compreensão sobre modo de vida. Para Park (1967), a cidade tanto é uma organização moral como uma organização física, pois está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que habitam.

O modo de vida urbano foi especialmente estudado por este grupo, descrevendo comportamentos próprios do cidadão, que mostravam os efeitos da cidade em seus habitantes. A crise nas sociedades industriais que teve seus efeitos sobre a vida urbana levou Simmel (1979, p. 21) a chamar este conjunto de comportamentos de “atitude Blasé”, que se caracteriza por uma adaptação da pessoa ao modo de vida urbano que gera um caráter mais racional, menos afetivo e mais utilitarista: “É um fato decisivo que a vida da cidade transforma a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que aqui não é conferido pela natureza, mas por outros homens” (SIMMEL, 1979, p. 22). Nas sociedades urbanas existe uma predominância de relações indiretas sobre as afetivas, diferentemente das sociedades agrárias que misturam as relações face a face com as indiretas.

O modo de vida urbano em consequência do modelo da sociedade industrial mostra que as necessidades não foram satisfeitas na vida do homem urbano, apesar da alta produtividade de uma racionalidade planificadora. A globalização na contemporaneidade se constitui a fase mais avançada da crise das cidades em consequência do capitalismo que tem como consequência imediata a perda das raízes identitárias. A crise das cidades está em estreita vinculação com a crise ambiental, ambas acentuadas no processo de globalização pela *racionalidade técnico-científica* (SANTOS, 1993, p. 20), pela opção *cognitivo-instrumental* (SAWAIA, 1997, p. 155), que impossibilita a aprendizagem, vivência e construção de uma ética na cidade. Calvino (2000, p. 15) afirma que a crise das grandes cidades é a outra face da crise da natureza, visto que “há hoje tanto uma destruição do entorno natural como da fragilidade dos grandes sistemas tecnológicos que podem produzir consequências em cadeia, paralisando as grandes metrópoles”.

Diante da crise gerada pelo modelo globalizado nas grandes cidades, é possível pensar em uma forma nova de estar na cidade na pós-modernidade? Podemos construir uma nova cidade, como propõe Levevre (2001), ou estamos sendo inexoravelmente levados à manutenção do processo de globalização? Qual seria a saída para a humanização das cidades hoje, marcadas por esse processo excludente da globalização? Quais os desafios éticos da globalização para a sustentabilidade das cidades? É possível pensar uma utopia de cidade?

⁶⁹ Costuma-se designar por Escola de Chicago um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados, entre 1915 e 1940, por professores e estudantes da Universidade de Chicago.

Apresentaremos alguns caminhos de produção de pesquisa a partir da mediação da categoria afetividade como avaliação das necessidades do habitante na cidade e de suas possíveis relações com o mundo rural. A afetividade em nossa compreensão é conhecimento, orientação e ética na cidade, por integrar aspectos de conhecimento, percepção e de orientação no espaço (BOMFIM, 2003), ao mesmo tempo em que estimula a reflexão sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma racionalidade ético-afetiva na cidade (SAWAIA, 1995). Pensamos que uma racionalidade ético-afetiva agrega elementos à noção de construção de uma cidade ideal, de um homem novo como diz Lefebvre (2001), quando se opõe a um modelo de cidade instrumental, para criar uma nova práxis e de um outro homem, criando com a nova cidade a nova vida na cidade.

Cidade e afetividade: conhecendo o ambiente urbano e rural pelos afetos

Conhecer o ambiente pelos afetos tem sido um desafio metodológico em nossos estudos, pois investigar sentimentos e emoções do habitante da cidade é um processo difícil de ser operacionalizado, visto que as emoções e sentimentos não são, normalmente, identificados e nomeados com facilidade.

Definimos afetividade de acordo com Sawaia (1999) como emoções e sentimentos que impregnam a existência do ser humano. A autora se inspira em Heller (1979), Vygotsky (1991) e Espinosa (1996), para desenvolver a noção de afetividade com contrária a idéia de que esta é o câncer da razão, e por isso, deveria ser controlada. Ela é um eixo orientador de observação e de análise (*por que e como*) e de ética (*para que*). É uma dimensão mediadora na *ação transformação* e ao mesmo tempo, caracteriza-se como uma categoria transdisciplinar (objetividade e subjetividade; mente e corpo; razão e emoção), (SAWAIA, 2000).

Deste modo, a afetividade na cidade pode ser compreendida como a implicação do habitante no espaço urbano. De acordo com Heller: “Sentir significa estar implicado em algo” (HELLER, 1979, p. 17). Entendemos que a afetividade é um indicador de ética e cidadania na cidade por ser um identificador da ação do habitante. O sentido de ação e transformação na cidade, pelo cidadão, depende do desenvolvimento de ações potencializadoras, em que a afetividade pode ser um grande eixo integrador. Privilegiamos a base afetivo-volitiva (afetividade) como uma categoria ético-política orientadora do encontro do indivíduo com a cidade (BOMFIM, 2003)

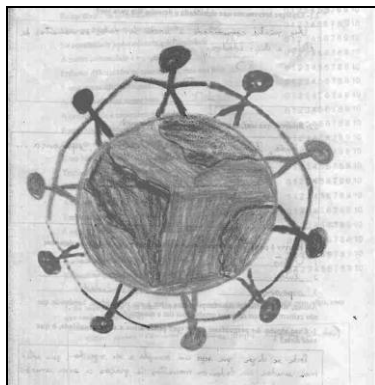
Encontramos na Psicologia Ambiental e na Psicologia Social as bases para a construção desta metodologia que denominamos de mapas afetivos. Da psicologia ambiental, referenciamos-nos no método de elaboração dos mapas cognitivos coletivos estudados por Lynch (1998), que desenvolveu, principalmente, a dimensão da estrutura e identidade dos mapas cognitivos, enquanto o *significado*, o componente simbólico prático ou emotivo elaborado pelo observador, não foi aprofundado. Da psicologia social, colhemos as contribuições da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991), que argumenta sobre os afetos como constitutivos do subtexto da linguagem sobre o objeto estudado. Nos mapas afetivos, o desenho, a projeção da imagem da cidade e a metáfora, segundo nossa

proposição, são recursos para a clarificação deste subtexto. A metáfora é um recurso lingüístico que, com base em uma linguagem figurada que desvela o afeto pela imagem. Nos mapas afetivos privilegiamos o afetivo, o significado e o simbólico integrando com o cognitivo.

A partir destas considerações, definimos os mapas afetivos como representações do espaço que tem como objetivo avaliar a afetividade de qualquer ambiente como território emocional (CORRALIZA, 1998). Este ambiente pode ser a cidade, a comunidade, o bairro em uma escala macrossocial ou o micro espaço como instituições e a moradia. Na pesquisa de Barcelona e de São Paulo (BOMFIM, 2005), os mapas afetivos foram instrumentos reveladores da afetividade e indicadores da estima da cidade. A relação entre bairro e afetividade foi observada na pesquisa a Cidade e a Escola (BOMFIM, 2005) com alunos de escolas públicas municipais da cidade de Fortaleza, de 14 a 24 anos, que apontaram o que necessitavam no seu bairro, a partir das imagens afetivas de agradabilidade, contraste, pertencimento, insegurança e destruição. As de contraste, insegurança e destruição preponderavam sobre as outras, demonstrando como a estima negativa de seu bairro era uma expressão da falta de oportunidades estruturais vividas no cotidiano que afetavam diretamente a eles e a comunidade, onde as emoções e sentimentos foram reveladores e indicadores de ações muito mais despotencializadoras do que potencializadoras, no lugar que eles viviam.

Em outra pesquisa com os mapas afetivos abordamos aspectos da vida rural da relação de jovens estudantes do ensino médio de escolas públicas localizadas na sede de Tauá (semi-árido cearense), com seu entorno, (FERREIRA, 2006); (BOMFIM; FERREIRA 2009). Investigou-se os afetos que influenciaram na decisão entre o partir e o ficar no seu local de origem. Os entrevistados eram maiores de 18 anos, de ambos os sexos, moradores da sede da cidade e das comunidades rurais. A partir da análise dos mapas afetivos se identificou as imagens de pertencimento, agradabilidade, contrastes e insegurança.

Pertencimento



Na imagem de pertencimento, representada pelo desenho acima, encontraram-se afetos positivos como amor, orgulho, alegria e amizade que um jovem de 18 anos possui em relação à sua comunidade. Para ele, este desenho representa o vínculo afetivo com a comunidade, que está unida em todos os momentos de êxito e de dificuldades. Observou-se um sentimento de apego (Giuliani, 2004) ao lugar e um vínculo e companheirismo entre as pessoas, o que vai interferir na decisão de partir ou ficar na cidade. Porém as oportunidades de trabalho e estudo e a situação de opressão em que vivem se apresentam como fatores importantes para a determinação entre partir ou não. O apego à família também é outro fator que interfere na decisão de partir e a separação tende a gerar desequilíbrio emocional e sofrimento.

Contrastes

Nesta imagem, encontram-se sentimentos e emoções paradoxais, representando polarizações positivas e negativas. Caracteriza-se por gostar e não gostar; identificando, ao mesmo tempo qualidades boas e ruins na comunidade. Há sentimentos ambíguos como: carinho/raiva, amor/medo, felicidade/insegurança, alegria/tristeza, união/egoísmo. Um morador de 19 anos compara sua comunidade com um muro, que representa a falta de oportunidades. Ele diz: “Tudo que queremos temos que derrubar enormes obstáculos, mas também é um bom lugar, pois é calmo”. Verifica-se que os jovens enfrentam outras dificuldades geradas pela falta de oportunidades na cidade de origem que, somadas aos sonhos característicos da juventude, fazem com que emigração acabe por se apresentar como algo quase necessário. Identificaram-se nesta pesquisa emigrantes em potencial, já que ainda não saíram, mas estão na iminência de ir em busca de novos caminhos.

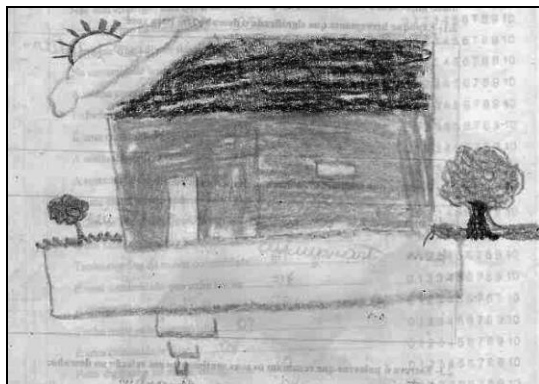
Insegurança

Nesta imagem, verificaram-se sentimentos e emoções, por vezes, negativos em relação ao entorno. Encontram-se referências ao que gera instabilidade e medo. Há qualidades relacionadas à comunidade como: violência, desigualdade, analfabetismo, poluição, fome, desemprego, pobreza etc. Faz referência também aos sentimentos como medo, raiva, solidão, tristeza, revolta, sofrimento, angústia etc. Uma moradora de 18 anos da sede diz: “Vejo minha comunidade como algo pequeno, algo que não desenvolveu, e é assim a realidade na nossa comunidade. Infelizmente ela foi esquecida”.

Agradabilidade

Esta imagem se relacionou com os atrativos da cidade, à oferta de espaços que proporcionem bem-estar à comunidade, atrativos culturais ou econômicos, enfim, qualidades que despertem o interesse da população, tornando a cidade um lugar

agradável e atraente. Uma jovem de 19 anos comparou sua comunidade com uma casa do interior



Destaca-se, neste estudo, a importância dos afetos para a tomada de decisão entre emigrar ou não. Entre os grupos, notou-se que as mulheres e os jovens maiores de 21 anos migram mais. Emigrar é uma decisão importante que envolve vários aspectos da vida do indivíduo, decisão permeada pelos afetos. As condições de exclusão e as dificuldades encontradas na cidade de origem têm levado nordestinos a se deslocarem para os grandes centros urbanos, o que tem contribuído para o aumento da população das cidades que hoje tem como desafio o acesso à moradia.

Em outra pesquisa envolvendo jovens de ambientes rurais e urbanos com mapas afetivos, Furlani (2007) pesquisou 38 jovens de ambos os sexos, com idades variando entre 13 e 19 anos, moradores de ambiente urbano em Fortaleza- CE e em ambiente rural em Cruz- CE. Constatou que o fato de alguns jovens morarem em ambiente rural e outros em ambiente urbano não resultaram, a partir de nossa análise, numa diferenciação completa de seus projetos de vida. Contudo, os jovens do ambiente rural tendem a buscar mais cedo o trabalho, em relação aos jovens do ambiente urbano, ainda mais que estes trabalhos são, em geral, informais, sem a garantia de direitos trabalhistas, o que lhes gera uma insegurança em relação ao lugar em que moram. Já em relação aos jovens do ambiente urbano, identificamos queixas em relação à violência urbana, à qual estão cada vez mais expostos, gerando sentimentos de contraste em relação ao lugar que habitam. A violência urbana amedronta provocando sentimentos de desconforto, medo, insegurança, levando-os a uma despotencialização da ação do jovem na cidade. Os jovens do ambiente urbano expressaram um maior desejo de ingressar na faculdade do que os jovens do ambiente rural, o que mostra as diferenças de oportunidades, que contribuem para a emigração dos jovens do ambiente rural para o urbano.

Concluindo

Podemos conhecer a cidade tomando o afeto como categoria de mediação da intersubjetividade. Não só interagimos na cidade, mas formamos uma totalidade com ela, em que eu e mundo, espaço construído e subjetividade formam uma unidade pulsante.

Compreendemos que estudar os ambientes rural e urbano na contemporaneidade na perspectiva da afetividade é considerar a importância do diálogo subjetividade e objetividade como palco de construção de uma sociedade mais justa, pautada em uma ética de emancipação. A tênue delimitação entre rural e urbano é acentuada pela globalização, que é hoje um dos grandes obstáculos para a reversão da crise das cidades, que acarreta ademais dos problemas econômicos, migração desenfreada campo-cidade, as questões de sustentabilidade ambiental.

A noção de sustentabilidade das cidades pode ser compreendida também dentro da perspectiva de uma ética ambiental, definida como postura de vida capaz de reorientar o agir humano em sua relação com o meio ambiente, para a formação de sociedades socialmente justas.

A intervenção na cidade, baseada na sustentabilidade, outorga maior relevância à raiz social, política e econômica na busca de um novo modelo que, por seu turno, requer uma importante mudança nas atitudes e práticas dos cidadãos e de governantes. Esta estratégia de mudança só será possível, segundo Milton Santos (1998), quando refletirmos sobre o conceito de cidadania. Para ele, o fenômeno urbano está associado à cidadania, porque pode produzir novos níveis de consciência, organização do trabalho e produção política. A organização do território alia-se à transformação política da sociedade. Assim sendo, a definição atual da cidadania está dominada pela economia em detrimento do debate cultural. Somente devolvendo a voz ao cidadão, então, seria possível devolver um caminho para o desenvolvimento de uma ética na cidade. A cidadania, qualidade de ser cidadão relaciona-se diretamente ao território: espaço onde o indivíduo vive e constrói o seu modo de vida. O valor do indivíduo depende do lugar em que ele está.

Estudamos a cidade como este lugar, que acolhe cidadãos que podem potencializar ou não sua ação e transformação na cidade. O medo e a insegurança encontrados nas grandes cidades paralisam os indivíduos, e este espaço que sempre foi na História da humanidade, de trocas passa a ser ameaçador, a implicação se fragiliza e cidade deixa de ser o que se propôs o ser: a convivência pacífica e salutar com as alteridades.

Propomos a afetividade como uma categoria ético-política orientadora do encontro do indivíduo com a cidade. Privilegiamos a base afetivo-volitiva (afetividade), para a construção de uma racionalidade ético-afetiva, distinta de uma racionalidade instrumental. Articulamos Cidade e afetividade enquanto eixo orientador na Psicologia Social e na Psicologia Ambiental, como grande síntese integradora dos aspectos de conhecimento, orientação e de ética na cidade.

Referências

- ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. Psicología Ambiental. Aspectos Conceptuales y metodológicos. IN: ARAGONÉS, J. I.; MÉRIGO. *Psicología Ambiental*. Madrid, Ediciones Pirâmide, S.A. 1998.
- BOMFIM, Z. A.C. *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. 2003. 228f. Tese (Doutorado em Psicologia Social): Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2003.
- BOMFIM, Z.A.C ; POL, E.U. Affective Dimension Of Cognitive Maps of Barcelona And São Paulo. IN: *International Journal Of Psychology: Environmental Perception, and Cognitive Maps*: 2005.,40(1), 37-50
- BOMFIM, Z. A. C . La ciudad y la escuela: Una Propuesta de Intervención Urbana por los mapas afectivos. *Anais do IX Congreso de Psicología Social, Construindo a Europa dos povos e das Culturas*. Coruña, 2005.
- BOMFIM, Z. A. C; Afetividade e Ambiente Urbano: Uma proposta Metodológica pelos Mapas Afetivos. IN: PINHEIRO, J.Q.; GUNTHER,H (orgs): *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente*. São Paulo, Casa do Psicólogo/All Books; 2008;P. 253-280.
- CALVINO, I. *Las Ciudades Invisibles*. Madrid: Siruela, 2000
- CORRALIZA, J. A. – Emoción y Ambiente. In: ARAGONÉS, J, I.; MÉRIGO, M. *Psicología Ambiental*. Madrid: Ediciones Pirâmide S. A., 1998.
- FERREIRA, K. P.M. *Ficar ou partir? Afetividade e migração de jovens do sertão semi-árido cearense*. 175f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil, 2006.
- FERREIRA, K. P. M; BOMFIM,Z.A.C. Quedar o partir? Afectividad y migración de jovenes del sertão semi-árido(Ceará-Brasil). IN: CORRALIZA, J. A.; MARTÍN, R.; BERENGUER. J. *Medio Ambiente y Comportamiento*. 2009, 10(1y2), 161-177.
- ESPINOSA, B. *Ética Demostrada Segun el Orden Geométrico*. México: Fundo de Cultura Económica, 1996.
- FURLANI, D. D. *Juventude e Afetividade: Tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.2007
- GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambientes. In BERNARD, Y. *Psicologia e Ambiente*. São Paulo: EDUC, 2004.

- HELLER, A. *Teoría de Los Sentimientos*. Madrid: Editorial Fontamara, 3ª ed, 1979.
- LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LE GOFF, J. *Por Amor às Cidades, Conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Unesp, 1998.
- LYNCH, K. *La Imagen de la Ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 1998.
- MILGRAN,S; JODELET, D. Psychological maps of Paris. IN: PROSHANKY,H.M; ITELSON,W.H. (Orgs). *Environmental Psychology People and their Physical Settings*. New York, Holt: Rinehart and Winston.1976
- PARK, R. E. A cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In: VELHO, O.G. (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- POL, E. La Apropiación del Espacio. In: IÑIGUEZ, L; POL, E. *Cognición, representación y Apropiación del Espacio*. Barcelona: Monografies Sócio/ambientais, 1996.
- QUEIROZ, M.I.P. Do rural e do urbano no Brasil. In: *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- SAWAIA, B.B. *O Calor do Lugar, Segregação Urbana e Identidade. São Paulo em Perspectiva: Questões Urbanas, Os sentidos das Mudanças*. São Paulo: Volume 9 / 2 / ABR-JUN/ 20-24, 1995.
- SAWAIA, B.B. Por que investigo afetividade. *Texto apresentado para concurso de promoção na carreira para a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUCSP*. São Paulo: PUC/SP, 2000.
- SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 4ª ed., 1998
- SAWAIA, B.B. O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise da dialética Exclusão/Inclusão. In: *As artimanhas da Exclusão. Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SAWAIA, B.B. *Por que investigo afetividade*. Texto apresentado para concurso de promoção na carreira para a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUCSP. São Paulo: PUC/SP, 2000.
- SILVA,J.B Discutindo a Cidade e o Urbano. In: SILVA, J. B., COSTA, M.C. ; DANTAS, E. W. C (Org.). *A Cidade e o Urbano*. Fortaleza: 1997.
- SIMMEL, G. A MetrÓpole e a Vida Mental. In: VELHO, O.G. (org). *O FenÓmeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

VARELA, S. *Psicología Ambiental: Bases Teóricas y Epistemológicas*. IN: Iñiguez , L.; POL, E. *Cognición, representación y Apropiación del Espacio*. Barcelona Monografies Sócio/ambientais. 1996.

VÉRAS, M. P. B. *Trocando Olhares: Uma Introdução à Construção Sociológica da cidade*. São Paulo: EDUC, 2000.

VIGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Psicología de la liberación: el aporte de Martín Baró y algunos retos actuales

Ignacio Dobles Oropeza
Universidad de Costa Rica

En este texto resaltaré el significado de la contribución de Ignacio-Martin-Baró a la construcción de una *Psicología de la Liberación*, esbozando sus características teórico-metodológicas y tres contribuciones específicas: su teoría general de la violencia, la propuesta del concepto de *trauma psicosocial*, y su teoría de los grupos con historia. Finalmente, ofreceré algunas ideas para el desarrollo, en la actualidad, de una Psicología de la Liberación.

Ignacio Martín-Baró fue un sacerdote jesuita, nacido en Valladolid, España. En los años 60 se dirigió a tierras americanas con afán misionero, a Colombia, donde obtuvo una licenciatura en letras, para radicarse posteriormente en El Salvador. En este periplo, según refería el mismo, llegó a darse cuenta de que, en realidad no venía a enseñar, sino que llegó para aprender. Su confianza y fe en las virtudes populares, en la capacidad de resistencia, de solidaridad, de alegría- aún en medio de las penurias y de las “situaciones límites” de la pobreza y la represión, se revela cuando en 1986 destaca que una de las principales tareas para la psicología regional era la *potenciación de las virtudes populares* (En Dobles, 1986).

Cursa la Licenciatura en Psicología en la UCA en San Salvador. En 1979 obtiene el doctorado en psicología social y organizacional en la Universidad de Chicago, recinto de importancia crucial para la psicología social hegemónica en EEUU, y retorna a El Salvador. En los dos tomos de *Acción e Ideología (1983 y 1989)*, sus textos más importantes, hace una crítica y revisión a fondo del recorrido de esta psicología social tradicional, individualista y mayoritariamente acrítica, legitimadora de un sistema de dominación.

Se definía, en 1989 en Chile, con su característica modestia, de la siguiente manera:

¿quién soy yo? un psicólogo social, salvadoreño, centrado en los problemas de El Salvador, desde una perspectiva y un abordaje psicosocial, cuyo esfuerzo ha sido no solamente tratar de entender estos problemas psicosocialmente, sino teorizar un poco y lograr replantear estos modelos, estas miniteorías, en un enfoque más abarcador.

No es que el tema de la dominación social- fundamental en su obra- haya sido ajeno a la psicología Latinoamericana. Tenemos a Marie Langer, psicoanalista que fuera expulsada de Austria por los nazis en los años treinta y perseguida por la dictadura militar en Argentina en los setenta, José Bleger y Pichón Riviere en la misma Argentina. Marcelo Viñar, preso en Uruguay por atender a víctimas de la represión, Alfredo Moffat causando conmoción en la Argentina de los años setenta con la publicación de un libro titulado “psicoterapia del oprimido”. Y la influencia- tan decisiva para Martín-Baró- de Freire en Brasil, de Fals Borda, los trabajos pioneros sobre nacionalismo, ideología y dependencia de José Miguel Salazar en Venezuela, las búsquedas alternativas de los antipsiquiatras, en México y otros lugares, y, la emergencia en medio de una crisis de la psicología social mundial de la psicología comunitaria latinoamericana (Montero, 2006).

Ni que decir, también, de los esfuerzos desplegados, a veces a costa de cárcel o de la propia vida, contra la represión y sus efectos individuales y sociales en Chile, Uruguay, Argentina, Brasil o Colombia. El Instituto Latinoamericano de Salud Mental en Chile, el grupo Kairos en Uruguay o el movimiento solidario de Salud Mental y el CELS en Argentina (Caro Hollander, 1997).

El surgimiento de una propuesta de “psicología de la liberación” esbozada desde la Centroamérica de los ochenta, tiene, no obstante, un significado y un impacto particular, ayudado también por el paciente y muy constructivo trabajo de creación de “redes” desplegado por Ignacio Martín-Baró en los años ochenta. Implica privilegiar una psicología que no ignore ni desprecie el acervo del conocimiento psicológico desarrollado en los centros hegemónicos del conocimiento, pero priorizando los problemas de las mayorías populares en sus contextos histórico-sociales, destacando la necesidad, como indicaba el recién fallecido psicoanalista argentino Fernando Ulloa, no de “aplicar teorías” sino de “teorizar desde una praxis”.

La obra de Martín-Baró se desarrolló en condiciones difíciles. En una carta del 23 de agosto de 1989, en que agradecía al Consejo Académico de la Escuela de Psicología de la Universidad de Costa Rica una muestra de solidaridad ante la bomba que explotara en la imprenta de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, donde trabajaba, escribía:

Las bombas contra nuestras instalaciones afectan muy gravemente nuestras ya difíciles finanzas, pero nos confirman también que representamos una voz significativa en el quehacer del país, y que nuestro trabajo académico en favor de los intereses mayoritarios de nuestro pueblo sigue teniendo un impacto. Por ello, estén seguros que la UCA seguirá firme en su trabajo universitario con el pueblo salvadoreño en favor de un futuro más justo y libre.

Desde su primer libro, *Psicodiagnóstico de América Latina* (1971), escrito bajo una fuerte influencia de Fromm y Marcuse, especificaba que:

Es claro entonces que el trabajo de la psicología social solo se puede concebir como un trabajo de liberación humana en función de unos nuevos valores (1971, p. 26).

En este texto contrasta la *rebeldía* a lo *revolucionario* destacando el carácter episódico de lo primero, y el esfuerzo sistemático, consistente, que requiere lo segundo. La necesidad de articular la crítica catártica con la praxis personal se revela en la siguiente frase:

La mayor parte de los profesionales que se gradúan en nuestras universidades han manejado, a lo largo de los años estudiantiles, los lacerantes datos de la realidad nacional, han protestado contra las justicias sociales, han criticado el aburguesamiento y colaboración con este estado de cosas prestan las asociaciones profesionales y gremiales. Sin embargo tampoco ellos procesan el significado que para sus vidas y para su futura profesión tienen estos datos. Seguirán estudiando su carrera sin modificar en nada su estructura, ni su vida, deseosos únicamente de lograr también ellos el título que les permita ejercer su profesión. Y, una vez salidos al campo de la vida profesional, seguirán las mismas rutas que ellos criticaron, ignorantes selectivamente de los problemas de fondo de su país y de su pueblo (1971, p. 130).

Su obra tiene entonces un componente ético fuertísimo, inspirándose en el “*principio liberación*”, en estrecha vinculación con los vaivenes y las suertes de movimientos sociales organizados. Se apuesta al *Principio Liberación* (Dobles, 2007) como una manera, en nuestro ámbito de acción, de afirmar una ética de vida, una ética de la liberación que implica, como principio fundamental, contribuir *a producir y reproducir la vida humana, en su corporeidad, en lo simbólico y pulsional, en sus características específicas y diversas, y en comunidad.*

Esta *Ética de la Liberación* implica discernir sistemas de opresión y trabajar junto a las víctimas, constituyendo “comunidades críticas” para lograr transformaciones sistémicas (Dussell, 1999). Como no hay sistemas perfectos, siempre estos producirán sus víctimas (entendidos como aquellos sujetos cuya vida es negada por el sistema⁷⁰). La *Ética de la Liberación* busca perfilar proyectos que avancen el principio de *reproducción de la vida* (incluyendo lo pulsional), la *participación democrática* y que tomen en cuenta el principio de *factibilidad* (el más difícil de discernir) ya que “el camino al infierno está plagado de buenas intenciones”.

Este componente ético se contrapone, claramente, a posiciones en boga que renuncian a cualquier priorización de lealtades, relativizando todo proyecto:

⁷⁰ “La víctima es el individuo que no se realiza libre y creativamente, que no se subjetiviza. La victimización consiste, pues, desde la perspectiva de la acción, en la privación de condiciones o medios necesarios para la subjetivación” escribe Koslarek en “Liberación como acción. Una lectura sociológica de la ética de la liberación” (POLIS, 1998, p. 142).

yo creo que el compromiso del científico social en Centroamérica hoy tiene que ser con las aspiraciones y luchas de las mayorías populares, y ello tanto por un imperativo de lógica científica. ellas tienen más razón-cuanto por un imperativo ético: ellas tienen mejor razón”(Cit. en Dobles, 1986).

Es un posicionamiento que sigue produciendo escozor, ya que pone en un primer plano, de nuevo, la discusión acerca del papel de los intelectuales. No podríamos estar de acuerdo, en ese contexto, con los intentos de retomar a un Martín-Baró maquillado, “suave” con las relaciones de poder y opresión. A nuestro juicio esto es lo que hace de La Corte, quien aunque hace un importante aporte a la discusión de la obra de Ignacio, en este aspecto específico, deja de lado la propuesta del “compromiso” cuando al discutir las elaboraciones de Martín-Baró escribe:

...pero es necesario reconocer que, desde tales premisas, incluso la opción aparentemente menos comprometida que lleva al científico social a poner su trabajo y sus conocimientos al servicio del poder establecido puede ser respetable y legítima en la medida en que el mismo haya tomado conciencia de las consecuencias de esa opción: y toda vez que dichas consecuencias no entren en contradicción con su propio punto de vista moral (De la Corte, 2000, p. 76).

Esta afirmación deja de lado la colocación del “compromiso”, que es siempre concreto (que como nos recordaba también Foucault(2001) con su “intelectual específico), en la perspectiva de las víctimas. La “independencia” del intelectual, para Martín-Baró, se dirime sobre este eje de compromiso.

El *compromiso crítico* implica la criticidad ante los proyectos populares (movimientos, partidos, programas), pero desde una *perspectiva situada, de compromiso con las víctimas*. Podemos escamotear cualquiera de los dos polos y no hacerle justicia a su planteamiento. Bordieu, un convencido de la necesaria articulación entre intelectuales y sectores populares, escribía en 1995:

Se ha vuelto de buen tono considerar con condescendencia sino con conmiseración todo lo que puede evocar cualquier forma de “compromiso” y por todas partes se concede la misma indulgencia a todas las trayectorias que han conducido a tantos revolucionarios intransigentes a posiciones envidiables del establishment literario, político o periodístico, y a las tomas de posición tranquilamente conservadoras que van de la mano (1995, p. 282).

La función de la psicología, entonces, no sería la de predecir y controlar la conducta, sino la de “liberar” al ser humano, brindándole mayor autonomía y posibilidades reales de elección, superando esquemas alienados de conducta (Martín-Baró, 2003). Se busca contribuir a que las personas tengan mayores ámbitos individuales y grupales, de libertad y autonomía, de posibilidades de “subjetivización” (Kozlarek,

1998) y de asociar la búsqueda de la liberación de la propia psicología con la liberación de las masas populares, ya que una psicología que no responda a las necesidades y a los anhelos de esas mayorías, que se encuentran expectantes, a la “vera del camino”, es una psicología también encadenada, alejada de su potencial histórico (Martín-Baró, 1989).

En un artículo clave, escrito en 1986, atribuye tres características a esta "Psicología de la Liberación":

- a) Tendría que implicar un descentramiento de la Psicología de la atención a sí misma, disminuyendo preocupaciones por su status científico y profesional, y social, y concentrándose en el abordaje de problemas cruciales para las mayorías.
- b) Tendría que propiciar una nueva "búsqueda de la verdad", desde las mayorías populares.
- c) Implicaría una nueva praxis psicológica, que permita no sólo conocer la realidad que es, sino también potenciar lo negado por el ordenamiento social.

Señala, asimismo, los vicios intrínsecos a ciertas maneras de entender la psicología: la suposición de que existe una homogeneidad de valores en la sociedad, tener al individuo como punto de análisis y referente, la resistencia a considerar lo social y estructural como algo más que una “variable a considerar”, y la definición desde el poder que impide ver ciertos tipos de problemas (por ejemplo las huelgas, los conflictos sociales), que arrastra al psicólogo a una autodefinición que lo aleja de las mayorías populares.

Lo interesante de las tres características de la psicología de la Liberación que nos propone Martín-Baró es que acercan a la disciplina a la problemática, los anhelos, las esperanzas y desilusiones de las mayorías populares. En Caracas, en 1985, en el Congreso Interamericano de Psicología en que coincidió con uno de sus maestros, Paulo Freire expresaba:

... La verdad de los pueblos latinoamericanos no está en su presente de opresión, sino en su mañana de libertad; la verdad de las mayorías populares no hay que encontrarla sino que hay que hacerla.

Un rasgo fundamental de la propuesta de Ignacio Martín-Baró radica en la *historización* de la propia psicología. No se propone encontrar “verdades absolutas”, porque en una perspectiva dialéctica como la suya todo conocimiento es relativo, y la única manera en que el conocimiento psicológico puede someter a prueba es en su propia historización, en su respuesta a las necesidades y anhelos de los “olvidados de la tierra”. A continuación examinaré como se expresa esta perspectiva general en tres ámbitos problemáticos específicos.

Una teoría psicosocial sobre la violencia

Una Psicología de la Liberación debe manifestar suspicacia ante interpretaciones simplistas de temáticas complejas. Así opera Martin-Baró al trabajar el tema de la violencia. Advertía, por ejemplo, en 1987-1988, acerca de las ilusiones que despertaban en muchos los acuerdos de Paz de Esquipulas⁷¹.

Creo justo afirmar que si la psicología actual suele estar salpicada de abordajes parciales acerca de la violencia, un acercamiento integrador al tema resulta particularmente fastidioso para los psicólogos y psicólogas, ya que implica cuestionar aquellas definiciones marcadas desde el *poder establecido* y la Psicología, en su mayor parte, se escribe desde esta óptica dominante.

Cobra, como en toda su obra, importancia especial la *dimensión histórica* de la violencia, su particular significado psicosocial, que no puede dissociarse de su contexto histórico y cultural. Sin ingenuidades, alerta acerca del corto lapso histórico que puede existir entre momentos de “normalidad” y momentos de “violencia excesiva”. Reconoce la existencia de sus diversas formas (la violencia siempre con apellidos), y la tendencia a legitimarla o ideologizarla. El papel de las estructuras de poder en estos mecanismos de legitimación y de ideologización es determinante. Por ejemplo, en un trabajo presentado en Berkeley en 1989, señala que el problema fundamental del terrorismo no lo configuran acciones aisladas de personas o grupos, sino aquel que proviene del estado. Lo más “abarcador”, lo más “violento” sería:

La prohibición sistemática de ciertas cosas que al gobierno no le gusta, el etiquetamiento sistemático, a través de los medios de difusión masiva, de toda la oposición como subversiva-como terrorista- un etiquetamiento que de alguna manera desencadena una consecuencia, una venganza, una amenaza de muerte a quienes han sido señalados (1989, p. 3).

Algo de profecía había en esas palabras: en noviembre de 1989 el asesinato de Ignacio y sus compañeros por un cuerpo elite del ejército salvadoreño fue precedido por una campaña de acusaciones en la radio de las fuerzas armadas en que se señalaba a los jesuitas como “terroristas” y “comunistas”. El paso previo a la aplicación de la misma radica en la deshumanización de la víctima, el despojarlo de alguna manera de legitimidad o de humanidad. Esta ausencia de “humanidad” legítima, así, el sacrificio humano.

Al anclar su análisis de la violencia en las contradicciones reales existentes en la sociedad cuestiona repetidas veces el supuesto de que la violencia hay que

⁷¹ Me refiero a su intervención en el Segundo Congreso Nacional de Psicología en Costa Rica, octubre, 1988. Es claro que en Centroamérica han habido avances políticos e institucionales en los últimos diez años, pero esto no significa que haya necesariamente disminuido el nivel de violencia, que adopta otras expresiones, y la paradoja de fondo sigue siendo la institucionalización de la política con unos factores estructurales que fueron la base real de los conflictos, y que se han agravado.

condenarla por igual “venga de donde venga”, haciendo caso omiso de su procedencia, significado y consecuencias. Esto lo caracteriza como un mecanismo ideológico que “ignora el enraizamiento y naturaleza histórica de los actos de violencia”. Evitaba así la posición cómoda e intelectualmente floja de poner signo de igualdad a la violencia que emana del poder dominante en el orden social y la violencia de los que se oponen a la dominación.

Es característico, en la producción de Martín-Baró, abordar los problemas a partir del análisis de los actos. Esto se evidencia, por ejemplo, en sus escritos acerca de la Psicología Política, y, en el caso que nos ocupa, en su propuesta de cuatro factores constitutivos a ser analizados en todo acto de violencia, a saber:

- a) La estructura formal del acto, referente a la “formalidad del acto como totalidad de sentido”
- b) La ecuación personal: que se refiere a los elementos del acto de violencia explicables solamente por las características particulares de las personas que lo llevan a cabo.
- c) El contexto posibilitador: que se refiere a la situación mediata o inmediata que facilita la aparición de actos de violencia, y
- d) El fondo ideológico del acto: referido en última instancia a una “realidad social configurada por unos intereses de clase”.

Trauma psicosocial

Las situaciones que producen fracturas profundas en las sociedades y los grupos dañan las relaciones sociales, y obligan a repensar categorías tradicionales de diagnóstico. Martín-Baró ofrece, aunque sea de manera incipiente, la categoría teórico-conceptual del *trauma psicosocial*, postulando que el daño psicológico no está solo en los individuos, sino en las relaciones, y que este depende de características grupales específicas, en situaciones concretas.

Reflexionando acerca de la situación chilena en los años ochenta escribía:

Todo este daño es de tal magnitud que resulta ingenuo o cínico pretender que se olvide de la noche a la mañana, porque en el fondo no se trata de un problema de individuos aislados. Se trata de un problema estrictamente social. El daño producido no es simplemente el de la vida personal que se destruye; el daño se ha causado a las estructuras sociales mismas, a las normas que rigen la convivencia, a las instituciones que regulan la vida de los ciudadanos...a los valores y principios con los que se ha educado y en función de los cuales se ha intentado justificar la represión (Lira y Castillo, 1993, 110).

Constituye un serio reto el entender el daño psíquico individual en relación con lo social, lo político y lo estructural, no sólo en términos clínicos y operativos, sino también conceptuales y teóricos. El daño psíquico lleva a la noción de origen

psicoanalítico del *trauma*, entendido como herida, como “huevo en la psiquis” que impide o dificulta la simbolización (y la narración) aunque no el recuerdo, que tiende a tornarse obsesivo (Schacter, 1996). Lo traumático difícilmente puede ser representado, y en el caso de la represión política esto se ha relacionado con lo *sinistro* (Freud, 1915/1997), esa dimensión en que lo *familiar se torna extraño* y en la cual la fantasía más terrible se ve superada por una realidad insospechada.

Las críticas a categorías diagnósticas como el *Síndrome de Stress Postraumático*, aun cuando han señalado su despoliticación y patologización, han tenido a utilizar categorías que ubican el daño psíquico en el individuo (Dobles, 2008). Martín-Baró intentó superar esta situación al acuñar el concepto “trauma psicosocial,” explorando el daño psíquico producido por la situación de guerra civil en El Salvador. Esto implicaba traspasar los límites de una óptica individualizante, patologizante, para ubicar el problema de la “herida psíquica” en las relaciones sociales. Se retomaba así la vieja noción de que son la sociedad y las relaciones sociales las que pueden estar “enfermas”. Siguiendo una lógica parecida, Summerfeld (1998) critica una noción de trauma como acontecimiento centrado en el individuo, que lleva a su juicio a cometer serios errores en las políticas seguidas por organizaciones humanitarias:

Los modelos de trauma que focalizan acontecimientos específicos (violaciones) o en un grupo específico de la población (los niños) exageran la diferencia entre unas víctimas y otras, poniendo a algunas víctimas en peligro de desconectarse de su comunidad y del contexto más amplio de sus experiencias y del sentido que le dan a estas (Summerfeld, 1998, P. 103).

El daño, según la noción esbozada por Martín-Baró, rebasa lo individual y afecta las relaciones sociales, a veces por períodos muy largos. En la dramática situación vivida en Guatemala en las últimas décadas, se puede leer en el informe de la *Comisión de Esclarecimiento Histórico de Guatemala*:

Lo que ha sido destruido es más amplio que las nociones del trauma interno individual. Extendido en el tiempo, el trauma psicosocial involucra la destrucción de arquetipos y metáforas culturales, aniquilando o limitando profundamente las posibilidades de la próxima generación de afirmar aspectos de su vida cultural (citado en Comas-Díaz, Lykes y otros, 1998, p. 782).

También se señala, en el mismo informe, que:

El estado procuró también estigmatizar y culpabilizar a las víctimas y las organizaciones sociales, para transformarlas así en criminales en la imagen pública y por lo tanto en objetivos “legítimos” de la represión (...) la CEH considera que este adoctrinamiento sistemático ha dejado huellas profundas en el subconsciente colectivo de la sociedad guatemalteca. El

miedo, el silencio, la apatía y la falta de interés en la esfera de la participación política son algunas de las secuelas más importantes que resultaron de la criminalización de las víctimas y suponen un obstáculo para la intervención activa de toda la ciudadanía en la construcción de la democracia (Comisión para el Esclarecimiento Histórico, 1995, p. 27).

En un trabajo póstumo, leído por Adrienne Aron en el Congreso de la APA (Asociación de Psicólogos de los Estados Unidos) en Boston en 1990 (Martín-Baró, 1990), Martín-Baró señala que “no podemos limitarnos a tratar el stress posttraumático. Nuestro análisis debe extenderse a la raíz de los traumas y por lo tanto de la guerra misma, como situación social patógena” (Martín-Baró, 1990, 1).

Al referirse al concepto de “trauma psicosocial” refería las siguientes características:

- Tiene un carácter dialéctico. Su naturaleza reside en las relaciones sociales.
- Es producido socialmente, tiene raíces estructurales o sociales:
- “La herida que afecta a las personas ha sido producida socialmente, es decir que sus raíces no se encuentran en el individuo sino en su sociedad” (Martín-Baró, 1988, 136).
- Las relaciones sociales no son solo la causa del trauma, sino que mantener estas relaciones multiplica el número de individuos traumatizados.

Sugiere, en otro lugar, que “El trauma psicosocial constituye la cristalización concreta en individuos de relaciones sociales aberrantes y deshumanizantes” (Martín-Baró, 1988, p. 4).

Uno de los indicadores de la presencia de traumas psicosociales que identificaba, en la situación de guerra salvadoreña, era la desvalorización de la vida humana.

Lira resalta, de la elaboración de Martín-Baró, cómo el concepto de trauma psicosocial distingue el impacto diferenciado de la represión en diferentes grupos sociales de acuerdo a su extracción social, la participación en conflictos y las características de la personalidad y la experiencia. La propuesta de Martín-Baró, aunque ciertamente se trata de un concepto que fue tan solo esbozado en términos generales⁷², convoca, reta, a fin de cuentas, a pensar el daño psíquico en el contexto de las relaciones sociales, de la interacción cotidiana, de los contornos estructurales en que se desarrollan estas relaciones. El eje explicativo y analítico está en la dinámica intergrupala (la situación de clase, la configuración de conflictos, la construcción de enemigos, la situación de los “neutrales” etc. sin ignorar -por supuesto- los efectos en los individuos).

Una teoría de los grupos con historia

En el capítulo tres de *Sistema, Grupo y Poder* (1989) encontramos una teoría general de los grupos con historia, que rompe con algunas de las tendencias dominantes en

⁷² Tendríamos que dilucidar, por ejemplo, si es una categoría que tendría vigencia en contextos que no sean de guerra o de represión extrema.

el campo de la psicología de los grupos. Es claro que buena parte de lo que ocupa la atención de la psicología social se dirime en lo grupal, y que buena parte de la teoría tiende a ser demasiado estrecha y parcial, cuando no insoportablemente crítica o positivista.

¿Cómo se puede construir una teoría sobre lo grupal en Psicología?

Creo que hay varias formas de hacerlo:

- a) Aplicando principios y categorías psicológicas individuales a los fenómenos grupales (como lo hicieron, por supuesto que con un grado de complejidad muy diferente, Skinner y Freud)
- b) Se podría intentar hacer, como lo ha hecho Robert Bales en la Psicología Social Experimental, efectuando una gran cantidad de experimentos en que se midan diversas características de las interacciones grupales, para intentar llegar a leyes generales empíricas.
- c) Podríamos añadirle a lo anterior un componente psicométrico, y con la aplicación de, por ejemplo, escalas observacionales, podríamos utilizar estadística multivariada para identificar dimensiones subyacentes al comportamiento en grupo.

Martín-Baró lo hizo desde la observación y el análisis, con un marco teórico dialéctico, inspirado, según el mismo lo expresara, en el análisis de los vaivenes, de los flujos y reflujos de los grupos y movimientos sociales salvadoreños en el marco de la guerra en ese país.

Su perspectiva dialéctica lo llevó no sólo a alejarse de esquemas positivistas, sino a hacer algo que suele estar ausente en el análisis de los grupos hecho desde la psicología. En estos, muchas veces, se presta gran atención a las formas, y no al contenido. Martín-Baró destacó el *contenido*, lo que los grupos, efectivamente, hacen.

El otro aspecto importantísimo que destaca Martín-Baró es, una vez más, el histórico. En su tratamiento de las diferentes teorías grupales: freudiana, lewiniana, etc., y su paso por la discusión acerca de la “solidaridad mecánica” y la “solidaridad orgánica” de Durkheim, postula las siguientes críticas centrales a la teorización sobre grupos en la Psicología Social:

- a. su parcialidad paradigmática. (modelo de la familia, de los pequeños grupos);
- b. su individualismo (punto que puede ciertamente ser discutible);
- c. y, sobre todo, su ahistoricismo.

Para él, una teoría sobre los grupos tendría que considerar, a la manera lewiniana, los aspectos grupales y también los personales, abarcar todo tipo de grupo, y rescatar el *carácter histórico* de los grupos humanos.

Su definición del grupo es robusta: “Aquella estructura de vínculos y relaciones entre personas que canaliza en cada circunstancia sus necesidades individuales y /o los intereses colectivos”.

Se señala al grupo como “conducto” para canalizar intereses individuales y colectivos. No se olvida el autor, como se ha hecho tantas veces, que en la dinámica grupal se están canalizando siempre, también, necesidades personales, individuales.

El modelo de “grupos con historia”, es decir, con existencia cotidiana real, con relaciones “naturales” (y no los grupos improvisados, sin sentido histórico, que pueblan los experimentos grupales y las teorías del “aquí y ahora”) establece que *para dar cuenta de cualquier grupo* tenemos que contemplar y analizar tres dimensiones: La identidad grupal, la actividad grupal, y el poder grupal. Son dimensiones interdependientes, pero que, de ser válida la teoría, habría que contemplar en cualquier análisis o intervención.

Examinémoslas más de cerca:

LA IDENTIDAD GRUPAL

Sería lo que da sentido de totalidad y a la vez de especificidad al grupo, y dado que no hay conceptualización posible de grupo que no lo ubique frente a otros grupos, es lo que definiría para el grupo la *alteridad*.

Consistiría de tres aspectos:

- a) su formalización organizativa: estructuración interna, normas de pertenencia, de exclusión, funciones;
- b) sus relaciones con otros grupos incluyendo su nivel más estructurante: la conciencia de clase, y los fenómenos de “grupo en sí”/”grupo para sí”;
- c) la conciencia de sus miembros (implica aspectos de pertenencia y de identificación con el grupo).

EL PODER GRUPAL

Martín-Baró (1989) se fundamenta en Foucault para discutir el aspecto estratégico y relacional del poder. Hay que examinándolo en la situación y el contexto específico. Aunque los *recursos* posibilitan el ejercicio del poder, su eficacia depende de la relación y de la situación (un grupo grande de personas, por ejemplo, puede ser un recurso a favor, pero también puede actuar en contra), aunque, por supuesto, hay recursos que tienen alcances más universales. La autonomía del grupo es aquí un aspecto a considerar.

Al basarse en Foucault, hay un reconocimiento, por otro lado, de que no hay poderes absolutos, y que no hay poder sin contrapoder.

LA ACTIVIDAD GRUPAL

Por último, como ya he mencionado, está la dimensión concreta de la actividad grupal: qué es lo que el grupo hace? ¿Cuáles son sus proyectos y metas? ¿Cuál es su eficacia real? Los efectos de la acción grupal tienen enormes efectos sobre la identidad grupal, y son efecto de su poder, a la vez que condicionan sus posibilidades futuras, de ahí la importancia de todo aquello que lo anima, que lo fortalece, que genera flujos en vez de reflujos.

Lo que tendríamos que preguntarnos, en este repaso de una contribución tan significativa, es si hay otras dimensiones de la actividad grupal que habría que incorporar al modelo para lograr mayor comprensión de los fenómenos grupales. Yo quisiera, ya ubicándome en el plano de la acción o la intervención en escenarios grupales, esbozar un par de elementos adicionales.

Por un lado, me parece crucial, si estamos desarrollando actividades, acompañando, investigando a grupos específicos, discernir, en relación con el aspecto histórico del proceso grupal, el “momento” por el que atraviesa el grupo: no es lo mismo actuar con un grupo que se acaba de formar que con uno ya consolidado, y no es lo mismo, definitivamente, hacerlo en momentos de “flujo” grupal: de desarrollo, de potenciación, de crecimiento, que en momentos de “reflujo”, causados por deserciones, conflictos, agotamientos de metas, disensos internos, etc. Creo que es crucial no equivocarse en esta apreciación.

Por otro lado, hay que discernir el lugar de la comunicación, intragrupo e intergrupos, en el esquema. El otro tema a tratar, a discutir, es que lugar puede ocupar en un esquema o teoría grupal lo que sería el inconsciente, privilegiado, por supuesto, por la llamada psicología social psicoanalítica, con asuntos como los “emergentes” en la dinámica grupal, lo pulsional, etc.

Perspectivas de una psicología de la liberación

Hasta aquí he caracterizado la contribución decisiva de Martín-Baró a la construcción de una Psicología de la Liberación, y ejemplificado y discutido tres contribuciones específicas. En la última parte de este trabajo quisiera esbozar algunas propuestas acerca de los retos que a mi juicio enfrenta una propuesta como la que visualizaba Martín-Baró o en la actualidad. Primero, algunas orientaciones generales que creo pertinentes.

- a) En primer lugar una Psicología de la Liberación debe procurar espacios para el encuentro con sectores populares organizados, con movimientos sociales, nutriéndose de sus experiencias y a la vez convirtiéndolos en interlocutores válidos, como una manera de historizar la propia praxis.
- b) Debe ser, necesariamente, un esfuerzo colectivo, que involucre los esfuerzos de psicólogas y psicólogos de diversos países en intercambio y diálogo continuo, con los medios a su alcance.
- c) Debe oponerse a las lógicas y estructuras de dominación, abordando no sólo las *consecuencias* de las estructuras de poder y de dominación, sino la *articulación misma* de las estructuras de dominación.
- d) Debe evitar caer en falsas dicotomías: la contraposición de lo clínico a lo social, de lo cualitativo a lo cuantitativo. Lo fundamental es encausarse en la dirección de ir construyendo esa nueva praxis.
- e) Debe evitar regionalismos estrechos. Más bien es necesario explorar los esfuerzos de psicólogas y psicólogos de los países del mundo desarrollado capitalista que también hacen y han hecho su propia historia de oposición

a estructuras y lógicas de dominación. Este encuentro no está exento de contradicciones, como he señalado en otra parte (Dobles, 2000).

- f) Debe ser un esfuerzo que no se acomode, académica, institucional o culturalmente en posturas defensivas, acomodándose complaciente en espacios marginales, sino que debe actuar en diverso escenarios en que se diriman asuntos cruciales de la vida de nuestros pueblos o de consecuencias de acciones de la propia psicología.
- g) Debe explicitar y promover una *ética social* para la Psicología.

Hemos sugerido, en otros espacios (Dobles, 2006), cuatro ámbitos problemáticos de particular urgencia:

- El avance de dispositivos de seguridad nacional a escala planetaria, con el deterioro de la institucionalidad internacional de los derechos humanos, y, también, la consecuente criminalización de las luchas sociales y la consideración de la migración como asunto de “seguridad nacional”.
- Las implicaciones del fundamentalismo de mercado y sus expresiones ideológicas y psicosociales. Esto sigue más vigente que nunca, e inunda los más variados espacios, macros y micros de nuestro que hacer.
- Las necesidades de trascender un esquema formalista y procedimental de la democracia para avanzar hacia democracias sustantivas, participativas. Este es un tema muy ideologizado. Ya Martin-Baró señalaba que “no hay nada más seductivo en el mundo occidental que la democracia formal” (1987,8). Con las instituciones vaciadas, colapsadas, con mecanismos participativos como el referéndum mediatizados o manipulados, o afectados con estrategias del miedo, se nos presenta un serio reto, hacia adentro y hacia afuera, de cómo fomentar el desarrollo de verdaderos espacios democráticos, desde la base, que permitan potenciar a grupos y comunidades.
- La creciente vulnerabilidad ante fenómenos naturales, en el saqueo voraz de nuestro planeta, el despilfarro y la contaminación, con desastres “naturales” que son también sociales. Esto, evidentemente, se vincula con la depredación política y económica, y muy a la vista están las luchas contra la minería a cielo abierta, la exploración petrolera, a defensa de las costas y, por supuesto, la defensa, como derechos humanos, de recursos como el agua y la energía.

Seguridad nacional globalizada

Para lo primero podemos retomar las tesis de Franz Hinkelammert, de una tendencia creciente hacia la *creación de dispositivos de seguridad nacional, pero ahora a escala planetaria*. Esto tiene que ver con una avanzada en contra de las conquistas y los logros de los movimientos obreros y sociales de los últimos dos siglos, y con una regresión al esqueleto básico de una doctrina de derechos humanos, que corresponde a la propiedad privada, al derecho contractual. Los demás derechos, como aquellas conquistas de movimientos sociales y políticos relativas a la estabilidad laboral y las garantías sociales, fueron ramas bastardas, que han sido podadas sistemáticamente por las fuerzas del capital en su ofensiva neoliberal.

Basta citar la existencia de Guantánamo, que no ha sido condenada por comisiones de las Naciones Unidas que enmudecen cuando se trata de los poderosos, o las cárceles clandestinas o maltratos por encargo, por no hablar del extraño concepto de las “intervenciones humanitarias” que hacen humanismo matando, de Abu Ghraib, o de los recurrentes y sospechosos “daños colaterales”. Se alteran e ignoran las normativas internacionales de la guerra, la prohibición de maltratos y torturas, se utilizan armas químicas en Fallujah, y todo se hace en nombre de la “civilización” y una indefinida y movediza “guerra contra el terrorismo” en que se esgrime precisamente el *terrorismo de estado* como arma principal. La “Construcción del enemigo” se lleva a su más alta expresión y letalidad.

Si antes se torturaba creando “tecnologías del infierno” en estructuras clandestinas y ocultas, y se reprimía al margen de la legalidad, hoy en día se redefinen los términos de “tortura” y “maltrato” para efectuar los mismos procedimientos *dentro de la ley*. Y además, si bien se han formado torturadores y refinado sus procedimientos desde hace decenios, es hasta hoy en día que la *tortura* es reivindicada en el debate público. Tenemos, hoy en día, el fuerte debate dentro del gremio de psicólogos estadounidenses⁷³, que, como se sabe, son hoy en día los profesionales preferidos por el Pentágono y la CIA, con sus “biscuits” (*Behavioral Science Consultation Teams*) para acompañar, asesorar y hasta conducir los interrogatorios de la llamada “Guerra contra el terrorismo” (Dobles, 2007). En esta lógica perversa se trata, en lo sustancial, de violentar los derechos humanos *respetando los derechos humanos*. Es decir, con el beneplácito de las cortes, y ojalá, también, con la legitimidad otorgada por ciudadanías pasivas, atemorizadas. *Mutatis mutandis*, esta tendencia se expresa, también, en la creciente *criminalización* de las luchas sociales. Si el luchador social era antes un *rebelde, un desadaptado*, ahora es, simple y sencillamente, un *criminal*, cuando no un *terrorista*.

Este ambiente, crecientemente autoritario, ha afectado también la situación de uno de los sectores más vulnerables en el vendaval globalizador neoliberal: los migrantes, vistos, sobre todo, como lo evidencian muros y también las leyes como *problemas de seguridad nacional*. Lo ha dicho Mármora (2004): Estados Unidos y los países europeos parecen haber recibido el siglo en una carrera loca para ver quien está más amurallado. La imagen de la amenaza se desplaza: ya no prevalece la de hambrientos y desesperados acudiendo sin invitación a la mesa de la abundancia, sino la de solapados agentes del terror.

Fundamentalismo de mercado

En segundo lugar, nuestros pueblos latinoamericanos encaran el dilema de seguir recetas neoliberales de confianza ciega en el mal llamado “libre comercio”, que si algo hace es encadenar a los pueblos, con políticas impuestas de simetrías falsas y de desmantelamiento de instituciones estatales y bienes públicos, o apostar a esfuerzos

⁷³ Ver, por ejemplo, el artículo en **Counterpunch** del 6 de septiembre del 2006 de Stephen Soldz: “Bad faith and distortions from the American Psychological Association”, o los pronunciamientos de **Psychologists for Social Responsibility**, en www.psysr.org.

integradores regionales en los cuales la última palabra no la tenga, necesariamente, el fundamentalismo del mercado, y en que se vislumbren nuevas modalidades de organización social y económica. Modalidades alternativas que tenemos el derecho y el deber de vislumbrar y discutir.

La vida humana, *la de todos*, debe ser nuestro horizonte, ante políticas de exclusión, desigualdad y de hambre. En América Latina, señalaba recientemente la FAO, 52 millones de personas sufren desnutrición⁷⁴. La diferencia es que hoy en día los pobres son *culpables de su suerte*.

En el *Séptimo Congreso Internacional de Psicología Social de la Liberación*, congregado en Liberia en noviembre del 2005, precisamente en días en que se realizaban manifestaciones, los participantes suscribían un pronunciamiento en que especificaban que en Costa Rica:

La existencia de una banca nacionalizada, el monopolio estatal de los seguros, la generación eléctrica, la telefonía y el procesamiento de datos entre otras áreas estratégicas del desarrollo en manos del estado, por decisión soberana de los y las costarricenses, ha sido de capital importancia para alcanzar las metas y logros sociales que todavía hoy exhibe el país, conquistas que se encuentran gravemente amenazados por la arremetida neoliberal del cual el TLC es su punta de lanza.

Trabajar en torno a los desafíos planteados por el fundamentalismo de mercado tienen serias implicaciones, es claro, en campos como la psicología educativa, en que habría que esbozar alternativas y procedimientos que no sucumban a su lógica, en la psicología que tiene que ver con el trabajo, en la afirmación de proyectos de vida y proyectos sociales, por mencionar algunos ámbitos. Deberíamos precisar, también, el lugar que ocupa un discurso psicológico en las propuestas de los economistas neoliberales, y los supuestos enraizados en la conciencia popular acerca de la “naturaleza humana” o el “fatalismo” que dificultan la organización y la lucha por un mundo más justo, en que la LEY no aplaste al sujeto.

Democracia formal y democracia sustantiva

No hay duda de que los temas de la democracia y la participación siguen siendo de una enorme importancia para una psicología que se pretenda liberadora. Se trata, como ha insistido históricamente la psicología comunitaria latinoamericana, de propiciar la participación activa de los pobladores en la definición de asuntos de interés. Esto tiene, a la vez, un alto componente educativo, a la manera freiriana, ya que en estos procesos las personas crean conocimiento, y lo comparten. Podemos ubicar aquí los esfuerzos de articular modos de vida y estilos de consumo

⁷⁴ La Nación, 17 de octubre, 2006, p. 19A.

alternativos, esfuerzos educativos en los medios de comunicación, y, por supuesto, procesos comunitarios y grupales de afirmación, resistencia y lucha.

En este ámbito de cosas, no podemos, sin embargo, menospreciar la democracia representativa y sus laberintos. Estamos ante nuevos fenómenos, que afloran cuando los procesos electorales desembocan en entuertos institucionales que no pueden ser disimulados, y creo que esto abre una perspectiva interesante acerca de cual debe ser la implicación ciudadana en estas disputas, es decir, como y de que manera ejercer control y vigilancia sobre los organismos estatales que a fin de *cuentas concentran decisiones trascendentales en unos pocos individuos*.

Trascendiendo el acto definitorio de la democracia representativa, que es la elección, queda abierto el espectro de todas las posibilidades existentes y por existir para que las personas influyan sobre los asuntos públicos que le atañen: mecanismos de referendos, participación en organizaciones comunales, estudiantiles, sindicales, peticiones, propuestas de educación cívica y cultural, protestas, experiencias alternativas de comunicación, afirmaciones antihegemónicas en sus diversas expresiones. Es un ámbito de estudio, investigación, y también de acción, de una psicología liberadora.

Lo ecológico

La experiencia reciente demuestra, en América Central y otras latitudes, la urgencia y la posibilidad de trabajar con comunidades, inspirándose en principios democráticos y participativos, para enfrentar situaciones que están lejos de ser meros “desastres naturales”, ya que también obedecen a relaciones sociales y de poder, como lo demuestra el calentamiento global, Katrina, y muchos otros ejemplos. Podemos mencionar la dinámica red que fue creada en el marco del Séptimo Congreso Internacional de Psicología Social de la Liberación, el año pasado.

En el *Manifiesto de Liberia*, producido en dicho encuentro, se establecía lo siguiente:

Reconocemos el impacto de las condiciones de pobreza, exclusión, imposición y falta de oportunidades en estos escenarios, y la necesidad de fomentar una información real, políticas de inclusión de comunidades, de respeto a la autogestión comunitaria, partiendo de la ética y el respeto a los derechos humanos. Se deben desarrollar estructuras para garantizar la formación, acción, investigación y participación en el afrontamiento de situaciones de desastre. Condenamos, también, la victimización de la población por parte de medios de comunicación de masas, señalando la necesidad de desarrollar y revisar planteamientos conceptuales sobre esta problemática.

Horizontes posibles

Quisiera, por último, perfilar algunos de los asuntos que considero importantes para una psicología que quiera asumir el compromiso con la noción de “liberación social” Muchos de los problemas y retos que enfrentamos no son nuevos, sencillamente porque las condiciones históricas y sociales han empeorado, y por otro lado el peligro mayor es el que denomino Martín Baró como el “agarrotamiento intelectual”, aquello de: “no intentar avanzar mientras no se hayan atado todos los cabos teóricos y previsto todos los peligros. Ello equivaldría a la parálisis, y en la práctica a un abandono del compromiso histórico” (En Dobles, 1986, p. 73).

Las condiciones de posibilidad de esa propuesta partían, en los ochenta, de la fuerza de la Teología de la Liberación, de los movimientos eclesíasticos de base, la iglesia progresista, etc. y un impulso fuerte de los sectores populares y revolucionarios centroamericanos, a la par de las luchas de resistencia y de defensa de los derechos humanos en otras latitudes del continente. Todo esto influyó en apuntalar a un sector más progresista en la psicología latinoamericana, que sin duda sufrió un duro golpe en 1989 con el asesinato de Ignacio.

No ha sido fácil, desde entonces, articular en nuestro continente opciones alternativas, progresistas, en la psicología, y hemos pasado por un largo invernadero del que apenas empezamos a salir. Pero hay, de nuevo, condiciones de posibilidad para este esfuerzo. Inciden:

- a) La acción de movimientos sociales y organizativos con fuertes raíces en nuestro continente: como los Sin Tierra, las comunidades zapatistas, las corrientes bolivarianas, los movimientos indígenas en Bolivia y Perú, etc., y las acciones de grupos feministas, ecologistas, de defensa de los derechos humanos.
- b) El creciente, aunque a veces contradictorio, impulso a esfuerzos integracionistas regionales, por parte de Brasil, Argentina, Venezuela, Bolivia, etc. Esto lleva, de alguna manera, a una revalorización de las propias posibilidades y una búsqueda de alternativas, hasta hace poco impensables.
- c) La creciente preocupación, puesta en crisis, debate, acerca de temas como la democracia participativa, el papel de los medios de comunicación, la “crisis de valores” creada por el consumismo rapaz, etc. Temas sobre los cuales la psicología tendría mucho que decir.
- d) Por último, el hecho incontestable de que muchos de los problemas que nutrieron el surgimiento mismo de movimientos como la teología de la liberación; la pobreza, la discriminación, la explotación, siguen vigentes o se han profundizado.

Considero que una psicología que pretende ser liberadora, además de los principios generales ya esbozados, debe abocarse a:

- Abordar decididamente el asunto de sus interlocutores, de los factores sociales que pueden nutrir su cometido, y buscar puentes de articulación y cooperación, así como hacer un enorme esfuerzo por articular sus propuestas con otras provenientes de otras disciplinas y perspectivas, para contribuir en el debate social y cultural a la lucha contra la dependencia, por la diversidad y por la protección de los recursos naturales de nuestros pueblos.
- Tensar esfuerzos contra la homogeneización y unilateralidad pretendida en el proyecto de globalización con conducción neoliberal, y, particularmente, ante el horizonte de “fatalidad” y de “inevitabilidad” con que se promueve el proyecto neoliberal; esto implica enormes retos, como ya he dicho, en el plano educativo, en la posible contribución a la organización popular y también subraya la necesidad de trabajar los medios de comunicación de masas, que han sido instrumentos que han sido utilizados en muchos de nuestros países para promover esquemas sociales profundamente desiguales y alienantes.
- Llenar el marco de este posible proyecto de múltiples voces y colores: de los afrolatinoamericanos, de las etnias originarias, de los gays y lesbianas, de las activistas feministas, de los ecologistas.
- Trascender esquemas disciplinarios y academicistas para intentar desarrollar una articulación que sea un posible referente para estudiantes, jóvenes profesionales y otros sectores sociales que compartan tareas y retos.
- Abordar también el espacio interno de la disciplina, en la forma en que la psicología crítica europea abordó al *Psy complex* (Rose, 1996), actuando en los espacios posibles para poner en tensión, por ejemplo, la discusión y la acción en torno a la ética profesional y la responsabilidad social de los psicólogos y psicólogas, desbordando esquemas individualistas y adaptativos, que hacen que, por ejemplo, la discusión ética que se presente a jóvenes profesionales se limite al tema del “autocuidado” del psicólogo o psicóloga.
- Contribuir a investigar y esclarecer temas cruciales para nuestros pueblos: como los efectos de la militarización, los procesos de desregulación y precariedad en lo laboral así como las nuevas modalidades de acumulación externa, la criminalización de las luchas sociales, las posibilidades de realización efectiva de los derechos humanos y sus obstáculos, las consecuencias psicosociales de la pobreza, etc., y potenciar el debate entre quienes compartamos estos propósitos, ya que de manera alguna podemos presumir homogeneidad y consenso.
- Por último, si este propósito, inspirado por la vida y obra de Martín-Baró, de afincarse en los anhelos milenarios de liberación de nuestros pueblos oprimidos y maltratados para explorar nuevas alternativas de acción en la psicología tiene alguna perspectiva, deben también explorarse las maneras de institucionalizar algunos de los propósitos, explorando, por ejemplo, cómo podemos articular internacionalmente un proyecto de formación de psicólogos, y retomando otras propuestas, como una revista y redes de intercambio, y también, de estructurar formas de acción que permitan desplegar acciones de solidaridad y apoyo cuando sea necesario proteger a quienes enfrenten represión o violencia como consecuencia de su trabajo.

Referencias

- BADIOU, A. *Movimiento Social y Representación Política*. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación. Central de Trabajadores Argentinos (CTA), 2000.
- BOURDIEU, P. *Intervenciones, 1961-1995. Ciencia Social y Acción Política*. Córdoba: Ferreira Editor, 2005.
- CARO HOLLANDER, N. *Love in a time of hate. Liberation Psychology in Latin America*. Rutgers University Press, 1997.
- COMAS-DIAZ, L, LYKES, B., M, ALARCÓN, R. "Ethnic conflict and psychology of liberation in Guatemala, Peru and Puerto Rico", *American Psychologist*, 53, 7, 1998, p. 778-792.
- COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO. *Guatemala. Memoria del silencio*, 1995.
- CORDERO, T., DOBLES, I, SÁENZ, L, y BRENES, I, HIDALGO, R. Y Fournier, M. *Identidad, organización y violencia en Pavones de Golfito* San José: Vicerrectoría Investigación, UCR, 1997.
- DE LA CORTE, L. "Para una ciencia social comprometida; reflexiones desde la obra de Ignacio Martín-Baró" en Vásquez, J. (edit.) *Psicología Social y Liberación en América Latina*, México: UAM Itztapalapa, 2000.
- DOBLES, I. *Memorias del Dolor. Campo concepotual y experincias de las Comisiones de la Verdad en America Latina*. San Jose: EDit. Arlekin, 2008 (en prensa).
- DOBLES, I. *Política, poder, globalización neoliberal: ¿Cómo abordar la dimensión política y el compromiso en psicología de la liberación?* VIII Congreso Internacional de Psicología Social de la Liberación, Santiago de Chile, 8, 9 y 10 de Noviembre de 2007, publicado en 2008.
- DOBLES, I. *Psicología de la liberación y procesos sociales y políticos en América Latina: desafíos y posibilidades* www.rebellion.org 8 diciembre, 2006.
- DOBLES, I. *Qué hacer?: Psicología de la Liberación en Costa Rica ante las transformaciones regresivas del Estado* II Encuentro Nacional de Psicología de la Liberación, Universidad Nacional, Heredia, julio, 2008.
- DOBLES, I. *Psicología y Tortura*. Nuevos abismos. Ponencia. Limón: I Encuentro Nacional de Psicología de la Liberación, 2006.
- DOBLES, I. "Proceso a la Psicología de la Liberación: es posible en nuestra América? En Vásquez Ortega, J. (edit.) *Psicología Social y Liberación en América Latina*, México: UAM Itztapalapa, 2000.
- DOBLES, I. "Psicología de la Liberación. Dificultades de una búsqueda", *Reflexiones*, 30, 1995, p. 27-37.

DOBLES, I. "La obra psicosocial de Ignacio Martín-Baró y el estudio de la violencia" *Reflexiones*, 6, 1993, p. 3-12.

DOBLES, I. "Ignacio Martín-Baró y el estudio de la opinión pública en El Salvador y en América Central: contextualización, referentes epistemológicos y metodológicos" *Boletín de AVEPSO*, Vol. XIII, no.3, 1990, p. 3-11.

DOBLES, I. "Psicología Social desde Centroamérica: retos y perspectivas. Entrevista con el Dr. Ignacio Martín-Baró, *Revista Costarricense de Psicología*, 8-9, 1986, p. 71-76.

DUSELL, E. *Ética de la Liberación en la era de la Globalización y la Exclusión*. Mexico; UAM Itztapalapa, 1998.

FERNÁNDEZ, A.M. *Las lógicas colectivas: imaginarios, cuerpos y multiplicidades*. Buenos Aires: Biblos, 2007.

FOUCAULT, M. *Un Diálogo sobre el Poder y otras conversaciones*. Madrid: Alianza Editorial, 2001 (novena edición).

FOUCAULT, M. *Genealogía del racismo*, La Plata: Editorial Altamira, 1996.

HINKELAMMERT, F. *La Fe de Abraham y el Edipo Occidental*, San José: Departamento Ecuménico de Investigaciones, 1989.

FREUD, S. *Lo Simiestro*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1919/1997, p. 2483-2505.

FREUD, S. *El Malestar en la cultura*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1929-1930/1997, p. 3019-3067.

GALLARDO, Helio *Elementos de Política en América Latina*. San José: Departamento Ecuménico de Investigaciones, 1986, p. 11-82.

KOZLAREK, O. *Liberación como acción. Una lectura sociológica de la ética de la liberación*" *Polis*, 1998, 119-156.

LACERDA, F. "¿Liberarse de que? ¿Liberarse para que? En Dobles, I., Baltodano, S., Leandro, V. *Psicología de la Liberación en el contexto de la Globalización Neoliberal: acciones, reflexiones y desafíos*. San José: Editorial Universidad de Costa Rica, 2006, p. 201-208.

LIRA, E. *Una Psicología para América Latina: el pensamiento de Ignacio Martín-Baró*. Conferencia. Universidad de Río Piedras, Puerto Rico, abril. Material mimeografiado, 1990.

LIRA, E., Castillo, M.I. "Trauma político y memoria social" *Psicología Política*, 6, 1993, p. 95-116.

LIRA, E. y Castillo M.I. *Psicología de la amenaza política y del miedo*. Santiago: ILAS, 1991.

LYKES, B. *Reflections commemorating the continuing struggle of the salvadorean people*. Rhode Island College, mimeo.

MÁRMORA, Lelio. *Las políticas de migraciones Internacionales*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la Liberación*. (edición, introducción y notas de Amalio Blanco), Madrid: Trotta, 1998.

MARTÍN-BARÓ, I. "War and the psychosocial trauma of Salvadoran children" Posthumous presentation. *APA Congress*, Boston, 1990.

MARTÍN-BARÓ, I. "La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador" en Martín-Baró, I. (Edit.) *Psicología Social de la Guerra*, San Salvador: UCA Edit. 1990, p. 66-84.

MARTÍN-BARÓ, I. "Retos y perspectivas de la Psicología Latinoamericana" en Pacheco, G. y Jiménez, B (edit.) *Ignacio Martín-Baró. Psicología de la Liberación para América Latina*. Guadalajara ITESO, Universidad de Guadalajara , 1990, p. 51-79.

MARTÍN-BARÓ, I. *Sistema, Grupo y Poder. Psicología Social desde Centroamérica II.* San Salvador: UCA Edit, 1989.

MARTÍN-BARÓ, I. "The psychological consequences of political terrorism". Conferencia. Universidad de California, 1989, mimeo.

MARTÍN-BARÓ, I. *Hacia una Psicología Política Latinoamericana* Conferencia XIII Congreso Colombiano de Psicología. Bogotá, 1988.

MARTÍN-BARÓ, I. "La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador" Revista de Psicología de El Salvador, VII, 28, 1988, p. 123-141.

MARTÍN-BARÓ, I. *De la Guerra sucia a la Guerra psicológica: el caso de El Salvador*. La Habana: XXI Congreso Interamericano de Psicología, 1987.

MARTÍN-BARÓ, I. "Hacia una Psicología de la Liberación" *Boletín de Psicología. UCA*, 22, 1986, p. 219-231.

MARTÍN-BARÓ, I. *Acción e Ideología. Psicología Social desde Centroamérica*. San salvador: UCA edit, 1983.

MARTÍN-BARÓ, I. *Psicodiagnóstico de América Latina*. San Salvador: UCA Edit, 26, 1971.

MONTERO, M. *Hacer para transformar. El Método en la Psicología Comunitaria*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MONTERO, M. "Psicología de la Liberación" propuesta para una teoría psicosociológica". En Riquelme, H. (coord.) *Otras realidades, otras vías de acceso. Psicología y Psiquiatría transcultural en América Latina*. Caracas: nueva Sociedad, 1992, p. 133-150.

PRILLELTENSKY, I. *The morals and politics of psychology: psychological discourse and the status quo*. State University of New York Press., 1994.

ROSE. N. *The Invention of the Self*. Cambridge University Press, 1996.

SÉPTIMO CONGRESO INTERNACIONAL DE PSICOLOGÍA SOCIAL DE LA LIBERACIÓN, “Nuestra posición frente al Tratado de Libre Comercio con EEUU” documento suscrito por participantes Liberia, Costa Rica, 17 noviembre, 2005.

SÉPTIMO CONGRESO INTERNACIONAL DE PSICOLOGÍA SOCIAL DE LA LIBERACIÓN. *Manifiesto de Liberia*. www.liber-accion.org, 2005.

SCHACTER, D. *En busca de la memoria. El cerebro, la mente y el pasado*. Barcelona: Ediciones Grupo Zeta, 1999.

SUMMERFELD, D. “El impacto de la guerra y de la atrocidad en las poblaciones civiles” en Castaño, B., Jaramillo, L., Summerfeld, D. *Violencia política y trabajo psicosocial* Santa Fe de Bogotá: Corporación AVRE, 1998, p. 73-130.

Las huellas de Martin Baró en El Salvador: salud mental y derechos humanos

Sol Yanéz

Universidad Centroamericana José Simeon Cañas

Pensar en Derechos humanos y en Salud mental desde El Salvador, nos remite ineludiblemente a Ignacio Martín Baró. Mas aun en este año 2009, el 20 aniversario de su asesinato en la UCA. Su vida, su producción académica, sus escritos, sus canciones, aun viven por este paísito centroamericano, sus huellas están marcando el camino a seguir. Su asesinato quedo impune, como tantos otros en San Salvador, y eso como bien nos decía él mismo, enferma a la sociedad: la estructura enferma, enferma al individuo. La impunidad, y la sistemática violación de los derechos humanos en este país como en otros, crean una sociedad fracturada, sin paz ni reconciliación, donde los individuos, no pueden cerrar sus heridas, ni sus duelos. Por esa razón, el tema que me ocupa, no puede ser otro que el de Salud mental y Derechos humanos, como una forma de seguir las huellas que dejo Nacho en este país y en el mundo: Un homenaje a su vida a su persona, y un llamado a seguir empeñándonos en la verdad y la justicia como camino hacia la salud de las personas y de los países. Sus huellas nos acompañan en este otro mundo posible.

1. Derechos humanos

Cuando hablamos de colectivos de victimas, refiriéndonos a la violación de Derechos Humanos, tenemos que plantear otra forma diferente de intervención porque se trata de una situación especial que sobrepasa la individualidad. En grandes catástrofes, masacres o guerras, son tantas las personas que sufren las consecuencias, que no podemos trabajar sólo con el estrés postraumático de los sujetos, sino con un grado tal sufrimiento, que no es posible (por una cuestión practica) atenderlos individualmente o hacer pequeños grupos especiales. Será necesario aplicar la psicología en su vertiente psicosocial, entendiendo también el contexto como un medio en el que intervenir para que, de alguna forma, ayude también a sanar al sujeto. Ignacio Martín Baró, jesuita asesinado en El Salvador en 1989 por el ejército, afirmaba que “la estructura enferma es la que enferma al individuo, y al revés, un individuo enfermo va retroalimentando una estructura enferma”. Por tanto, desde la psicología social, trabajaremos sobre estos dos

ámbitos – estructura e individuo – para que, finalmente, la persona se encuentre en las mejores condiciones.

Este tema no versará sobre técnicas clínicas de intervención, sino sobre aquellas que favorecen que a las personas se les cause menos daño y, sobretodo, que sean ellas mismas las que se encarguen de su propio proceso de recuperación.

Desde la psicología social, no ofreceremos una terapia dirigida, sino un acompañamiento en el proceso para que las personas consigan sufrir menos, poniendo el énfasis en recoger los recursos o las fortalezas que ya existen en cada uno. Esos pueblos, que durante años han sufrido tanto, han utilizado siempre sus propias estrategias de afrontamiento. La psicología, la ayuda profesional, es de aplicación muy reciente. Por tanto, tendremos que recoger todos esos modos para poder ayudarles, a través de una reflexión profesional, desde el acompañamiento.

Vamos a analizar este proceso enmarcándolo en un lugar espacio-temporal, porque el sujeto no es un sujeto en el aire, es un sujeto históricamente inserto en un momento, en un contexto determinado y determinante de las posibilidades. No sólo hay que trabajar con la persona si no que, además, deberemos contemplar todas aquellas variables que contribuyen a que esa persona se encuentre mejor.

Será necesario enlazar los conceptos “Derechos Humanos” y “salud mental”, ya que existe un nexo indiscutible entre ambos. Los Derechos Humanos son aquellos elementos básicos que proporcionan a la persona, por encima de todo, calidad de vida. Como afirma la OMS, la definición de salud no es la ausencia de enfermedad si no calidad de vida y bienestar. Y qué proporciona mayor bienestar que tener unos mínimos Derechos Humanos asegurados: alimentación, educación, salud. Pero algunos países, la vida misma que es el primer derecho, no está asegurada. Cada día surge la duda de si será el último. Sobre todo en países como Colombia o el Salvador, debido a la situación de violencia y/o la falta de alimentos. Si este primer derecho no está asegurado, ¿qué podemos esperar de otros como la vivienda, la salud o la educación?

Para enlazar estos dos conceptos – salud mental y Derechos Humanos – tomaremos como base los principios fundamentales de la dignidad de la persona. Si no se respeta esta dignidad, si no se respetan los Derechos Humanos, no podremos fomentar la salud física ni mental en la ciudadanía, ya que existe conexión entre ellas. Si alguien se encuentra mal físicamente, se encontrará mal psicológicamente también, y viceversa.

Hemos querido empezar con la cita de una víctima, para que nos situemos en aquella realidad de los pueblos que sufren. Es una cita que podríamos situar también en Bosnia, en Palestina, etc. en todos aquellos países donde existe violencia armada, guerras... Son palabras de víctimas con las que tendremos que trabajar. Por eso debemos situarnos en el contexto, tanto si nuestra labor consiste en el acompañamiento a juicio, como cuando sufre un acto violento que desborda todas sus perspectivas de vida: violaciones, violencia de género, etc.

LOS DERECHOS HUMANOS: Son *principios* que pretenden garantizar la realización integral de las personas, proponiendo unas condiciones de convivencia pacífica y solidaria, a partir de las cuales cada persona alcanzaría su bienestar físico, emocional y social. Son los derechos generales que contribuyen a la Salud individual y social, y son básicos para garantizar la dignidad humana.

Los Derechos Humanos (DDHH) son aquellas libertades, facultades o valores básicos que deben corresponder a toda persona por el mismo hecho de su naturaleza y condición humana, para la garantía de una vida digna. Estas prerrogativas se poseen independientemente de cual sea el Derecho positivo vigente y de factores particulares como el estatus, etnia o nacionalidad. Desde un punto de vista más relacional, los Derechos Humanos se han definido como las condiciones que permiten crear una relación integrada entre la persona y la sociedad, que permita a los individuos ser personas, identificándose consigo mismos y con los otros. Habitualmente, se definen como inherentes a la persona, irrevocables e inalienables, lo que implica que no pueden transmitirse, enajenarse o renunciar a ellos. Por definición, este concepto es universal e igualitario, e incompatible con los sistemas basados en la superioridad de una casta, raza, pueblo, grupo o clase social determinado. Muchas violaciones o limitaciones de Derechos Humanos se derivan de concepciones restrictivas y excluyentes de la Humanidad. Legalmente, los Derechos Humanos se definen en el Derecho interno de numerosos Estados y en tratados internacionales.

LOS DERECHOS HUMANOS SON:

- Derecho a la vida, libertad y seguridad.
- Derecho a igual protección ante la ley.
- Derecho a circular libremente y a elegir la residencia en el territorio de un Estado.
- Derecho a buscar asilo por persecución.
- Derecho a fundar una familia con igualdad de derechos para hombres y mujeres.
- Derecho a no ser privado arbitrariamente de la propiedad, a la libertad de pensamiento, religión.
- Derecho a la libertad de opinión.
- Derecho a la libertad de reunión y asociación pacíficas
- Derecho al descanso, al trabajo.
- Derecho a un nivel de vida adecuado.
- Derecho a la protección de los intereses morales.

Son principios universalmente reconocidos por los Estados. SE BASAN EN el reconocimiento de la *dignidad* y el valor de la persona y en la *igualdad* de derechos entre hombres y mujeres. Adquieren sentido y se ponen en práctica cuando las personas interactúan entre sí, pero su fin último es garantizar el desarrollo de la

individualidad de los sujetos. Puesto que se ejercitan en colectivo, es responsabilidad del Estado garantizar su respeto y, si no lo hace, podrá ser juzgado por ello ante el Tribunal Penal Internacional de la Haya. Siempre que el Tribunal juzga a un Estado, estamos hablando de violación de DDHH, y siempre que se violan los DDHH, estaremos hablando de un Estado que es el responsable último.

1.1. Tipo de violaciones de Derechos Humanos

- *Crímenes contra la humanidad.* Definidos en el Estatuto de Roma de 1997, de la Corte Penal Internacional (CPI), en su artículo 7, como crímenes perpetrados como parte de un ataque generalizado y sistemático dirigido a cualquier población civil. Incluye: asesinato, exterminio, esclavitud, deportación, privación severa de la libertad física al infringir las reglas elementales de la ley internacional, tortura, violación, esclavitud sexual, prostitución forzada, embarazo y esterilización forzada, así como todas las otras formas de violencia sexual, severa persecución, desaparición de personas, apartheid u otros actos inhumanos de naturaleza similar.
- *Genocidio* (Estatuto de Roma CPI, artículo 6). Se define como actos cometidos con la intención de destruir, parcial o enteramente, un grupo nacional, étnico, racial o religioso, lo cual incluye asesinar a los miembros del grupo, causar daño mental o corporal severo, infligir deliberadamente condiciones de vida que apunten a la destrucción física, total o parcial, de un grupo determinado, así como imponer medidas con la intención de prevenir el nacimiento o transferir a los niños de un grupo a otro.
- *Crímenes de guerra o violaciones del Derecho Internacional Humanitario* (Estatuto de Roma CPI, artículo 8). Se definen como violaciones severas de las Convenciones de Ginebra del 12 de Agosto de 1949 y otras leyes humanitarias internacionales, cometidas durante un conflicto armado interno o internacional, particularmente si estos actos fueron dirigidos contra individuos sin participación activa en el combate (por ejemplo, civiles o prisioneros).
- *Violaciones graves de Derechos Humanos.* Esta categoría implica actos (aislados) que no forman parte necesariamente de un ataque generalizado y sistemático, y por ello su diferenciación respecto de los crímenes contra la humanidad (violaciones severas de los Derechos Humanos), por ejemplo: tortura, desapariciones perpetradas por instancias gubernamentales y no gubernamentales, etc.

TIPOS DE VIOLACIÓN DE DERECHOS HUMANOS:

- Crímenes contra la Humanidad.
- Genocidio.
- Crímenes de guerra o violaciones del Derecho Internacional Humanitario.
- Violaciones graves de Derechos Humanos.

(Estatuto de Roma, 1997, CPI)

ACABAR CON LOS MECANISMOS DEL HORROR: En ningún lugar las violaciones masivas de Derechos Humanos son fruto de la acción personal de los victimarios. La violencia tiene una racionalidad, la de eliminar a quien se considera enemigo y la de amenazar a quien pueda sentirse identificado con las víctimas. También obedece a un proceso planificado, y tiene formas de organización, grupos de poder, etc. Un hecho aislado no sería considerado una violación de DDHH.

2. Salud mental

La SALUD MENTAL deja de ser un problema terminal para convertirse en un problema fundante. No se trata de un funcionamiento satisfactorio del individuo; se trata de un carácter básico de las relaciones humanas que define las posibilidades de humanización que se abren para los miembros de cada sociedad y grupo. En términos más directos, la salud mental constituye una dimensión de las relaciones entre las personas y grupos más que un estado individual, aunque esa dimensión se enraíce de manera diferente en el organismo de cada uno de los individuos involucrados en esas relaciones, produciendo diversas manifestaciones («síntomas») y estados («síndromes») (Martín-Baró, 1984).

Esta cita de Ignacio Martín-Baró afirma que la salud es una situación pretraumática que empieza a gestarse antes de la enfermedad. No se trata de un funcionamiento satisfactorio del individuo, si no que se trata de un carácter básico de las relaciones humanas que definen las posibilidades de humanización que se abren para los miembros de una sociedad. Visto desde la psicología social, no se trataría tanto de la salud del individuo – algo individual – sino de ese entramado de relaciones e interacciones de contexto, donde el sujeto se inserta, y que va creando la *condición pretraumática*, la estructura enferma que enferma al individuo.

En definitiva, la salud mental se refiere a la posibilidad de aplicación de aquellas *potencialidades* y *capacidades* con que cuenta una persona para construirse a sí misma y para interactuar en sociedad, entendiendo que esta interacción va a incidir a su vez en la visión que el sujeto tenga de sí mismo y del mundo.

Tendríamos que mirar la Salud Mental desde esta perspectiva para enfocarnos en lo que es el acompañamiento a víctimas, porque la víctima no es sólo aquella persona que ha sufrido un hecho violento o que presenta un desajuste, un síndrome o una patología debido a ello. Ese acontecimiento violento ha ocurrido dentro de un contexto específico, en una situación concreta. Su situación, por tanto, ya era pretraumática con anterioridad a la aparición del trauma, una situación pretraumática que enlaza directamente con un entorno social, con una sociedad determinada.

Trabajando con víctimas de violaciones de Derechos Humanos o de Derecho Internacional Humanitario, es importante nombrarlas como “sobrevivientes”. De esta manera, ellas mismas se verán como alguien que ha sido fuerte, alguien que ha sobrevivido a un acontecimiento al que no todos pueden hacerlo. Así se reafirman en su proactividad, asumiendo que tienen que luchar por seguir adelante, sobreviviendo, porque poseen capacidades y potencialidades. Si no valoramos esas capacidades y potencialidades – si no las apoyamos – estaremos creando personas dependientes, que permanecerán estancadas en la rememoración de los hechos. Nuestro objetivo último será, por tanto, que la persona se sienta con la fuerza suficiente como para buscar justicia, y que se sienta capaz de ofrecer su testimonio en el juicio. Igualmente, tendremos que ayudarla a crear un nuevo proyecto de vida, a superar los hechos sin que marquen drásticamente su futuro. Aunque en los primeros momentos se sienta débil o desamparada – por eso hablamos de acompañamiento –, tendremos que rescatar todo aquello que le haga sentirse sobreviviente.

2.1. Dimensiones de la Salud Mental

La salud mental implica dos dimensiones interconectadas sobre las que tendremos que trabajar desde la psicología: una relacionada con la propia víctima, reconociendo que todo ser humano es único, que tiene una *identidad*. Y otra relacionada con sus capacidades para *interactuar* con otras personas y con su medio:

- **La individualidad:** Todo ser humano es único, tiene una identidad, y debe ser tratado de una forma específica. Aunque se puede trabajar en grupo, y de hecho es lo más recomendable, debemos considerar que no todas las víctimas son iguales, saber que cada una tiene su propia manera de afrontar, y que ninguna de ellas es mejor o peor que otra. Cualquier forma es válida si al sujeto le sirve.

En esta dimensión individual, la salud mental estaría relacionada con las siguientes variables:

- Quién soy.
- Cómo me comporto.
- Qué siento.
- Qué pienso.
- Cómo me relaciono con otros.
- Cuál es mi proyecto de vida.

- Qué hago con otros y con el medio ambiente.
- Qué ideas tengo de mis mismo y de otros.

Si alguna de estas variables se encuentra alterada, será preciso intervenir sobre ella. Por eso, para trabajar con sobrevivientes, es muy útil que realicen sus propias biografías. De esta forma, el sujeto va objetivando, se va distanciando de todo lo acontecido, y es capaz de saber dónde se encuentra respecto a la salud mental. Nos ofrece la posibilidad de saber si se encuentra o no “tan mal como creía”, o si es necesario mejorar más aspectos de los que parecía en un primer momento. Estas cuestiones se pueden trabajar en grupo cuando éste está suficientemente cohesionado. Se pueden compartir, se pueden hablar, aunque, en principio, siempre es preferible comenzar por escribirlas.

- **El contexto:** La interacción de las capacidades personales con el medio.

El *trauma psicosocial* es una herida social profunda, un socavamiento de las relaciones sociales. Nos referimos a una destrucción, una estrechez y rigidización de la vida social, una internalización del miedo, una polarización social, un debilitamiento de la autonomía personal y de la autoconfianza. Una sociedad en la que todo esto existe, es una sociedad que está sentando las bases para el desarrollo del trauma. Éstas son características sociales típicas de la posguerra – o posteriores a estados rígidos de dictadura –, como es el caso de El Salvador. En estos momentos en el Salvador no hay guerra, pero la población vive como si la hubiera, en estado de sitio y bajo el toque de queda. Los comportamientos de guerra perduran después de tantos años. La población está enferma, pero no de forma individual, sino como producto de una sociedad enferma que no crea las condiciones necesarias para que el individuo se desarrolle como persona.

A otro nivel, el trauma psicosocial podría nutrirse también de la *devaluación de la vida*. En algunos países, la vida no vale nada y el sujeto lo sabe, generándole un gran sentimiento de vulnerabilidad, y un estado de miedo permanente o hipervigilancia adaptativa, que condicionan su comportamiento.

EL TRAUMA PSICOSOCIAL SE BASA EN:

- Socavamiento de las relaciones sociales.
- Deterioro convencional social.
- Estrechez y rigidización de la vida social.
- Internalización del miedo.
- Polarización social.
- Debilitamiento autonomía personal y de la autoconfianza.
- Devaluación de vida.
- Cristalización relaciones sociales aberrantes y deshumanizadoras.
- Trauma es la expresión concreta de un conflicto social o político.
- Uso del dolor y el sufrimiento para regular y controlar la conducta política.

Cuando encontramos sociedades en las que existen estas condiciones pretraumáticas – rigidización, polarización, devaluación de la vida, relaciones sociales aberrantes, etc. – podemos encontrar, además, otras variables que hacen aún más profunda la herida; situaciones que han impactado en la vida de las víctimas y que conforman al sujeto como un auténtico sobreviviente. Estas EXPERIENCIAS QUE INCREMENTAN EL TRAUMA son:

- Ser tomados por sorpresa.
- Ser atrapados o expuestos hasta el agotamiento.
- Violación o daños físicos.
- Violencia extrema.
- Ser testigos de violencia extrema.
- Indefensión y temor.

2.2. Condiciones que promueven la Salud Mental

Existen una serie de condiciones que son facilitadoras del estado de salud en los sujetos. Igualmente, la carencia de alguna de estas condiciones – o la existencia de las mismas en negativo –, serían promotores de la ausencia de salud mental. Como profesionales intervinientes o acompañantes en los procesos de recuperación de las víctimas – y para que se desarrollen como seres independientes del profesional –, tendremos que incidir en las siguientes condiciones:

- Salud física.
- Capacidad para dar y recibir afecto.
- Capacidad de entender y comprender.
- Capacidad para resolver conflictos.
- Sentido de identidad y de pertenencia.
- Capacidad crítica.

- Ser y sentirse parte de una red o redes de relaciones con las que compartimos valores y creencias.
- Que estas redes sean un apoyo, una ayuda.
- Contar con condiciones externas sociales, culturales, educativas, laborales, recreativas que permita la realización como persona integral.

3. Violencia, salud mental y derechos humanos

La persona que es sometida a una situación de violencia, que sufre una agresión continuada o la pérdida abrupta de sus condiciones de vida, verá impedida las posibilidades de construcción o desarrollo de su *identidad*, así como las posibilidades de *interactuar* adecuadamente con su medio e, incluso, la pérdida de la propia vida.

Esta relación de *violencia* refleja el desconocimiento o la violación de los Derechos Humanos, principios universalmente reconocidos por los Estados Sociales de Derecho, que garantizan el desarrollo de la persona en condiciones de *dignidad*.

Un hecho violento le exige a la persona que lo sufre un gran esfuerzo para poder comprender, manejar o escapar a la situación, le produce *sufrimiento* emocional y provoca reacciones y/o respuestas como miedo, amenazas, maltrato, desaparición, etc. Este tipo de actos aparecen con frecuencia en situaciones de guerra o conflictos internos en sociedades en crisis. Se trata de la denominada violencia sociopolítica.

VÍCTIMA: Persona que no participa de un conflicto armado (población civil), y que ha sufrido hechos violentos como:

- Amenazas personales o a sus familiares
- Asesinato o desaparición de un familiar, amigo o persona de su comunidad.
- Ser obligadas a abandonar su tierra.
- Presenciar masacres o bombardeos.

3.1. Violencia sociopolítica

La *violencia sociopolítica* es aquella que se ejerce para mantener, modificar, sustituir o destruir un modelo de Estado o una sociedad. También se denomina así aquella que se ejerce para reprimir a un grupo humano con identidad, dentro de la sociedad, por su afinidad social, política, gremial, étnica, religiosa, cultural, etc.

Las instituciones del *Estado* no reconocen la existencia de este tipo de violencia, y justifican los relatos de las víctimas mediante la *negación de la verdad*:

- “La víctima miente”
- “La víctima exagera”
- “La víctima se lo buscó”
- “Es hora de olvidar el pasado y seguir adelante”

En el otro lado de esta relación de fuerza están las *Víctimas*, a quienes se les han vulnerado múltiples derechos incluyendo, en muchas ocasiones, el derecho a la vida. Pero las víctimas no son personas sin salida; se trata de *sujetos de derecho*, incluyendo el derecho de reparación y recuperación.

El impacto de la violencia sociopolítica es muy amplio, y afecta por igual a personas individuales y a todo el colectivo en el que se encuentra inmerso el sujeto, y a la sociedad en general. En el individuo altera su bienestar emocional y deteriora las condiciones que hacen posible su salud. En lo colectivo, en el caso de la familia o en la comunidad, también este tipo de hechos provocan un impacto.

Los *efectos* de este tipo de violencia sociopolítica son:

- Sobre las *personas* afectadas:
 - Daño directo: amenaza, persecución, desplazamiento, secuestro, lesiones, tortura, asesinato, desaparición.
 - Deterioro de las condiciones de vida: costos inesperados, pérdida del trabajo.
 - Aislamiento social: rechazo por parte del entorno y de la comunidad.
 - Ruptura del proyecto vital: el sujeto ve trastocados sus objetivos a medio y largo plazo, y pierde su autonomía.
 - Consecuencias emocionales: angustia, depresión, incertidumbre, temor.
- Sobre la *familia*:
 - Desestructuración.
 - Imposición de nuevos roles a sus miembros.
 - Ruptura de proyectos familiares.
 - Violencia intrafamiliar.
- Sobre las *organizaciones* y sobre la *comunidad*:
 - Intimidación de los líderes y de la población.
 - Estigmatización de las organizaciones.
 - Sumisión.
 - Ruptura del tejido social.
 - Pérdida de confianza en las instituciones por la abolición de la justicia (impunidad) y de las garantías sociales.

3.2. Efectos emocionales de la violencia sociopolítica

Si una persona ha sufrido hechos de violencia política, puede experimentar:

- Sensación de temor o miedo (teme a situaciones, lugares, objetos o personas).
- Molestias físicas (somatización): palpitaciones, dolor en el pecho, “ahogo”, dolor de cabeza, etc.
- Tristeza y desánimo, cansancio injustificado.

- Respecto a la conducta: Aislamiento, lenguaje y movimientos lentos, dificultad para dormir, dolores y molestias.
- Respecto a los pensamientos: autorreproches, pesimismo.

En el acompañamiento – basado en la confianza conseguida a través del tiempo –, es importante identificar esos efectos para ayudar adecuadamente a la víctima, ya que cada una presentará una forma diferente de afrontar sus problemas, de manifestarlos y de trabajarlos.

La atención psicosocial a víctimas de la violencia sociopolítica pretende los siguientes objetivos:

- *Reducir* el sufrimiento emocional de las personas.
- *Prevenir* problemas emocionales.
- *Fortalecer* a las personas y los grupos para que se articulen en procesos de reconstrucción familiar y sociopolítica.
- *Potenciar* sus recursos personales, grupales, sociales, económicos y culturales, para su recuperación.
- *Brindar* apoyo a personas y grupos que quieran emprender acciones de reparación integral (moral, económica, emocional).

3.3. Duelo en víctimas de violencia sociopolítica

El duelo no sólo se elabora ante la muerte, si no que es extensible a múltiples circunstancias. Los procesos traumáticos no son producto únicamente de padecer actos violentos en primera persona. También pueden desarrollarse por ser espectadores de asesinatos, torturas, desapariciones forzadas, etc., o por ser desplazados del lugar habitual por causas mayores (forzados por amenazas, persecución, etc.). Esta exposición a situaciones traumáticas, precisa también de una *elaboración del duelo*, ya que supone la pérdida de elementos básicos de la vida del sujeto.

El duelo puede variar según el tipo de hecho violento de que se trate:

- Amenaza.
- Desplazamiento debido a que el sujeto es:
 - Familiar de asesinado;
 - Familiar de desaparecido;
 - Sobreviviente de masacre.

Los procesos de duelo por hechos violentos tienen más posibilidad de complicarse dependiendo de:

- La naturaleza del hecho: Grado de violencia sufrida en primera persona o experimentada de forma vicaria sobre otros.
- Las condiciones personales del afectado: Dificultades cotidianas añadidas para afrontar la vida.
- La red de apoyo: Cuanto mayor sea esta red, más probabilidades de una elaboración adecuada del duelo.

El hecho violento puede implicar varias pérdidas simultáneas. A veces, la persona que ha sido testigo de una masacre, además ha sido torturada y violada, y han asesinado a su hijo y/o marido. Estos casos son frecuentes en guerras y en países con dictaduras férreas, y el hecho de poder aportar el **testimonio** de lo que realmente pasó, y ayudar a otras personas a superar el proceso de duelo, les ayuda a ellos mismos a seguir adelante. No quedarse estancados en el problema, salir con él hacia el otro, puede ser de gran ayuda para la víctima y para aquellos con los que se relaciona.

El **DUELO** es la reacción natural ante la pérdida de una persona, objeto o evento significativo, Se trata de una reacción emocional, comportamental, fisiológica y social en forma de sufrimiento y aflicción, cuando el vínculo afectivo se rompe. La intensidad y duración de este proceso y de sus correlatos serán proporcionales a la dimensión y significado de la pérdida.

Podemos encontrar varios TIPOS DE DUELO ALTERADO:

- *Duelo anticipatorio*: El que se presenta antes de una pérdida, por ser percibida como inevitable debido, generalmente, a las condiciones sociopolíticas que existen en el país.
- *Duelo congelado*: Es la ausencia de la expresión de duelo una vez ocurrida la pérdida.
- *Duelo complicado*: Es la ausencia o retraso en la aparición del duelo, o duelo excesivamente intenso y prolongado.

Estos tres tipos de duelo se refieren, básicamente, a una alteración que imposibilita, una vez transcurrido el tiempo, rehacer el proyecto de vida y colocar la pérdida en aquel lugar que le permita continuar viviendo.

Existe una serie de elementos que pueden provocar un duelo alterado, o dificultar en grado variable su elaboración. Son los denominados ELEMENTOS TRAUMÁTICOS DEL DUELO:

- La desaparición de un familiar sin noción de su paradero.
- La negación y desconfirmación de la experiencia de los familiares: Cuando no se valida el sufrimiento del familiar, o se niegan sus afirmaciones diciendo que miente sobre los hechos.
- La experiencia de búsqueda infructuosa y conflictiva: Cuando al proceso de búsqueda, se añade la negación de la verdad por parte de las autoridades (acusación de mentir sobre la desaparición).
- Ausencia, pérdida y duelo por la separación causada por fuerza mayor: Imposibilidad de elaborar el duelo por esa pérdida debido a la ausencia física del desaparecido (desaparición del cadáver).

- La decisión de asumir si esta vivo o muerto recae en los familiares. Aunque hayan pasado muchos años, y estén casi seguros de que ha muerto, se sienten imposibilitados emocionalmente para asumirlo de forma abierta y pública, y comenzar el duelo.

4. El Derecho Internacional Humanitario (DIH)

El Derecho Internacional Humanitario (DIH) es el conjunto de normas reflejadas en las Convenciones de Ginebra, que tienen como objetivo principal la protección de aquellas personas no participantes en las hostilidades o que han decidido dejar de participar en cualquier enfrentamiento.

Estas normas persiguen *evitar el sufrimiento humano en conflictos armados* – limitando el uso de medios y métodos de guerra – y son de obligado cumplimiento para los gobiernos, los ejércitos y aquellos grupos armados participantes en el conflicto.

EL DERECHO INTERNACIONAL HUMANITARIO (DIH)

- Son las normas que “humanizan” un conflicto.
- Se aplican en los conflictos armados para limitar los métodos y medios destructores utilizados en la guerra y para garantizar el trato humano a las personas que están fuera del conflicto y no participan en las hostilidades.

La aplicación del Derecho Internacional Humanitario implica que los actores armados, los Estados en conflicto, están obligados con la *población civil* a:

- Respetarla.
- Respetar sus propiedades.
- No tomarla como rehenes.
- Tratarla humanamente.

4.1. Comparación entre Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario (DIH)

Aunque en ambos tipos de derecho, el objeto de protección es el ser humano, la principal diferencia es que, los DDHH protegen a la totalidad de las personas en *tiempo de paz*, mientras que el Derecho Internacional Humanitario protege a personas no combatientes y a las que han dejado de serlo – como los heridos – en *tiempo de guerra*.

Los DDHH protegen *contra* los abusos del Estado y de sus instituciones, mientras que el DIH protege: contra los abusos de estados adversarios del propio estado; de grupos e individuos armados bajo un mando y de la infracción de todas aquellas leyes que están marcadas por las Convenciones de Ginebra. Ambos permiten juzgar a los estados en caso de ser sospechosos de responsabilidad directa de la violación

de derechos (mandato de ejecución), por falta de investigación de los hechos denunciados, o por haber permitido esa violación por parte de otros.

Veamos esquemáticamente las principales diferencias entre DDHH y DIH:



Un argumento frecuentemente utilizado en la lucha por los DDHH es que no es posible la paz, ni la *reconciliación*, sin que se haga justicia y se castigue a los culpables de los crímenes. Frente a este argumento los detractores plantean que, en ocasiones, la justicia puede llegar a poner en peligro frágiles procesos de paz y reconciliación, o minar la gobernabilidad de un país.

La **BÚSQUEDA DE JUSTICIA** es un anhelo universal.

Entendemos por **JUSTICIA** la sanción a los culpables de violaciones, basada en procesos judiciales. Su papel es sumamente relevante en los procesos de reconstrucción social ya que, si no se aplica esa justicia, la sensación de impunidad – falta de responsabilidad de los violadores de los derechos – provoca la pérdida de confianza en las instituciones en la población afectada.

4.2. Efectos Saludables de la Justicia

La justicia ha mostrado provocar efectos positivos contra la *desmemoria*, contribuyendo a romper el pacto interno de silencio para proteger a los victimarios de cualquier investigación sobre las atrocidades cometidas. La posibilidad de juzgar a los poderosos sin provocar el hundimiento del régimen político, es la mejor señal de salud de la democracia. Sin embargo, estos efectos positivos de la justicia –

para las víctimas y para la sociedad – se producen siempre mediados por fuertes presiones políticas.

La consideración del Derecho a la Verdad de las víctimas y la sociedad, es un recurso imprescindible para luchar contra la impunidad y depurar responsabilidades.

Por **IMPUNIDAD** se entiende que no se aplique sanción o castigo sobre los responsables por las violaciones de Derechos Humanos y crímenes de guerra.

Los principales **TIPOS DE IMPUNIDAD** son:

- *Impunidad jurídica*: Falta de investigación y sanción de las violaciones de Derechos Humanos.
- *Impunidad política*: A pesar de que son reconocidos los represores, pueden ser elegidos para ocupar cargos públicos.
- *Impunidad moral*: Formas de justificación hacia los victimarios y sus violaciones.
- *Impunidad histórica*: La mentira oficial de los años de terror se transmite a la sociedad como si fuera la auténtica verdad.

Por último, sobre la necesidad de verdad y justicia existen, básicamente, dos vertientes de pensamiento. Por un lado los que opinan que no puede haber un estado de derecho (estado de paz) sin que se haga justicia con todos los crímenes relacionados con violaciones de DDHH. Y por otro los que opinan que es mejor silenciar, ocultar y olvidar para no crear más confusión y resentimiento. Pero, no olvidemos que *la justicia es un derecho* – el derecho a saber la verdad – especialmente para aquellas personas que no saben que ha sucedido o dónde están sus familiares, hijos, maridos, etc. El hecho de que aquellos que lo saben, los victimarios, digan dónde se encuentran y qué pasó realmente, es un derecho de las víctimas a saber la verdad, a conocer su propia historia familiar, a encontrar a su desaparecido aunque esté muerto, y a iniciar el proceso de duelo.

5. Reparación

La *reparación* es el conjunto de medidas orientadas a restituir los derechos y mejorar la situación de las víctimas, así como promover reformas políticas que impidan la repetición de la violencia.

Hay muchos aspectos del sufrimiento que no se pueden reparar, porque nada puede remplazar a los familiares muertos o desaparecidos, ni borrar las experiencias vividas, el desarraigo o los años de sufrimiento. Aún así, se deben establecer políticas que ayuden a afrontar – y subsanar en lo posible – las consecuencias de esa violencia, apoyar a las víctimas y sobrevivientes, y reconstruir las relaciones sociales. Para que estas medidas sean reparadoras, tienen que ayudar a restaurar y respetar la

dignidad de las víctimas y familiares y, para ello, la dignidad tiene que estar presente en cada acción; y la participación de las víctimas en la toma de decisiones, debe ser una premisa básica para conseguir que las medidas sean satisfactorias.

Independientemente de la obligación de reparación por los victimarios, el Estado debe afrontar su obligación de reparar, en última instancia, cuando sus funcionarios sean responsables por acción o por omisión en los hechos, o cuando el responsable de éstos no cumpla con su obligación de reparar.

Los *objetivos* de las políticas de reparación son, por una parte, ayudar a las víctimas a mejorar su situación, y a enfrentar las consecuencias de la violencia reconociendo su dignidad y sus derechos. Por otra, la reparación es una forma de solidaridad con las víctimas y una manera de restablecer su confianza en la sociedad y en las instituciones.

Los caminos de la reparación son útiles para reafirmar la dignidad las víctimas, ofrecerles esperanza y resarcirlas de:

- Daños a la reputación o la dignidad.
- Deterioro del bienestar y la situación personal y familiar.
- Trastornos de la salud: Dolor y sufrimiento físico y psicológico.
- Pérdida de oportunidades de trabajo y estudio.
- Pérdida de ingresos y bienes.
- Disminución de las posibilidades de ganarse la vida.

Al reconocer a las víctimas el **DERECHO A INTERPONER RECURSOS Y OBTENER REPARACIONES**, la comunidad internacional hace honor a su palabra y demuestra solidaridad humana con las víctimas, los supervivientes y las generaciones futuras, y reafirma los principios jurídicos internacionales de responsabilidad, justicia e imperio del derecho.

5.1. Las medidas de Reparación

Se formulan cinco dimensiones de reparaciones:

- La *restitución*.
- La *indemnización*.
- La *rehabilitación*.
- Las medidas de *satisfacción*.
- Las *garantías de no-repetición* nunca más.

Estas medidas de reparación, para ser realmente eficaces, tienen que mantener una *coherencia entre sí*. En la práctica, los Estados tienden a reducir la reparación a compensaciones económicas – que son más bajas cuanto más amplio es el número de víctimas –, y las **compensaciones económicas sin reconocimiento de la verdad ni acceso a la justicia**, pueden ser vividas por las víctimas como un intento de **comprar su silencio**.

6. Acompañamiento a víctimas sobrevivientes

VÍCTIMAS son aquellas personas que han sufrido daños, incluidas las lesiones físicas, mentales, sufrimiento emocional, pérdida financiera o menoscabo sustancial de sus derechos fundamentales.

En las últimas sentencias de reparación de la Corte Interamericana, se han tenido en cuenta como víctimas, a los familiares directos, a las personas a cargo de la víctima, y a las personas que, al asistirle – o impedir que ocurran otras violaciones de Derechos Humanos – hayan sufrido daños físicos, mentales y/o económicos.

La participación de las víctimas en los procesos de investigación y judicialización, es necesaria para que estos sean eficaces. La mirada de la víctima es otra y, en el acompañamiento profesional al juicio, debemos recordar que quien mejor conoce lo sucedido, es la propia víctima. El caso es suyo, no del abogado o del juez, y es ella la que debe decidir lo que quiere contar y cómo desea manejar su historia. Los profesionales de acompañamiento y apoyo, sólo deben intervenir para fortalecerla en ese acceso a la justicia y ayudarla a tomar decisiones. Pero es la víctima quien debe decidir en última instancia sobre los aspectos procesales que le conciernen: si consiente que se le vea la cara, tener enfrente al perpetrador, etc. Si el juicio pretende ser algo reparador para las víctimas, tal vez la exposición directa al perpetrador pueda suponer, en vez de un alivio, una revictimización.

Los procesos judiciales adquieren un sentido particular para las víctimas, el sentido de buscar la verdad y la justicia, y canalizar la rabia. El impacto positivo de estos procesos – basado en el valor de la persona y de su vida –, puede mejorar su existencia, porque sienten que están actuando por su ser querido desaparecido, asesinado o dañado. Igualmente, supone una lucha contra la impotencia, favoreciendo el *sentimiento de control* sobre su propia vida ya que, colaborando en el juicio, siente que está promoviendo la depuración de responsabilidades.

En la mayoría de casos, los juicios paralelos son mucho más efectivos que los juicios en sala, debido a la repercusión que provocan: sensibilización e identificación social con la víctima, validando su sufrimiento, y rechazo social a los perpetradores. Si bien es cierto que podemos encontrar **dificultades**, especialmente cuando los procesos se alargan demasiado por la burocracia administrativa. Todos estos retrasos crean más tensión y dolor en los afectados, porque tienen la sensación de que el proceso no concluirá nunca. En algunas ocasiones es cierto, ya que todas las trabas burocráticas pretenden dificultar la celebración del juicio, y pueden provocar una nueva revictimización.

Algunas veces – especialmente en el caso de violaciones o torturas – existen detalles que las propias víctimas no desean hacer públicos. Será necesario preparar muy bien el proceso judicial, trabajar concienzudamente con la víctima y el abogado, para determinar los límites hasta los que ésta quiere – o puede – llegar en su declaración. Es necesario, por tanto, que en los procesos la víctima cuente con el

acompañamiento psicológico de un profesional que cuide de todos estos aspectos que pueden dañar nuevamente a la ya víctima. Como profesionales, deberemos extremar el cuidado sobre todos aquellos detalles que puedan suponer un impacto negativo en el sujeto.

En otras ocasiones nos encontramos con algunos *dilemas*, por ejemplo ¿cómo demostrar que algo paso cuando no existe un reconocimiento oficial de los hechos?. En muchos casos la víctima es acusada de mentir. El Estado puede negar públicamente algunos hechos constatados, generando más impotencia y dolor en la víctima a causa del sentimiento de impunidad. Que haya impunidad significa un bloqueo de todos los caminos emprendidos en busca de la verdad. Significa también una negación de justicia para las víctimas, su aislamiento, estigmatización y culpabilización. Además, produce *frustración* respecto a sus expectativas de alejamiento de los perpetradores. El hecho de que a las víctimas puedan encontrarse con los perpetradores en su propio ambiente, en las mismas calles, que lleven a sus hijos al mismo colegio, que puedan entrar en el restaurante donde está la víctima, etc. provoca en ellos un impacto muy fuerte. Se trata de personas que han violado sus derechos más básicos – la base de su dignidad, los Derechos Humanos –, y sienten que la sociedad no les pide responsabilidades, no les castiga.

La *impunidad* también limita sus formas de afrontamiento provocando ambivalencia: por un lado se plantean políticas para apoyar a las víctimas, pero no en todos los casos se llega a realizar el juicio. No existe, por tanto, una validación plena de los hechos desde las instituciones. Y si no existe esa validación pública, la víctima sentirá que se queda sola con su dolor. Si la negación de lo sucedido se produce a nivel social – por falta de reconocimiento – se impide la viabilidad de la reparación.

Para concluir diremos que reflexionar en torno a las experiencias de acompañamiento a víctimas de violaciones de Derechos Humanos, permite la identificación de aprendizajes, de avances conceptuales y metodológicos y de retos hacia el logro de un acompañamiento que contribuya a la recuperación integral de las víctimas, teniendo en cuenta que esta recuperación pasa por el plano emocional y a su vez trasciende a la búsqueda de transformaciones estructurales que garanticen la no repetición de los crímenes y el acceso de las víctimas a sus derechos fundamentales.

Hay que seguir pensando y repensando los caminos, con la mirada puesta en transformar y mejorar las condiciones estructurales que impiden la dignidad y la vida plena de los individuos y de sus comunidades. Este texto quisiera contribuir a todo ello, de la mano de la gente y de las huellas que señalan el camino: las de Ignacio Martín Baró.

Referencias

Asamblea Constituyente de la República de El Salvador. (1993). *Ley de amnistía general para la consolidación de la paz* [Recurso en línea]. URL: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/1841.pdf> [Consultado: 28 de diciembre de 2007]

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. (1978). *Derecho a la libertad física*. [Recurso en línea]. Capítulo IV. URL: <http://www.cidh.org/countryrep/ElSalvador78sp/cap4.htm> [Consultado: 18 de diciembre de 2007]

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. (1994). *Consideraciones sobre la Comisión de la Verdad*. [Recurso en línea]. URL: <http://www.cidh.org/countryrep/ElSalvador94sp/ii.b.compromisos.htm> [Consultado: 18 de diciembre de 2007]

Corte Internacional de Justicia. *Documentos en español*. [Recurso en línea]. Organización de Naciones Unidas. URL: <http://www.icj-cij.org/homepage/sp/> [Consultado: 20 de diciembre de 2007]

Martín-Baró, I. (1984). Guerra y salud mental. [Recurso en línea]. *Papeles del Psicólogo*, 56. URL: <http://www.papelesdelpsicologo.es/vernumero.asp?id=585> [Consultado: 20 de diciembre de 2007]

Organización de las Naciones Unidas. (1948). *Declaración Universal de los Derechos Humanos*. [Recurso en línea]. URL: <http://www.un.org/spanish/aboutun/hrights.htm> [Consultado: 18 de diciembre de 2007]

Organización de las Naciones Unidas. (1997). *Estatuto de la Corte Internacional de Justicia* [Recurso en línea]. URL: <http://www.icj-cij.org/homepage/sp/icjstatute.php> [Consultado: 20 de diciembre de 2007]

Organización de las Naciones Unidas. (1998). *Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional*. [Recurso en línea]. URL: <http://www.derechos.net/doc/tpi.html> [Consultado: 18 de diciembre de 2007]

Organización de las Naciones Unidas. (2006). *Naciones Unidas en El Salvador*. [Recurso en línea]. URL: <http://200.30.153.235/nu/html/nues.htm> [Consultado: 18 de diciembre de 2007]

Universidad Centroamericana "José Simeón Cañas". (1993). *De la Locura a la Esperanza*: [Recurso en línea] *la guerra de los Doce Años en El Salvador*. Reporte de la Comisión de la Verdad para El Salvador. Resumen "De la Locura a la Esperanza: La Guerra de los Doce Años en El Salvador: Informe de la Comisión de la Verdad para El Salvador". San Salvador: Editorial Universitaria. URL: <http://www.uca.edu.sv/publica/idhuca/cv.pdf> [Consultado: 28 de diciembre de 2007].